

História do Jornalismo Radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90

Coord.
Nelson Ribeiro
& Ana Isabel Reis

Ficha Técnica

Título

*História do Jornalismo
Radiofónico em Portugal:
dos primeiros noticiários
aos anos 90*

Title

*History of Radio Journalism
in Portugal: from the first news
bulletins to the 1990s*

Coordenação

Nelson Ribeiro
& Ana Isabel Reis

Data de publicação

2022, Coleção ICNOVA

ISBN

978-989-9048-25-6

[Suporte: Eletrónico]

978-989-9048-24-9

[Suporte: Impresso]

DOI

<https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>

Edição

ICNOVA — Instituto
de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção

António Granado
Cláudia Madeira
Fernanda Bonacho

Gestora editorial

Patrícia Contreiras

Design

Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo em Portugal



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação, publicação ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

Título:

História do Jornalismo Radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90

Resumo: O presente livro reúne um conjunto de contributos sobre a história do jornalismo radiofónico em Portugal, que abarcam o período compreendido entre a emergência dos primeiros programas informativos, no final da década de 20, e a segunda fase de liberalização do setor da rádio verificada no início dos anos 90. A obra demonstra como o jornalismo demorou até se afirmar enquanto campo autónomo no interior das estações, documentando igualmente o lento processo de desenvolvimento dos diferentes géneros jornalísticos no contexto da rádio. Dois dos capítulos focam-se no período do Estado Novo, os quais deixam claro o papel exercido pelo Estado no controlo da informação e dos próprios profissionais que podiam aceder às estações. A estreita relação entre o desenvolvimento da informação radiofónica e a atividade comercial e publicitária é igualmente detalhada. Já os capítulos que se focam nos anos 80 e 90 demonstram como o jornalismo radiofónico sofreu uma mudança de paradigma após o aparecimento de projetos liderados por uma nova geração de profissionais que procuravam romper com o formalismo que havia caracterizado a informação radiofónica durante todo o período da ditadura e nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. O modo como as ‘estações livres’ contribuíram para a formação de jornalistas de rádio é igualmente abordado.

Palavras-chave: Emissora Nacional; ensino radiojornalismo; Fernando Pessa; história do jornalismo; rádios piratas; rádios regionais; TSF

Title:

History of Radio Journalism in Portugal: from the first news bulletins to the 1990s

Abstract: This book brings together a collection of essays on the history of radio journalism in Portugal, covering the period between the emergence of the first news programs, in the late 1920s, and the second phase of liberalization of the radio sector that took place at the beginning of the 1990s. The essays demonstrate how journalism took time to become an autonomous field within the radio stations, and it documents the slow development process of the different journalism genres. Two of the chapters focus on the Estado Novo period, which make clear the role played by the State in controlling the news output but also the control of the professionals who could work at the stations. The close relationship between the development of radio news and advertising is also detailed. The chapters that are focused on the 1980s and 1990s demonstrate how radio journalism underwent a paradigm shift after the emergence of projects led by a new generation of professionals who sought to break away from the formal language and structure that had characterized radio news bulletins throughout the dictatorship and in the years that followed the Carnation Revolution. The role played by ‘free stations’ in contributing to the training of radio journalists is also addressed.

Keywords: Emissora Nacional; Fernando Pessa; radio journalism teaching; journalism history; pirate radios; regional broadcasters; TSF

Nelson Ribeiro

Universidade Católica Portuguesa/CECC

nelson.ribeiro@ucp.pt

ORCID ID: [0000-0003-4724-550X](https://orcid.org/0000-0003-4724-550X) **CIÊNCIA ID:** [DF17-7884-EA34](https://ciencia.ucp.pt/DF17-7884-EA34)

Ana Isabel Reis

Universidade do Porto/CITCEM

anaisabelreis@gmail.com

ORCID ID: [0000-0002-9335-4574](https://orcid.org/0000-0002-9335-4574) **CIÊNCIA ID:** [A01D-8BD1-35F0](https://ciencia.up.pt/A01D-8BD1-35F0)

Índice

Introdução	5
<hr/>	
CAPÍTULO I	
Rogério Santos	11
Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970) <i>Radio information (1930s to 1970s)</i>	
<hr/>	
CAPÍTULO II	
Nelson Ribeiro	73
Fernando Pessa e o Jornalismo Radiofónico: do Pioneirismo na Emissora Nacional à BBC <i>Fernando Pessa and Radio Journalism: from the Portuguese State Broadcaster to the BBC</i>	
<hr/>	
CAPÍTULO III	
Ana Isabel Reis	97
Rádios 'piratas' e jornalismo radiofónico na década 80: ruturas e continuidades <i>'Pirate' radios and radio journalism in the 80's: ruptures and continuities</i>	
<hr/>	
CAPÍTULO IV	
Luís Bonixe	151
A segunda fase da liberalização da rádio em Portugal — os projetos jornalísticos das rádios regionais <i>The second phase of radio liberalisation in Portugal — the journalistic projects of regional radios</i>	

Introdução

Para uma História do Jornalismo no Meio Invisível

Nelson Ribeiro

Universidade Católica Portuguesa/CECC

nelson.ribeiro@ucp.pt

ORCID ID: 0000-0003-4724-550X

CIÊNCIA ID: DF17-7884-EA34

A rádio é um meio de comunicação conhecido pela sua resiliência, tendo-se mantido socialmente relevante até ao presente, não obstante as muitas alterações tecnológicas, de produção e de consumo que testemunhou ao longo do último século. Se é verdade que o aparecimento da televisão despojou a rádio do papel central que outrora havia ocupado enquanto meio de informação e entretenimento, o medium sonoro relevou a capacidade de se reinventar, introduzindo novas lógicas de programação e de produção informativa e adotando novas tecnologias que viriam a favorecer a escuta em contextos diversos, nomeadamente em mobilidade. Já no século XXI, não obstante a discussão sobre a disrupção do modelo de negócio dos media ditos tradicionais, em sequência da transferência de uma parte substancial dos investimentos publicitários para as plataformas digitais (Napoli, 2019), a rádio tem conseguido adaptar-se ao cenário de convergência, diversificando os meios de transmissão, a tipologia de conteúdos oferecidos, mas também o modo de programar as estações e de estimular a sua presença online, o que lhe tem permitido contactar com novos públicos e aprofundar a relação que mantem com os ouvintes.

Numa sociedade altamente marcada pelo visual, a rádio — que online também comporta imagem, tanto estática como em movimento — permanece como um medium que joga com a sua própria invisibilidade para se manter como parte integrante da dieta mediática contemporânea. Ao invés dos outros meios de comunicação que obrigam a ‘ver’, e que disputam a atenção dos indivíduos e das audiências, a rádio não procura uma atenção exclusiva, mas antes acompanha os ouvintes enquanto realizam as mais diversas tarefas quotidianas. Esta conjugação da invisibilidade com uma escuta que não exige exclusividade é certamente uma das razões que justifica a longevidade do meio sonoro, a par da sua capacidade de adaptação e de reinvenção.

Nas últimas décadas assistimos a um aumento significativo dos estudos sobre rádio, contrariando a ideia muitas vezes propagada da irrelevância do meio sonoro no ecossistema mediático dominado pelos meios digitais. Tal não impediu, contudo, que a história do jornalismo radiofónico permanecesse como uma área pouco explorada. No caso português,

e como Rogério Santos lembra no primeiro capítulo deste livro, até muito recentemente a informação radiofónica era referida apenas como um pormenor na literatura especializada, incluindo na *Telefonia* de Matos Maia (1995), que até ao início do século XXI permaneceu como um dos livros de referência sobre a história da rádio em Portugal. Se é verdade que nas últimas duas décadas se assistiu ao recrudescimento do número de trabalhos sobre a história da rádio produzidos em contexto nacional (Bonixe, 2012; Cristo, 2005; Ribeiro, 2005, 2014; Reis, Ribeiro e Portela, 2014; Santos, 2005, 2014, 2017 e Santos, 2013), nos quais a informação radiofónica não é ignorada, é igualmente verdade que, mesmo nestas obras, o jornalismo não é o objeto central mas apenas um entre vários, com os autores a debruçarem-se sobre questões tão diversas quanto as tecnologias, o controlo político, os profissionais, os conteúdos de programação e a receção por parte de diferentes públicos. Por esta razão, o presente livro constitui uma primeira tentativa de trazer a história do jornalismo radiofónico para primeiro plano, o que se revela uma tarefa particularmente complexa dada a porosidade entre os diversos géneros de programação radiofónica, levando a que os conteúdos que hoje designamos por jornalísticos, em diferentes períodos históricos, estivessem presentes nos noticiários, mas também em magazines, palestras e em diversos programas que procuravam simultaneamente informar e entreter.

A história do jornalismo na rádio é, por isso, uma história que está longe de ser linear e que não se restringe aos blocos noticiosos. Aliás, como os dois primeiros capítulos do livro ilustram, o jornalismo demorou a autonomizar-se como um campo profissional no interior das estações, tal como foram necessárias várias décadas para que o próprio conceito de ‘jornalista’ fosse adotado nas rádios portuguesas. Inicialmente a redação dos textos das notícias estava a cargo de assistentes literários — na Emissora Nacional — ou de uma panóplia de profissionais nas estações privadas, enquanto a leitura dos noticiários era uma responsabilidade dos locutores, os mesmos que apresentavam uma grande diversidade de programas.

Ainda que a disseminação de notícias não fosse a única missão das estações de rádio que emergiram no período entre guerras, a informação ocupou, desde a primeira hora, um lugar com mais ou menos destaque nas grelhas de programação das diferentes emissoras. Como Rogério Santos detalha no capítulo 1, os noticiários evoluíram de um modelo inorgânico — consistindo na leitura das notícias da imprensa — para um modelo orgânico marcado pelo desenvolvimento de um noticiário radiofónico com uma linguagem própria. A fase inicial ficou, contudo, marcada pelo que Bolter e Grusin (1999) denominaram de remediação, em que a rádio se limitava a copiar a linguagem e os conteúdos da imprensa, o que é, aliás, característico de períodos de transição tecnológica.

A porosidade entre diferentes tipos de programas, entre informação e entretenimento, e a utilização de géneros hoje considerados jornalísticos, como a reportagem e a crónica, em espaços de programação diversos e não apenas informativos, leva Rogério Santos a propor-nos uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento da informação radiofónica, a qual inclui

uma reflexão sobre diferentes espaços de programação e sobre a relação da publicidade com os noticiários e o jornalismo radiofónico. Abordando cinco décadas da evolução do radiojornalismo em Portugal, ainda antes desta atividade ser efetivamente conhecida como ‘jornalismo’, o capítulo demonstra e discute a evolução da informação nas diferentes estações que marcaram o Estado Novo, desde logo a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, mas também as estações mais populares que mantinham relações de maior dependência com o Secretariado da Propaganda Nacional, posteriormente Secretariado Nacional de Informação. A censura é igualmente abordada, pela preponderância que tinha nas estações, bem como a importância atribuída pelo regime à informação sobre e para o Ultramar. Entre as muitas pistas de reflexão deixadas por Rogério Santos, destaca-se a problematização sobre o papel das estações privadas no desenvolvimento do jornalismo radiofónico, responsáveis pelo rompimento com o tom solene e formal de noticiário e pela tentativa de tirar real proveito da instantaneidade da rádio. O capítulo discute ainda a apropriação dos diferentes géneros jornalísticos por diversos tipos de programas e a substituição de um modelo de noticiário longo, apresentado por locutores, por um noticiário mais curto, incisivo e apresentado por noticiaristas.

O segundo capítulo, da autoria de Nelson Ribeiro, foca-se no percurso de Fernando Pessoa, que marcou o ecossistema radiofónico em Portugal nas décadas de 30 e 40, e que haveria de tornar no locutor mais emblemático da rádio portuguesa durante a IIª Guerra Mundial. O texto destaca os contributos do locutor para o desenvolvimento do género reportagem que, décadas mais tarde, haveria de se assumir como o género nobre do jornalismo radiofónico em Portugal. Demonstrando igualmente a fluidez das fronteiras entre os diversos tipos de programas que marcaram as primeiras décadas da rádio, o capítulo discute como os locutores das décadas de 30 e 40 eram responsáveis pela leitura de noticiários, mas também pela realização de reportagens no exterior e pela apresentação de palestras, programas de variedades, musicais e mesmo humorísticos. Se, por um lado, este texto demonstra como a produção jornalística estava ainda longe de ser um campo autónomo no interior das estações, por outro discute a importância assumida pelos noticiários em momentos de incerteza, nomeadamente em contextos de guerra, ilustrando igualmente o quão o desenvolvimento da informação radiofónica em Portugal foi travado pela ditadura do Estado Novo que, a par da censura, impunha a cobertura de acontecimentos de promoção do regime e dos seus protagonistas, enquanto decidia quem podia trabalhar nas estações e a quem tal direito era vedado. O caso apresentado no capítulo 2 é também relevante por demonstrar como o regime tentou, e em alguns casos conseguiu, influenciar a linha editorial da BBC, a estação estrangeira mais ouvida em Portugal durante a IIª Guerra, tendo tido também a capacidade de determinar o afastamento de funcionários que Salazar considerava estarem movidos por um “sentimento antipatriótico”. A aversão à presença nas estações de profissionais não alinhados com o regime mostra o quanto a elite do Estado Novo acreditava na capacidade da informação radiofónica influenciar a opinião pública.

Os capítulos 3 e 4 centram-se na evolução da rádio e do jornalismo radiofónico no período democrático. Ana Isabel Reis aborda o fenómeno das rádios pirata, que marcou o final da década de 70 e toda a década de 80, demonstrando como tal foi um momento de charneira na transformação informação radiofónica em Portugal. Após caracterizar o panorama das rádios-piratas, os seus objetivos e as suas formas de organização, a autora centra-se nas mudanças introduzidas no radiojornalismo pelas rádios piratas, muitas delas amadoras, que marcaram os primeiros anos da democracia. Entre as alterações mais significativas, é destacada a emergência do conceito de antena aberta, em que a emissão poderia ser interrompida a qualquer momento para noticiar um acontecimento de última hora. Enquanto a TSF foi a estação diretamente responsável pela importação deste conceito de rádio *all news* para Portugal, a mesma acabou por fazer escola noutras emissoras que, mesmo com poucos meios, procuravam imitar o estilo da TSF, apostando na cobertura em direto, com recurso a reportagens de longa duração, o que, como sublinha Ana Isabel Reis, nem sempre contribuiu para uma melhoria da qualidade da informação radiofónica. Talvez uma das transformações mais significativas introduzidas no radiojornalismo desta época tenha sido o nascimento da ideia do jornalismo de proximidade que levou as estações piratas a dar atenção a temas de interesse social, num movimento que viria a ser seguido pelas estações já estabelecidas e que paulatinamente foram abandonando um alinhamento tradicional com recurso quase exclusivo a fontes institucionais, passando a dar voz ao cidadão comum que até então havia estado afastado dos noticiários radiofónicos. Paralelamente, a linguagem noticiosa alterou-se, adotando um tom mais coloquial, muitas vezes informal, apostando-se igualmente na voz e na sonoplastia como elementos que contribuem para a apreensão da mensagem radiofónica. O capítulo termina com uma discussão sobre a contribuição das rádios-piratas para a formação de uma nova geração de profissionais que encontrou nestas estações o que a autora apelida de ‘escolas’ informais de jornalismo radiofónico.

Se o final dos anos 80 representou a liberalização do setor da rádio em Portugal, com a legalização de mais de três centenas de rádios locais, muitas deles nascidas como piratas, no capítulo 4, Luís Bonixe analisa o que apelida da segunda fase da liberalização da rádio em Portugal com a abertura de um concurso para a atribuição de duas frequências regionais. O autor começa por caracterizar os vários projetos a concurso, destacando os modelos de informação e programação que se propunham implementar e a inovação que pretendiam trazer ao panorama do jornalismo radiofónico. Duas estações merecem destaque particular: a Rádio Nova (sediada no Porto) e a TSF (com sede em Lisboa), as quais se afirmavam como os dois projetos de cariz marcadamente jornalístico que visavam alterar o modo como a rádio produzia informação em Portugal. Amplo destaque é dado igualmente à linha editorial da Rádio Press e do Correio da Manhã Rádio, que viriam a ser as vencedoras do concurso lançado em 1990. Tal como o autor demonstra, o jornalismo não só assumiu um papel central na maioria dos projetos concorrentes como inclusivamente marcou uma tentativa, num dos

casos conseguida, de expansão para a rádio de grupos de media até então exclusivamente focados na imprensa.

Em conjunto, os quatro capítulos que compõem este ebook oferecem uma visão panorâmica sobre momentos e questões centrais da história do jornalismo radiofónico em Portugal. Alicerçando os seus contributos em fontes escritas e orais, nomeadamente em entrevistas com os protagonistas de alguns dos acontecimentos analisados, os autores partilharam o desafio de produzir uma história da rádio sem que, na maioria dos casos, lhes tivesse sido possível ouvir os noticiários e os programas informativos que descrevem e analisam. Este é, aliás, um desafio recorrente de todos aqueles que se dedicam ao estudo da história da rádio, e que se veem confrontados com a exigência de reconstruir cenários sonoros com base em fontes sobretudo escritas. Ainda que a rádio seja um meio tendencialmente efémero, a forma como as palavras são entoadas e como são combinadas com música e efeitos sonoros influencia o modo com as audiências reagem aos diferentes conteúdos, o que é difícil de aferir numa situação de ausência de gravações. Não obstante, os capítulos que se seguem são uma ilustração de como é possível superar esta limitação com recurso a um conjunto diverso de fontes, nomeadamente aquelas que contêm referências às reações dos diferentes públicos aos conteúdos produzidos e transmitidos pelas estações.

Referências

- Bolter, J. D. & Grusin, R. (1999). *Remediation. Understanding New Media*. The MIT Press.
- Bonixe, L. (2012). As Rádios Locais em Portugal — da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 313-325.
- Cristo, D. (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Minerva.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Círculo de Leitores.
- Napoli, P. M. (2019). *Social Media and the Public Interest. Media Regulation in the Disinformation Age*. Columbia University Press.
- Reis, A. I.; Ribeiro, F. & Portela, P. *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Quimera.
- Ribeiro, N. (2014). *Salazar e a BBC: Informação e Propaganda*. Almedina.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Caminho.
- Santos, R. (2014). *A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Consigo”*. Colibri.
- Santos, R. (2017). *Estudos de Rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora.
- Santos, S. (2013). *Da Rádio Estatal Ao Modelo Integrado: Compreender O Serviço Público De Radiodifusão Em Portugal / Sílvio Correia Santos*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Capítulo I

Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970)

Radio information (1930s to 1970s)

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa
rogerio.santos@netcabo.pt
ORCID ID: 0000-0002-0785-9278
/ 3E1A-050C-0FED

Resumo: O capítulo analisa o modo como a rádio desenvolveu a informação e o jornalismo em Portugal desde o seu início até meados da década de 1970. Considero informação e noticiário como tópico comum. Na categoria informação enquanto modelos híbridos, junto os géneros crónica, entrevista, relato desportivo e programas como *A Hora da Saudade*. Numa proposta ainda mais alargada, e para a diferenciar da informação pública, abro espaço à publicidade enquanto informação comercial.

Palavras-chave: Rádio, notícias, locutores, repórteres, géneros jornalísticos na rádio, Emissora Nacional

Abstract: The chapter analyzes how radio developed information and journalism in Portugal from its beginnings to the mid-1970s. For me, information and news are a common topic. In the category information as hybrid models, I join the genres chronicle, interview, sports reports, and entertainment programs (such as *A Hora da Saudade*). In an even broader proposal, and to differentiate it from public news, I make room for advertising as commercial information.

Keywords: Radio, news, announcers, reporters, journalistic genres on the radio, Emissora Nacional

Introdução

A informação na rádio foi sempre um elemento constante na programação, embora a ideia de jornalismo seja relativamente recente. O objetivo do texto presente é analisar o modo como a rádio desenvolveu a informação e o jornalismo, começando por aquilo a que chamo *inorgânico* — leitura na rádio de notícias de jornal — até à formação de estruturas, com noticiaristas dedicados à escrita (*orgânico*). Aqui, considero informação e noticiário como tópico comum. Na categoria informação enquanto modelos híbridos, junto os géneros crónica, entrevista, relato desportivo e programas como *A Hora da Saudade*. Numa proposta ainda mais alargada, e para a diferenciar da informação pública, abro espaço à publicidade enquanto informação comercial. A investigação abrange o período de início da radiodifusão no país até meados da década de 1970 e parte de trabalhos já escritos pelo autor (Santos, 2005, 2014, 2017, 2018).

Durante décadas, houve colaboração de jornais na organização de noticiários. De modo mais claro, os locutores de serviço liam as notícias publicadas nos jornais em sistema de revista de imprensa. Na Emissora Nacional, o serviço de noticiário começou em 1935, com assistentes literários a escreverem e locutores a lerem. As estruturas de informação nas estações comerciais começaram em períodos diferentes: 1961 para Rádio Clube Português e 1972 para Rádio Renascença. O atraso de Rádio Renascença face a Rádio Clube Português explica-se pela menor dimensão daquela, ainda na passagem para a década de 1970, e ao maior interesse na informação religiosa que noutras áreas. Nas rádios comerciais, o noticiarista (nome dado ao jornalista da rádio, a partir de 1960) escrevia e lia as notícias. O início e o fim de cada noticiário comportavam publicidade. Para a Emissora Nacional, uso as designações de rádio oficial, como era chamada no período do Estado Novo, e rádio pública, referência da estação no regime democrático.

Até ao final de 1959, os modelos de noticiários radiofónicos eram: Emissora Nacional,

muito seguidor da agenda do presidente do Conselho de ministros em termos de atividades já realizadas; Rádio Clube Português e Rádio Renascença, com leitura de notícias publicadas nos jornais; Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos (Porto), com serviço oficioso do SNI (revistas de imprensa e palestras). A duração dos noticiários da rádio pública era mais extensa nos noticiários das 8:00 e das 20:00. Quer Rádio Clube Português quer Rádio Renascença tinham noticiários mais extensos ao final do dia ou à noite. A realidade informativa na rádio portuguesa deve ler-se atendendo às circunstâncias particulares da ditadura política, condicionada pela censura (SNI, PIDE) e autocensura exercida dentro das redações.

Dividi o texto em secções, em que a primeira apresenta as experiências iniciais de noticiário, ainda antes da definição de géneros como notícia, reportagem e crónica. A secção 2 presta atenção à Emissora Nacional, a estação com mais preocupações quanto a noticiários. Para além de noticiário, distingo formatos como *Diário Sonoro* e *A Voz do Ocidente*. A secção seguinte inclui a análise dos noticiários em Rádio Clube Português e Rádio Renascença. Se a secção 4 observa o papel da censura no Estado Novo, caso do programa *Página 1*, a seguinte aponta as diferenças entre crónica e reportagem, com o estudo do noticiário do funeral de Salazar em julho de 1970. Apesar de a publicidade ser uma forma radiofónica muito particular, a defesa feita aqui é mostrar semelhanças com a informação quanto a construção textual (secção 6). Finalmente, a secção 7 investiga a produção da informação para as antigas colónias portuguesas em África, enquanto a última se debruça sobre os noticiários no período da revolução política (1974-1975).

1. Início

Na colaboração inicial entre rádio e imprensa para a divulgação de informação existiu uma relação ambígua e não amigável, com a segunda a protestar e querer a proibição da leitura de jornais daquela, por considerar haver usurpação de direitos de propriedade e sem fazer investimentos financeiros nas estruturas de notícias. Ao longo da história da rádio, nenhum jornal teve a propriedade de estações.

A ideia de notícia de rádio, como hoje a concebemos, formou-se no final da década de 1920. Nessa altura, surgiam notícias em CT1AA e Rádio Sonora (Porto), além de informações em CT1DE, sob a forma de reparos ou simples relatos morais do locutor. Ainda no ano de 1930, parecia profissionalizar-se o noticiário radiofónico, com as emissoras CT1DE e CT1BO a transmitirem notícias oriundas do *Diário de Notícias*. Nos primeiros anos de radiodifusão, as estações eram conhecidas pelas designações de licença de emissão, com CT a significar Correios e Telégrafos, a entidade estatal que as atribuía. CT1BO, que incluía na programação um conjunto de “palestras amenas”, tinha um locutor “habilitado a fazer comentários aos acontecimentos do ano”, como ocorreu na emissão de 10 de novembro de 1929. A crítica

literária em CT1BO dirigia-se a uma pequena minoria de ouvintes, mas abria caminho à formação da opinião pública. Já no final de 1932, o *Diário de Notícias* (16 de novembro de 1932) transmitia o seu *Rádio-Jornal* através de CT1DH, começando com uma palestra de Paulo de Brito Aranha. Por seu lado, as alocações da campanha do Trigo em CT1AA, no final da década de 1920, com a retransmissão por altifalante junto de ouvintes reunidos em determinadas praças ou largos, ilustravam o emprego da rádio na propaganda do regime político entretanto instaurado no país.

Ainda durante a década de 1930, estabeleceu-se uma cooperação profícua entre *Diário de Notícias* com Rádio Lusitânia (Lisboa) e Sonora Rádio (Porto). Para esta última, produziu entre 1933 e 1938 o noticiário *Diário Sonoro* e sua retransmissão na Emissora Nacional. Pelas competências granjeadas, antecipou em muito a estrutura adequada de informação, como transparecia de carta da Emissora Nacional a assinalar que, se esta tivesse equipamento adequado, transmitiria o programa para todo o país, além da difusão para Lisboa (Freire, 1939, p.70).

Resultado da cooperação entre a delegação portuense do *Diário de Notícias* e Sonora Rádio, *Diário Sonoro* consistia em crónica de abertura, caso do dia, notícias do Porto, artes e letras, vida feminina, espírito e humor, teatros e cinemas, efemérides, notícias de Lisboa, últimas notícias de Lisboa, país e estrangeiro, e rubrica a fechar (*Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1933; Freire, 1939, p.70), a dar conta de leque variado de interesses, mas a mimetizar o modelo dos jornais. De colaboradores do programa noticioso, distingo Damião Peres, Armando Leça, Bento Carqueja, Alberto Pinheiro Torres, Augusto Pires de Lima, Aurora Jardim e Alexandrina Reynaud. O nome *Diário Sonoro* constituiu depois uma marca da Emissora Nacional.

Não ficaram registos desse programa *Diário Sonoro*, de modo a exercer a sua análise crítica. Mas, pela presença de vários colaboradores, assumo que o noticiário estava muito identificado com o Estado Novo. Pela repartição de secções, *Diário Sonoro* parecia mais um magazine que um noticiário como hoje o entendemos — factos e sua interpretação. A estação não tinha jornalistas mas pessoas especializadas em matérias como cultura e arte. A existência de rubricas como humor, efemérides e vida feminina ilustra o lado do magazine, visível nos jornais da época. As palestras lidas na Emissora Nacional e reproduzidas no semanário *Rádio Nacional*, ao longo das décadas de 1930 e 1940, focavam um teor patriótico, doutrinário e de propaganda, ideia a extrapolar para a produção da estação. No conjunto de décadas, muitas notícias radiofónicas eram mera leitura da informação impressa nos jornais. Noto duas razões, a primeira das quais as notícias dos jornais surgiam já censuradas previamente. A segunda razão prendia-se ao esforço financeiro em organizar uma estrutura informativa num meio em que a música e o entretenimento tinham o maior quinhão de tempo de emissão e em que a informação se apresentava como complemento. Nem sempre a informação era lida em boas condições. Em 1946, Rádio Peninsular tinha uma ligação direta com a redação do *Diário Popular*, mas com uma música de fundo que podia ser uma marcha militar (*Rádio Nacional*, 2 de junho de 1946).

Apesar de distintos, a informação radiofónica a partir das notícias em geral e dos relatos de futebol teve pontos comuns na sua génese, com saída do repórter do estúdio e registo de novidades. A construção dos géneros fez-se tateando através de experimentação própria e da audição de emissões de estações europeias. No caso do futebol, em maio de 1928, realizaram-se os Jogos Olímpicos em Amsterdão, com Portugal a defrontar Chile, Jugoslávia e Egipto. Atendendo à popularidade do desporto, o *Diário de Notícias* afixou na sua sede, ao Rossio (Lisboa), um quadro elétrico. Este representava o retângulo dos jogos de futebol e uma pequena bola a rolar entre vidros descrevia as fases do jogo (Freire, 1939, p.52). A receber as notícias via rádio e telégrafo, os redatores em Lisboa atualizavam a evolução do jogo no quadro elétrico. Já em 1933, o jornal *Os Sports* (da empresa do *Diário de Notícias*) fazia relatos diretos de jogos de futebol pela rádio e comentários semanais na estação CT1DH (Freire, 1939, p.128). Também o *Diário de Notícias* organizava e radiodifundia através de CT1DH as transmissões de futebol (*Diário de Notícias*, 2 de julho de 1933). Em carta, João Pereira da Rosa, diretor do jornal *O Século*, escreveu ao diretor técnico dos CTT:

Desejando o *Século*, a exemplo do que tem feito com os desafios internacionais anteriores, transmitir por intermédio da TSF a informação relativa ao encontro de futebol entre as seleções representativas de Portugal e da Hungria, que se realiza no próximo domingo, 29, solicitamos de V. Exa. a fineza de autorizar que o posto emissor CT1AA possa funcionar no próximo domingo, das 15 às 18 horas, a fim de poder retransmitir o noticiário daquele acontecimento desportivo (23 de janeiro de 1933).

Para uma população de poucas habilitações literárias ou sem saber ler e dinheiro para comprar um jornal, a rádio era, pela rapidez e síntese, o meio mais eficaz. Os responsáveis políticos apreciavam tais noticiários: a censura estava feita previamente nos jornais e o fiscal do governo junto da estação, enquanto ouvinte privilegiado, zelava pelo cumprimento das normas restritivas de informação. Talvez por isso a rejeição de notícias de alguns jornais serem lidas na rádio atenuou. Uma outra explicação seria dada na época: ouvir um noticiário pela rádio significava menor esforço para quem o recebia face à leitura do jornal (Freire, 1939, p.282). Além disso, a referência radiofónica aos jornais funcionava como publicidade a estes. Os jornais tinham redes de colaboradores e agências nacionais e internacionais, a facilitar a recolha e difusão de informação, e a rádio ficava sem o peso financeiro de alimentar um núcleo de colaboradores.

A isto chamo forma *inorgânica* de noticiários, porque as rádios não possuíam um corpo redatorial, ou de noticiaristas como se dizia então, com função específica na escrita de noticiários. Neste modo informal, as notícias colocadas em rubricas de programas ou mesmo em secções próprias resultavam da leitura dos jornais do dia. Tal podia gerar histórias quase inverosímeis como a de locutor aludir à “imagem publicada ao lado”. Não havia critérios jornalísticos de escolha, como a pertinência ou a importância, mas o ajustado às ideias

dominantes ou com histórias de peripécias julgadas interessantes para os ouvintes. Em caso de programas de entretenimento, com dois locutores, a notícia podia roçar o anedótico, mesmo sob a capa de conselho. Na Rádio Renascença, se a notícia do jornal mencionasse o cardeal patriarca, um colaborador acrescentava “Sua Excelência Reverendíssima”. O fornecimento da revista de imprensa do SNI às rádios populares de Lisboa seguiu o modelo. A Rádio Juventude, estação da Mocidade Portuguesa, usava processo idêntico, caso de *A Imprensa Através da Rádio, Resumo Noticioso do Dia*.

O direto ainda não era possível, por inexistência de equipamentos leves e móveis, mas o registo de sons começou entre as décadas de 1930 e 1940, com os gravadores de fio de aço e de fita magnética, estes mais fiáveis que aqueles. À luz de hoje, os recursos baseavam-se no engenho aplicado ao momento, levando até a interromper ou anular as reportagens. Embora num contexto diferente, conto aqui uma história envolvendo António Ferro. A 16 de fevereiro de 1944, na 2ª Festa da Rádio, em Lisboa, ele fez um discurso. A ideia era transmitir a mensagem a partir de gravação, projeto inédito. Mas, por dificuldades técnicas surgidas no momento, o presidente da direção da Emissora Nacional teve de ir ao palco e ler o seu texto.

Bastante tempo depois, Matos Maia, no livro *Telefonia*, não deu qualquer relevo aos noticiários, escrevendo apenas sobre informação dentro de programas como o *Jornal da APA*, por ele considerado um programa completo de música, notícias, desporto, humor e folhetins (Maia, 1995, p.251). Com carreira na programação, o esquecimento de Matos Maia seria significativo: um capítulo sobre informação não passava de exaltação à teoria matemática da informação (fonte, transmissor, sinal, recetor, destinatário).

O controlo político de noticiários conduziu a uma estrutura forte e poderosa na Emissora Nacional, com o governo a considerar suficiente a informação através da rádio. As estações privadas tinham maiores preocupações no entretenimento musical, transmissões desportivas e produção de radionovelas. Se a implantação do serviço de noticiários de Rádio Renascença se compreende em 1972, num período de maior discussão na opinião pública dos temas políticos com Marcelo Caetano, o surgimento anterior do serviço de notícias em Rádio Clube Português (1961) teve justificações: mudança de instalações para a rua Sampaio e Pina, a permitir o alargamento da oferta, experiência do *Repórter Mabor*, síntese noticiosa às 14:00, dentro do modelo da informação patrocinada por uma empresa, e uso das técnicas de publicidade, com textos curtos mas incisivos, de Luís Filipe Costa, o responsável pela estrutura. Uma razão proveio da concorrência da televisão. As estações de rádio eram acionistas da RTP e sentiram necessidade de atualização. O fornecimento de notícias foi uma forma de renovação. De início, a estrutura de noticiários contou com um elemento ou pequeno grupo dedicado, com funções polivalentes de redator, locutor e sonorizador, depois separadas por atividade. Além de informação retirada de jornais e de contratos com agências noticiosas, cada equipa deslocava-se a locais onde decorriam atividades com relevo para reportar.

O noticiário à hora certa definiria períodos do movimento diário pendular: de manhã cedo, hora do almoço e hora de jantar. Ao noticiário associou-se o sinal horário, a indicar o começo da hora. Aqui, sinais sonoros foram importantes como sons de sino, carrilhão, sinais a lembrarem o código Morse e sons de aves, os últimos mais evidentes em emissões de ondas curtas, prolongados para facilitar a sintonia das frequências pelo reconhecimento do sinal. O som de carrilhão, mais majestoso, identificou um tempo em que a emissão em ondas médias alternava com horas de silêncio, evidenciando o começo e final de um período. O sinal horário mais reputado foi sempre o da Emissora Nacional mas estações locais como Rádio Graça tiveram essa função disponível desde quase o começo das emissões. Algumas estações emitiam anúncios junto ao sinal horário publicitando empresas de relógios. Muito tempo depois, e para estabelecer uma comparação, a APA (Agência de Publicidade Artística), sediada em Lisboa, reeditaria o seu *Jornal da APA*, a durar 45 minutos, com noticiário “criteriosamente selecionado e redigido” e folhetim radiofónico com os melhores artistas do teatro (27 de novembro de 1953, Arquivo SNI). O modelo de jornalista ou redator de rádio e a ideia de atualidade ainda não tinham surgido e havia mistura entre informação e entretenimento.

2. Emissora Nacional

Na Emissora Nacional, os noticiários surgiram desde o arranque da estação. A emitir experimentalmente desde 1934 e oficialmente desde agosto de 1935, a estação tinha orçamento definido e muito controlado pelos CTT (Correios). Em 1945, passou para a dependência direta de Salazar e da sua presidência do Conselho de ministros. Se o garrote financeiro baixou, o controlo político aumentou mais, com uma administração sempre atenta à defesa do regime do Estado Novo e da educação dos ouvintes. Por isso, considero a estrutura de informação como compromisso *orgânico*, por o Estado precisar de um canal para informar, além das vertentes de instruir e distrair. Ainda na década de 1940, coexistiam noticiários com magazines e transmissões desportivas enquanto origem comum.

Em teoria, a transmissão desportiva não se considera informação em si. Contudo, na época, a rádio oficial transmitia já relatos de futebol mas apenas a segunda parte dos encontros (*Rádio Nacional*, 22 de setembro de 1946). Temia-se que a emissão do relato completo afugentasse espectadores do estádio. Assim, o relato englobava um resumo da primeira parte, como se fosse uma notícia ou comentário, e o desenrolar do evento, sujeito a variações como golos, faltas de jogadores sobre outros atletas, vitórias e derrotas, como se fosse uma reportagem. Alfredo Quádrio Raposo, Domingos Lança Moreira e Artur Agostinho tornar-se-iam populares graças às transmissões de futebol, a que se seguiram Amadeu José de Freitas, Nuno Brás e Fernando Correia, que alargariam as reportagens a hóquei em patins e ciclismo, modalidades então muito populares.

Também considero que os boletins meteorológicos, emitidos quatro vezes por dia de Lisboa, Ponta Delgada e Praia (Cabo Verde), o programa *A Hora da Saudade* e algumas palestras se enquadram na área da informação. *A Hora da Saudade*, iniciada em abril de 1937, compunha-se de mensagens enviadas por familiares a portugueses em diversas partes do mundo, numa construção ideológica da saudade do lar e da nação. As palestras *Crónicas Semanais*, de Vitorino Nemésio, *A Ciência ao Serviço da Humanidade*, de Mendes Correia, e *A Voz da Cidade*, dos Serviços de Propaganda da Câmara Municipal de Lisboa (*Rádio Nacional*, 16 de janeiro de 1954), embora não refletissem factos noticiosos em si, funcionavam dentro do considerado modelo literário da Emissora Nacional, atuavam como formação de opinião pública e, por isso, no processo de informação. O *Programa da Manhã* também inseria entrevistas de atualidade com personalidades que visitavam o país, por vezes com sensacionalismo, modelo híbrido entre a informação e o entretenimento, fosse o escritor francês Emile Henriot, a fazer conferências em várias cidades nacionais, fosse o agricultor, filósofo e aviador americano Leo Seren, que tripulara um pequeno avião entre os dois lados do Atlântico (*Rádio Nacional*, 13 de fevereiro de 1954).

Aqui, com centro em finais da década de 1940, meados da década de 1960 e período revolucionário de 1974-1975, analiso os modelos de informação usados na Emissora Nacional, do magazine, a combinar informação e entretenimento, ao *Diário Sonoro*, marca significativa da estação como noticiário. Indico também algumas características da rede de recolha noticiosa na estação.

A Emissora Nacional viveu sempre sob dupla personalidade. De um lado, como rádio ligada ao regime, o controlo dos noticiários era fundamental. De outro lado, a qualidade da informação era a preocupação da rádio pública, agastada com a imagem de *maçadora nacional*, a que António Ferro se referiu no discurso de tomada de posse como presidente da direção da estação em 1941. A distribuição de alguns trabalhos pelos locutores era ponderada, atendendo a fatores como qualidade, empenhamento ideológico e capacidade de organização. Por exemplo, foi decidido escalar o locutor Pedro Moutinho para a reportagem da cerimónia do primeiro aniversário da morte de Salazar. Sobre o mesmo Pedro Moutinho, quando condecorado pelo governo da Venezuela, ele não teria cobertura da estação, o que mereceu críticas da gestão. Uma cópia de gravação cedida pela Rádio Renascença permitiu incluir num *Diário Sonoro* a cerimónia e o discurso de improviso feito pelo locutor, ênfase igualmente dada aquando de condecoração pelo governo francês ao chefe de repartição de Programas Musicais Pedro do Prado (julho de 1971). Retirando a necessidade do controlo, a Emissora valorizava os méritos dos seus funcionários. Sobre Pedro Moutinho, que entrara em 1943, em concurso em que também se apresentaram Francisco Mata e Fernando Curado Ribeiro, escreveu-se que ele era um dos maiores jornalistas do ar, desde “a reportagem de sensação até à dicção, convencionalmente sóbria, do anúncio de cabina” (*Rádio Nacional*, 17 de novembro de 1946).

Magazines

António Ferro, dentro da sua *política de espírito*, esteve na origem de programas da Emissora Nacional iniciados com a grelha de 1942, de que destaco *Conheça a Sua Terra*, *Domingo Sonoro*, *Viagens na Nossa Terra*, *Vozes no Mundo* e o programa da manhã (Ferro, 1950, p.91). *Domingo Sonoro*, a oferecer as “mais palpitantes atualidades da semana”, ainda não tinha o formato de noticiário como hoje o entendemos, mas era um tipo de magazine, a emparceirar com o modelo das revistas ilustradas e das atualidades cinematográficas, usado para entrevistar políticos, industriais e intelectuais e cobrir eventos de nível nacional. Assim, resumia os principais acontecimentos da semana, findando com um folhetim ou diálogo em forma de comentário leve e alegre, como se fosse uma coleção de curiosidades à volta de acontecimentos. Primeiro jornal falado, sobre *Domingo Sonoro* considerou-se ser um “documentário auditivo dos acontecimentos portugueses, repositório da vida nacional, semana a semana” (*Rádio Nacional*, 8 de maio de 1947).

No final de 1946, o diálogo radiofónico era *Namoro de Janela*, conversa entre dois namorados, Zequinha e Lelé, interpretados por Vasco Santana e Irene Velez, original de Aníbal Nazaré e Nelson de Barros (*Rádio Nacional*, 8 de dezembro de 1946). Ao casal de namorados, juntou-se a sogra, “aquela santa”, interpretada por Maria Matos. Mas a rubrica cessaria em finais de janeiro de 1948. Os namorados só se haviam unido em casamento civil e os dirigentes da Emissora Nacional exigiram um casamento pela Igreja, o que os criadores rejeitaram. A rubrica passaria para o teatro e com Elvira Velez no papel de sogra. Cada edição, emitida às 13:00 e 21:00, tinha 30 minutos de duração (*Rádio Nacional*, 18 de agosto de 1946). Durante muitos anos, *Domingo Sonoro* contou ainda com diálogos de Olavo d’Eça Leal e Costa Ferreira. Em inquérito feito aos leitores de *Rádio Nacional*, *Domingo Sonoro* ficaria em oitavo lugar nas suas preferências (15 de dezembro de 1946). O modelo foi abandonado algum tempo depois da saída de António Ferro da Emissora Nacional, ocorrida em 1950, e regressado em 1962 e renovado em 1971.

A duração do magazine flutuava por vezes. João Oliveira Pires, responsável da área desportiva e depois dirigente máximo da Emissora Oficial de Angola, sugeriu marcar-se um tempo certo de duração para o *Diário Sonoro* (ata da direção da Emissora Nacional, 19 de janeiro de 1970). Os noticiários de 40 minutos “não eram audíveis, pois afastavam os ouvintes” (ata da direção, 22 de dezembro de 1969), o que levou o diretor Silva Gonçalves a dar instruções para a duração máxima de 30 minutos no *Diário Sonoro*. A equipa dirigente da estação já não acreditava na fórmula de notícias do presidente da República em primeiro lugar, muitas vezes sobre uma simples inauguração de fontanário, com as notícias importantes remetidas para a sequência de importância codificada há muito. Contudo, não tinha força ou vontade de alterar. As noções de valor-notícia ou de notícia de última hora não entravam no léxico da estação. Uma crítica impossível de se fazer na época era a de a estação gravar apenas as

atividades oficiais do regime, sem ir a bairros de lata ou refletir sobre a realidade social do país. A rádio preferia fazer programas à base de canções e com informação pueril.

Os responsáveis de *Domingo Sonoro* foram, sucessivamente, José Augusto, Francisco Mata e Adolfo Simões Müller, com Jorge Alves como responsável técnico e Artur Agostinho a repórter de serviço. Algumas características populares iniciais deram espaço à solidez técnica e a um certo bom gosto, conjugando jornalismo radiofónico e rubricas leves. O trabalho de domingo era preparado na redação da rádio à sexta-feira e ao sábado.

Em 1946, o horário de emissão em Lisboa era, ao domingo, constituído por três períodos: 8:30-10:00, 12:00-14:00, 18:30-00:00. No Porto, o Emissor Regional tinha apenas os dois últimos períodos de emissão. Em 1946, havia cinco noticiários diários, entre cinco e quinze minutos de duração: 8:35, 13:00, 19:00, 21:00 e 23:50 (*Rádio Nacional*, 20 de janeiro de 1946), número que subiu para seis, com a inclusão de um noticiário regional às 20:30 (*Rádio Nacional*, 17 de outubro de 1953). No começo da década de 1950, a estação contava com correspondentes em Madrid, Paris, Londres, Bruxelas e Rio de Janeiro e garantia informações de horários de comboios e aviões (*Rádio Nacional*, 29 de setembro de 1951). Às 9:30, havia a rubrica suplementar *O que Dizem os Jornais*, de 5 minutos.

Uma versão mais moderna de *Domingo Sonoro* começou a ser emitida em 3 de janeiro de 1971, com duração de trinta minutos, das 13:45 às 14:15. O parecer do chefe de secção da Emissora Nacional sobre o primeiro programa foi: “O programa está variado, tem ritmo e apresenta-se construído radiofonicamente. Oxalá as montagens e a locução lhe saibam dar vida” (Arquivo RTP). Com locução de Luísa Pinho e Gustavo Rosa, o programa apresentava-se como diálogo à volta de uma mesa, com perguntas, deixas e comentários de ordem social e psicológica. Na emissão de 7 de fevereiro de 1971, com locução de Armando Correia e Maria Leonor Magro, um dos assuntos de *Domingo Sonoro* foi o uso de calções pelas jovens elegantes. Dizia ele que “os calções, reservados anos atrás ao desporto e à praia, ganham todas as frentes e impõem-se hoje pela cidade, em todas as horas”. O assistente literário teve dúvidas sobre o texto e escreveu na primeira página: “Chamo a atenção para a parte assinalada nas páginas 2 e 3. Quanto ao resto, sem problemas” (Arquivo RTP). Já o chefe de secção tomou uma posição diferente, por o assunto ser tema regular na imprensa; à cautela, acrescentou uma frase para amenizar possíveis críticas. O chefe de repartição aprovou.

Ainda na década de 1940, também o programa *Vozes do Mundo* se apresentou como jornal sonoro, revista de atualidades e curiosidades internacionais, “qualquer coisa como o documentário cinematográfico passado ao plano da rádio e incluindo assim tão depressa o registo de um passo de um discurso do presidente Truman como o comentário risonho à última moda dos chapéus femininos” (*Rádio Nacional*, 3 de abril de 1947). De designação próxima de *Domingo Sonoro*, o emissor regional do Porto tinha o *Jornal Sonoro*. Uma das emissões teria a seguinte estrutura:

Programa elaborado com cuidado, com escrupulo mesmo, agradou em cheio, como se costuma dizer. A locução esteve a cargo de Alfredo Pimentel. O Dr. António Cruz, um dos editores, fez a abertura e o outro coeditor, Dr. Paulo Pombo, fez uma demonstração de truques usados na rádio, como, por exemplo, com o trote de uma pileca conseguir pela multiplicação uma cavalgada. O programa seguiu com um diálogo entre Manuel Gonçalves e D. Helena Bramão e depois Ápio Garcia, em nome dos postos centralizados, dirigiu saudações ao ERN (*Rádio Nacional*, 21 de abril de 1946).

Já no final de 1956, o noticiário da Emissora Nacional das 21:00 começava com o resumo dos principais acontecimentos, a que se seguia o desenvolvimento de cada um, com apresentação das notícias por dois locutores, a exemplo do que a Rádio Paris já fazia (*Jornal de Notícias*, 16 de novembro de 1956). Uma notícia do mesmo ano procurava caracterizar o programa *Jornal Sonoro*, com entrevistas de quinze minutos (*Flama*, 27 de janeiro de 1956). *Jornal Sonoro*, perdida a componente recreativa, e *Diário Sonoro* seriam designações mais próximas do jornalismo radiofónico que o magazine *Domingo Sonoro*, a perder impacto ao longo da década de 1950.

Diário Sonoro

O *Diário Sonoro* das 13:00 e das 20:00, com indicativo próprio e noticiário mais importante da Emissora Nacional, foi uma marca da estação ao longo de décadas. O seu modelo assentava em dois pontos fulcrais. Por um lado, a maior importância dada a eventos associados ao presidente da República, ao primeiro-ministro Salazar e alguns ministros, por esta ordem, com as suas atividades relatadas no começo do noticiário (Santos, 2017a, pp.91-93). Primeiro, vinham as notícias e, depois, as reportagens feitas na rua por locutores de confiança política. Os acontecimentos surgiam em blocos de notícias breves, sem contextualização e interpretação, à semelhança de notícias das agências de notícias. A sua construção ideológica consistia na notícia enquanto mito (Bird e Dardenne, 2009, p.206): os bons (governantes nacionais) face aos opositoristas e criminosos africanos (terroristas a soldo dos regimes comunistas), a necessidade da ordem e da tranquilidade.

Por outro lado, com o noticiário da Emissora Nacional, pretendia-se resolver o problema de descontinuidade geográfica existente num império colonial espalhado por vários continentes. Para justificar a guerra colonial em África, as notícias davam sentido à hierarquia de funções políticas e à necessidade de preencher a dispersão territorial com quadros familiares e identificáveis. A ideia central era multicultural, multirracial e unidade cultural. O esforço financeiro da Emissora Nacional, no início da década de 1970, adquirir estações nas colónias preenchia esse objetivo.

Além das emissões para as colónias, o *Diário Sonoro* transmitia-se em simultâneo para Rádio Alto Douro, Rádio Ribatejo, Emissores Associados de Lisboa e Clube Asas do Atlântico (Açores). No final de 1969, os Emissores Associados de Lisboa prescindiam dos noticiários da Emissora Nacional, por criarem serviços próprios de informação na redação do *Diário Popular*. O secretário de Estado recomendaria vigilância sobre a matéria noticiosa dessas estações. Em 1972, com a aquisição de Rádio Alto Douro e Rádio Ribatejo por Rádio Clube Português, a cadeia de transmissão da estação oficial reduziu-se. Ainda no final de 1972, a perda de importância noticiosa da Emissora Nacional foi reforçada pela inauguração de um sistema de informação mais moderno e concorrente por parte da Rádio Renascença.

Na produção noticiosa imperava um modelo burocrático: o assistente literário escrevia as notícias à mão, entregava-as ao datilógrafo, seguindo-se a leitura de concordância pelo assistente literário, que as fazia seguir para o chefe de turno e chefe de redação; este respondia perante o diretor de informação, transitando as notícias para a apresentação pelos locutores na cabina, com notícias lidas de modo seco e estilo gongórico, seguindo a solenidade formal do regime. Os locutores que liam as notícias vestiam fato e gravata, como se a rádio usasse imagem visual. A boa dicção favoreceu locutores como Pedro Moutinho, João da Câmara, Fernando Curado Ribeiro, Artur Agostinho e Fernando Correia. Situação diferente era a de Rádio Clube Português: o noticiário que escrevia era quem lia as notícias. A preparação do *Diário Sonoro* das 13:00 ocupava a tarde da véspera e a manhã do dia de emissão. Cada *Diário Sonoro* recolhia notícias inseridas em telexes da Reuters, France Presse e ANI. As notícias seguiam uma linguagem simples e entendível e censuravam-se temas como greves.

Alguns noticiários eram levados por estafeta da rua do Quelhas para a rua S. Marçal (*Nova Antena*, 29 de agosto de 1969). As notícias na Emissora Nacional seguiam de perto o editado nos jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, onde se colocava a propaganda essencial ao regime. Já no final da década de 1960, tentou limitar-se a intervenção de cada ministro ao máximo de três minutos e entre *Diário Sonoro* e *Nota do Dia* criou-se um separador musical. A *Nota* funcionou ao longo das décadas como comentário lido pelo editor de política da estação. No programa-tipo de 1960, substituiu-se o nome *Nota do Dia* por *Comentário*, com a justificação de não preencher objetivos e se querer uma rubrica atraente e a incluir os assuntos importantes da política interna e externa de Portugal após o noticiário da noite. Para o reformador do programa-tipo, o êxito do *Comentário* dependeria ainda de “pessoas de comprovada idoneidade”. Por norma, as alterações de nome visavam revitalizar uma rubrica ou substituir o responsável. No final da década de 1960, João Patrício reintroduziu a *Nota do Dia*. Mau grado as variações, o modelo de produção noticiosa manteve-se até 1974.

Sobre a apresentação dos noticiários, o conselho de programas da Emissora Nacional procurou refletir sobre se devia manter o modelo ou imprimir “uma forma mais viva e variada, nomeadamente pelo recurso a vários locutores e até locutoras, de modo a tornar mais agradável a sua audição” (17 de novembro de 1959). O tom sóbrio da locução foi evidenciado.

Em 1962, a Emissora Nacional tinha três programas em ondas médias: Nacional Metropolitano, com 18 horas diárias (7:00-1:00), de informação e entretenimento, Segundo Programa, com 13 horas de emissão aos domingos (12:00-01:00) e nove horas de emissão nos dias úteis (12:00-15:00 e 19:00-01:00), dedicado à cultura, e *A Voz do Ocidente Fala-vos de Lisboa*, programa diário (23:00 à 1:00) transmitido em espanhol, francês e inglês, e subordinado diretamente à direção da rádio. No total, a Emissora Nacional transmitia três programas em ondas médias com 33 horas de duração ao domingo e de 29 horas aos dias úteis. A estação emitia ainda em frequência modulada. Os noticiários, no Programa Nacional Metropolitano, com ligação a todos os emissores Regionais, exceto o segundo canal do Emissor Regional do Norte, eram transmitidos às 12:30 e 20:30 e repetidos às 13:00 e 21:00 no Segundo Programa. Um objetivo da estação foi, no começo de 1962, ampliar o serviço de reportagens, estabelecendo horas fixas para as suas transmissões, independentemente do *Jornal Sonoro*, com segunda emissão quando a mesma se justificasse.

Definições de noticiário

Em 1966, um analista considerava os noticiários das 7:05 e 8:00 (*Jornal da Manhã*) compostos de textos curtos e incisivos, simples, de linguagem acessível e “locução fresca” (Luís Fernando Sambado, 22 de setembro de 1966). Do ponto de vista de conteúdo, o mesmo analista concluía que a informação se baseava “em acontecimentos de última hora, rápidas e incisivas”. Outro analista defendia que os noticiários não satisfaziam a função elementar de “atrair e satisfazer camadas ou setores sociais, pela resposta a naturais interrogações e necessidades de ordem social, política, profissional, económica, espiritual” (17 de fevereiro de 1967). Já para António Moreira da Câmara, locutor entrado em 1949, os noticiários correspondiam “a uma necessidade — e a um direito — do público, e porque é esse um instrumento de ação nacional, segundo princípios de orientação doutrinária e política” (8 de fevereiro de 1967). Ele queria saber o que era uma política de informação, para que servia e ao serviço de quê. Outra perspetiva encarava a informação portuguesa como de conceção cristã e com possíveis falhas na falta de informação ampla e total das “províncias do Ultramar” e no insuficiente relevo das sessões da Assembleia Nacional (17 de fevereiro de 1967).

A informação da Emissora Nacional tinha como fonte principal os jornais, fórmula empregue desde o arranque da rádio e a limitar o campo de seleção das notícias. Muitas vezes, chamava-se reportagem ao simples registo sonoro de um facto. Para a crítica, esses breves registos sonoros, em vez de postos no final do *Diário Sonoro* como atualidades, “deveriam fazer parte integrante da notícia, valorizando-a plasticamente, criando atrativos diversificados de *mise en air*” (17 de fevereiro de 1967). O supervisor do relatório de escuta, certamente Adolfo Simões Müller, lembrava entrevistas, mesas redondas, depoimentos individuais,

reportagens diretas ou gravadas do que acontecia, magazines dando a perspectiva do que ia pelo mundo, e crónicas nacionais e internacionais (políticas, sociais, mundanas, desportivas, religiosas, do espetáculo).

Nos anos finais do mandato de Salazar, tudo estagnara, apesar de grandes desafios como novidades informativas diárias, nomeadamente a nível internacional, necessidade de formação dos jornalistas, novos equipamentos de registo e de reportagem radiofónica, concorrência dos noticiários da RTP e de Rádio Clube Português, expansão dos jornais vespertinos e maior importância da propaganda do Estado perante o agravar da guerra colonial. O velho noticiário da Emissora Nacional respeitava a hierarquia política como indicadora da ordem das notícias e o tom majestoso da leitura dos locutores.

Apesar de alterações introduzidas nos noticiários da Emissora Nacional durante os anos de Marcelo Caetano, as contradições na informação mantiveram-se. O diretor de programas João Silva Gonçalves (1968-1970) procurou traçar uma nova conceção de noticiários: informação completa, autêntica, objetiva e sem fontes tendenciosas, com relevo para a política, interesses e ecos da vida portuguesa no estrangeiro, promoção, esclarecimento e difusão da realidade económica (ata de 15 de dezembro de 1969). Isto não passava de uma fantasia de novel dirigente, desconhecedor da prática jornalística dentro da Emissora Nacional. A dimensão política fechada do regime não permitia atingir esses objetivos, o que levou o presidente da direção Clemente Rogeiro (1970-1973), na sua longa experiência de comunicação estatal, a ignorar a necessidade de livro de estilo nos noticiários da rádio. Mas a informação era uma pedra de toque da Emissora Nacional: em documentos guardados das reuniões da direção da Emissora Nacional (1969) e do conselho de planeamento de programas (1968-1971), todos os seus membros dariam opiniões e sugestões sobre os noticiários.

A designação dos noticiários da estação foi tema tratado no começo do mandato de João Silva Gonçalves como diretor de programas. A ideia de Marcelo Caetano mudar os nomes das instituições do tempo de António Salazar, como União Nacional para Ação Nacional Popular e PIDE para DGS, chegara à Emissora Nacional. Na realidade, tratou-se de mudança cosmética, porque se mantiveram o tipo e a estrutura de noticiários. Uma alteração foi suprimir o *Jornal de Atualidades* das 21:00 (final de 1969) e inclui-lo no serviço informativo *Diário Sonoro* (1:00, antes do fecho da emissão) (ata da direção, 14 de julho de 1969). Outra justificação para a extinção do *Jornal de Atualidades* foi o facto de a RTP ter alterado o horário do seu noticiário das 21:30 para as 21:00, coincidente com o da Emissora Nacional (ata da direção, 22 de julho de 1969). O diretor de programas apresentou alternativas: mudar o noticiário para as 21:30, acabar com o *Jornal de Atualidades* e dar maior desenvolvimento ao noticiário das 20:00. Os outros membros da direção não quiseram mudar o horário, porque a RTP podia voltar a mudar nos horários e a obrigar a rádio a nova alteração. A prudência aconselhava esperar pela consolidação da mudança e melhorar o *Jornal de Atualidades*.

O *Jornal de Atualidades* durava cerca de 20 minutos de duração. O de 25 de julho de 1967, por exemplo, tinha um sumário de acontecimentos mais importantes, após o que se seguiu a secção *O Mundo em 24 Horas*, com leitura de notícias de agência e de jornais, perfazendo nove minutos de duração, *O País em Notícia*, com reportagens de acontecimentos oficiais, durando perto de cinco minutos, e uma secção sem nome, com reportagens, ocupando o restante noticiário (Arquivo RTP AHD 22263_04). Nesse dia, a propósito de prémio a nadadores-salvadores e cerimónia religiosa dedicada a viajantes e automobilistas, a Emissora Nacional passou registos magnéticos desses eventos.

No início de janeiro de 1970, mudou-se o nome do Último Jornal da Rádio sucessivamente para Último Jornal, *Jornal da Madrugada* e *Jornal da Noite*, até ficar em *Diário Sonoro*, igual aos noticiários das 13:00 e das 20:00. O jornal das 8:00 manteve o nome de *Jornal da Manhã* e os outros noticiários o nome de boletins informativos. Silva Gonçalves defendeu o modelo do *Diário Sonoro* das 13:00, de dimensão nacional e multiplicação de cadeias nacionais, com base nos emissores regionais e graças à colaboração de estações de Moçambique, Angola e Guiné, na sequência do realizado com relatos desportivos, visitas de Marcelo Caetano e eleições. Em 1971, apresentou-se a inclusão no *Diário Sonoro* das 13:00 de noticiários diretos do Emissor Regional do Arquipélago da Madeira e Emissor Regional dos Açores.

Críticas internas

Quando a Emissora Nacional passou a emitir ininterruptamente (1970), preenchendo o horário de madrugada, criaram-se noticiários de madrugada (3:00, 4:00 e 5:00). Até aí, além do noticiário da 1:00, transmitia-se a primeira edição do *Jornal da Manhã* às 6:00. No conselho de planeamento de programas, advogou-se a ideia de interromper a emissão e fornecer apontamentos quando houvesse notícias de interesse, sem esperar pela hora do noticiário. Daí, nas próximas linhas, seguir comentários dos conselheiros de programas, a indicar pistas de desenvolvimento. Para João Beckert d'Assumpção, “o período das 19:00 às 22:00 poderia considerar-se o tempo ótimo para a informação em concorrência com a televisão, mas mesmo aí se deveria entremear música, da mais moderna, reduzindo por isso a extensão dos noticiários, das correspondências e das reportagens” (ata da direção, 12 de janeiro de 1970).

Maria da Paz Barros dos Santos sugeriu o aproveitamento do período 21:00-21:30, livre com o desaparecimento do *Jornal de Atualidades*, para a emissão de *Críticas de Teatro*, *Cristo é a Resposta*, noticiários curtos e rubricas de música portuguesa para os ouvintes do Brasil. Ela sugeria ainda “um outro [noticiário] à 1:00 da madrugada [antes da emissão contínua iniciada em 1972] e que se deveria procurar outra hora para a transmissão do folhetim visto que o *Diário Sonoro* ir sempre para cima do folhetim” e a possibilidade do noticiário das 13:00 passar do primeiro para o segundo programa e sua transmissão às 12:30 no Programa 1. Tal

proposta denotava a diferença de horários de trabalho entre Lisboa e as cidades e vilas do país. Noutra intervenção, a mesma vogal identificou a existência de dois noticiários próximos com informação sempre igual. A mesma conselheira referiu que, se um noticiário se destinava aos portugueses de África e outro aos portugueses da Europa, os interesses eram distintos. Embora não muito claro nas atas da direção da Emissora Nacional, ela deveria aludir a um noticiário emitido de manhã em ondas curtas em simultâneo com ondas médias.

No período da direção de Clemente Rogeiro, este apelou ao uso da imaginação nos temas para as grandes reportagens (ata da direção, 1 de março de 1971). Pela falta de interesse dos profissionais da Emissora, ele entendia que o desenvolvimento se devia apoiar em reportagens. Os estímulos podiam servir para melhorar a atividade interna.

No começo da década de 1970, a Emissora Nacional ensaiou outros temas noticiosos, desde que não colidissem com questões políticas. Foi o caso da exploração espacial, forte nesse momento, com reportagens do lançamento das naves Apolo 13 e 14 (*Diário Popular*, 8 de abril de 1970 e 31 de janeiro de 1971), elogiadas nas reuniões da direção e do conselho de planeamento de programas. No desporto, passou a incluir-se a transmissão de ralis automobilísticos. A rádio oficial procurou outros modelos de reportagem, devido ao sucesso na rádio comercial. Na discussão interna, houve propostas de critérios seletivos das provas, com relevo para o rali da TAP pela projeção internacional, quem entendesse pouco radiofónica a transmissão de ralis e quem achasse a modalidade como prova de perícia e regularidade. A questão política reaparecia em momentos de organização de encontros de impacto nacional e internacional, como a reunião da NATO em Portugal em fevereiro de 1971, que a rádio acompanhou com programas e diretos.

Um dos assuntos tratados em 1969 foi a separação das editorias nacional e ultramarina (respeitantes às notícias das colónias). O diretor de programas considerava útil a sua integração numa só estrutura mas dois vogais do Conselho de Planeamento de Programas não apoiaram, por existir um tratamento diferenciado de material noticioso em cada território ou destino do noticiário e apontar a necessidade de redatores especializados para estrangeiro, desporto e colónias. Segundo a ata:

É evidente que as circunstâncias não são as de 1961. O Ultramar agora, ao menos na sua conceção, é a «Alma e o Corpo de Portugal» e o denominador comum das preocupações dos portugueses. O relevo das cousas ultramarinas na Emissora Nacional de Radiodifusão começa a ser e deverá ser — no que si dependa — o correspondente a essa conceção e ao plano que ocupa no conjunto dos interesses nacionais. Uma economia que aparece imediatamente como evidente é a que resulta de hoje, já, nos primeiros turnos, se estar, já, em simultâneo a trabalhar a mesma notícia do Chefe do Estado, do Governo, da Assembleia Nacional, etc. Uma demonstração de que é possível fazer-se está a ser feita há meses, no que se refere aos primeiros turnos de Noticiários Metropolitanos e Ultramarinos” (ata da direção, 22 de dezembro de 1969).

Silva Gonçalves entendia a propaganda na informação como centralizada numa só sede. As notícias do governo e do parlamento teriam igual importância em Portugal e nas colónias africanas. Da leitura da ata, tira-se uma segunda ideia, a da defesa do ultramar como a principal causa da existência nacional. O ultramar tornara-se a “Alma e o Corpo de Portugal”, ideias religiosas transpostas para a economia e a sociedade nacional. Era a defesa do noticiário “dos cafres”, como o apelidou uma profissional, informação ainda mais ideológica do que os outros noticiários.

As notícias eram escritas pelos assistentes literários à mão e as datilógrafas passavam à máquina, devolviam aqueles. As notícias seguiam sucessivamente para o chefe de turno, chefe de redação e chefe de informação. A hierarquia ordenava as notícias, levadas à cabina por intermédio de contínuos, incluindo D. Maria, antiga empregada de António Ferro, onde os locutores, com as melhores vozes ou homens de confiança, liam. As notícias, quando lidas, já estavam desatualizadas, pois Rádio Clube Português já dera a notícia dois noticiários antes. As reportagens seguiam em bobinas. Havia folhas verdes para a redação nacional e cor-de-rosa para as notícias do ultramar. Também não se confundiam, porque os da redação do ultramar escreviam muito mal, diziam os seus detratores.

A Voz do Ocidente

Sigo o percurso de dois dirigentes do CPP: João Patrício, diretor de Informação, autor das *Notas do Dia*, e Maria da Paz Barros Santos, responsável pela divisão de Programas para o Estrangeiro e Intercâmbio e do programa *A Voz do Ocidente*. Como programa, as *Notas do Dia*, de três a quatro minutos de duração, tinham um cunho próximo do perfil da audiência nacional, sem grande construção teórica, ao passo que *A Voz do Ocidente*, com palestras acima de vinte minutos de extensão, em francês, inglês, espanhol e alemão, visava alcançar um público internacional sofisticado em leituras nacionalistas e conservadoras e capaz de seguir um longo discurso. *A Voz do Ocidente* não era um programa de grande audiência, mas tinha muito peso na orientação da linha governamental. Pela análise dos dois programas, identifico os objetivos do regime político quanto à Emissora Nacional.

Em 1962, destacava-se o programa *A Voz do Ocidente*, com a duração de duas horas diárias. João da Silva Tavares, membro do Conselho de Programas da estação, sentia-se um dos responsáveis pelas alterações ao programa, de acordo com as instruções recebidas do presidente da direção, e após várias reuniões com a direção dos serviços técnicos e chefes das repartições de Informação e Programas Literários e dos Programas Musicais. Também Maria Paz Barros dos Santos foi uma obreira do êxito do programa, como explico a seguir.

As emissões em língua estrangeira haviam começado durante a guerra civil de Espanha e foram ampliadas após os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli passarem da posse portuguesa

para a Índia (1954). Aqui, a emissão de programas fez-se em língua inglesa e em concanim para a comunidade de goeses deslocados para África. No final de 1956, Maria da Paz Barros Santos assumiu a liderança da área, com notícias, comentários políticos e peças radiofónicas (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, pp.18-19). Já em 1961, o serviço internacional ganhou reconhecimento e importância oficial quando Goa e outros territórios se transferiram violentamente para o domínio da Índia. A estação em ondas curtas tomou o nome de Rádio Portugal, após abandono do nome *A Voz do Ocidente*, que não identificava o país emissor.

Em julho de 1961, o conselho de programas da Emissora Nacional propusera um programa diário de duas horas, em ondas curtas e ondas médias, com música portuguesa e comentário político sob responsabilidade da direção da Emissora Nacional. As emissões seriam em inglês, francês, concanim, espanhol, alemão e italiano, estas duas últimas em 1964 (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.21). Na emissão em ondas curtas, Portugal assumia-se como a última voz na defesa de valores ocidentais e recuperava o nome *A Voz do Ocidente* enquanto programa específico. A emissão em ondas médias tinha por destino os turistas que visitavam o país.

Em 1966, uma alteração profunda na Emissora Nacional deu maior relevo ao serviço de Programas para o Estrangeiro e Intercâmbio Internacional, com o objetivo de produzir noticiários e programas recreativos e culturais e distribuir gravações por diversas estações (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, pp.23-24). Tal reforçou a reputação interna e externa de Maria da Paz Barros dos Santos. O serviço passara da rua do Quelhas, 21, para a rua de São Marçal em 1957, com cinco estúdios e três unidades de gravação para ondas curtas e acréscimo de horas de emissão. No final da década de 1960, a Emissora Nacional tinha 354 horas semanais em programas de ondas curtas com várias línguas (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.27).

Ainda em 1966 e em Pegões (Montijo), era instalado um emissor de ondas médias dedicado ao serviço internacional a emitir para a Europa, vocacionado em especial para o programa *A Voz do Ocidente*. Quatro anos antes, o Conselho de Programas aprovara, com a presença do secretário de Estado e presidente desse conselho César Moreira Baptista, o programa-tipo e incluía *A Voz do Ocidente*, mostrando interesse direto e regozijo do poder político pela sua criação (ata de 19 de fevereiro de 1962). Em julho de 1962, registava “boas referências em vários setores da opinião pública” de *A Voz do Ocidente* (Conselho de Programas, Livro de Atas 1958-1971).

Por falar bem línguas, algo invulgar na altura, Maria da Paz Santos adquiriu vantagens sobre o controlo das emissões em língua inglesa e como representante da rádio oficial nas reuniões internacionais da União Europeia de Radiodifusão, domínios que os outros diretores da estação não tinham. Ela era muito considerada, vista como pessoa com conhecimentos e competências, embora a defender um dado regime político diferente dos outros membros da Europa ocidental. Depois de abril de 1974, insinuou-se ela pertencer à CIA, mas não houve provas.

A Emissora Nacional teria dificuldades de recrutar em Portugal locutores das línguas nativas com qualificações exigidas, assunto resolvido apenas em 1963. Nessa altura, Maria da Paz Barros Santos fez uma viagem de curta duração a Londres e Paris para conhecer estudos de audiência e contactar pessoas habilitadas em análises sobre o terrorismo (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.20). Teria nascido aí a relação com a Aginter Presse, rede francesa de subversão e espionagem de extrema-direita, depois instalada em Lisboa. Apesar da documentação escassa, existiriam laços entre Yves Guérin-Sérac, responsável da Aginter Presse, e Jacques Ploncard d'Assac, escritor político francês que escreveu uma biografia sobre Salazar e colaborou no programa *A Voz do Ocidente*. Pelo que ficou da presença de Jacques d'Assac no programa e dos seus livros (d'Assac, 1956, 1962), pode traçar-se um perfil do programa: defesa da ditadura e do nacionalismo e exaltação do regime político de Salazar como bastião ocidental contra o comunismo. Duas palestras dele, em francês, estão no arquivo sonoro da RTP, sobre democracia e Marx. A apresentação das palestras fala de uma terceira sobre o nacionalismo, não arquivada.

A Voz do Ocidente tinha profissionais fora do quadro da Emissora Nacional, possivelmente ligados à Mocidade Portuguesa, sem constar dos mapas de programas gravados. Além das palestras ao microfone, saiu uma série de fascículos de *A Voz do Ocidente*, com textos de Jacques Ploncard d'Assac, talvez os mesmos que foram emitidos.

Apesar do número diminuto de registos sonoros, chegou até nós um indicador precioso nas atas do Conselho de Programas — o modo como o conselho discutiu e avaliou a correspondência recebida e as críticas ao horário de *A Voz do Ocidente* (23:00-01:00), como a hora tardia de transmissão para os principais países a que a emissão se destinava (França, Alemanha, Inglaterra) e o não alcance do norte de África, “carência importante dada a especial fisionomia política atual dos estados que integram aquela região e a posição correspondente que têm assumido quanto a Portugal” (ata de 21 de fevereiro de 1962), com as emissões de oposição da Rádio Portugal Livre, de Manuel Alegre. *A Voz do Ocidente* terminou apenas com a revolução de abril de 1974 (Arquivo Sonoro RTP AHD5060; *Diário Popular*, 4 de maio de 1974).

A parte internacional da Emissora Nacional era muito importante para a política do regime, para Salazar e para quem presidia ao pelouro. Para atender aos pedidos de programas para as estações das colónias africanas, em meados da década de 1960, o serviço de Maria da Paz Barros dos Santos começou a efetuar cópias magnéticas. As máquinas de alta velocidade adquiridas faziam oito cópias em simultâneo. Sem pessoal suficiente no setor técnico, admitiu-se pessoal feminino. Elder Récio, entrado em 1954 por concurso e trabalhando na rua do Quelhas, 21, foi o chefe da secção técnica que supervisionou tal tarefa. Na sequência, foi iniciado o arquivo histórico, guardado em mais de 300 bobinas, sob a designação AH (Arquivo Histórico).

Notas do Dia

De João Patrício, chefe da Repartição de Informação da Emissora Nacional e autor de livros (editoriais lidos na estação), percebe-se mais facilmente o seu contributo ideológico, colocado na Emissora Nacional como homem de confiança do regime. Ele colaborou em jornais como *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *Ação* e *A Voz*, até chegar ao *Diário da Manhã*, órgão ligado à União Nacional, onde foi diretor-adjunto durante doze anos. Da sua autoria, destaque para a edição de seis volumes sobre a atividade política de Américo Tomás (1960-1965).

Muito envolvido na propaganda do regime, João Patrício escreveu e publicou *Editoriais e Notas do Dia* (1968), num total de 51 notas, com ênfase nas principais figuras políticas internas: Caetano (onze notas), Salazar (seis) e Tomás (três). Já em *Notas do Dia* (1971), 45 das 78 notas têm forte peso político, seguido de 15 sobre visitas (de Marcelo a África, Brasil, Espanha, Açores e em Portugal), oito de relações internacionais (como a visita de secretário de Estado americano e de governantes francês e brasileiro a Portugal) e sete com indicações económicas. As figuras de maior referência nas notas de 1971 seriam Marcelo Caetano (24 vezes), ministros (seis), Américo Tomás (cinco) e Salazar (duas). Atente-se, por exemplo, na nota de 8 de abril de 1969, onde o autor referia a visita prevista de Marcelo Caetano a Guiné, Angola e Moçambique: “o correspondente da agência norte-americana United Press, em Lisboa, escreve em crónica que é um ato de confiança no futuro a viagem que o prof. Marcelo Caetano vai efetuar às províncias portuguesas de África, onde reafirmará a determinação de Portugal de permanecer no Continente Negro” (Patrício, 1971, pp.37-38).

Dedico atenção especial a duas notas do dia, a primeira de empregados da Companhia Caminhos de Ferro de Lisboa em apoio a Salazar. Os trabalhadores dessa empresa, lutando por melhores salários, tinham feito greve de zelo e não cobraram bilhetes aos passageiros (Serejo, 2001, p.68). Na sua nota de 13 de julho de 1968, intitulada “Paz Social”, João Patrício escreveu:

o País, habituado a uma política construtiva de paz e progresso, jamais se tornou espectador impotente e vítima da luta violenta de classes, nas questões suscitadas entre o capital e o trabalho. E a prová-lo, uma vez mais, está a manifestação de respeito e de fidelidade aos princípios corporativos de que foi alvo o Doutor Salazar por parte do pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (Patrício, 1968, p.16).

A outra nota seria a lida a 13 de abril de 1970. Américo Tomás visitava a Universidade de Coimbra. João Patrício dizia que o presidente da República “esquecia generosamente, como homem de bem, incidentes lamentáveis” (Patrício, 1971, p.89). Em 1969, Alberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra, pedira autorização para falar durante essa

visita de Tomás. O estudante foi impedido disso, levando os seus colegas a irromperem em protestos, o que provocou o abandono de Tomás do local e a prisão de vários participantes pela polícia política. O regresso de Tomás significava que a situação estava controlada, do mesmo modo que os funcionários dos elétricos e autocarros tinham perdido a sua luta. Patrício, numa linguagem de propaganda, redigia tais notas de apoio ao regime. Os jornais não haviam noticiado estas ocorrências de oposição ao governo, pelo que não chegaram à opinião pública publicada, mas deram conta da posição posterior dos governantes, com gestos aparentemente magnânimos.

A Hora da Saudade

A Emissora Nacional começou a emitir *Meia Hora da Saudade* em 24 de abril de 1937, depois designada *A Hora da Saudade*, com o objetivo de enviar mensagens a portugueses residentes na Madeira, Açores e África colonial portuguesa, no último sábado de cada mês. Era uma iniciativa, através das ondas curtas, de criar um mercado sentimental da saudade. O modelo do programa misturava, assim, informação e propaganda do regime, juntando as ideias de identidade nacional e continuidade geográfica em império espalhado por diversos continentes: os portugueses eram colonos dotados de valores cristãos a espalhar pelo mundo. O conceito de multirracionalidade nascia aqui.

O funcionamento da *Hora da Saudade* foi o da leitura de textos de pessoas que queriam contactar parentes e amigos residentes nas colónias portuguesas, apoiadas por Carlos Queirós, então encarregado dos serviços de Cultura Geral e Emissões para o Ultramar. De emissão mensal passaria a três semanais. Em 1938, as emissões estender-se-iam para Brasil e América do Norte. Os pescadores de bacalhau seriam também contemplados, com programas a partir de Lisboa mas também dos centros piscatórios de Viana do Castelo, Afurada, Figueira da Foz, Peniche e Fuseta, onde os técnicos se deslocavam para gravar as mensagens. Dois locutores ligados ao programa foram Raul Feio e Etelvina Lopes de Almeida. Para esta,

“não imagina o que é uma pessoa passar-lhe pelas mãos, pelos olhos, pelo coração, pela nossa sensibilidade, as mensagens que vinham ser lidas pelas mães, pelas noivas, pelas mulheres daqueles que estavam longe. [...] Nós sentimos que aquela varina que vinha ler a mensagem que só podia ter xis palavras e não podia ter mais e que aquela chegava à segunda palavra e não apresentava mais e chorava e era a locutora de serviço que tinha de completar a mensagem. De cada vez que eu tinha de completar uma mensagem, eu era a mãe de um homem distante ou era a mulher de um homem distante ou a filha” (Arquivo da RTP AHD 11922).

No Natal, havia uma emissão especial, incluindo para os navios em viagem para África (*Rádio Nacional*, 31 de dezembro de 1955). Em 1952, quando o programa se dirigiu igualmente para o Oriente, estimavam-se quase 160 mil mensagens enviadas. Para dar conta do impacto dos programas radiodifundidos pela Emissora Nacional, um ouvinte de *A Hora da Saudade* mudara o horário de trabalho para escutar ainda o programa diário dirigido para Guiné, Cabo Verde e Brasil (22:00-00:00).

3. Rádio Clube Português e Rádio Renascença

O modo orgânico implicou a criação de estruturas noticiosas. A sua organização tardia (1961 em Rádio Clube Português, 1972 em Rádio Renascença) tem várias razões, a primeira das quais a viabilidade económica. A colocação de publicidade precisamente antes e depois do noticiário garantiu a sua exequibilidade nas duas estações.

A meio da década de 1930, em Rádio Clube Português, já com muito impacto político e cultural na rádio em Portugal, nasciam rubricas como informações da bolsa, economia, finanças, marítimas e coloniais. No início da década de 1950, Rádio Clube Português tinha três noticiários de cerca de 10 minutos cada um (12:30, 20:30 e 23:45). O noticiário, ainda sem serviço próprio, consistia na leitura de recortes da imprensa diária. Por iniciativa dos produtores de Rádio Clube Português, alguns programas inseriam informação. A APA (Agência Publicidade Artística), de grande importância na década de 1950, com estúdio na Rua Nova da Trindade, possuía uma secção de publicidade gráfica para anúncios para jornais e organizava espetáculos de auditório ao vivo no Éden Teatro, gravados e transmitidos pela rádio. Os locutores Artur Agostinho e Pedro Moutinho apresentavam o programa, com cançonetistas, concursos e diálogos cómicos com Zequinha (Vasco Santana) e Lelé (Elvira Velez). Após mudança de legislação, a proibir os espetáculos ao vivo por se considerar que roubavam espectadores de teatro, a APA passou a emitir apenas o programa de rádio com informação. O noticiário *Jornal da APA*, às 20:00, com conteúdos do *Jornal de Notícias* e da agência noticiosa ANI, chegava à Parede através de telefone.

A criação de serviço próprio de noticiários em Rádio Clube Português coincidiu com a mudança dos estúdios da rádio da Parede para Lisboa (rua Sampaio e Pina), em 1961. A necessidade de noticiário curto nasceu no programa *Meia-Noite* e foi chamado “bossa nova”, em homenagem ao ritmo musical da moda. A direção da rádio decidiu alterar o modelo de noticiários por razões comerciais mas não ideológicas. Com o novo figurino de noticiário a emitir de Lisboa, a presença da agência APA desapareceu, embora se mantivessem relações. Nomeado chefe de serviço de noticiários em janeiro de 1961 (*Antena*, 1 de julho de 1966), Luís Filipe Costa propôs serviços de três minutos e de hora a hora. Ele, que abandonara a universidade e se estreara no teatro radiofónico da Emissora Nacional em 1954, integrou a

equipa radiofónica da agência de publicidade APA como repórter de rua, no ano seguinte, assumindo a direção da programação da agência em 1959. Em maio de 1960, entrou no quadro de locutores de Rádio Clube Português (Serejo, 2001, p.71). Em 1959, Rádio Clube Português fazia um Regulamento Geral de Radiodifusão, em que o artigo 4 se referia à informação:

Os noticiários devem restringir-se à narração precisa e desapaixonada dos factos. As notícias devem ser escolhidas com critério e bom senso e evitar quaisquer detalhes mórbidos, sensacionais ou alarmantes que não sejam essenciais à sua descrição. Os comentários e análises a factos devem «ser justos e imparciais e a sua apresentação distinta das respetivas notícias (*Jornal Feminino*, 15 de julho de 1959).

Lentamente, desapareceria o estilo pomposo e rebuscado do locutor, embora atendendo à entoação, tornando-o próximo do ouvinte. À época, o presidente da República era chamado Sua Excelência o Senhor Almirante Américo Tomás. Em Rádio Clube Português, houve uma negociação de mais de quatro anos com a censura para abolir tais designações. A rádio simplificaria o tratamento dado a essas figuras políticas, acabando a referência a sua Excelência o Presidente da República, ficando Presidente da República até se reduzir a apenas Américo Tomás. Outra inovação foi a leitura das peças jornalísticas pelo noticiário que a escreveu, em estilo conciso e rápido, com linguagem direta. Cada notícia seguia a linguagem da publicidade, tirando artigos definidos e verbos. A informação baseava-se quase totalmente em telexes recebidos da Reuters, France Presse e ANI, a que se acrescentava um terminal ligado ao Palácio Foz, com notícias oficiais, e notícias avulsas da Lusitânia. Na redação, gravavam-se emissões de estações internacionais, a cargo de Manuel Bravo. O serviço de noticiários da estação ganharia o prémio internacional *Ondas*, recebido em Barcelona, em 1966. Pelo seu trabalho pessoal, Luís Filipe Costa venceu o Prémio da Casa da Imprensa de 1967.

Um dos noticiários mais alargado, na transição da década de 1950 para a de 1960, era às 20:00 (quinze minutos). A televisão ainda não começara a fazer muita concorrência, em especial no horário noturno. Na Emissora Nacional, havia jornais às horas de almoço e de jantar, com cinquenta minutos e cerca de doze notícias, em cuja hierarquia de notícias o chefe de Estado e o presidente do Conselho apareciam em primeiro lugar, a que se seguiam ministros e outros notáveis políticos e empresariais. Em Rádio Clube Português, o noticiário nacional das 20:00 tinha o comentário “Uma Palavra Mais”, assinado por Jaime Silva Pinto. O noticiário mais importante era o da 1:00, feito por Luís Filipe Costa e jornalistas seniores, com síntese do nacional e do internacional. Neste noticiário, havia, por vezes, trocadilhos, metáforas e mensagens quase criptadas, com uso de títulos de peças teatrais, filmes e livros. O assalto da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) à filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, a 17 de março de 1967, foi notícia cortada no primeiro dia e suspensa no segundo dia, mas, no serviço meteorológico, o locutor diria: “O dia de amanhã vai estar cinzento, feio, vai

chover, vento forte, mas felizmente há luar”. Talvez o ouvinte fizesse a ligação política entre o movimento armado LUAR e o assalto feito.

Os noticiários marcaram a estação comercial, passando informações como o assalto ao paquete Santa Maria (janeiro de 1961), a queda de Goa e outros territórios até aí considerados colónias portuguesas na Índia (dezembro de 1961), o assassinato do presidente americano John Kennedy (1963), as inundações de Lisboa (novembro de 1967), a renúncia de Johnson à candidatura da presidência americana e a suspensão dos bombardeamentos no Vietname (1968). Muitas das notícias davam-se em primeira mão pela estação, porque a rádio é um meio de comunicação mais leve que televisão e imprensa, e sobre acontecimentos internacionais, pela dificuldade em dar notícias sobre Portugal, O país vivia em regime de ditadura e com uma sangrenta guerra colonial. A partir de 1969, o noticiário das 4:00 incorporaria notícias a partir da redação do jornal *O Século*. No Porto, existia um noticiário regional autónomo às 12:00 e um resumo de notícias do norte nos noticiários das 13:00 e das 20:00. O noticiário das 20:00 tinha uma nota de abertura, duas vezes por semana a partir do Porto, assinado alternadamente por Rui de Melo e Humberto Branco. No final de 1956, no Porto, apareceu uma *Agenda de Rádio Clube Português*, que terminava com indicação das farmácias de serviço e tabela das marés, informação meteorológica e sismológica para oito dias. A estação alteraria o título para *Boletim Informativo*. Quando a sede portuense arrancou na rua de Ceuta (1957), João Pinto Garcia foi o responsável dos noticiários da estação. No final de 1959, o boletim trazia um resumo de notícias internacionais.

Em Rádio Clube Português, cada profissional fazia um horário de seis horas. Havia períodos em que coincidia com outro noticiário, colaborando e possibilitando mais meios para gravar telefonemas e juntar mais fontes. No começo de 1969, havia nove noticiários da estação: Luís Filipe Costa, Paulo Fernando, Manuel Bravo, Firmino Antunes, João Paulo Guerra, Carlos Manuel, Fernando Quinas, Jorge Moreira e Duarte Ferreira. Alguns deles tinham cursos superiores inacabados e passagem pela Rádio Universidade. Ao longo dos anos, juntaram-se profissionais como Cândido Mota, Jorge Dias, Joaquim Furtado, Adelino Gomes e Júlio Isidro. Este último entraria para os noticiários a ganhar 25 escudos à hora. No período em que Adelino Gomes esteve nos noticiários (1967-1968), fez o horário 1:00-8:00, com noticiários às 3:00, 5:00, 6:00 e 7:00. O jornalista fez a cobertura da Exposição Universal de Montreal (1967) e da Exposição Universal de Osaca (1970), em iniciativas do produtor Joel Nelson Mendonça Vaz (Espaço 3P). Em Osaca, Adelino Gomes foi um dos 300 jornalistas de todo o mundo apoiados pela rádio NHK. A sua transmissão em direto para a rádio inaugurou a ligação telefónica entre Japão e Portugal.

Rádio Clube Português alugaria um helicóptero, a que se seguiu a compra de um avião de quatro lugares e autonomia de sete horas de voo, pensado para retransmissor de apoio a reportagens em direto de eventos com grande mobilidade, como a volta a Portugal em bicicleta e provas de automobilismo, ganhando às rádios concorrentes em atualidade e precisão

na informação. A tripulação era composta por dois operadores de som da estação, que possuíam brevê. O avião serviu ainda para deslocações particulares da família Botelho Moniz.

Na transição para a década de 1960, nasceu *Repórter Mabor*, noticiário síntese (14:00-14:05) parecido com o noticiário brasileiro *Repórter Esso*. Estes noticiários no Brasil e em Portugal tiveram apoio comercial de grandes empresas (petróleos, pneus). *Repórter Esso*, transmitido à hora certa, com frase de abertura, modo de narrar os factos, ilusão da chegada naquele momento dos telegramas, perceção de notícia exata e estética da notícia (compacta, rápida, dinâmica), foi um tipo de noticiário que atingiu muito sucesso no Brasil (Klöckner, 2008, p.161). Cada noticiário, com frases em ordem direta e curtas, de técnica de produção e redação determinada pela agência de notícias que o fazia (Zuculoto, 2012, p.89), atingia 70 linhas ou duas páginas de texto lido. Em Portugal, a primeira designação de locutor fora *speaker* (*TSF em Portugal*, 15 de março de 1925). No caso português, como no brasileiro, a informação integrou o espaço nobre da emissão das estações e, no horário antes e a seguir aos noticiários, os anúncios comerciais emitidos tornaram-se mais disputados e caros.

A concorrência com as outras estações sentia-se, por exemplo, nos diretos. Os jornalistas recorriam às novas tecnologias da época (telefone, telex, gravador de fita magnética). O uso de pequenos gravadores portáteis Philips levou a prescindir do apoio de técnicos de som. Começou a implantar-se o modelo da rádio francesa, com diretos a partir de cabinas telefónicas. Durante a doença de António Salazar, todos os dias havia conferências de imprensa no hospital da Cruz Vermelha. No primeiro dia, com a ajuda da telefonista a arranjar uma linha direta para a rádio, António Miguel, de Rádio Clube Português, venceu a concorrência da Emissora Nacional. Depois, dado a estação estar a fazer experiências com um carro de som, ao ser recebido o boletim clínico de Salazar, o repórter correu para a viatura e pôs logo a informação no ar.

Dezanove.00

Em Rádio Renascença, o serviço próprio de noticiário iniciou-se a 23 de outubro de 1972, de hora a hora (7:00-2:00), com destaque para três serviços mais desenvolvidos: 12:45, 19:00 (*Dezanove.00*) e meia-noite. Por reconhecer a importância dos noticiários de Rádio Clube Português, Paulo Azevedo, responsável da programação de Rádio Renascença, convidou Carlos Cruz para avançar com uma estrutura (Cruz, 2016). O mesmo diretor da rádio pedira anteriormente uma proposta a Adelino Gomes mas o comentário deste feito sobre os Jogos Olímpicos em setembro de 1972 levou-o ao despedimento e fez gorar o objetivo. O noticiário das 19:00, de meia hora de duração, dedicava sete ou oito minutos iniciais a uma síntese de informação nacional e internacional, cinco minutos de revista da imprensa (leitura de jornais *Diário de Lisboa*, *República*, *Diário Popular* e *Capital* e agências France Presse, Reuters e ANI) e dez a doze minutos com reportagens ou entrevistas.

A estação passou a incluir notícias oriundas das redes internacionais Cadena Ser, rádio pública francesa, Deutsche Welle, BBC — secção portuguesa e Voz da América. Os telexes tinham sido instalados em junho de 1972 (ata de reunião da gerência de Rádio Renascença, 26 de setembro de 1972). Além da criação da rede de correspondentes nos distritos do país, com informação regional e local, os noticiários divulgavam ainda informação cultural, com sugestões de filmes e livros. Ao lado de Carlos Cruz, já estrela de rádio e de televisão, João Alferes Gonçalves e José Manuel Nunes assumiram funções de adjuntos. Da redação faziam ainda parte Rui Pedro, Pedro Castelo e Júlio Corte Real, este a trabalhar nos Restauradores com os telexes libertados pelo SNI (Comissão de Censura), Viriato Dias e António Santos (Cruz, 2016, p.222). Pouco tempo depois, Carlos Cruz saiu e a gerência da estação convidou o primeiro adjunto para o substituir. Alferes Gonçalves procurou organizar uma informação ainda mais isenta e objetiva, mas a estação estava comprometida com a cobertura de atividades governamentais e a obrigatoriedade de fazer apontamentos para os noticiários (ata de reunião da gerência de Rádio Renascença, 26 de setembro de 1972).

A Rádio Renascença pretendia combater o modelo noticioso de Rádio Clube Português e fazer “chegar aos ouvintes, para além da frieza da notícia, o comentário na hora certa e a presença viva dos acontecimentos através da reportagem” (*Diário Popular*, 21 de outubro de 1972). Se a informação de Rádio Clube Português estava condicionada aos horários dos programas de produtores independentes (54 minutos por hora radiofónica, mais seis minutos para noticiários e publicidade), a Rádio Renascença tinha três programas da própria estação (*Enquanto For Bom Dia, Radiorama, 23ª Hora*), o que permitia irradiar quando a notícia fosse importante.

Por vezes, os serviços de noticiários de Rádio Renascença entraram em colisão com a censura ao abordar temas como greves e problemas sociais ou sindicais. Se se cobriram a greve da fábrica de papel da Amieira, a declaração da independência da Guiné-Bissau e o golpe no Chile (setembro de 1973), não se divulgou a morte de Amílcar Cabral (informação veiculada pela Reuters e France Presse). As reportagens em direto no noticiário *Dezanove.00* não passavam pela censura, mas eram criticadas depois. Após a suspensão dos programas *Página 1* e *Tempo Zip* (setembro de 1972), a estação tomou precauções e a sua gerência implantaria um conjunto de normas, em que todos os

acontecimentos de importância na vida nacional do nosso País, quer organizados pelos governantes, quer por pessoas que o façam ao serviço do ensino, do desporto, da investigação científica, do turismo, etc., desde que haja neles o maior respeito pela moral e doutrina cristã, pela Igreja e seus representantes e não tenham carácter exclusivamente político partidário, devem ter a devida cobertura pela Rádio Renascença (reunião da gerência de Rádio Renascença, 27 de dezembro de 1972).

Além disso, a secção de noticiários devia organizar “uma agenda onde sejam anotados, com a máxima antecedência possível, os acontecimentos a que a Rádio Renascença deve estar

presente”. Uma nota complementar indicava que comunicados e determinações do governo e das autoridades constituídas não podiam ser comentadas ou interpretadas em sentido diferente ao do que lhe deu o autor nem podiam ser alvo de crítica destrutiva ou de ataque ao instituído.

4. Censura e SNI

A permanente censura obrigava a grande subtileza de autores, locutores e noticiaristas para deixarem passar as suas mensagens. Com frequência, exerciam autocensura. Outras vezes inovavam muito lentamente, com subtileza, em especial se referentes a aspetos da cultura do Estado Novo, como a respeitabilidade e reverência pelas figuras públicas. Um dos presidentes da estação, Clemente Rogeiro, questionaria o processo de redação dos noticiários e sua leitura, referindo-se à pronúncia de alguns locutores e falta de ritmo, e comparou os noticiários da Emissora Nacional com os da RTP, faltando estrutura aos primeiros. Ele propôs a criação de comissão para estudar o tema “com plenos poderes”, ouvindo noticiários gravados previamente. Não bastava o controlo do que se escrevia mas também o modo como se dizia. A censura interna de Rádio Clube Português era executada pelo diretor da Fiscalização, Moita de Deus, além do fiscal externo do governo. Os noticiaristas combinavam a maneira de dizer.

Uma das maiores marcas da censura na rádio aconteceu com a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República em 1958. A estação abriu emissões radiofónicas aos três candidatos (Américo Tomás, Humberto Delgado e Arlindo Vicente), através do emissor de Miramar (*Jornal de Notícias* 13 de maio de 1958), como exemplo de tolerância e respeito pelas opiniões alheias. Os serviços de candidatura de Delgado fariam publicar no emissor de Miramar algumas palavras que os dirigentes da rádio não gostaram:

O acusatório de todos os governos tirânicos que o génio do mal tem gerado através da história humana é sempre negativo. [...] O cabralismo, João Franco, Pimenta de Castro, Sidónio, eis outras tantas manchas de treva ou sangue. [...] A História o dirá, mais calmamente do que nós, decerto, mas os sofrimentos do povo têm o direito de gritar bem alto o seu desespero, mesmo que isso incomode os tímpanos melindrosos da União Nacional ou do próprio Sr. Dr. Oliveira Salazar (*Jornal de Notícias*, 18 de maio de 1958).

No mesmo texto, a candidatura de Humberto Delgado afirmava que seria culpabilizado quem tivesse responsabilidades nesses sofrimentos, enquanto a censura não calasse a sua boca, a porta-voz do povo. A direção de Rádio Clube Português discordou do excesso de generosidade dos serviços de censura por permitirem a publicação do documento e manifestou repulsa. Jorge Botelho Moniz, o presidente da direção da estação, informaria que a candidatura de Delgado não teria mais acesso à estação.

Antes, no final de 1948, Salazar concedera permissão para publicidade às pequenas estações de Lisboa e Porto e, em troca, as estações anulariam a emissão de programas acordados com a candidatura oposicionista de Norton de Matos. Esta foi a primeira derrota de um candidato através dos meios eletrônicos, por silenciamento das suas propostas. Depois, nas eleições de 1951, Quintão Meireles desistiria da candidatura à presidência da República após inúmeras dificuldades como a proibição aos microfones da Emissora Nacional (*Diário de Lisboa*, 20 de julho de 1951), e, nas eleições de 1953, Rádio Clube Português abriu os microfones à oposição mas logo os fechou (*Jornal de Notícias*, 24 de outubro de 1953), situação a repetir nas eleições presidenciais de 1958.

Caso Página 1

O momento de maior emoção vivido no programa *Página 1* foi a sua suspensão em 6 de setembro de 1972, devido a comentário produzido por Adelino Gomes no dia anterior, quando um comando palestino assaltou a aldeia olímpica de Munique e matou atletas israelitas. Adelino Gomes, em apontamento, mostrou a estupefação do mundo e enquadrou o problema, a evidenciar os direitos dos povos, a violência sobre os palestinos e as resoluções tomadas nas Nações Unidas. O jornalista comentaria ainda o telex em que o presidente dos Estados Unidos, que considerava uma ignomínia o assalto à aldeia olímpica de Munique, autorizara aviões B52 a bombardear aldeias, diques e hospitais do Vietname do norte. Diria o jornalista:

a invasão da aldeia olímpica por comandos palestinos é um episódio, uma batalha da guerra do Médio Oriente. Uma das muitas batalhas de uma guerra que começou em 1948 com a expulsão pelos judeus dos palestinos árabes do território em que viviam. A proclamação do Estado de Israel nesse ano (1948) provocou o êxodo de 400 mil palestinos que se instalaram em países árabes; posteriormente, outros 350 mil viram-se obrigados a abandonar as suas casas e as suas terras da Palestina — já chamada Israel. [...] Mas o terrorismo não é património de nenhuma das duas partes. Foram precisamente os judeus quem nos anos 40 fundaram o Irgun Zvai Leumi e o Stern, organismos terroristas que assassinaram o príncipe sueco Folke Bernadotte, enviado especial das NU, que tentava em 1949 evitar a luta armada.

O texto de Adelino Gomes era o terceiro destaque dado aos acontecimentos de Munique na edição de 5 de setembro de 1972 do programa *Página 1*. O primeiro, emitido às 20:00, transcrevia um artigo da revista espanhola *Triunfo*, contando os atos políticos presentes em anteriores edições dos Jogos Olímpicos. O segundo destaque, emitido às 20:30, foi constituído por telefonema da BBC, com leitura dos serviços de agências internacionais e correspondentes da estação inglesa em Munique, Jerusalém e Beirute. O texto do jornalista acima

descrito foi emitido às 20:40 e repetido em *Tempo Zip*, programa de João Paulo Guerra.

Paulo Azevedo, então diretor de publicidade e de programas e responsável pela censura interna, pedira previamente a Adelino Gomes o texto sobre o assunto. Às 17:45, o responsável da estação saiu para uma reunião mas venceu a necessidade de conhecer o texto antes da emissão. O jornalista não o fez, desafiando a censura. Pedro Feytor Pinto, diretor dos serviços de informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, mandou suspender os dois programas. Uma carta da rádio enviada ao programa *Página 1*, a 6 de setembro de 1972 e assinada por Maria Helena Lopes da Silva em nome da direção de Rádio Renascença, criticaria o “abuso de terem transmitido textos sem censura prévia e por terem tomado posição contrária ao espírito de justiça e caridade” da estação. A condição de reabertura seria a saída de Adelino Gomes e João Paulo Guerra das equipas dos programas. Os jornalistas suspensos pediram para ser recebidos na secretaria de Estado. Adelino Gomes defendeu o texto como equilibrado, ao que o responsável da SEIT Geraldês Cardoso respondeu: “você está a falar de Portugal, está a falar da guerra. E nós não podemos aceitar isso”.

Após setembro de 1972, o programa *Página 1* desmembrou-se em termos dos seus responsáveis. Homero Cardoso, diretor de publicidade da revista *Flama* e produtor do programa *Página 1*, foi preso durante a vigília da capela do Rato, a 31 de dezembro de 1972. Em cada edição, o programa fazia três segundos de silêncio, passava a canção de José Afonso *Por Detrás Daquela Janela* e fundia a música com o indicativo do programa, a chamar a atenção para o colega preso. Após a saída de Adelino Gomes, que foi trabalhar para a rádio alemã Deutsche Welle (janeiro de 1973), também José Manuel Nunes deixou o programa (setembro de 1973), com ameaças físicas e psicológicas sobre ele.

O Estado exigiu a nomeação urgente de fiscal do governo para controlo mais eficaz e a estação criou medidas de reforço da censura interna. A 27 de dezembro de 1972, a rádio publicava um regulamento de noticiários, com a direção a atribuir responsabilidade da censura interna ao chefe dos serviços comerciais e ao regente de estúdio, função que eles procuraram libertar-se rapidamente. Segundo as normas aprovadas, os noticiários deviam ser claros e breves, sem repetições a denunciarem intenções subjacentes, a seleção das notícias não podia subordinar-se a critérios pessoais, posição política ou ideológica dos indivíduos e com respeito pela disciplina da Igreja. Rapidamente se verificou que as normas matariam a escrita noticiosa. A direção da estação diria isso em carta enviada a Feytor Pinto (13 de fevereiro de 1973):

desde novembro último, após a irradiação imposta a Adelino Gomes, [o programa *Página 1*] não tem sido mais do que um simples programa de esmerada seleção musical. Pela supressão da dinâmica informativa nos seus programas, a imprensa portuguesa não se coíbe de afirmar, com insistência, que a Rádio Renascença tem decaído notória e lamentavelmente.

Mas existia ambiguidade na análise, como o demonstrariam os acontecimentos de 28 de fevereiro de 1973. Em carta, Carlos Cruz apresentou a demissão “das funções de responsável pelos Serviços de Noticiários” de Rádio Renascença, cerca de meio ano após ter tomado posse. O locutor escreveria que “existe na verdade uma diferença bastante acentuada de pontos de vista em relação à forma de elaborar e transmitir as notícias a que se tem acesso e que deu origem a várias notas emanadas dessa ex^a gerência”. No mesmo dia, monsenhor Sezinando Rosa, presidente da estação, alertava que o noticiário das 19:00 mostrava “motivações tendenciosas, o que não corresponde às diretrizes de isenção previamente estabelecidas em regulamento próprio”. Por isso, a partir do dia seguinte, o noticiário seria sujeito a censura interna.

Com carta datada de 4 de janeiro de 1974 e dirigida a Geraldos Cardoso, diretor geral da informação da SEIT, monsenhor Sezinando Rosa apresentava razões contra a instalação física de fiscal do governo. Como estação confessional e católica, o censor deveria ter “formação política e ideológica em consonância” com a Rádio Renascença e não sugerir ou impor “diretrizes alheias ou contrárias à missão e normas de conduta específicas”. Por temer atrasos nas decisões do censor, Sezinando Rosa não queria que a intervenção do fiscal atrasasse os noticiários. Na carta abordou igualmente os encargos financeiros e a falta de espaço para a instalação do gabinete do censor do governo. Embora se sujeitasse ao censor externo, propunha um perfil respeitável para a sua doutrina.

Antes, a 27 de junho de 1973, o censor interno escrevia uma carta à direção da estação: “Até à entrada do programa *Limite*, o trabalho [de censor] não era demasiado, embora me obrigassem, muitas vezes, a ir jantar bastante tarde e a vir aos estúdios durante a noite”. Mas, o trabalho avolumou-se e ele não podia atender à censura e aos outros serviços à sua conta, pelo que pedia para sair da função, embora se mantivesse como se comprovou na sua reação a entrevista de Rui Pedro (*Cinéfilo*, 9 de março de 1974). Nesta, Rui Pedro não acreditava na ideia de trabalho profundo nos noticiários da estação mas mostrava muito empenho em fazer notícias e ler comentários. Por isso, o diretor propôs o seu despedimento (carta de 14 de março de 1974).

Na mesma altura, evidenciando a ampliação da luta política nacional na fase final do Estado Novo, a Casa da Imprensa atribuiria, em março de 1974, um prémio na área da rádio a Adelino Gomes pelo seu trabalho no programa *Página 1*. Na festa dos prémios, no Coliseu dos Recreios, cantariam José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Manuel Freire e Fausto Bordalo da Silva (*Diário Popular*, 30 de março de 1974). Chamado ao palco, Adelino Gomes confessaria: “tive o prémio do melhor locutor da rádio, mas fui despedido por ter dito algumas coisas e por pretender dizer muitas coisas que vocês deviam saber” (registo magnético). Segundo o relatório da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, assinado pelo capitão Américo Maltez, a sala estava superlotada, predominando a juventude e elementos da CDE (oposição comunista). Adelino Gomes mostrar-se-ia também muito sensibilizado pelo telegrama do seu colega João Paulo Guerra, despedido igualmente a 6 de setembro de 1972.

Durante um minuto, a assistência gritou: “fascistas, fascistas”. O júri de atribuição dos prémios da rádio, constituído por Miguel Serrano (*A República e Comércio do Porto*), Tito Lívio (*O Mundo da Canção*), José Jorge Letria (*A República*) e Mário Contumélias (*Musicalíssimo*), avaliara Adelino Gomes por assumir “convictamente todos os riscos e deveres inerentes à profissão” (*Diário Popular*, 13 de dezembro de 1973) e lamentava o seu prolongado afastamento.

SNI

A partir da década de 1940, o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), mudado para SNI (Secretariado Nacional de Informação), elaborou noticiários diários para as pequenas estações locais (Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos). A forma mais prática era a revista de imprensa diária, com leitura de notícias saídas nos jornais (informação nacional e internacional) e síntese de artigos de opinião, a emitir às 18:45 e com 15 minutos de duração.

Ao mesmo tempo, o SNI abria concursos para locutor, “no intuito de estimular as reais vocações radiofónicas” (*Rádio Nacional*, 26 de fevereiro de 1949). Os locutores aprovados trabalhavam nas estações acima indicadas (apenas em Lisboa) em programas especiais do SNI e remunerados por este. A meio da década de 1950 o valor mensal era de 500 escudos. As provas de admissão incluíam leituras de português, francês e inglês, leitura de um programa radiofónico, interpretação de um diálogo radiofónico, recitação de uma poesia, pequena reportagem de improviso e redação de uma notícia (*Rádio Nacional*, 26 de fevereiro de 1949). Em maio de 1954, por exemplo, o SNI tivera 200 concorrentes inscritos no concurso de locutores. O júri era constituído por Folgado da Silveira (SNI), Ester de Lemos (Emissora Nacional) e Jaime da Silva Pinto (Rádio Clube Português). Os aprovados ficavam um ano como locutores efetivos. Muitos dos candidatos do SNI ficaram ligados à rádio, casos de Armando Marques Ferreira, António Miguel, Aurélio Carlos Moreira, Eládio Clímaco, Fernando Correia, Manuela Reis, Maria Carlota Álvares Guerra, Maria Dinorah, Maria José Baião, Maria Júlia Guerra e Natália Bispo.

O percurso do radialista Alfredo Pimentel Ferreira esclarece a relação operacional e política do SNI. Em 1943, ele era locutor estagiário da Emissora Nacional no Porto e na secção de Rádio do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) na mesma cidade. O SPN garantia-lhe duas palestras ou episódios por semana, enviadas às estações por intermédio do fiscal do governo, com a locução a corresponder a 200\$00 mensais e com a possibilidade de aumentar trabalho e vencimento. Alfredo Pimentel aceitaria “as condições que oferecem para o cargo de locutor (e quaisquer outros cargos que julguem necessários) dos programas radiofónicos desse organismo no Porto” (5 de julho de 1943, Arquivo SNI, Caixa 1395) e enviava uma proposta de textos, a partir da imprensa local, para a elaboração de noticiários a ler nas estações

locais por ele e por Pedro de Vasconcelos. De Natália Bispo, funcionária do SNI, depois a trabalhar em rádios de Angola, também se conhece a ligação operacional à informação. Através do SNI, ela leu a *Revista da Semana* e os noticiários para as estações locais ou minhocas.

No arquivo do SNI, existem muitas cartas e comentários das nem sempre boas relações entre as estações minhocas e o SNI, nomeadamente a nível da publicidade e de autorização de programas.

5. Crónica, reportagem e diálogo

A crónica foi dos géneros mais usados, pela leveza e engenho com que cada autor pôs nos seus trabalhos. Muitas crónicas integravam-se em programas das rádios comerciais. Escritores, jornalistas e até locutores entrariam na rádio muito à conta da crónica. Como exemplos para aqui, escolhi Maria Carlota Álvares da Guerra, António Alves Redol e Olavo d'Eça Leal, este como autor de diálogos. Nesta secção, analiso igualmente a reportagem, com sucessos e impedimentos, e apresento dois casos: funeral de Oliveira Salazar e viagens de Marcelo Caetano.

Maria Carlota Álvares da Guerra (1921-2002) ficou muito conhecida como chefe de redação de *Crónica Feminina*, da Agência Portuguesa de Revistas, cargo que ocupou a partir de 1956. A revista não era sufragista ou feminista, mas, ao preço baixo de escudo e meio, pôs as mulheres das classes populares a ler (Guerra, 2009), dentro de uma posição política conciliadora se a compararmos com os modelos de publicações produzidas então em sociedades abertas (Bebiano, 2003, p.91). Ela foi igualmente tradutora de obras como as de Francesco Alberoni e desenvolveu uma carreira como repórter e cronista, ao iniciar o programa semanal *A Hora da Mulher* com Joaquim Pedro, na Rádio Renascença. Bertha Rosa Limpo, autora de *O Livro do Pantagrue* e ligada a produtos de beleza, convidou-a a fazer outra crónica, agora no programa *23ª Hora*. A jornalista

dirigia em cada noite uma crónica a uma mulher que eu tinha na cabeça, a uma senhora que estava em casa porque tinha torcido um pé e estava muito aborrecida porque não sabia o que havia de fazer à vida e eu falava com ela, uma senhora que tinha um filho em África onde andava aos tiros e que andava muito triste, como também estive em dada altura, uma senhora que não tinha emprego (Arquivo RTP AHC 2658).

O indicativo musical no programa radiofónico era uma peça de Mantovani. O título das crónicas e do livro onde as registou, *Quando os Corações se Encontram* (1965), foi dedicado ao filho, então soldado na guerra colonial em África. Ela começava cada pequeno programa de rádio (cerca de três páginas de texto) dirigindo-se a uma amiga: amiga avó, amiga que se

diz descrente, querida ouvinte, minha amiga, minha engripada amiga, ouvintes da 23^a Hora, minha querida ouvinte, minha linda e apoquentada amiga, amiga alcachofra. Por vezes, concretizava as amigas: Maria João Avillez, mãe, Zi, Armando Marques Ferreira, Maria do Céu Guerra, Bertha Rosa Limpo e Maria Cândida Mendonça. A jornalista renovaria o contrato com Bertha Rosa Limpo e colaboraria ainda com João Martins em programa da manhã (*Passo a Passo, Dia a Dia*), de onde saiu o livro *Lisboa Cada Dia* (1967), com 66 apontamentos e exclusivo publicitário da Singer Sewing Company. Em cada crónica de cerca de duas páginas a autora observava Lisboa através do seu telhado e na companhia do gato Tareco, escrevendo sempre na primeira pessoa sobre o draga-minas e profissões arriscadas, a tauromaquia (e o perigo de vida dos toureiros), os jardins públicos, o mercado da Praça do Chile, a relação casa-emprego-cinema, mulheres velhas e com histórias pessoais de interesse, cafés e empregados, pobreza, mulheres mal-educadas a dirigirem-se a empregadas de balcão, conferências, jornais, cinema, uma menina corajosa que salvou o irmão de morrer num incêndio, o calor, o frio e o nevoeiro.

Ainda para a Agência Portuguesa de Revistas, Maria Carlota Álvares da Guerra escreveu com Mário Aguiar uma revista única intitulada *9 de Cada 10 Estrelas Têm na Beleza o Segredo dos seus Êxitos*, título a lembrar a publicidade do sabonete Lux de finais da década de 1960. A publicação destinava-se ao público de *Crónica Feminina*, cujo símbolo apareceu numa das páginas da revista, com as fãs a procurarem mundos de fantasia nas estrelas de cinema e da música em voga.

Também António Alves Redol (1911-1969), autor de romances como *Barranco de Cegos* e *Avieiros*, teve uma participação direta na rubrica radiofónica *Pequena Crónica do Banal* (1962-1963) em Rádio Clube Português (Carmo, 2014, pp.324-328). Ele assinava-se como Senhor A e alternava com Baptista-Bastos (Senhor B) e Cardoso Pires (Senhor C). Na crónica inicial, a 1 de outubro de 1962, o autor explicou a contradição de rubrica assinada por homens e destinada a mulheres. As crónicas seguiam os temas da sua ficção: encontro amoroso de campino, vida de pescadores do Tejo, perigos de quem vive do mar da Nazaré, trabalhador rural com malária. Os romances de Redol sobre o universo rural no Ribatejo ou no Douro eram precedidos de permanência do autor junto das comunidades representadas: gaibéus, avieiros, fangeiros, marinheiros dos rabelos e pequenos vinhateiros do Douro (Viçoso, 2012, p.121). Mas ele falou igualmente da vida da cidade-dormitório como espaço de desumanização, imposto pela cultura do consumo (automóvel, televisão e turismo), e das pequenas coisas banais escritas nas notícias dos jornais.

Um dos autores mais prolixos na rádio foi Olavo d'Eça Leal (1908-1976), embora aqui alargue o conceito para o diálogo. Enquanto crónica é uma perspetiva individual sobre um assunto, o diálogo envolve dois intervenientes e o seu discurso afasta-se ainda mais da realidade objetiva. Nascido em família culta e de alto nível financeiro, d'Eça Leal foi escritor, pintor e desenhador, jornalista, homem de cinema e de teatro, incluindo teatro radiofónico (Neves,

2004, p.3). Trabalhou ainda como desenhador no ateliê de desenhos animados de André Vigneau, escreveu artigos, contos e desenhos em revistas como *Seara Nova*, *Panorama* e *Presença* e fez crítica de cinema nas revistas *Imagem* e *Kino*. Um elogio feito ao trabalho de Olavo d'Eça Leal era a qualidade, em que se confundiam a personalidade literária e a radiofónica (*Flama*, 13 de abril de 1962). Ele popularizou-se como realizador de programas, enquanto desenvolvia a sua carreira de escritor (*Iratan e Iracema, os Meninos mais Malcriados do Mundo*, 1939; *Fim de Semana*, 1940; *História de Portugal para Meninos Preguiçosos*, 1943). Em 1934, entrou para uma vaga de locutor na Emissora Nacional (Neves, 2004, p.6). Na profícua década de 1940, ele publicou textos dos diálogos radiofónicos *Falar por Falar* (1943), *A Voz da Rádio* (1944) e *Nem Tudo se Perde no Ar* (1945). Viveu em Portugal, França e Brasil. Sobre os diálogos,

O amadorismo e a falta de material que presidem à montagem de um ato radiofónico, em todas as estações de rádio, forçam o autor a escrever, de antemão, uma coisa muito fácil de realizar, tão fácil que pouco mais lhe seja preciso, além de um microfone, um ou dois discos comerciais, uma campanha e duas ou três vozes que ele, autor, já sabe para que servem e que não servem [...]. Isto sem falar das restrições de ordem política, moral e religiosa a que uma peça radiofónica tem forçosamente de obedecer como é natural para se consentir na respetiva transmissão através do microfone de modo a penetrar em todas as casas sem o perigo de ferir os mais variados princípios, formais ou não formais, de educação e de civismo (Leal, 1944, pp.8-9).

Em 1959, Olavo d'Eça Leal atingiria mais de 800 diálogos radiofónicos (Neves, 2004, p.8). Virgínia Vitorino e Maria Leonor Magro seriam duas parceiras nos seus diálogos. Na década seguinte, ele colaborou noutras estações de rádio e fez programas para a televisão. Como ator, entrou em filmes como *Sonho de Amor* (1945) e *Ladrão Precisa-se* (1946).

Reportagem

A reportagem radiofónica como espécie de contraponto à reportagem nos jornais começou muito cedo. Por exemplo, há informação de serviço de reportagem no *Diário de Notícias* para a rádio CT1DE: a transmissão de um desafio de futebol (*Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1930). Da duração ao estilo e ao peso das palavras do locutor, tudo seria escalpelizado: “a crítica radiofónica da semana gira em torno [da] reportagem radiofónica”, a viver de “factos diários e dos grandes acontecimentos” como no

caso de um festival aeronáutico, da importância da Amadora, no caso de um grande desafio de futebol internacional, no caso de uma cerimónia ou festividade patriótica, achamos que a reportagem radiofónica é necessária [...]. Por mais brilhante que seja a descrição feita ao microfone, a

reportagem radiofónica requer tanta presença de espírito, tanta sobriedade, tantas qualidades de improviso de oratória que, forçosamente, e devido à rapidez com que as palavras têm que seguir os factos, por muito melhor que seja, nunca chega a ser uma completa reportagem de jornal (*Rádio Semanal*, 10 de Novembro de 1934).

Na Emissora Nacional, o género radiofónico dataria do momento em que Henrique Galvão assumiu a liderança da estação em 1935. O locutor saía do estúdio e captava a realidade exterior. Segundo Fernando Pessa, “um dia chamaram-me e disseram: «Você agora vai para o exterior». E eu perguntei: «Mas o que é isso?». «Não é nada, você leva o microfone pendurado ao pescoço e descreve aquilo que está a acontecer»”. Assim, ele fez o primeiro serviço exterior realizado pela emissora, um festival de Acrobacia Aérea, que se realizou no Grupo de Esquadrilhas de Aviação República, na Amadora. Para Fernando Pessa,

tinha variadíssimos ases da acrobacia estrangeira e um nosso, mas todos eles faziam a mesma coisa. Frente a um avião estrangeiro, como não consegui perceber o que este dizia, improvisei de imediato, introduzindo uma nota de humor. Em vez do despedimento que esperava, elogiaram-me o desenrascanço e humor. Com cara de amador comecei a ser jornalista profissional (Costa, 1996, p.24).

Maria Leonor Magro tinha acabado de chegar à Emissora Nacional em maio de 1945. Um dos seus primeiros exteriores foi a reportagem da inauguração do navio-escola Gil Eanes, de apoio à frota bacalhoeira. Mas a reportagem foi um género jornalístico que, apesar de vivo, direto e objetivo (*Rádio Nacional*, 11 de setembro de 1947), teve dificuldades de desenvolvimento até quase final da década de 1960.

Por um lado, o programa de estúdio era mais previsível e fácil de fazer. Discos ou programas gravados constituíam a maioria da emissão. Por outro lado, o locutor num programa de auditório tinha o programa escrito, sem poder inventar. Havia a pressão do regime político para a não efetivação de direitos, por receio de descontrolo. Até as piadas ou anedotas eram escritas previamente. No exterior, a situação ficava mais complicada. O controlo do dito verificou-se inclusive na transmissão da visita da rainha Isabel II da Inglaterra a Portugal em fevereiro de 1957, como se leu num jornal: “salvo num ou noutro momento, limitaram-se a impingir-nos, em tom chorado, declamatório ou pretensioso, prosa a cheirar a literatura de monografia, enquanto o acontecimento se desenrolava” (*Jornal de Notícias*, 1 de março de 1957). Enquanto o locutor dizia “impressionantes improvisos”, o ouvinte teria de

adivinhar o significado dos ruídos do ambiente ou dos aplausos da multidão. [...] impassíveis, os repórteres continuavam a despejar a sua preparada prosa eivada de gongorismo colegial e de dados coca-bichinhos, esquecendo-se de fazer a única coisa para que afinal foram indicados: a reportagem autêntica do acontecimento (*Jornal de Notícias*, 1 de março de 1957).

Mas, ainda antes, a Emissora Nacional faria outras reportagens no mesmo sentido, caso do programa comemorativo do centenário da nacionalidade. Em peça com duração superior a sessenta minutos, o locutor apresentou formalmente a síntese das cerimónias de abertura e encerramento do evento e de discursos de Manuel Gonçalves Cerejeira, Óscar Carmona, António Oliveira Salazar e Duarte Pacheco (30 de dezembro de 1940). Com regularidade, as reportagens eram transmissões diretas de discursos políticos laudatórios do Estado Novo, como o de 28 de maio de 1947 no Palácio de Cristal (Porto), em que o locutor fazia a ligação entre discursantes e salientava os “vivas” de apoio gritados na sala, a mensagem de Francisco Franco em visita a Portugal, com o locutor a apresentar o ditador e a indicar ser a alocução irradiada para toda a Península Ibérica (outubro de 1949), e a inauguração do Estádio Nacional no Jamor, com o locutor a descrever o desfile militar associado e a dar notas de ambiente (junho de 1944), e de ocorrências dramáticas, como a onda sísmica na ilha de S. Jorge (fevereiro de 1964). Também o desporto foi motivo de reportagens, como a participação de Portugal no campeonato do mundo em futebol e os golos de Eusébio (julho de 1966). A estação emitiria reportagens sobre a visita de personalidades políticas, como o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (agosto de 1960), e musicais, como a cantora de ópera Maria Callas (março de 1958).

O locutor, ainda não chamado jornalista, fazia indistintamente trabalho de cabina e de rua. Nesta segunda situação, apenas o locutor de maior confiança política saía e era uma espécie de mestre-de-cerimónias a introduzir os nomes dos discursantes mas sem poder auscultar os presentes, fossem mediáticos ou anónimos, para saber o que sentiam. Com frequência, os textos eram escritos previamente por assistentes literários, com investigação e escrita de textos para os locutores preencherem nos tempos mortos da reportagem. Na transmissão do funeral de Salazar (julho de 1970), por exemplo, os locutores leram textos produzidos pelos assistentes literários. Maria da Paz Barros dos Santos, antiga assistente literária e depois dirigente da estação, foi autora de vários textos, enquanto Olga Serra Cruz recolheu depoimentos de antigos ministros (Franco Nogueira, Carlos Ribeiro, Paulo Rodrigues, Teotónio Pereira, Leite Pinto, Veiga Macedo e Santos Costa). Uma visita do presidente da República a Madrid teve redatores-assistentes literários deslocados ali para apoio ao locutor.

O mesmo sistema se aplicaria à simples transmissão de ópera, em que a rádio oficial desempenhou sempre um papel importante. Um dia, a locutora Maria Júlia Guerra leu notas sobre a obra durante longos minutos, dado o início se ter atrasado por um problema técnico (Arquivo da RTP AHC 14793). Outras reportagens eram gravadas, montadas e emitidas em diferido. Os equipamentos de gravação tornavam-se mais portáteis, indo do sofisticado Na-gra ao simples Philips, com uma equipa formada por repórter e técnico de som.

Quando rebentou a guerra colonial, repórteres foram a Angola, como Artur Agostinho, e falaram dos locais mais afetados pelos incidentes dramáticos, mas sem qualquer preocupação de isenção. O objetivo era elogiar o regime e a sua capacidade da defesa do império,

acontecendo o mesmo com a reportagem da atracagem do navio Santa Maria, no Brasil, desviado por Henrique Galvão, ambas as ocorrências em 1961. As mensagens de soldados em combate em Angola, Moçambique e Guiné, apesar de não serem reportagens em si, eram editadas e transformadas em relatos que, ligados, davam a ideia de Estado português multiétnico e multirracial e seguiam um guião próximo das reportagens de Artur Agostinho.

Mas o regime político estava em queda. Já no início da década de 1970, o uso da reportagem conduzia a outras posições. Jovens radialistas aproveitariam a oportunidade para se debruçarem sobre a realidade social portuguesa (pobreza, bairros de lata), exceto a discussão sobre a guerra colonial. O noticiário das 19:00 de Rádio Renascença, depois de 1972, seguindo um modelo próximo da revista em papel *Flama*, experimentou incluir reportagens gravadas. Após a revolução de 1974, a reportagem foi um género muito utilizado, como o primeiro de maio desse ano. Muitos jornalistas colocados na rua, como Francisco Muñoz, José Nuno Martins, Mário Meunier e Sebastião Fernandes falaram em direto para a Emissora Nacional. O modelo do direto ganhava força na rádio portuguesa pela primeira vez, apesar da existência prévia das transmissões desportivas.

Funeral de Salazar

No funeral de Oliveira Salazar, no final de julho de 1970, a Emissora Nacional destacou para a sua cobertura vários dos mais conceituados locutores: Pedro Moutinho, Artur Agostinho, Romeu Correia, Fernando Correia e Fernando Vitorino Sousa, de vozes graves, pausadas e respeitando silêncios. Nas peças, juntaram-se o protocolo ou organizado e o direto ou imprevisto. Além de curtas descrições da situação, os locutores leram textos formais escritos previamente e em tom elogioso (Arquivo RTP AHD 1709), pelo que não se pode falar de reportagens. As palavras ditas destacavam o predomínio do negro e as lágrimas na cerimónia fúnebre, o homem eminente e providencial, com vida dedicada ao país, a mágoa pela perda irreparável que deixava o povo desamparado, a passagem do féretro pela Praça do Império, onde tudo fala da Pátria (Santos, 2017). Ao mesmo tempo, os locutores exaltavam a entrada de Salazar na imortalidade, com a História a julgar a sua obra.

Se, num dado momento da transmissão, houve alusão ao homem doente durante ano e meio, nunca se falou de homem moribundo há muito. A realidade foi diferente: a rádio oficial preparara o obituário dez dias antes da morte do ditador, com quatro minutos gravados e hino nacional no começo e no fim (Arquivo RTP AHD 738_12). A nota informativa indicava ser o dia da morte de Salazar um dos mais tristes da história e do património espiritual de Portugal, ele que fora fecundo obreiro da estabilidade e da ordem e fundara a Emissora Nacional. A estação fora a primeira rádio a difundir os seus discursos, assim chegados a todo o mundo português (Arquivo RTP AHCD 142). Era o mito que se criava.

O facto da existência física de Salazar, ainda que precária, parecia um garante de descanso à nação, retórica difícil de compreender quando o poder era já exercido por Marcelo Caetano. Os locutores, e também os ouvintes, estavam espantados com a morte de alguém que exercera o poder durante 40 anos e parecia eterno. Perguntaria um locutor: qual será o futuro do país (Arquivo RTP AHD 1541_02)? Muitos dos locutores e dos ouvintes nunca tinham conhecido outro governante. Tão presente no dispositivo político como ausente no quotidiano, com a vida pública a esconder a vida privada, Salazar fazia parte de um imaginário onde mais ninguém parecia entrar.

Mais emblemático do que as frases lidas pelos locutores foi o conjunto de sons ambientais que entraram no microfone, sem o filtro da equipa técnica radiofónica, e ficaram nas gravações: o dobrar das folhas que os locutores liam, o toque da corneta a reunir os militares, os cavalos da escolta de cavalaria da Guarda Nacional Republicana a correr na calçada, a marcha fúnebre tocada pela banda da mesma força paramilitar (cerca de seis minutos), o ruído dos motores dos automóveis a trabalhar e a oração da encomendação (Arquivo RTP AHD 1709). Por isso, toda a transmissão do funeral de Salazar é uma construção ideológica assente em forte encenação sonora. Apesar de haver algumas condições tecnológicas para o acompanhamento em movimento, a cerimónia fúnebre organizou-se entre pontos de saída (político, a Assembleia Nacional, ou tecnológico, a estação ferroviária de Santa Comba Dão) e um ponto de chegada (religioso, cultural e simbólico, o mosteiro dos Jerónimos, o cemitério do Vimieiro). Os locutores colocados em pontos fixos, como testemunhas, alargavam o simbolismo da celebração.

A referência à hierarquia do Estado, em dois momentos da transmissão dos Jerónimos, indica a formalidade da encenação radiofónica. Por ausência de Américo Tomás, a visitar S. Tomé e Príncipe, o presidente do Conselho (Marcelo Caetano identificado pela função) encabeçava a lista dos que prestavam homenagem a Salazar, a que se seguiam o cardeal-patriarca e os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal da Justiça, ministros, altos representantes das Forças Armadas, antigos ministros do governo, família, amigos e colaboradores de Salazar. Numa das vezes, o locutor destacou ministros e secretários de Estado. O presidente da República, em visita a S. Tomé e Príncipe, chegaria a Lisboa em voo especial para estar presente na cerimónia fúnebre (Arquivo RTP AHD 738_03).

Na transmissão do féretro chegado a Santa Comba Dão por comboio, o locutor distinguiu a doutrina salazarista (Deus, Pátria e Família) e recordou a cerca de década e meia de reportagens que ele realizou com Salazar (Arquivo RTP AHCD142). Se, na cerimónia inicial dos Jerónimos, se enfatizaram os agentes políticos, nos outros momentos os locutores fizeram referências a gente de todas as idades e etnias e cidadãos estrangeiros (Arquivo RTP AHD 738_4). Ao longo do percurso do comboio, crianças das escolas diziam adeus ao féretro (Correia, 2004, p.85). Na passagem por Santa Comba Dão, deu-se relevo à família do ditador, às mulheres, aos jovens (e crianças das escolas, da catequese e escuteiros) e ao povo, com o

locutor sempre em registo encomiástico e quase exaltado a falar da obra do falecido. Pelo inédito, o locutor destacou a coroa de flores assinada por um opositor do ditador (Arquivo RTP AHD 738_03). A emissão, por via telefónica, teve interrupções devido a trovoadas sentidas na zona do funeral, com ruídos como marcação de números, ligações telegráficas e vozes distantes de outras chamadas e a locutora de continuidade a retomar o serviço no estúdio (Santos, 2017). Os locutores da Emissora Nacional vestiram de preto: Fernando Correia, que acompanhara Américo Tomás a S. Tomé e Príncipe, recebera um fato à chegada ao aeroporto de Lisboa onde cabiam dois homens do seu tamanho (Correia, 2004, p.85).

Os noticiários daqueles dias centraram-se na morte e funeral de Salazar. Seguindo a prática de reproduzir as notícias da imprensa internacional sobre Portugal, a Emissora Nacional dedicou noticiários ao impacto da morte do ditador, o defensor do Ocidente, em termos internacionais. Destacou ainda a presença de representantes estrangeiros na cerimónia fúnebre, casos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, República Federal Alemã, Brasil, Argentina, África do Sul e Rodésia (Arquivo RTP AHD 738_03 e RTP AHD 738_10). O isolamento internacional de Portugal evidenciou-se pelo menor nível hierárquico dos representantes desses países. Também muitos dos que trabalharam com Salazar deram as suas impressões, como Paulo Rodrigues, subsecretário de Estado da Previdência do Conselho, que destacou a restauração financeira, fomento económico, paz social, liberdade religiosa, política externa e defesa do Ultramar (Arquivo RTP AHD 738_03).

Viagens de Marcelo Caetano

O ano de 1969 foi pródigo na cobertura noticiosa de visitas do novo primeiro-ministro. Marcelo Caetano, com postura mediática diferenciada de António Oliveira Salazar, procurou estabelecer contactos políticos e formar a opinião pública através dos *media*, dentro e fora do país. O apoio ao arranque da televisão em 1957 e o texto que publicou sobre opinião pública em 1965 eram credenciais fortes para Caetano.

Isso obrigou a Emissora Nacional a adaptar-se em termos de logística e dimensão da cobertura jornalística. Mas, da leitura das atas da direção da estação oficial, detetam-se fragilidades na cobertura regular dessas visitas. Uma delas prendeu-se com a materialização das deslocações, caso da cobertura ao Algarve (ata da direção, 18 de março de 1969, Arquivo Histórico RTP). O carro da Emissora Nacional não conseguiu acompanhar o andamento dos outros automóveis da comitiva, que se deslocavam a 140 quilómetros à hora (Santos, 2017). Para isso, considerou-se a aquisição de duas viaturas, dotadas de equipamento necessário às transmissões e de identificação própria para a polícia não os deter na circulação.

Quando Marcelo Caetano anunciou a sua primeira visita a África (Angola, Moçambique e Guiné), o diretor técnico Manuel Bivar entendeu que a Emissora Nacional, “como órgão

informativo de primeira grandeza”, teria de enviar, antes da visita, profissionais para estabelecer ligações e acertar circuitos (ata da direção, 28 de março de 1969, Arquivo Histórico RTP). Seriam disponibilizados três locutores, o responsável da secção de reportagens e desporto, um funcionário dos serviços exteriores e três técnicos de transmissões (ata da direção, 1 de abril de 1969, Arquivo Histórico RTP). O diretor de programas Silva Gonçalves procurou apoio nos Rádios Clubes e outras estações das colónias, nomeadamente em Moçambique. Porém, não recebeu garantias e recomendou ao pessoal para encontrar alternativas locais nas reportagens diárias. Os locutores e técnicos que cobriram a visita seriam Júlio César Pereira, Artur Agostinho, Fernando Conde, João Rafael Prudêncio, José Miguel Santos, Fernando Correia, Sebastião Fernandes, Hélder Mendonça, José Madeira Neves e Vasco Fernandes. Com o primeiro-ministro viajaram, do lado de Rádio Clube Português, o presidente da estação Júlio Botelho Moniz e a reportagem das visitas coube a António Miguel e Jacinto Grilo. Na viagem de regresso, Júlio Botelho Moniz ofereceu a Marcelo Caetano um alfinete de lapela, o microfone de ouro de Rádio Clube Português, como prova de reconhecimento (*Nova Antena*, 2 de maio de 1969).

No balanço da viagem, entidades estranhas à rádio considerariam boas as emissões. Mas, para o diretor técnico Manuel Bivar, algumas das reportagens teriam dimensão exagerada (ata da direção, 21 de abril de 1969, Arquivo Histórico RTP), e o presidente José Sollari Allegro considerou que os locutores estavam sempre longe dos acontecimentos relatados. Mais desagradável seria o facto de, nas fotografias, se virem as marcas RTP, RCP e RCM nos microfones, mas não da Emissora Nacional. A mala que as continha tinha desaparecido.

Mais tarde, o diretor de programas Silva Gonçalves preparou a visita de Caetano ao Porto e o plano de cobertura, assente no Emissor Regional do Norte, com reforço de dois locutores, um assistente e um redator, e a cobertura radiofónica da viagem de Marcelo Caetano ao Brasil (ata da direção, 19 de junho de 1969, Arquivo Histórico RTP). Aqui, ele baseou o seu esquema na colaboração com Rádio Globo e Agência Nacional (Brasil) e destinou cinco funcionários: o chefe de secção dos serviços externos, o técnico Raul Aguilar e três locutores (Artur Agostinho, Vitorino de Sousa e Fernando Correia). No final da viagem de Marcelo ao Brasil, Silva Gonçalves referiu a cobertura radiofónica, considerando-se satisfeito com as transmissões. A rádio receberia um ofício do chefe de gabinete da secretaria de Estado em que este felicitava a Emissora Nacional e os seus funcionários pela cobertura no Brasil (ata da direção, 22 de julho de 1969, Arquivo Histórico RTP).

Por exemplo, o noticiário de 12 de julho de 1969 teve uma abertura de três minutos dedicada à visita de Marcelo Caetano ao Brasil, com os enviados especiais a destacarem a agenda do dia, caso de conferência de imprensa a jornalistas do Rio de Janeiro na Associação Brasileira da Imprensa. A estrutura noticiosa atendia à geografia (Arquivo da RTP AHD 334_02): dois locutores leram o noticiário do país (continente), à frente do qual vinha uma visita de Américo Tomás, seguindo-se Madeira, Açores, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola

(atividade militar com destruição de acampamentos de bandoleiros e terroristas), Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor, Portugal no estrangeiro, Estrangeiro, Desporto, Boletim do Serviço Meteorológico e a rubrica *O Homem e o Espaço*. Portugal já não administrava qualquer território na Índia, mas a Emissora Nacional fazia de conta que tudo se mantinha igual a antes de 1961.

6. Publicidade

A publicidade distingue-se do jornalismo, mas a defesa que faço aqui para a sua inclusão tem duas razões. A primeira é que, na rádio, a publicidade é um género a englobar criadores de texto, locutores, músicos e sonoplastas. O autor de texto publicitário aproxima-se do labor do jornalista, mas sem exigência factual, rigor, isenção e atualidade. A mensagem para publicidade na rádio é de duração curta, simples, fácil de memorizar e conta uma história, apelando ao trabalho de escritores, jornalistas, atores e locutores, a completarem vencimentos pelas gravações. Ao texto publicitário, composto de elementos poéticos, juntavam-se vozes de locutores ou artistas e pequenas peças musicais, originais ou provenientes de músicas bem conhecidas. Nomes como José Ary dos Santos, Alexandre O'Neil, José Cardoso Pires e Francisco Nicholson estariam em vários anúncios. Durante décadas, locutor e jornalista (noticiarista) misturaram-se na sua atividade e liam a publicidade.

Por regra, os escritores ligavam-se a agências de publicidade. Grandes empresas de bens e serviços recorriam habitualmente a estas agências e escritores, com publicidade saída em jornais, televisão e rádio, alguns deles muito lembrados ao longo de décadas. Exemplos seriam *O Que é Nacional é Bom* (bolachas, farinhas e massas), *Código Postal*, *Meio Caminho Andado* (Correios) e *Vá para Fora Cá Dentro* (1995, Ministério do Comércio e Turismo). Alexandre O'Neil ficou conhecido pelo anúncio *Há Mar e Mar, Há Ir e Voltar*, em campanha do Instituto de Socorros a Náufragos. O anúncio *Candeeiros Vitória*, original de José Oliveira Cosme e cuja produção do anúncio custou 1300 escudos, gravado e montado com música, perdurou ainda mais tempo na memória:

Candeeiros bem bonitos / modernos, originais, / compre-os na Rádio Vitória, / não se preocupe mais. / Lá na Rua da Vitória / quarenta e seis quarenta e oito / satisfaz-se plenamente / o cliente mais afoito / Porque na Rádio Vitória / Embaixada do bom gosto / Quem lá vai é bem servido / e sai sempre bem-disposto (Arquivo da RTP AHD 14778).

A segunda razão de incluir uma secção sobre publicidade num capítulo sobre informação e jornalismo é que aquela foi responsável pelo financiamento deste, evidentes nos anúncios no começo e final de cada noticiário em Rádio Clube Português e Rádio Renascença. O

locutor Luís Filipe Costa, criador do noticiário horário de três minutos de Rádio Clube Português, teria ligações profissionais anteriores à publicidade, através da APA. Esta, de José Fernando Leitão, foi a primeira agência de publicidade a promover programas de rádio publicitários. Os textos dos anúncios de 30, 40 ou 45 segundos eram escritos por Mário de Meneses Santos e Manuel Puga (Arquivo da RTP AHD 14778). Olavo d'Eça Leal foi um locutor que leu essa publicidade. Um dos anúncios foi das esferográficas *BIC Laranja, BIC Cristal, Duas Escritas à Nossa Escolha*. Na altura, os programas de auditório usavam publicidade cantada, caso de *Os Companheiros da Alegria*, de Francisco Igrejas Caeiro. Ele escreveu frases como *Pare, Escute e Veja. Se Tiver Sede, Beba Cerveja e A Camisa que não Faz Pregas no Peito nem Rugas no Colarinho* (Camisaria Moderna) (Arquivo da RTP AHD 13003).

Orlando Dias Agudo, jornalista e locutor, escreveu publicidade para os programas *Talismã* e *CDC — Clube das Donas de Casa*, este último a angariar compradores ou assinantes para o Cabaz de Natal durante todo o ano. Os anúncios eram geralmente lidos em direto na cabina. Etelvina Lopes de Almeida produziu o folhetim *A Rosa do Adro*, de Manuel Maria Rodrigues, com adaptação de Maria de Rezende e Manuela Reis e interpretações de Vasco Santana, Maria de Rezende, Etelvina Lopes de Almeida e António Silva, patrocinado pela tablete de chocolate Candybar, da fábrica Marquise. Num dado momento, o dono da fábrica intentou parar o folhetim por já não ter mais tabletes para vender (Arquivo da RTP AHD 11922). A locutora, escritora e realizadora de rádio fez outros anúncios para marcas de sopas e para uma casa de peles em Benfica. Também Clarisse Guerra, que leu comunicados dos militares que ganharam em 25 de abril de 1974, fez a voz de anúncios da Unilever (Arquivo da RTP AHD 14915).

A publicidade radiofónica sempre se viu na dupla situação de fonte de rendimento de produtores e de rádios privadas mas criticada pela duração e baixa qualidade literária e artística, temas recorrentes na sua discussão ao longo das décadas. Para Fernando Laranjeira, diretor e dono da Voz de Lisboa, a fórmula justa seria “eivar o nível artístico e cultural dos programas e diminuir ao mínimo a publicidade dos programas, procurando obter o mesmo volume de receita com o menor volume de anúncios” (*Rádio Nacional*, 12 de fevereiro de 1955). Como ideal, a publicidade não devia ultrapassar 10% de um programa, sem interrupção do disco para apresentar anúncios e limite de três anunciantes por quinze minutos de programa (*Flama*, 28 de outubro de 1955).

Como ordem de grandeza, os valores praticados em 1961 rondavam 500 escudos diários por programas de quinze minutos (Mário Lisboa, 13 de fevereiro de 1962, Arquivo SNI, Caixa 465). Daquele valor, o produtor Mário Lisboa ganhava 220 escudos. Mas o crescente aluguer de grande parte das horas de emissão a produtores independentes provocou reações, como a de Júlio Botelho Moniz, depois presidente de Rádio Clube Português, que distinguia produção própria e programas de produtores independentes e concluía que estes saíam beneficiados (*Rádio e Televisão*, 13 de abril de 1963).

Se, do lado das estações, havia a noção de rever processos, do lado do anunciante surgiam lentas transformações. Durante a década de 1950, fora habitual uma empresa patrocinar um programa em exclusividade, com a elaboração de textos; já no começo da década de 1960, com a entrada de agências de publicidade internacionais, o anúncio repetido ganhava peso (*Rádio e Televisão*, 18 de março de 1961). De início, os anúncios incidiam sobre produtos e lojas locais, lidos diretamente pelo locutor e autor do texto ao microfone, passando a produtos e marcas nacionais e internacionais, feitos em agências de publicidade e previamente sonorizados e gravados (Arquivo da RTP, AHD 2646), apesar da perda da artesanidade e proximidade da publicidade anterior.

Observa-se isso ao analisar o volume de anúncios iniciais em Rádio Porto, emissora desta cidade, a visarem negócios de proximidade — cinema Passos Manuel, Teatro Sá da Bandeira, confeitaria Cunha, restaurante Arca de Noé. Por estes anúncios, infere-se a importância que a baixa da cidade tinha na economia e comércio da cidade. Ainda na década de 1950, os anúncios populares publicitariam detergentes, eletrodomésticos e chocolates, num alargamento das necessidades de consumo. Aliás, o detergente Tide esteve presente em importante rubrica da história da rádio: os folhetins radiofónicos em Rádio Graça, Rádio Clube Português e outros emissores, como *A Força do Destino*. Da década de 1960 e passagem para a de 1970, retiro exemplos da publicidade escrita por Carlos Silva, em especial para o programa *Última Hora*, por ele produzido: “Oliva, máquina de costura portuguesa de categoria internacional. Oliva, máquina de costura de Portugal”, “O Renault 16 TS é o carro que multiplica os aperfeiçoamentos para encurtar os quilómetros. Renault chegou e ultrapassou”, “Há quem toque de ouvido. Mas se gosta de ouvir música nas melhores condições, aconselhamos-lhe o gira-discos Teppaz” e “Ouviram *Luz Verde*. Um programa da Sacor para os senhores automobilistas. A orquestração dos produtos Sacor é a sinfonia do novo mundo mecânico. Boa noite, até amanhã” (Carlos Silva, coleção particular).

7. Informação para as colónias

O conceito de radiodifusão imperial nasceu após a revisão da lei orgânica da Emissora Nacional na década de 1940. A ideia vinha detrás, da visão de Jorge Botelho Moniz (Rádio Clube Português) e das ondas curtas para as colónias (serviços ultramarinos) com Henrique Galvão. A concretização da radiodifusão imperial seguiu dois objetivos principais: infraestruturas e propaganda, aqui alicerçada em programas específicos. Dentro da perspetiva do ideário do Estado Novo, *A Voz do Ocidente* foi um dos programas mais bem conseguidos. Mas voltemos atrás.

Em conferência a 15 de junho de 1935, Jorge Botelho Moniz chamava a atenção “para a necessidade de cuidar da radiodifusão colonial” (Ministério das Colónias, 1936, pp.3-16).

Moniz considerava dever existir uma ligação entre a Metrópole e as colónias, para evitar a “dispersão de esforços ou duplicação de soluções”, mas a sua interdependência. A sua estação, Rádio Clube Português, com experiência em matéria de radiodifusão, punha-se “ao dispor do Governo da República para explicação complementar mais detalhada deste projeto, ou pela resposta a quaisquer perguntas e objeções que ele venha a sugerir” (Ministério das Colónias, 1936). Mais à frente, diria Botelho Moniz:

previmos um sistema emissor com estações em todas as colónias. Nuns casos, elas serão puramente de serviço local (exemplo, ondas médias de S. Tomé e Angola). Noutros casos, destinam-se também à ligação intercolonial, e à propaganda geral do país e dos seus domínios ultramarinos no estrangeiro (ondas curtas de Angola, Moçambique e Goa). Finalmente, as restantes cumulam as duas funções (ondas médias da Guiné, Moçambique, Goa e Timor, e ondas curtas de Macau).

A ideia também ocupou a AGCT (Administração Geral de Correios e Telégrafos), entidade que tutelava financeiramente a Emissora Nacional. Em projeto sobre o serviço de radiodifusão nacional (Emissora Imperial), indicava que a Emissora Imperial serviria, além da radiodifusão, “para comunicações telegráficas e telefónicas com as províncias do Ultramar, Brasil, etc., serviço que deve merecer a maior das atenções, já pelos resultados económicos que pode oferecer, já por ficar inteiramente sob a influência direta do Estado” (5 de março de 1935). Couto dos Santos, dos Correios, ao despachar o projeto para o ministro Duarte Pacheco, justificaria:

como a radiodifusão em ondas curtas cobre, por assim dizer, o mundo inteiro e as zonas de frequências reservadas para elas são muito restritas, impõe-se dentro em pouco um acordo internacional para atribuição de comprimentos de onda com o fim de evitar perturbações mútuas. Temos por nós os fortes argumentos de nação colonial, mas se chegarmos tarde, encontramos os melhores lugares ocupados. Se tivermos o serviço já montado, podemos saber muito bem quais os comprimentos de onda que nos convêm e defender a nossa posição com argumentos de ordem técnica (11 de março de 1935).

A AGCT propunha um contrato imediato de adjudicação da estação de ondas curtas. A 13 de março de 1935, o ministro Duarte Pacheco respondia favoravelmente, por entender “necessário, naturalmente, considerar as razões de ordem técnica mas não podem esquecer-se as razões de ordem política e social”. O ideal de Emissora Imperial colheria de imediato os favores da imprensa, casos do jornal oficial do regime *Diário da Manhã* (28 de maio de 1935) e de *O Jornal do Comércio e das Colónias* (1 de junho de 1935). Este jornal informava o lançamento de novos emissores, a quintuplicarem a potência da Emissora Nacional, seguindo técnicas modernas e alcançando o estrangeiro onde houvesse um só português, para ouvir a música e a cultura nacional.

Mal chegou à direção da Emissora Nacional, Henrique Galvão, antigo governador de província de Angola e coordenador da exposição do mundo colonial em 1934, no Porto, criou condições para emitir para África através de ondas curtas em finais de 1936. Em 1937, a Emissora Nacional recebia 4660 cartas com informações sobre ondas curtas, 2702 das quais de estrangeiros, mais 526 cartas de ouvintes alemães da estação de ondas médias e 1680 cartas referentes a emissões infantis (Emissora Nacional, 1938). Então, Henrique Galvão refletia a sua atividade como presidente da Emissora Nacional, preocupado com a ligação radiofónica às colónias, dizendo que, das cinco partes do mundo, tinham chegado por correio e telégrafo, “um coro de corações comovidos e entusiasmados, saudando a voz de Portugal, saudando o Estado Novo — ingressando enfim no meio de aglutinação espiritual que este novo agente começava a formar” (Emissora Nacional, 1937: 5-9). Para ele, a promoção do Estado Novo através da rádio era um dos grandes objetivos.

Ainda a propósito do papel da rádio, Henrique Galvão e o seu colega da comissão administrativa da Emissora Nacional Pires Cardoso escreviam um relatório a 20 de maio de 1938 e consideravam a rádio num tríplice aspeto cultura, recreio e informação. Em palestra, Henrique Galvão realçaria o peso da música nacional tocada, que “promove constantemente a publicação ou gravação de novas peças, realiza concursos de música portuguesa e está levando a cabo, nesta altura, o primeiro grande esforço de recolha completa do folclore português” (Galvão, 1939, p.87).

Do ponto de vista da receção, devido às emissões em ondas curtas chegariam muitas cartas. Um ouvinte de Ponta Delgada mostrava a sua estupefação pelo facto de os “diários e semanários que se publicam nesta cidade traze[re]m todas as notícias que nós possuidores de aparelhos recetores ouvimos da Emissora Nacional”. De Bissau (Guiné-Bissau) chegava a carta de Eduardo Gonçalves, que manifestava a importância da “palestra sobre anginas e tão bem a ouvi que, finda ela, recorri ao boticário sr. Calheiros de Abreu, radiófilo apaixonado, para me medicar segundo as instruções escutadas”. Se aquela carta era uma clara alusão à atualidade do meio eletrónico de informação, esta demonstrava a influência quase direta da rádio nos comportamentos dos ouvintes, além de mostrar ingenuamente o seu universo de pessoas, como se todo o mundo conhecesse o farmacêutico. O mesmo cidadão a residir em Bissau dava também conselhos sobre o que se ouvia: “o senhor locutor — enquanto a mim — necessita que lhe retarde menos a fala. É moroso nos seus dizeres. A senhora locutora, essa deve dar graças a Deus de ter uma voz tão timbrada que faria brilhar em qualquer número de ópera de responsabilidade. É uma *diseur* ótima”. Na linha desta opinião sobre as vozes, um ouvinte a residir em Luanda escreveu a dar a sua opinião:

a Emissora Nacional podia dar-nos sempre as suas notícias pela voz das suas locutoras Áurea e Maria de Rezende, as quais satisfazem plenamente os mais exigentes. Para as duas vai o preito da minha muita admiração, mas muito especialmente para a Maria de Rezende, a qual, sem exagero,

pode emparceirar com as melhores locutoras do mundo. Não tenho a honra de conhecer nenhuma delas, mas posso garantir que se ambas são lindas como linda é a sua voz, não lhes devem faltar admiradores. Sente-se satisfação ouvindo-as falar, isto não só pelo harmonioso da sua voz, mas muito especialmente porque sabemos que são as nossas compatriotas que falam, as mulheres da nossa terra, por causa de quem para aqui viemos embalados por um doce e lindo sonho de amor (*Rádio Nacional*, 8 de agosto de 1937).

Outras cartas referiam-se igualmente às vozes de locutores. Numa, oriunda de Nova Lisboa, lia-se: “a vossa locutora, Exma. sr^a D. Maria de Rezende, é simplesmente completa, no sentido mais amplo da palavra: diz bem, faz-se compreender e tem um bom timbre de voz. Parabéns a ela e à Emissora” (*Rádio Nacional*, 1 de agosto de 1937). Numa outra, de Lourenço Marques, o ouvinte preferia a voz de D. Maria de Rezende, que “leu o discurso do nosso Chefe Doutor Oliveira Salazar. As sílabas na sua boca são claras. A essa senhora as minhas maiores felicitações. Com ansiedade, espero brevemente ouvir pela emissora a voz de pessoas da minha família que se encontram em Lisboa” (*Rádio Nacional*, 1 de agosto de 1937).

Para além da unanimidade quanto à apreciação da voz feminina, o segundo ouvinte tinha a esperança ingénua de ouvir radiodifusão como se fosse o telefone. Na realidade, *A Hora da Saudade* seria um programa marcante da Emissora Nacional: os familiares dos colonos enviavam mensagens para estes através da rádio. Desde a fase experimental da Emissora Nacional, Maria de Rezende seria destacada para fazer locução em ondas curtas. Para ela, as “primeiras chamadas ao coração de Portugal a todos os portugueses, através de CSW — traço de união entre o continente e o Ultramar — sentindo e fazendo sentir que a Pátria é um corpo só e uma só alma” (*Microfone*, 14 de Agosto de 1943) marcariam a sua carreira.

Áurea Rodrigues, Maria Rezende e Fernando Pessa, os primeiros locutores da Emissora Nacional, adquiriram muita fama, o que os fez as primeiras estrelas dos *media* portugueses. A primeira página do número de 27 de julho de 1935 de *Rádio-Semanal* trazia a fotografia das três “vozes que mais privam, através do microfone, com os auditores da Emissora Nacional”. A sua notoriedade aumentaria à medida que cresceu o número de recetores de rádio. Se programas como *Meia Hora da Saudade* e notícias foram formas de chegar aos colonos, a *parte falada* adquiriu mais peso, em complemento à música. Os comentários de portugueses a trabalhar nas colónias e que chegavam sob a forma de cartas dão conta disso. Um colono, oriundo do Lobito (Angola), escreveu:

como bom radiófilo, e sobretudo como bom português, apresso-me a manifestar a V. Ex.^a o meu contentamento e satisfação pelas emissões de ontem, em que V. Ex.^a falou, e de hoje destinada à nossa Índia. Finalmente, pude chamar os criados pretos e mulatos que, ao ouvirem falar português, não puderam também calar o seu contentamento (*Emissora Nacional*, 1937, p.88).

Redação *cafre*

Os acontecimentos políticos de 1961 (perda de territórios coloniais na Índia e início da guerra em Angola) conduziram à criação de uma redação na Emissora Nacional separada da existente até aí, designada *sala do ultramar* e, pelos críticos, *redação cafre*. Se a orientação política era rigorosa em favor do Estado Novo, a nova redação seria ainda mais *pura* nessa defesa.

Amândio César, homem culto de extrema-direita e de grande confiança com Oliveira Salazar, persuadira-o a criar uma estrutura informativa para noticiários exclusivos sobre as tropas em combate, com assistentes literários distintos a escreverem as notícias e os comentários. Além de jornalista, Amândio César (1921-1987) foi professor, poeta e ensaísta conhecedor da literatura africana. Ele publicou *Angola* (1961), crónicas sobre os acontecimentos trágicos no norte de Angola no início desse ano, *Parágrafos de Literatura Ultramarina* (1960), *Algumas Vozes Líricas da África* (1962), *Elementos Para uma Bibliografia da Literatura e Cultura Portuguesa Ultramarina e Contemporânea* (1968, em coautoria), *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina* (1972), *Antologia do Conto Ultramarino* (1972) e *Alda Lara na Moderna Poesia de Angola* (1978). A ele se atribuiria a incitação para a pilhagem na Sociedade Portuguesa de Autores aquando da atribuição de prémio a Luandino Vieira. O nome acintoso de *redação cafre* significava informação para negros incultos, a indiciar, apesar da fachada monolítica, haver alguma clivagem política interna na estação.

Das figuras mais proeminentes de dirigentes da Emissora Nacional de então, distingo Maria da Paz Barros dos Santos, entrada como assistente literária e chegada a diretora da parte internacional da estação, e João Carlos Beckert d'Assumpção, de mãe alemã, diretor dos serviços de pessoal e da parte literária e antigo membro da Mocidade Portuguesa. Beckert d'Assumpção publicou *Ser Moral e Sociedade Ascendente* (1969), *Para uma Axiologia da Rádio* (1970) e, com Amador Castanheira, *Para uma Regionalização da Rádio* (1973). Se Maria da Paz Barros dos Santos era a teórica, Amândio César era o homem de ação, ambos com acesso direto a Salazar. Ela e Beckert d'Assumpção estabeleceram ligações com a agência internacional Aginter Presse, a que pertencia Jacques Ploncard d'Assac, antigo chefe de gabinete no regime de Vichy (marechal Pétain) e biógrafo de Salazar. Ploncard D'Assac e Maria da Paz Barros dos Santos foram corresponsáveis na criação e desenvolvimento do programa *A Voz do Ocidente*. Outra figura destacada da direção da Emissora Nacional seria José Luís da Silva Dias, engenheiro (de laticínios) e diretor de Programas até 1968, antigo secretário e chefe dos serviços de informação da União Nacional, deputado da Assembleia Nacional, com atividade no jornal oficioso *Diário da Manhã* e autor de *A Radiodifusão na Sequência dos Meios de Comunicação Social* (1968).

Em termos de espaços geográficos, o poder da Emissora Nacional deslocava-se das instalações da rua do Quelhas para a rua de S. Marçal, onde se realizavam as emissões de propaganda para o mundo. Entre 1954 e 1957, a Emissora Nacional abriu o CEU — Centro Emissor

Ultramarino, em Pegões (Montijo), em ondas curtas, ligado aos estúdios da rua de S. Marçal, onde existia uma central para ondas curtas, cabinas de gravação e apoio do internacional. Maria da Paz Barros dos Santos dirigia as ondas curtas, a projeção da Emissora Nacional para o mundo, e tinha a seu cargo os locutores de línguas espanhola, francesa, inglesa e concani, casos do inglês John Deakin Hampton, antigo piloto da RAF, do francês Jacques Ploncard d'Assac e do espanhol, o casal Romero. Antigos donos de editora espanhola e fugidos da guerra de Espanha, serviram o conde de Barcelona (Bourbon), a viver no Estoril, quando os filhos começaram a crescer e a precisar de professor de história pátria.

No momento em que Carlos Silva Gonçalves chegou, em 1969, à direção de programas na Emissora Nacional, quis juntar as redações. Além da sala de redação do ultramar ter mais poderes que a outra redação metropolitana, chocou-o a separação e concorrência de noticiários, com animosidade, sonegação de material e multiplicação de chefias e fontes de informação (Arquivo Histórico RTP). A autonomia compreendia-se em 1961, relacionada com o momento político difícil de então; embora se aceitasse o tratamento diferenciado de material noticioso, não se justificava a divisão no final da década. Silva Gonçalves entendia o serviço de noticiários com dimensão nacional, informação completa, atenção aos interesses e reflexos da vida portuguesa no estrangeiro, objetiva e a distinguir a tendenciosidade das fontes. Ele defendia o modelo do *Diário Sonoro*, de dimensão nacional, e a multiplicação de cadeias nacionais, com base nos emissores regionais e colaborações de Rádio Clube de Moçambique, da Emissora Oficial de Angola, Emissora Oficial da Guiné e outras estações, seguindo o que já se fazia com os relatos desportivos e as reportagens de visitas do presidente do Conselho (África, Brasil), ida de astronautas à Lua e eleições. Ele aproveitaria a saída de um profissional para a reforma para implementar a junção de redações, mas teve a oposição de Maria da Paz Barros Santos e de João Beckert d'Assumpção.

Os papéis dos presidentes da Emissora Nacional

De entre os presidentes da Emissora Nacional, alguns deles tiveram impacto no desenho da rádio imperial (no Quadro 1, a lista de presidentes da estação entre 1934 e 1974). Também a posição de César Moreira Baptista como secretário de Estado e como presidente do conselho de programas da Emissora Nacional foi fundamental. Cada um, apesar de possuir uma visão específica da rádio, estava condicionado às necessidades ditadas pela política, em especial ao governo de ditadura e à guerra colonial, esta nas décadas de 1960 e 1970.

Quadro 1

Relação de presidentes da direção da Emissora Nacional

Fonte: Elaboração própria.

António Joyce	1934-1935
Henrique Galvão	1935-1940
António Ferro	1941-1950
António Eça de Queirós	1951-1959
Jaime Ferreira	1959-1963
José Sollari Allegro	1964-1970
Clemente Rogeiro	1970-1973
António Bivar	1973-1974

Observação: António Bivar, além do período de 1973-1974, foi presidente interino em diversas ocasiões, em especial durante a transição de um para outro presidente

O melómano António Joyce (1934-1935) criou diversas orquestras (sinfónica, ligeira e outras), dando emprego aos músicos portugueses. Na altura, o país não tinha uma orquestra sinfónica de renome. Joyce não teve tempo de preparar as emissões coloniais, que faziam parte das agendas dos presidentes da estação a partir de Henrique Galvão (1935-1940). Este, que inventou Humberto Delgado para candidato a presidente da República e desviou o pacote Santa Maria, criou programas como *A Hora da Saudade* e os *Jogos Florais*, que António Ferro tanto acarinharia, e organizou as emissões em ondas curtas para as diásporas. O programa *Hora da Saudade* orientara-se, primeiro, para colonos em África, depois para pescadores do bacalhau junto ao Polo Norte e para os soldados durante o período da guerra colonial (1961 em diante). Ele também foi o criador de concursos e cortejos folclóricos e da campanha de recetores de rádio a preços populares. Se António Ferro foi o ideólogo da Emissora Nacional, Henrique Galvão foi o seu arquiteto.

Na 1ª Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934), a Invicta Rádio funcionou como a estação oficiosa, transmitindo conferências do capitão Henrique Galvão, diretor técnico da exposição, e de outras personalidades, algumas delas destinadas a Espanha. Em 1935, a nomeação de Henrique Galvão para presidente da Emissora Nacional intentou estabelecer equilíbrio entre a rádio e a AGCT (Administração Geral de Correios e Telégrafos), entidade que controlava financeiramente a estação. Henrique Galvão atravessava um período pessoal de grande auréola, escritor e regressado de tarefas governativas de Angola. A nova conjugação de vontades permitiu que, entre a tomada de posse de Henrique Galvão e da sua equipa (Manuel Bivar e Pires Cardoso) e a inauguração oficial da estação, mediasse apenas um mês. Conforme uma notícia,

o programa emitido, que abriu ao meio-dia com a execução do hino nacional executado nos carilhões de Mafra, despertou enorme interesse. [...] O facto não passou despercebido à população

citadina, pois muitos alto-falantes espalhados pela cidade [de Lisboa] fizeram ouvir todo o belo programa emitido (*Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1935).

Após a tomada de posse, em junho de 1935, as estruturas musicais da emissora seriam reestruturadas, com supressão das orquestras dirigidas por Wenceslau Pinto, Flaviano Rodrigues, Luís Barbosa e Ivo Cruz e organização de orquestra ligeira de música portuguesa dirigida por Frederico de Freitas. O ano da organização material seria 1936, com a inauguração de emissões de ondas curtas e a programação (concertos públicos populares, ópera por artistas portugueses e jogos florais) (*Rádio Semanal*, 8 de novembro de 1936).

António Ferro (1941-1950) reformulou estratégias, ao relevar a criação de estruturas musicais e programas de música e magazines, conforme a sua *política do espírito*. Após a resolução de problemas técnicos, com o emissor do Ribatejo para ondas médias e o emissor de Barcarena para ondas curtas, Ferro apontou a produção como a principal preocupação da Emissora Nacional, de modo a garantir a qualidade dos programas. Seguindo uma terminologia muito mais recente, ele reforçou a área dos conteúdos. As emissões dentro do país e para as colónias careciam de programas e cantores e músicos sempre renovados, o que o levou a desenhar estruturas como o Gabinete de Estudos Musicais (GEM), em conjunto com Pedro do Prado (1908-1990), em 1942, juntando tradição com ritmos internacionais, num esforço de modernização e atualização.

António Ferro indicaria dois caminhos: gravar com urgência aquilo a que designava como boas canções e estimular a criação da produção, com compositores e poetas convidados a harmonizar ritmos populares. O GEM teria quatro secções: recolha do folclore, catalogação e seleção da música de antigos compositores, “aportuguesamento” do estilo internacional de música ligeira e de variedades, gravação e edição de obras então recolhidas ou escritas (Ferro, 1950, p.52; Moreira, 2012, p.169). O Gabinete de Estudos Musicais estimularia e remuneraria de modo fixo o trabalho de compositores como Rui Coelho, Armando José Fernandes, Cláudio Carneiro e Joly Braga Santos, além da criação de bailados com partituras de autores nacionais. Outros nomes ligados ao Gabinete de Estudos Musicais seriam Frederico de Freitas, Artur Santos, Belo Marques e a sua orquestra típica, António Melo e Tavares Belo.

De programas de música ligeira e de magazines na liderança de António Ferro, destaca-se para *Serão para Trabalhadores* (em colaboração com a FNAT), iniciado em 1941, e *Domingo Sonoro*, *Vozes do Mundo*, *Conheça a sua Terra*, *Viagens na Nossa Terra* e *Programa da Manhã*, começados em 1942 (Ferro, 1950, p.91). Musicalmente, a programação adotaria um estilo nacional (nacionalista), apesar de algum ecletismo e a partir da prática do Centro de Preparação de Artistas da Rádio, criado em 1947 e reativado em 1954. O Centro, dirigido sucessivamente por Mário Mota Pereira, Belo Marques e Joaquim Luís Gomes, funcionava gratuitamente e abria-se a todos os jovens acima de dezassete anos (Emissora Nacional, 1970, p.24). Aos ensaios diários, das 17:00 às 20:00, seguiam-se gravações a meio da semana e

emissões em programa próprio da Emissora Nacional no segundo e último sábado de cada mês. Ao longo dos anos, as atividades mudaram de dia da semana mas a rotina de ensaios e a emissão do programa mantiveram-se.

O Centro de Artistas teria grande impacto na formação e divulgação de artistas, ao longo das décadas de 1950 e 1960, muito depois da passagem de António Ferro pela Emissora Nacional, casos de Júlia Barroso, Fernanda Peres, Maria de Fátima Bravo, Rui de Mascarenhas, Francisco José, Madalena Iglésias, Simone de Oliveira e Artur Garcia na década de 1960. Os artistas rodavam em programas como *Serões para Trabalhadores*, programas de auditório ao vivo depois transmitidos pela rádio, onde se alargava a divulgação e desenvolviam carreiras individuais, ensaiando uma ligação entre a dimensão erudita, com intenção educativa, e expressões mais populares (Domingos e Moreira, 2010, p.1202). A emissão para as colónias valeu muita popularidade aos artistas, alguns deles fazendo depois viagens e espetáculos por África (Angola e Moçambique), mas também para Brasil, Estados Unidos, Canadá, França e Espanha, onde chegavam os programas de ondas curtas. Ainda durante a direção de António Ferro, separaram-se por desdobramento, em 1949, as emissões de música ligeira, urbana e moderna (Programa A) e de música clássica (Programa B). António Ferro criaria ainda as Festas da Rádio, a primeira delas a 19 de junho de 1942, com a população de Lisboa a ter a oportunidade de conhecer vedetas e locutores.

No mandato de António Eça de Queirós (1951-1959), o CEU (Centro Emissor Ultramarino), em Pegões (Montijo), arrancou em ondas curtas. Os acontecimentos na Índia (perda do controlo administrativo por parte de Portugal dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli em 1954) levariam a antecipação das obras de Pegões, a funcionar desde 1955. O emissor indicaria a dimensão abrangente do uso político das ondas curtas para levar a voz de Portugal à África colonial, o “Portugal ultramarino”. Outro objetivo era a emissão de programas em francês, inglês, alemão, espanhol e italiano para a Europa, com o ideal de “chegar aos nacionais de outros países, nas suas próprias línguas, a verdade portuguesa, explicando a posição de Portugal em face dos problemas mundiais, difundindo o pensamento ideológico em que assentam as nossas instituições políticas” (*Notícias de Portugal*, 17 de setembro de 1966).

Ao invés da criatividade mediática de António Ferro, embora não escamoteando que foi o chefe da censura, Queirós era adepto da propaganda muito dirigista e burocrática. Eça de Queirós coexistiu com Marcelo Caetano quando foi ministro da Presidência. Para mim, a obra mediática da Emissora Nacional deveu-se mais a Marcelo Caetano do que a António Eça Queirós. À distância, Queirós foi o mais conservador dos presidentes da Emissora Nacional, tendo até contribuído para a quebra de programas emblemáticos da estação. Uma carta escrita a Salazar ilustraria o seu perfil, a partir da escuta de canção de Moniz Trindade. Este, cantor de jazz, canção e fado, ligado ao grupo de artistas da rádio da Emissora Nacional, incluiu *Feiticeiro do Amor* no seu repertório. A letra, aos olhos de hoje, é muito ingénua, mas provocou reações na época. Um ouvinte beirão escrevera anonimamente uma carta a Salazar,

reenviada a António Eça de Queirós. A carta falava de letra com palavras pornográficas e lascivas. Queirós rapidamente respondeu ao ditador, comentando que os textos em versos das canções eram geralmente de fraca qualidade e de sentimentalismo aflitivo (Brandão, 2015, pp.344-346). O presidente da Emissora Nacional quase finalizava a sua carta: “A minha grande preocupação será sempre encaminhar os programas de toda a ordem para um nível de dignidade e qualidade”. Na verdade, Eça de Queirós cortara já muitos discos de canções de artistas famosos, em especial brasileiros e franceses.

Quando Eça de Queirós morreu, sucedeu-lhe Jaime Ferreira (1959-1963), advogado de Vila Nova de Gaia que ganhara popularidade dentro da União Nacional mas que depressa se mostrou desadaptado à rádio. Ele pediu para sair, o único presidente a fazê-lo pelo seu pé. Mas assegurou a necessidade de as emissões para as colónias ganharem novo folego quando, em 1961, rebentou o conflito em Angola. Antes, e certamente como reflexo da perda de Dadrá e Nagar-Aveli (Índia), em 1954, a estação foi reforçada com emissões para as colónias e para as populações deslocadas. A 13 de abril de 1961 e na televisão, Salazar dirigia-se ao país e anunciava mudanças no governo e nas forças armadas. Face a incidentes graves em Angola, entre janeiro e março, começo da guerra colonial, ele assumiria a pasta da Defesa. Das suas palavras: “Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão”. A informação e a propaganda assumiriam papel determinante no que se chamou de defesa da nação portuguesa ultramarina.

No conselho de programas da Emissora Nacional, a 17 de novembro de 1959, já se havia questionado a eficácia dos noticiários para as colónias. A Emissora Nacional irradiava todo o noticiário das agências ANI e Lusitânia. César Moreira Baptista, responsável do SNI e presidente do Conselho de Programas da rádio, sugeriu a criação da Revista de Imprensa do Ultramar, pedindo-se à TAP a garantia do envio rápido dos jornais do ultramar (Arquivo Histórico RTP). Para contrabalançar a propaganda sobre as populações indígenas feita por estações estrangeiras, sugeriu-se a criação de programas, nomeadamente uma pequena rubrica, uma a duas vezes por semana, com referência a sugestões e opiniões recebidas, para garantir aos ouvintes a certeza que as suas palavras eram recebidas e aplicadas pela Emissora Nacional.

Depois, em outubro de 1963, no mesmo Conselho de Programas, Monteiro Grilo referiu uma recente estada em Cabo Verde, integrado numa missão universitária. Ali contactou as emissoras locais e sugeriu que seria vantajosa uma maior colaboração da Emissora Nacional com essas estações, através de programas gravados e do fornecimento de material (Arquivo Histórico RTP). Tal assistência teria muito interesse, até porque havia cobertura feita pelas emissoras da Guiné ex-francesa.

Mas, no conjunto, Jaime Ferreira não sentia muito apoio ao seu esforço. Seguiu-se-lhe José Sollari Allegro (1964-1970), antigo secretário de Salazar (chefe de gabinete). No panorama radiofónico nacional, a Emissora Nacional perdera fulgor mas a direção de Sollari Allegro ganhou força com a guerra colonial e o aumento da propaganda. *A Voz do Ocidente*

foi um programa chave da propaganda radiofónica do Estado Novo. Das ações tomadas por Sollari Allegro, destaques para a autonomização em repartições distintas da Informação e dos Programas para o Estrangeiro (1966) e da emissão contínua de vinte e quatro horas diárias (1970). A melhoria de condições de audição no norte e no leste de Portugal, no Algarve, Açores e Madeira foram outros resultados do seu mandato. Também com Sollari Allegro na presidência da Emissora foram inaugurados novos emissores de ondas curtas em Pegões (setembro de 1966), dentro das comemorações dos 40 anos do Estado Novo, aptos a uma mais potente transmissão de programas para o mundo (África, América e Europa) e para os emissores regionais da Madeira e dos Açores.

Tornou-se premente o reforço da informação e da propaganda face às emissoras africanas de origem francesa, ainda antes do começo da guerra em Angola (1961). Por exemplo, já em finais de 1946, os dirigentes de Rádio Clube de Angola, em processo de renovação com um novo emissor em ondas curtas, manifestavam interesse em receber gravações da Emissora Nacional, como o faziam a BBC e uma organização radiofónica norte-americana não identificada (*Rádio Nacional*, 8 de dezembro de 1946). Mais tarde, resultado de protocolo iniciado em 1950, a estação passaria programas sob a designação *Postal da EN* (*Rádio Nacional*, 17 de outubro de 1953), apesar de não indicar se envolvia o envio de noticiários.

Sollari Allegro seria substituído em 1970, pouco depois de Marcelo Caetano ascender a presidente do Conselho de ministros. Afinal, Sollari Allegro fora homem de confiança de Salazar. Quem lhe sucedeu foi Clemente Rogeiro, desde muito antes amigo político de Caetano. Conhecedor da rádio, onde fora diretor financeiro nas décadas de 1950 e 1960, ele remodelou a rádio. Os serviços sociais da Emissora Nacional são do seu tempo. A televisão ganhava peso e os programas de Rádio Renascença (*Página 1*, *Tempo Zip*, *Limite*) davam cartas. O mandato de Clemente Rogeiro foi marcado pelas aquisições da Emissora Nacional, interna (Emissores do Norte Reunidos, 1971) e externas (emissores de S. Tomé e Príncipe e da Guiné), além de melhores relações com Rádio Clube de Moçambique e a Emissora Oficial de Angola, aqui com a colocação de um dirigente da Emissora Nacional à frente daquela estação: Oliveira Pires. Clemente Rogeiro saíria da direção da rádio para ministro da saúde na última remodelação de Marcelo Caetano, em 1973.

César Moreira Baptista (1915-1982) foi alto funcionário público ao serviço do Estado Novo e um dos seus mais duradouros dirigentes em cargos do governo (1958-1974). A sua biografia incluiu a presidência da comissão de Cascais, vogal da comissão executiva da União Nacional, presidente da câmara municipal de Sintra, dirigente do Secretariado Nacional da Informação, deputado, diretor da FNAT, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, secretário de Estado da Informação e Turismo e ministro do Interior (Santos, 2017). A sua obra literária consiste em discursos lidos em ocasiões solenes. Em 1958, na qualidade de SNI, a festejar os 25 anos do secretariado (Baptista, 1958), saudou Salazar e os diretores do SNI. Se Salazar deu o seu empenho ao SPN-SNI, Moreira Baptista destacou também o papel de Caetano.

Um dos discursos mais políticos de César Moreira Baptista ocorreu no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), em 1966. Aí, falou dos efeitos dos conluios internacionais sobre Portugal, apoiados em sistemas imensos de informação obedientes a grupos de pressão ou mesmo governos responsáveis (Baptista, 1966, p.11). Pelos seus efeitos, desapareciam as regras do direito internacional, sujeitas aos interesses dos mais poderosos. Para uma audiência tão precisa, Moreira Baptista argumentou com a paz: “Nós temos tido a ventura de há quatro décadas vivermos num clima de onde foi banida a «desordem que pode ser uma fatalidade, mas não é nunca um bem»” (Baptista, 1966, p.14). Sobre a guerra em África houve total omissão. No seu ideário, ela fazia parte da defesa do Ocidente.

Em 1969, em texto lido na inauguração de emissor em Árvore (Vila do Conde), César Moreira Baptista considerou essencial a emissão contínua 24 horas por dia na Emissora Nacional. Para ele, as grandes tarefas em 1970 seriam concluir a cobertura radiofónica do país, iniciar a ofensiva na cobertura radiofónica de Portugal Ultramarino e “saber encontrar os meios próprios de uma programação adequada aos fins que tem em vista” (*Notícias de Portugal*, 20 de setembro de 1969).

Os discursos de Moreira Baptista e dos seus colaboradores diretos Clemente Rogeiro e Geraldos Cardoso, na tomada de posse dos dois últimos em 9 de maio de 1970, esclareceriam a nova filosofia de propaganda nas colónias. Para Moreira Baptista, a Emissora Nacional tinha de estar presente em S. Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e outras “províncias portuguesas”, com “novas experiências de radiodifusão [que] impõem uma atualização de processos e nos métodos de trabalho; estilos novos na produção radiofónica” (*Notícias de Portugal*, 23 de maio de 1970). A ênfase vinha de uma orientação anterior, quando Moreira Baptista anunciava uma intensa ação no ultramar africano: “fazer ouvir a nossa verdade aos inimigos que pretendem deformar as consciências portuguesas” (*Notícias de Portugal*, 20 de setembro de 1969).

As rádios coloniais deram também espaço a programas em línguas locais. A implantação destes programas atingiu três objetivos: alargar a base de compradores de produtos básicos e de recetores de rádio, funcionar como elemento de prestígio social para anunciantes e produtores de rádio dentro da comunidade local e regional em que se inseriam e veicular mensagens favoráveis à ideia colonial de Portugal. Por exemplo, começou a falar-se em julho de 1971 da instalação de um novo emissor em S. Tomé e Príncipe, para contrariar a “propaganda nefasta de certas estações estrangeiras contra Portugal” (*Diário Popular*, 21 de julho de 1971). Em Angola, o plano de radiodifusão antecipava a instalação de emissor de ondas médias e antena orientada para a República do Congo (Felício, 1973). A delegação da Marconi em S. Tomé e Príncipe usava um emissor cujas frequências em ondas curtas interferiam nos noticiários dos movimentos de libertação, em especial os oriundos do Gabão e República do Congo. O Estado criou também estações para emitir apenas em línguas autóctones e com estruturas organizativas próprias, embora dependentes tecnicamente das estações oficiais em Angola e Moçambique (*Voz de Angola e Voz de Moçambique*), enquanto permitia a instalação

de estruturas radiofónicas em território metropolitano, a RARET e a IFA Portuguesa de Radiodifusão, que emitiam para os países do bloco de leste (Santos, 2021).

Tentativa de golpe em Moçambique e reação da Emissora Nacional (setembro de 1974)

Logo após abril de 1974, foi nomeada uma comissão militar para Rádio Clube de Moçambique, composta por major Eugénio Fernandes como responsável principal, capitão Oliveira na parte técnica, alferes Fernando Lopes Cardoso na programação e alferes João Barroso nos recursos humanos (Cardoso, 2014, p.160). Albino Ribeiro Cardoso, militar com carteira profissional de jornalista e do quadro do *Diário de Lisboa*, foi nomeado para o pelouro da informação. Depois de uma semana a estudar na Emissora Nacional, regressaria a Lourenço Marques e alterava a estrutura de pessoal e convidava personalidades de vários quadrantes políticos para partilharem espaços de opinião pública (Cardoso, 2014, p.181). A 28 de julho de 1974, a comissão administrativa propôs a transformação da estação em organismo público autónomo e absorveu os serviços de Rádio Voz de Moçambique que emitia em línguas autóctones.

Com o poder fraturado em Portugal, colonos brancos ocupariam a estação de Lourenço Marques a 7 de setembro de 1974, colocando a bandeira portuguesa em varanda do edifício e desafiando as autoridades militares portuguesas a não assinarem o acordo de Lusaca (*Diário Popular*, 9 de setembro de 1974), que previa a entrega do poder à maioria negra (Frelimo) na independência de Moçambique. Na revolta, surgiu um grupo que acedeu aos microfones da estação para protestar contra a entrega do país, sem referendo ou eleições (Cardoso, 2014, p.233). Os responsáveis eram Gonçalo Mesquitela, deputado da Assembleia Nacional e do Conselho Legislativo de Moçambique e membro da União Nacional, Clotilde Mesquitela, mulher daquele e antiga presidente do Movimento Nacional Feminino de Moçambique, Velez Grilo, médico e antropólogo, antigo dirigente do Partido Comunista e, então, dirigente do FICO (Frente Independente de Convergência Ocidental), Manuel Gomes dos Santos, vendedor de automóveis em segunda mão, Pires Moreira, Daniel Roxo, caçador profissional, e Vasco Ferreira Pinto (Mesquitela, 1977, pp.81-86; Cardoso, 2014, pp.257-258). A multidão entrou na estação e destruiu tudo o que pode até ao sétimo andar, aos gritos “Abaixo a Frelimo”, “O povo unido jamais será vencido” e “Moçambique é nosso” (Cardoso, 2014, p.235).

Aquando do arranque do golpe, João Baptista de Sousa (1947) preparava-se para entrar na emissão do programa de carácter musical *Roteiro Sonoro*, às 15:00 de sábado. Eduardo Pereira, um responsável da área técnica, falou-lhe da probabilidade de o programa não ir para o ar. Havia um movimento invulgar de pessoas dentro e fora do edifício e, no rés-do-chão do edifício, não pôde sair. Alguns indivíduos gritavam palavras de ordem e estavam armados. Na invasão, o

grupo que assumiu o comando da operação dirigiu-se à sala da direção e instalou-se ali, ocupou o estúdio da emissão A, em língua portuguesa, de onde lançaram mensagens com pedidos de apoio ao Movimento de Moçambique Livre, esquecendo-se dos outros canais, nomeadamente a estação B (LM Radio) e a Voz de Moçambique (línguas changane e ronga).

Os revoltosos decidiram que os locutores leriam nas cabinas mensagens de apoio ao movimento e tocariam o hino nacional português de meia em meia hora. João de Sousa esteve no interior da cabina até às 10:00 do dia seguinte. A emissão da Voz de Moçambique, em língua ronga e changane foi mantida no ar, porque era necessário utilizar os dialetos para passar mensagens de apoio ao movimento rebelde, por ser o canal que atingia a maior parte da população. Na cabina da Voz de Moçambique estava de serviço a locutora Joana Mariana. Ela não traduziu as mensagens em português mas deu-lhes outro sentido, apelando à calma e organização da população. A rendição à polícia deu-se dois dias depois (*Diário Popular*, 10 de setembro de 1974).

João Sousa apenas voltou à estação a 12 de setembro, para retomar o processo normal de produção e gravação dos programas das Produções Golo. Ele começara por participar em concursos organizados nos programas radiofónicos de Produções Golo, até que enviou uma carta oferecendo-me para trabalhar naquela agência de publicidade, em 1964. António e Flávia Fonseca integraram-no na profissão de modo paulatino, começando por datilografar textos que os produtores escreviam, selecionando músicas assinaladas e juntando-as ao texto, entrar nos estúdios de Rádio Clube de Moçambique e assistir à gravação de um programa. Ele fez uma prova de voz, submetida à direção da estação, mas ficou dois anos sem poder falar ao microfone, por causa da cor da sua pele. A 13 de maio de 1966, João de Sousa seria o primeiro locutor não branco da estação. Para além de relatos semanais de futebol e basquetebol passou a fazer programas, em 1968, com *Bondiazinho*, de parceria com Eugénio Corte Real, alargando depois a outros programas das Produções Golo (*Guiando e Ouvindo Música, Extensão Dez*).

A situação vivida em três dias em Rádio Clube de Moçambique apresentou algumas semelhanças com a ocorrida na Rádio Renascença, embora de posicionamento político contrário. Na perspetiva dos revoltosos, a 7 de setembro de 1974, o edifício de Rádio Clube de Moçambique tinha hasteado uma bandeira da Frelimo, levando-os a entrar na estação para demover os dirigentes da comissão administrativa de propaganda pró-Frelimo. Manuel Gomes dos Santos, membro da FICO, apresentou-se como locutor Manuel e leu “Aqui Moçambique livre” e apelou à calma e à segurança. A família Mesquitela saiu de sua casa para apoiar o movimento de Rádio Clube. Com voluntários ex-paraquedistas, Gonçalo Mesquitela mandou ocupar o aeroporto e os CTT, organizou a defesa das antenas emissoras da Matola, criou um gabinete de imprensa, com Ricardo Saavedra, Rui Forjaz e Albano Melo Pereira, e pediu voluntários para limpar a rádio (Mesquitela, 1977, pp.85-93). Ricardo Saavedra, alferes miliciano radicado em Moçambique depois do serviço militar, colaborou no *Notícias* de Lourenço

Marques, fora um dos líderes da Japress, central de contrainformação ao serviço de Pimentel dos Santos, último governador civil de Moçambique, e entrou para o grupo Champalimaud depois de abril de 1974 (Cardoso, 2014, p.339). Clotilde Mesquitela ficou no serviço telefónico, com contactos com Moçambique e estrangeiro e triagem das notícias a difundir.

Surgiam movimentos contraditórios de apoio e desaconselhamento da ação, conjunto vasto de boatos que a estação de rádio ampliou. De um lado, circulava a informação de coluna militar para esmagar a revolta de Rádio Clube de Moçambique (Mesquitela, 1977, pp.94-116). De um telefonema de Lisboa, intercetado pelos serviços de escuta, Costa Gomes teria dado ordens à Força Aérea para bombardear as antenas de rádio. A manutenção da ocupação da estação não teria o eco desejado em Portugal. Samora Machel, em discurso violento, classificou os revoltosos de 7 de setembro como rebeldes e facínoras e declarava-se pronto a iniciar uma guerra contra eles até ao extermínio. Os dias correram velozmente, e com notícias de crescente violência e saque na cidade, foi decidido a entrega da estação e tentadas condições de saída (Mesquitela, 1977, pp.138-144), rendição anunciada na rádio. O número de mortos, apesar de impreciso, pode ter rondado os três mil (Cardoso, 2014, p.343).

Entretanto, partia uma resposta da Emissora Nacional. Com os elementos da direção da estação ausentes, o diretor de produção Álvaro Belo Marques chamou o locutor de serviço Fernando Frazão, pediu-lhe para não sair e mandou abrir um centro de regência para organizar uma emissão especial dirigida a Moçambique, e pediu ao engenheiro de serviço para orientar as antenas para Moçambique e colocar dois emissores de ondas curtas em paralelo, a chegar a 160 kW de potência. A emissão incluiu noticiários e canções de luta e contribuiu para acabar com a revolta branca. Álvaro Belo Marques estava consciente do impacto da sua posição. Se algo tivesse corrido mal, seria preso por ultrapassar os seus poderes de diretor de produção.

8. Período revolucionário (1974-1975)

No pós-abril de 1974, para a informação traçou-se um novo perfil, como se lia em ordem de serviço da Emissora Nacional (9 de julho de 1974): “como, além de uma nova linguagem radiofónica, se pretende ainda a formação e a especialização de profissionais, aos realizadores competirá encontrar a forma de trabalho que permita estes objetivos”. O noticiário implicava experimentar, inovar, ouvir as populações e os intervenientes públicos, através de entrevistas, depoimentos gravados e telefonemas para a redação. À formalidade seguia-se a informalidade. Do ponto de vista da metáfora, o locutor despiu o casaco e a gravata e abriu a camisa. A linguagem de voz grave e distante deu lugar à entrevista e à fala popular. Ao escrito e lido rigorosamente sucedeu o direto e o improvisado. A rádio inaugurou a tendência que, depois, a televisão privada ampliou: vozes populares nos noticiários e programas de entrevistas de gente anónima, mais visível na televisão popular, correram a par da passagem da

linguagem depurada e lida para a conversa oral espontânea e de intimidade. Se, no Estado Novo, a primazia era com os órgãos de poder como o primeiro-ministro (presidente do conselho), depois, as notícias principais diziam respeito a ações populares — moradores, comissões fabris, teatro popular e espetáculos populares, numa nova grelha de valores-notícia.

Toda a estratégia montada de formação da opinião pública através de palestras, em especial nas primeiras décadas da rádio, que ninguém ouvia, desabou. Nesse vazio, experimentavam-se novas estéticas, a partir de experiências de outros países, como a França. Também os relatos da violenta descolonização, embora idealizada como justa independência das colónias, fizeram parte dos noticiários, em especial no ano de 1975. Ao apoliticismo por causa da censura sucedeu a politização informativa, a trazer noticiários tendenciosos. Nas vésperas do golpe militar de 25 de novembro de 1975, os noticiários das estações nacionais (Rádio Clube Português e Emissora Nacional) passaram a ser emitidos a partir do Porto, numa nova centralização política, regressando a Lisboa quando a situação militar se redefiniu. À altura, a Rádio Renascença emitia apenas do Porto, por destruição do emissor em Lisboa. A partir de então, a informação passou a ser mais plural e equilibrada em termos de valores sociais do capitalismo de mercado. As cartas e os telefonemas para as rádios nacionais ganhariam peso no final da década de 1980, com programas de antena aberta aos ouvintes a comentarem temas agendados para discussão.

A direção de programas da Emissora Nacional nomeada após a revolução de abril de 1974 decidiu a emissão de quatro grandes blocos de notícias: 8:00, 13:00, 20:00 e 24:00 (ordem de serviço de 9 de julho de 1974). O *Jornal Falado* ficou com uma equipa de realização constituída por realizador, assistente, dois locutores, técnico, dois a cinco repórteres e assistente musical. Nascia um programa de formação baseado em novas formas de fazer informação, caso da programação da madrugada, entregue a equipa de jovens locutores “responsáveis pelo que de bom (já se) e de mau (ainda) se ouve na Emissora Nacional” (*Diário de Lisboa*, 5 de setembro de 1974). João Paulo Guerra, José Nuno Martins e Francisco Muñoz realizavam os jornais e José Júdice e Marques Graça eram assistentes de realização. Os primeiros dois locutores reestruturariam, do ponto de vista logístico, os serviços de informação, incluindo mesas para gravações. Quem escrevia o noticiário passaria a lê-lo, como em Rádio Clube Português. Um dos locutores, José Nuno Martins, então militar, funcionou como elemento de resolução de conflitos, pois a rádio tinha pessoal que se identificava da extrema-direita à extrema-esquerda.

A reportagem foi o género radiofónico preponderante, ao qual se juntaram diretos e entrevistas de rua, marcas de rutura com a programação antes estabelecida pelo conselho de planeamento de programas com uma antecedência de três semanas. Nos dias que mediaram entre 25 e 30 de abril de 1974, antes da atuação direta do novo poder político, a Emissora Nacional assistiu a dois movimentos diferentes de grande instabilidade, com a nova liderança ainda não se afirmada e a mais antiga ainda a deter força na hierarquia. O anterior diretor dos

serviços de programas, Alberto Represas, libertou toda a música até aí proibida, mormente trechos da autoria de José Afonso, Jorge Letria e Adriano Correia de Oliveira ou por eles interpretados e outros cantores de baladas. Rádio Clube Português tomou logo essa decisão no primeiro dia do novo regime e a Rádio Renascença demorou um a dois dias a compreender que o regime anterior caíra. As associações de rádio em Lisboa (Associados) e no Porto (Reunidos) seguiram rumo idêntico à Rádio Renascença. O público-alvo das estações locais era popular e conservador em gostos estéticos. Por exemplo, um programa que ganhou um Prémio da Imprensa, o *1-8-0* (1968-1972), tinha convidados ligados ao fado e não ao movimento dos baladeiros e, apenas no começo de 1971, José Afonso e Adriano Correia de Oliveira passaram pelo programa.

No período de 1974-1975, para quem estava a organizar e a produzir a programação houve muitos momentos de festa, chegando a estar dois dias seguidos na estação. Mas as suas famílias e casamentos saíam prejudicados, porque passavam ali dias inteiros, dormindo nos sofás existentes na rádio. Houve profissionais que acreditaram que o seu empenho ia levar por diante a revolução.

Dois movimentos desenvolveram-se na Emissora Nacional: por um lado, a produção de textos, em que o setor de programas criativos desempenhou um papel importante, com Manuel Alegre e Eduarda Ferreira (Santos, 2013, p.116). Por outro lado, a dinamização cultural ligada ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e 5ª Divisão, onde estavam os militares da esquerda radical. Foi dado relevo à informação internacional nos noticiários. Durante a campanha de solidariedade com o Chile, no primeiro aniversário do golpe militar naquele país com concerto no Coliseu dos Recreios, alguns noticiários abriam com música chilena e com informação de iniciativas de apoio ao Chile.

As contradições refletiam-se em carta anónima sobre afirmações ditas num *Programa da Manhã*, com responsável pelo programa a alertar “os camponeses para certo clero e certos reacionários que andam a dizer que as pessoas se não juntem em cooperativas, e que os mesmos reacionários andam a dizer que as Forças Armadas lhes roubam as terras e são todos comunistas” (ofício de Calvão Borges ao governador militar de Lisboa, de 25 de fevereiro de 1975). De acordo com a carta, o locutor acabaria a sua “intervenção” com a palavra de ordem: “Atenção, camponeses, o povo deve estar unido com as Forças Armadas, pois unidos venceremos”. Numa mesma emissão do *Programa da Manhã* chegou a ser transmitido oito vezes *A Internacional* (Serejo, 2001, p.78). Passava-se das palestras reacionárias de Jacques Ploncard d’Assac, em *A Voz do Ocidente*, para o radicalismo do poder do povo. A parte falada readquiria nova ênfase, a pensar em educar o povo, subjugado por regime obscurantista de quase cinquenta anos, como se expressava então. As novas ideias vinham das palavras e da música recuperada dos cancioneiros por Lopes Graça e Giacometti.

Eugénio Alves entrou na Emissora Nacional após o 25 de abril de 1974, mas manteve o seu lugar no jornal *República*, primeiro, e *Diário de Lisboa*, após setembro de 1974. Álvaro

Belo Marques, que pertencia à área de publicidade no *República*, convidou-o para a rádio, do mesmo modo que aconteceu a Carlos Albino e José Jorge Letria, entre outros, a indicar um fluxo de jornalistas da *República* para a Emissora Nacional. Em 1975, a Emissora Nacional organizava-se em três equipas de edição dos jornais radiofónicos: António Jorge Branco de manhã, Alexandre Pais à tarde e Eugénio Alves à noite. Muitas notícias eram baseadas em comunicados e em depoimentos de responsáveis políticos, militares e sindicais, mas também vozes populares. Os profissionais da redação, classificados não como jornalistas mas como noticiaristas, recebiam os telexes e construía as notícias. O percurso de profissionais como António Bondoso identificaria a mobilidade existente. No final de 1974, transferiu-se da rádio de São Tomé e Príncipe para a Emissora Nacional, entrando por Lisboa até aparecer uma vaga no Porto e ele criar uma secção de informação. Cada turno contava com seis jornalistas e dois datilógrafos, que escreviam as notícias e assinadas depois pelo editor. Nem sempre as notícias eram feitas com qualidade. A rádio em direto incluía a presença de entrevistados em estúdio, registos magnéticos feitos no exterior e trabalhos feitos pelo telefone.

Na véspera do movimento militar de 28 de setembro de 1974, houve grande pressão por parte do grupo de António Spínola (Galvão de Melo, Sanches Osório). Em causa, a manifestação da maioria silenciosa, de reforço dos poderes presidenciais de Spínola e de apoio às suas políticas federalistas, numa altura em que o processo de independência da Guiné-Bissau estava fechado e a revolta branca em Moçambique, culminada no assalto a Rádio Clube de Moçambique, fracassara, com a hegemonia de forças de esquerda no governo provisório. O momento era ainda de forte disputa entre o presidente da República e o Movimento das Forças Armadas, em contexto de recomposição do aparelho de Estado (Noronha, 2011, p.12). Como pano de fundo, a manifestação representava a tentativa de reagrupamento político à direita, incluindo elementos dos antigos movimentos da Legião Portuguesa e da Ação Nacional Popular. Na sequência, um comunicado de imprensa de Galvão de Melo, a apoiar a manifestação da maioria silenciosa, foi lido nos noticiários da Emissora Nacional no dia 27 de setembro. Vasco Lourenço, da comissão coordenadora do movimento das Forças Armadas, proibiu a repetição de leitura do comunicado (Ruivo, 2013, p.400). Spínola ficaria alarmado com as convocações para as barricadas populares nas linhas de acesso a Lisboa, organizadas por sindicatos e forças políticas de esquerda, contra a manifestação da maioria silenciosa feitas por Rádio Clube Português e Rádio Renascença, ordenando o encerramento das duas estações e obrigando a Emissora Nacional a difundir apenas comunicados da presidência da República (Ruivo, 2013, pp. 403-404).

Por seu lado, e como repercussão da radicalização, as relações profissionais pessoais deterioraram-se, na base de pertenças partidárias diferentes. Uma leitura plausível é da luta de elementos de base contra quadros médios e de quadros médios contra quadros superiores, visível nos vários processos de saneamento. Mesmo nas eleições para a representação em comissões sindicais ou de redação, havia agrupamentos tendenciosos político-partidários.

A nova força da Emissora Nacional foi ganha pela entrada e impacto dos elementos entrados após 25 de abril de 1974, com substrato ideológico forte que tomou a Emissora Nacional e alcandorado a cargos de chefia, colocado no lado oposto às antigas chefias, integrados na comissão civil. Mas os militares não conseguiram gerir conflitos entre profissionais de carga ideológica forte e a quererem ficar na História, sem esquecer os que estavam com medo e os ainda ligados ao poder antigo, mesmo que em silêncio.

Bibliografia

- Baptista, César Moreira (1957). *Os Principais Problemas da Administração Local*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais
- Baptista, César Moreira (1958). *Secretariado Nacional de Informação*. “Um Instrumento de Governo”. 25 Anos de Ação. Lisboa: S.N.I.
- Baptista, César Moreira (1966). *Discurso proferido pelo dr. César Moreira Baptista, Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1966*. Lisboa: S.N.I.C.P.T.
- Baptista, César Moreira (1968). *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação
- Baptista, César Moreira (1968a). *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação
- Baptista, Moreira, Geraldos Cardoso, Clemente Rogeiro e Ramiro Valadão (1971). *Opinião Pública — Imprensa, Rádio, Televisão — Problemática Nacional da Informação*. Lisboa: Gratel
- Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus
- Brandão, Fernando de Castro (2015). *Cartas Singulares a Salazar*. Lisboa: Europress
- Caetano, Marcelo (1965). *A Opinião Pública no Estado Moderado*. Lisboa: Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco
- Cardoso, Ribeiro (2014). *O Fim do Império. Memória de um Soldado Português: o 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Lisboa: Caminho
- Carmo, Carina Infante (2014). “As Crónicas Radiofónicas do Senhor A”. In Paula Godinho e António Mota Redol, coord. *Alves Redol. O Olhar das Ciências Sociais*. Lisboa: Colibri, 321-334
- Cristo, Dina (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra
- Costa, Luís Freitas (1996). *Peça por Pessa. Português, repórter, “oitenta e catorze” anos de idade*. Lisboa: TV Guia Editora
- Domingos, Nuno, e Pedro Moreira (2010). “Serões para Trabalhadores”. In Salwa Castelo-Branco, dir. *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates
- Emissora Nacional (1937). *Ronda do Império*. Lisboa: Emissora Nacional
- Emissora Nacional (1938). *Três Anos de Trabalhos — 1 de Agosto de 1935 a 1 de Agosto de 1938*. Lisboa: Emissora Nacional
- Ferro, António (1950). *Problemas da Rádio*. Lisboa: Edições SNI
- Galvão, Henrique (1939). *Clima de Guerra ao Microfone da Emissora Nacional*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa
- Guerra, João Paulo (2009). “O Romance da Tua Vida Ainda por Escrever”. In Artur Portela (coord.) *Jornalistas Pais e Filhos*. Lisboa: Casa da Imprensa e Porto: Fronteira do Caos
- Leal, Olavo d’Eça (1944). *A Voz da Rádio. 2ª Seleção de Diálogos*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco
- Maia, Matos (1995). *Telefonia*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Mesquitela, Clotilde (1977). *Moçambique — A Descolonização e o Movimento Moçambique Livre de 7 de Setembro de 1974*. Lisboa: Edição A Rua
- Ministério das Colónias (1936). *Anteprojecto da organização da radiodifusão imperial, apresentado à conferência pelo Rádio Clube Português*. Lisboa: Ministério das Colónias
- Moreira, Pedro (2012). “*Cantando espalharei por toda a parte*”: *Programação, Produção Musical e o “Aportuguesamento” da “Música Ligeira” na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934-1949)*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa
- Neves, Isménia (2004). *Olavo d’Eça Leal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa
- Noronha, Ricardo (2011). *A Nacionalização da Banca no Contexto do Processo Revolucionário Português (1974-75)*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa
- Ruivo, Francisco (2013). *Spínolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa
- Santos, Rogério (2021). “Raret e IFA Portuguesa de Radiodifusão: Lutas Políticas Internacionais Através da Rádio”. In Carlos Guilherme Riley, Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes e Tito Cardoso e Cunha, coord., *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*. Lisboa: Tinta da China, 547-559.
- Santos, Rogério (2018). *Sintonias da Rádio em Lisboa, 1924-1975*. Lisboa: Colibri
- Santos, Rogério (2017). *A Emissora Nacional e as Mudanças Políticas, 1968-1975*. Coimbra: MinervaCoimbra
- Santos, Rogério (2014). *Sempre no Ar Sempre Consigo, 1941-1968*. Lisboa: Colibri
- Santos, Rogério (2005). *As Vozes da Rádio, 1924-1939*. Lisboa: Caminho
- Santos, Sílvio (2013). *Da Rádio Estatal ao Modelo Integrado. Compreender o Serviço Público de Radiodifusão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Serejo, Fernando (2001). “Rádio — do Marcelismo aos Nossos Dias (1968-1990)”. *Observatório*, 4: 65-95
- Viçoso, Vítor (2012). “Alves Redol: do «Etnografismo» à Construção de uma Poética da Narrativa Neorrealista”. *Nova Síntese*, 7: 121-143

Publicações

Antena
Rádio Nacional (1946-1956)

Arquivos

Arquivo Histórico RTP (Pasta 76 — Relatórios de Escuta: Programas e Informação. 1966/1970, Caixa 70, Caixa 122. Livro de Atas do Conselho de Programas 1958-1971)

Arquivo Histórico RTP Sonoro (AHC 2658, AHD 22263_04, AHD 11922)

Arquivo SNI [Arquivo Nacional Torre do Tombo] (Caixas 791, 1395)

Entrevistas

Acácio Marinho, Adelino Gomes, Álvaro Belo Marques, Álvaro Esteves, António Bondoso, António Miguel, Aurélio Carlos Moreira, Estrela Serrano, Eugénio Alves, Evaristo Nunes Forte, João Alferes Gonçalves, João Paulo Guerra, João Pinto Garcia, José Nuno Martins, Luís Filipe Costa, Maria Alexandra Fraga, Olga Serra Cruz, Oliveira Pires, Orlando Dias Agudo e Rui de Melo.

Sítio da internet

<http://bigslam.pt/destaques/joao-de-sousa-o-profissional-da-radio-por-alexandre-ribeiro-franco/> (acedido a 25 de setembro de 2016).

Capítulo II

Fernando Pessa e o Jornalismo Radiofónico: do Pioneirismo na Emissora Nacional à BBC

*Fernando Pessa and Radio Journalism:
from the Pioneering Role at Emissora Nacional
to the BBC*

Nelson Ribeiro

Universidade Católica Portuguesa/CECC
nelson.ribeiro@ucp.pt
ORCID ID: 0000-0003-4724-550X

Resumo: O conceito de jornalismo radiofónico era inexistente nas primeiras décadas de afirmação do meio sonoro. Tal não impediu que a rádio tivesse sido, desde o seu dealbar, um meio utilizado para a transmissão de notícias e de informações consideradas de relevo para o público. No caso português, Fernando Pessa foi um dos primeiros locutores a ficar conhecido pelo trabalho de reportagem e pela apresentação de noticiários, inicialmente na Emissora Nacional e posteriormente nas secções brasileira e portuguesa da BBC. Desde o início do seu ingresso na Emissora, em 1935, procurou romper com o tom monocórdico imposto pela estação oficial aquando da leitura dos noticiários, procurando tirar partido das várias potencialidades da linguagem radiofónica. Acabaria por desenvolver um estilo próprio de locução que em muito contribuiu para o sucesso dos blocos noticiosos da BBC em Portugal no decurso da IIª Guerra Mundial. O percurso de Fernando Pessa na rádio confunde-se com a história do desenvolvimento da informação radiofónica em Portugal, tendo tido a capacidade de cativar largos segmentos do público para a escuta de reportagens, crónicas e noticiários.

Palavras-chave: censura; Emissora Nacional, jornalismo radiofónico; reportagem; serviço português da BBC.

Abstract: The concept of radio journalism was non-existent in the first decades of affirmation of the audio medium. This did not, however, prevent radio from having been, since its onset, a means used for transmitting news and information considered of importance to the public. In the Portuguese case, Fernando Pessa was one of the first announcers to become known for his work as a reporter and news presenter, initially at the Portuguese State Broadcaster (Emissora Nacional) and, later, at the Brazilian and Portuguese sections of the BBC. Since joining the Lisbon broadcaster in 1935, he sought to break with the monochord tone imposed by the station on its announcers when reading the news. He thus sought to take advantage of the various potentialities of radio language. He would eventually develop his own style of radio presentation that was pivotal for the success of BBC newscasts in Portugal during the Second World War. Fernando Pessa's path on radio is intertwined with the history of the development of radio news in Portugal. Large segments of the public tuned to the radio to listen to his reportage, chronicles and newscasts.

Keywords: BBC Portuguese service; censorship; Emissora Nacional; radio news; reportage.

Introdução

Fernando Pessa foi uma das primeiras vedetas da rádio portuguesa, que se notabilizou, num primeiro momento, pelas reportagens que realizou na Emissora Nacional e, posteriormente, por ter sido a voz dos noticiários e de diversas rubricas informativas e de entretenimento transmitidas pelo Serviço Português da BBC durante a IIª Guerra Mundial. Após diversas décadas ligado à rádio, foi um dos primeiros locutores a surgir no pequeno ecrã em Portugal, tendo participado nas emissões experimentais da RTP, empresa com a qual haveria de colaborar até meados dos anos 90.

Tendo sido um dos locutores portugueses mais conhecidos do público nos anos 30 e 40, a sua vida profissional está inexoravelmente ligada ao nascimento da informação radiofónica em Portugal. Aquando do seu ingresso na Emissora Nacional a profissão de jornalista não existia na orgânica da estação pública, tão pouco haviam sido definidos os limites dos géneros notícia, reportagem e crónica. Tal permitiu-lhe explorar formatos e géneros num período em que a linguagem radiofónica estava ainda a dar os primeiros passos para se emancipar da linguagem utilizada pela imprensa. Algumas das funções que desempenhou viriam a ser

consideradas, décadas mais tarde, próprias da profissão de noticiarista — um conceito nascido nos anos 60 — que haveria de anteceder o aparecimento do conceito de jornalista de rádio. Fruto do seu pioneirismo, mas também da sua boa dicção e do seu estilo ao microfone, granjeou um grande reconhecimento junto dos ouvintes, tanto da Emissora Nacional como da BBC. Enquanto profissional de rádio, definia-se sobretudo como um locutor, mas, como discutimos neste capítulo, à época tal significava apresentar e, em muitos casos, produzir conteúdos informativos mas também de entretenimento. No caso específico de Fernando Pessa, notabilizou-se, não apenas, mas sobretudo, pelas reportagens e pelos noticiários que realizou e apresentou nas duas estações a que esteve ligado.

Ao contrário do cânone contemporâneo, em que o locutor de rádio é responsável por segmentos de programação que não seguem a deontologia jornalística, por oposição aos jornalistas que assumem a produção de noticiários e de programas informativos, até ao final da IIª Guerra Mundial esta distinção de papéis não existia. Em Portugal, à semelhança de muitos outros países, não obstante a profissão de jornalista já existir na imprensa, na rádio seria necessário esperar até aos anos 60 pela afirmação do jornalismo com o aparecimento de uma nova geração de profissionais que viria a romper com as normas de produção noticiosa então existentes (Santos, 2014). Como Michael Schudson (1978) demonstrou, foi a partir da definição do conceito de objetividade como elemento central da produção informativa que o próprio jornalismo se pôde diferenciar de outras atividades. No caso da rádio, demoraria mais tempo até o trabalho jornalístico se afirmar como um campo autónomo pelo que, nas primeiras décadas do meio sonoro, a norma era o mesmo locutor ser responsável pela apresentação e, em alguns casos, pela produção de programas informativos e de entretenimento. No contexto específico da Emissora Nacional, aos locutores competia igualmente a apresentação de programas e rubricas de propaganda do Estado Novo.

Neste capítulo apresentamos o percurso de Fernando Pessa na rádio em Portugal e na Grã-Bretanha, demonstrando o seu papel na experimentação de géneros radiofónicos que se viriam posteriormente a vulgarizar, como foi o caso da reportagem. Procuraremos igualmente descortinar o modo como a sua prática profissional no estrangeiro influenciou a forma de pensar a informação radiofónica em Portugal pelo impacto que teve junto das audiências. A investigação aqui apresentada é baseada em fontes documentais provenientes de diversos arquivos, localizados em Lisboa, em Londres e em Caversham e no registo de uma entrevista realizada com Fernando Pessa em 2001.

1.O Locutor-Repórter na Emissora Nacional

Após um período de sete anos no Brasil, onde trabalhou no ramo dos seguros, em 1934 Fernando Pessa concorreu ao primeiro concurso aberto pela Emissora Nacional para

a contratação de locutores, o que lhe valeu o ingresso na estação oficial que se encontrava então em período de emissões experimentais. Nos primeiros tempos, as suas funções resumiram-se ao serviço de cabina, ou seja, à apresentação de programas musicais e de palestras. Fernando Pessa era então um dos três locutores da Emissora Nacional, a par de Maria de Resende e Áurea Rodrigues, que se haveriam de manter como o trio de vozes da estação até novembro de 1936, data em que Pedro de Avilez se juntou à equipa de locução.¹ Fruto do contexto social da época, e das restrições impostas à atividade profissional das mulheres, Fernando Pessa não demoraria a destacar-se das suas colegas na realização de diretos a partir do exterior — “algo que uma senhora não fazia”.² O facto de ser o único homem contratado como locutor permitiu-lhe iniciar o serviço de exteriores da Emissora Nacional com a realização de reportagens que mereceram a atenção da imprensa e dos ouvintes, pela novidade que tal representava na oferta de programação da rádio oficial. A primeira reportagem que realizou terá sido a cobertura do Festival Aéreo da Amadora, em Novembro de 1934.³ Ao recordar o modo como o Diretor Técnico da estação lhe comunicou que, pela primeira vez, iria realizar uma transmissão a partir do exterior, Fernando Pessa revela como os primeiros anos da Emissora Nacional foram claramente marcados por um clima de experimentação de novas tecnologias e de novas formas de fazer rádio:

Um dia [...] o engenheiro Manuel Bívar chamou-me e disse: “Você vai fazer um exterior”. Eu disse: “Mas o que é isso de fazer um exterior?”. Ele explicou: “Vamos pôr-lhe um microfone ao pescoço e você vai para a rua dizer aquilo que está a ver. Nessa ocasião houve um grande acontecimento de aeronáutica. [...] Fui para lá, fiz aquela coisa, cheguei ao fim e agradou. Agradou [...] e fiquei logo locutor de exteriores. [...] Nunca mais parei de andar de um lado para o outro, de Norte a Sul do país, a fazer reportagens das coisas que iam acontecendo.”⁴

O interesse que as reportagens no exterior suscitaram desde os primeiros tempos da Emissora Nacional são a ilustração do quanto os profissionais da época valorizavam a instantaneidade do meio sonoro e a sua capacidade de levar aos ouvintes a sonoridade dos eventos que até então apenas havia estado acessível a quem os presenciasse ao vivo. Tal permitiu a criação de comunidades de ouvintes que — embora estando distantes no espaço — acompanhavam os mesmos programas e eventos em simultâneo. O consumo síncrono, que se haveria de manter como uma característica essencial da rádio durante longas décadas, possibilitou

1 “Os quatro locutores da Emissora Nacional”, *Rádio-Semanal*, 14 novembro 1936.

2 Entrevista a Fernando Pessa, 19 julho 2001.

3 *Rádio-Semanal*, 10 novembro 1934. Registo fotográfico disponível em https://www.rtp.pt/antena1/historia/festival-aereo-da-amadora-128247_11097, consultado a 3 de janeiro de 2022.

4 Entrevista a Fernando Pessa, 19 julho de 2001.

que indivíduos dispersos geograficamente pudessem ter acesso à mesma informação e aos mesmos conteúdos de entretenimento, não obstante estarem mais ou menos próximos dos centros de poder, fomentando o sentimento de pertença a uma comunidade nacional através da partilha das mesmas experiências auditivas (Hilmes, 2002).

Numa fase embrionária do meio sonoro, em que a própria linguagem radiofónica estava ainda a ser desenvolvida, Fernando Pessa teve a oportunidade de deixar uma marca indelével na forma de fazer rádio dado ser o locutor responsável pelas transmissões mais complexas, nomeadamente as que implicavam a mobilização de elevados recursos técnicos para o exterior. Tal permitiu-lhe adquirir um estatuto singular no interior da estação oficial que, desde o seu surgimento, haveria de desempenhar uma função de relevo na estratégia de propaganda do Estado Novo, não obstante todas as hesitações e as recusas de Salazar a pedidos de investimento determinantes para a melhoria das condições de receção tanto na metrópole como nas colónias (Ribeiro, 2005).

Nos primeiros anos de vida oficial, a Emissora Nacional foi liderada pelo Capitão Henrique Galvão, cuja ação haveria de ser determinante para o ingresso de Fernando Pessa na BBC ainda antes do deflagrar da IIª Guerra Mundial. Nomeado em junho de 1935, a Galvão competiu gerir a transição das emissões experimentais para as transmissões regulares. A sua experiência colonial levou-o a ser um defensor do papel da rádio na ligação entre a metrópole e o império, sendo, conseqüentemente, um admirador do trabalho desenvolvido pela estação britânica que havia estabelecido o seu Serviço Imperial em 1932 (Potter, 2012); um ano no qual existiam em Portugal apenas estações privadas de pequena dimensão, com exceção do Rádio Clube Português que se vinha afirmando, desde o início dos anos 30, como uma estação de ambição nacional e que, conseqüentemente, procurava assegurar uma cobertura alargada do país e até dos territórios coloniais (Ribeiro, 2005; Santos, 2005).

Após a inauguração oficial, ocorrida em Agosto de 1935, a Emissora Nacional apostou, de modo mais regular, em reportagens no exterior, muitas das quais destinadas a acompanhar eventos de propaganda do regime. A título de exemplo, logo nos primeiros meses das emissões oficiais, Fernando Pessa acompanhou a alocação do Ministro da Marinha, Manuel Ortins Bettencourt, à guarnição do novo contratorpedeiro Douro⁵ e a visita deste mesmo governante ao Centro de Aviação Marítima por ocasião do aniversário da viagem aérea ao Brasil.⁶ Diversos eventos culturais foram igualmente radiodifundidos pela estação oficial, implicando a deslocação de uma equipa de reportagem, como foram os casos dos concertos da orquestra da Emissora Nacional no Parque Eduardo VII aquando da Exposição de Rádio e

5 Arquivo Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbum nº 039, 11 fevereiro 1936.

6 Arquivo Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbum nº 040, 30 março 1936.

Eletricidade, em novembro de 1935,⁷ e a festa artística do primeiro maestro titular da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, Pedro de Freitas Branco, realizada no Teatro São Luís, em 1936.⁸ No quadro do Estado Novo, as expressões culturais eram frequentemente utilizadas para promoção do ideário do regime, competindo, nestes casos, aos locutores acompanhar e dar a devida visibilidade aos respetivos eventos. Nos primeiros anos destacaram-se as cerimónias de entrega dos prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) — uma iniciativa enquadrada na política do espírito promovida por António Ferro — que Fernando Pessa relatou para os ouvintes da estação oficial.

A possibilidade oferecida aos ouvintes de acompanhar em direto estes e outros eventos, apresentados como sendo da maior importância cultural, política e social, foi algo novo trazido pela rádio ao quotidiano dos portugueses, e que paulatinamente foi alterando as suas práticas do dia-a-dia à medida que foi aumentando o número de recetores de rádio disponíveis. A par das mudanças que acabaram por ser introduzidas nos hábitos de consumo de informação e entretenimento (Douglas, 2004), a rádio trouxe também a novidade da criação de um *star system* em que muitos ouvintes se diziam admiradores de um ou mais locutores. Fernando Pessa, por ser aquele que realizava a grande maioria dos exteriores, acabou por gerar a simpatia de muitos ouvintes, os quais lhe dirigiram inúmeros louvores pela qualidade do seu trabalho. Alguns destes elogios foram secundados pelos próprios responsáveis da estação oficial, como aconteceu em Dezembro de 1935, no primeiro Natal de emissões oficiais, quando Henrique Galvão destacou a elevada dedicação de Fernando Pessa, a qual se espelhava nas múltiplas tarefas que tinha a seu cargo.⁹ A par da apresentação de programas em estúdio, e das reportagens no exterior, o locutor era igualmente responsável pela leitura das notícias, função que repartia com as suas colegas locutoras. Os noticiários da estação eram então produzidos pelos assistentes literários com base em telexes de agências noticiosas e nas notícias da imprensa. Tal levava a que os blocos informativos se assemelhassem a um exercício de leitura dos jornais, no que Rogério Santos, no capítulo 1 deste livro, designa por modelo inorgânico de noticiários.

Desde os primeiros tempos da sua transmissão, os noticiários da Emissora Nacional ficaram conhecidos pela sua extrema formalidade, o que obrigava os locutores a adotar um tom monocórdico de modo a garantir que não enfatizavam nenhuma das palavras, o que lhes era expressamente vedado de acordo com as normas em vigor. Em Maio de 1936, Henrique Galvão assinou uma ordem de serviço em que estabelecia regras mais rígidas para a leitura dos noticiários e previa sanções para os locutores nos casos em que estes realizassem inflexões de voz indesejáveis.¹⁰

7 Arquivo Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbum nº 037, 19 novembro 1935.

8 Arquivo Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbum nº 041, 1936.

9 Henrique Galvão, “Ordem de Serviço nº 69”, 19 Dezembro 1936, in Arquivo RTP.

10 Henrique Galvão, “Ordem de Serviço nº 100”, 5 Maio 1936, in Arquivo RTP.

O controlo do estilo de leitura não se afigurava como uma excentricidade, mas antes enquadrava-se na política de fiscalização que abrangia todos os conteúdos emitidos pela estação oficial. Os noticiários eram particularmente vigiados, sendo os textos sujeitos a um escrutínio rigoroso pela própria direção da Emissora. Após o início da IIª Guerra Mundial, todas as notícias de âmbito internacional tinham de ser autorizadas pelo próprio Presidente da Comissão Administrativa antes de poderem ser emitidas (Ribeiro, 2005), dado o receio de que pudesse ser colocada em causa a neutralidade portuguesa ou que os ouvintes viessem a criar uma imagem positiva de países cujos regimes tinham uma natureza diferente da do Estado Novo. Para além dos mecanismos de controlo e de censura internos, as fontes de informação mais utilizadas eram as agências de notícias cujos telegramas eram igualmente objeto de censura (Ribeiro, 2014a). Sendo os conteúdos objeto de uma vigilância política apertada, havia também que garantir que, aquando da leitura ao microfone, nada colocasse em causa a mensagem oficial que se pretendia transmitir. Concomitantemente, a sobriedade imposta na leitura dos blocos noticiosos correspondia também ao estilo que a Emissora Nacional impregnava a toda a sua programação. O facto de ser a voz oficial do Estado e do regime levava a que se apresentasse aos ouvintes, em quase todos os momentos de programação, com uma linguagem e sonoridade solenes.

Dentre os primeiros locutores, aquele que mais teve dificuldades em conviver com este tipo de linguagem foi Fernando Pessa que, desde cedo, procurou criar um estio próprio de locução que o aproximasse do público, socorrendo-se de coloquialismos, os quais lhe valeram inúmeros reparos por parte da direção. A título de exemplo, em janeiro de 1937, foi-lhe feita uma recomendação escrita para que se abstinésse de utilizar expressões consideradas pouco adequadas para uma estação com as responsabilidades da Emissora Nacional: “Recomenda-se ao locutor Fernando Peça [sic] que deve evitar certas familiaridades que usa ao microfone. Por exemplo: No Retiro da Severa despede-se: “Até já” ou “Até logo”. Evite-se essa forma de locução.”¹¹

Tal “recomendação” foi lavrada depois de, na noite de Natal, Fernando Pessa ter lido as boas festas acompanhado de um peru, o que mereceu um grande destaque no jornal oficial da estação. Contudo, mesmo neste contexto, a linguagem manteve a formalidade habitual: “A Emissora Nacional recorda a palavra de Jesus a todos os portugueses. Aos que vivem na terra-mãe e aos que labutam em países estranhos e longínquos, a Emissora Nacional envia o seu voto sincero de Boas Festas”.¹²

Ainda que, ao longo dos anos, outros locutores fossem objeto de reparo pela sua tentativa — às vezes conseguida — de utilizar uma linguagem mais informal, como foi o caso de

11 Henrique Galvão, “Ordem de Serviço nº6”, Janeiro 1937, in Arquivo RTP.

12 “Um Peru deu as Boas-Festas aos radiófilos portugueses”, *Rádio-Semanal*, 2 Janeiro 1937.

Olavo d'Eça Leal,¹³ admitido como locutor em 1937, Fernando Pessa foi aquele que primeiro ousou tentar romper com o excesso de formalidade da estação, levando a que acumulasse repreensões escritas pelo facto de insistir em contrariar o “ar ponderado e grave”¹⁴ que a administração pretendia imprimir à programação. As tentativas de, em alguns momentos, se distanciar do cinzentismo das emissões mantiveram-se durante todo o período em que trabalhou na Emissora Nacional. No final do primeiro semestre de 1938, num tom que deixa transparecer algum cansaço por ter de recordar o que considerava óbvio, Henrique Galvão puniu o locutor com uma repreensão escrita pelo facto de ter ousado incluir alguns risos aquando da transmissão de uma Ópera:

Julgava já desnecessário [lembrar] aos Senhores locutores que lhes é vedado fazer ao microfone prova do seu espírito com as alusões jocosas, os risos e as inflexões de voz intencionadas que em certa altura constituíram moda neste estabelecimento. Vejo que infelizmente assim não é ao tomar conhecimento do que se passou com a leitura do argumento da Ópera “Tristão e Isolda” feita pelo locutor Sr. Fernando Pessa, em que, perdido por completo o sentido das proporções, este senhor se permitiu sublinhar com risos certas passagens do mesmo argumento. [...] A fim de evitar a repetição de factos semelhantes que seja punido o locutor [...] com a pena de repreensão registada.”¹⁵

A formalidade que se esperava da leitura dos noticiários enquadrava-se no estilo global adotado pela emissora oficial, a qual se posicionava como uma estação que cultivava a elevação cultural dos seus ouvintes. Posicionando-se como uma estação elitista, que apenas cedia ao gosto popular em alguns programas, como nas transmissões de fado em direto do “Retiro da Severa, a Emissora Nacional apresentava noticiários que apenas eram acessíveis a uma pequena franja da população, tanto pela linguagem utilizada como pela falta de contextualização das notícias. Foi com este estilo que Fernando Pessa tentou romper, nomeadamente nas reportagens no exterior, nas quais tinha muitas vezes de se socorrer do improvisado — o que lhe permitia ter um pouco mais de liberdade criativa, ainda que sempre no tom formal adotado pela estação.

As transgressões ao estilo oficial eram do agrado das classes mais populares de ouvintes, o que pode ser constatado pelo sucesso das transmissões que Fernando Pessa haveria de realizar na BBC, estação na qual lhe foi dada alguma liberdade para desenvolver uma comunicação com algum nível de informalidade e, sempre que adequado, com recurso à ironia. Ainda que estas características do estilo de locução de Fernando Pessa em muito tenham

13 Henrique Galvão, “Ordem de Serviço nº 55”, 1937, in Arquivo RTP.

14 “Microfone”, *Rádio Nacional*, 27 Fevereiro 1938.

15 Henrique Galvão, “Ordem nº 32”, 1938, in Arquivo RTP.

contribuído para o sucesso da estação britânica junto do público português, acabariam também por lhe valer alguns dissabores, como detalharemos na secção seguinte.

2. Fernando Pessa: O Locutor Mais Emblemático da Voz de Londres

Para o Estado Novo, os meios de comunicação deviam estar ao serviço do regime, havendo, por isso, um aparato de entidades responsáveis pelo controlo dos conteúdos publicados, radiodifundidos ou exibidos, cujas funções iam muito além da censura, tendo a própria Direcção dos Serviços de Censura a capacidade de “recomendar” a inclusão de notícias nos diversos meios (Gomes, 2006; Ribeiro, 2014a). Não obstante todas as restrições impostas ao funcionamento dos jornais, era através destes que as potências estrangeiras procuravam promover-se junto da população portuguesa. Tal assumiu uma importância capital nos anos que antecederam o deflagrar da IIª Guerra Mundial, em que tanto a Alemanha como o Reino Unido procuraram demonstrar a sua supremacia em diferentes setores de atividade, enquanto promoviam a ideia de que tinham o maior interesse em cultivar boas relações com Portugal. Não admira, por isso, que os governos de Berlim e de Londres convidassem jornalistas para realizarem visitas aos respetivos países. No caso da rádio, não estando instituída a profissão de noticiário ou jornalista, os convites eram habitualmente endereçados aos chefes de produção ou aos locutores que davam voz aos noticiários. Foi assim que Fernando Pessa visitou a rádio alemã — a *Reichs Rundfunk Gesselchaft* — em Berlim em 1938.¹⁶ Paralelamente, em fevereiro e março desse ano realizou um estágio no Serviço Latino-Americano da BBC, em Londres, a convite de Robert Edgar Broughton, então responsável pelos noticiários transmitidos para o Brasil.

De acordo com o próprio Fernando Pessa, a sua curta estadia em Londres teve um grande impacto na sua forma de fazer rádio, dado ter sido aí que contactou com técnicas de comunicação radiofónica ainda desconhecidas em Portugal. Alguns meses após o seu regresso a Lisboa e à Emissora Nacional, foi contactado por Malcolm Frost, Diretor do Departamento de Informação Exterior da BBC, que o convidaria a assumir o lugar de editor do serviço de noticiários da Secção Brasileira. Na sua decisão de aceitar o convite, e de se mudar para Londres com uma licença sem vencimento, pesou o apoio que sentiu por parte de Henrique Galvão que o incentivou a aproveitar a oportunidade para aprender mais sobre produção e locução naquela que, já à época, era uma das estações de radiodifusão mais prestigiadas a nível mundial: “O Capitão Henrique Galvão achava que era uma boa oportunidade para eu me tornar num verdadeiro profissional e então aceitei o convite”.¹⁷

16 “Fernando Pessa. Locutor da EN fala-nos da sua viagem à Alemanha”, *Rádio Semanal*, 29 Outubro 1938.

17 Entrevista a Fernando Pessa, 19 Julho 2001.

Aquando do ingresso de Fernando Pessa na BBC, enquanto funcionário da Secção Brasileira, o governo britânico não havia ainda definido planos para o início das transmissões para Portugal, o que apenas veio a ocorrer no ano seguinte, enquanto Londres aguardava, com expectativa, a reação de Salazar à proposta de Franco para que assinasse o Tratado de Não-Agressão (Telo, 1998), a qual previa que nenhum ataque seria lançado contra Espanha a partir de Portugal e vice-versa. O texto mencionava igualmente a intenção de Franco em manter uma posição de neutralidade numa eventual guerra, o que interessava especialmente à Grã-Bretanha dadas as relações ideológicas dos regimes ibéricos com os autoritarismos continentais.

Durante o impasse para a assinatura do Tratado, o governo britânico pressionou Salazar a aceitar a proposta, a qual garantiria uma Península Ibérica neutra. A pressão exercida junto do embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, foi particularmente visível em janeiro de 1939, coincidindo com os primeiros apelos por parte do embaixador britânico em Lisboa para que a BBC iniciasse um serviço de notícias dirigido a Portugal. Sir Walford Selby considerava este serviço essencial para que fosse possível combater, com as mesmas armas, a propaganda alemã que circulava em Portugal. A posição do Embaixador foi resumida da seguinte forma num memorando interno do Foreign Office: “O Embaixador de Sua Majestade em Lisboa exortou recentemente a B.B.C. a produzir emissões para Portugal em português. Os alemães difundem todas as noites material de alto valor propagandístico e Sir Walford Selby julga que seria uma grande vantagem se a B.B.C. pudesse responder a estas emissões alemãs em português com um boletim noticioso na nossa habitual linha, objetiva e precisa.”¹⁸

As emissões para Portugal iniciaram-se a 4 de junho de 1939, tendo o discurso inaugural sido proferido por Armindo Monteiro. O embaixador considerou que as transmissões eram um sinal do interesse do Reino Unido em promover um maior contacto entre os dois países e uma “manifestação d[a] política de amizade, que tão inequivocamente os altos poderes do Estado afirmam.” Sobre o facto de a BBC se apresentar como uma emissora que difundia informação isenta e objetiva, Armindo Monteiro considerou tratar-se de uma linha editorial guiada pelos mesmos valores do Governo português cuja ação dizia basear-se “[n]uma política de verdade”.¹⁹

Nos primeiros meses, as transmissões da BBC consistiram exclusivamente num noticiário emitido às 22 horas. Seguiu-se, em setembro, a introdução de um segundo bloco informativo à hora do almoço.²⁰ Os noticiários procuravam apresentar uma súmula dos principais desenvolvimentos políticos e militares da guerra, não havendo espaço para a transmissão de notícias locais. Contudo, à semelhança do que haveria de suceder com outros serviços em línguas estrangeiras da BBC, não demorou muito até o Foreign Office perceber que as

18 Cf. Minuta do *Foreign Office*, Janeiro 1939, in The National Archives (TNA), FO 395/625.

19 “Portuguese Service Scripts”, in BBC Written Archives Center (WAC), 4 Junho 1939.

20 “Development of Portuguese Service for Europe”, in BBC WAC, E2/490.

notícias sobre Portugal tinham a capacidade de atrair um maior número de ouvintes²¹ e, desde que transmitidas no tom certo, poderiam também servir para manter boas relações com o regime de Salazar.²² A Embaixada Britânica em Lisboa foi então encarregue de enviar notícias para Londres de modo a que pudessem ser remetidas à BBC para inclusão nos noticiários para Portugal.²³ Enquanto isso o Serviço Português promovia-se como a “voz da verdade”, procurando fomentar a ideia de que não existia qualquer interferência política na seleção e na edição das notícias que chegavam aos ouvintes portugueses (Ribeiro, 2014b).

Fernando Pessa não foi uma das primeiras vozes do Serviço Português, tendo continuado ligado ao Serviço Brasileiro para o qual havia sido contratado mesmo após o início das emissões para Portugal. Uma das primeiras vozes a chegar ao público português que sintonizava as emissões da BBC foi Augusto Fernandes da Silva, conhecido por ser um “homem discreto, de poucos gestos, e visivelmente anglicizado” (Cláudio, 2011, 339). Henrique Galvão, que em Lisboa seguia as transmissões da BBC em língua portuguesa, escreveu à estação britânica a sugerir que considerasse utilizar Fernando Pessa nas suas emissões, o que acreditava ter o potencial de aumentar a notoriedade dos noticiários da estação britânica entre os ouvintes portugueses. Apesar desta sugestão, e de considerar que havia espaço para a introdução de melhorias, o Presidente da Emissora Nacional reconhecia a qualidade dos noticiários emitidos pela Voz de Londres — como viria a ser conhecido o Serviço Português — numa altura em que os blocos informativos da rádio em Portugal eram ainda algo incipientes. A prova do reconhecimento do valor acrescentado dos noticiários da BBC em língua portuguesa encontra-se no facto de a estação oficial portuguesa ter retransmitido o bloco informativo da BBC em língua portuguesa, durante cerca de cinco meses, ou seja, entre o início do Serviço Português, em julho de 1939, e o final de novembro desse mesmo ano, data em que a neutralidade na guerra obrigou a Emissora Nacional a prescindir da retransmissão (Ribeiro, 2014b).

A transferência de Fernando Pessa para a Secção Portuguesa acabou por ter lugar, não pelo facto de a sugestão de Henrique Galvão ter sido acolhida, mas pela necessidade sentida pela estação em não criar atritos na relação entre os governos de Londres e de Lisboa. A primeira vez em que leu o noticiário para Portugal foi quando, à última da hora, foi chamado para substituir Augusto Fernandes da Silva que não havia comparecido ao trabalho nesse dia. Numa situação normal, a ausência do locutor seria suprida por Armando Cortesão, que exercia funções de tradutor na Secção Portuguesa.²⁴ Contudo, o facto deste último ser um conhecido dissidente do Estado Novo fez soar os alarmes²⁵ na Broadcasting House, onde estavam

21 Carta remetida por R.A. Leeper (F.O.) a W. Selby, 26 Maio 1939, in TNA, FO 395/628.

22 Carta remetida por Marcus Cheke ao Departamento de Informação do *Foreign Office*, 11 Maio 1939, in TNA, FO 395/628.

23 Carta remetida por R.A. Leeper (F.O.) a W. Selby, 26 Maio 1939, in TNA, FO 395/628.

24 Cf. Entrevista a Fernando Pessa, 19 Julho 2001.

25 Cf. “Fernando Pessa”, *Rádio Nacional*, 12 Novembro 1939. Mesmo sem que a sua voz fosse ouvida ao microfone, a

instalados os serviços de transmissão para a Europa até ao bombardeamento do edifício em dezembro de 1940. Antevendo uma possível reação de Salazar, caso a voz de Cortesão fosse ouvida em Portugal, a BBC solicitou ao locutor da Secção Brasileira que assegurasse a leitura do noticiário para Portugal. O próprio recordou este episódio ocorrido em novembro de 1939:

A BBC contratara o Armando Cortesão — o meu amigo Armando Cortesão! — com a promessa de nunca o deixar aparecer aos microfones... De cá tinham medo que ele se pusesse a dizer mal do Salazar, sei lá! Mas nesse dia, quando o tal locutor faltou, o Armando Cortesão pegou na máscara e no capacete — era obrigatório irmos para o estúdio de máscara antigás e capacete! — e preparava-se já para avançar com o noticiário. Foi então que, alarmados, me foram buscar à secção brasileira, e lá fui eu pegar aquilo de caras! [...] Choveram cartas a dar os parabéns — e lá fiquei até ao fim da guerra (Costa, 1996, 32).

A mudança de Fernando Pessa para a Secção Portuguesa não foi imediata, mas a ideia fez o seu caminho após este ter lido o primeiro noticiário para Portugal. Além de ter gerado reações positivas de diversos ouvintes, o acontecimento foi noticiado no jornal oficial da Emissora Nacional. Após a sua transferência em 1940, não demorou muito até se transformar no locutor mais carismático do Serviço Português, o que em parte se ficou a dever ao seu estilo de locução; o mesmo que lhe havia causado alguns dissabores na Emissora Nacional. A entoação que dava às palavras, quando ao microfone da Voz de Londres, foi uma das razões da sua popularidade junto dos ouvintes, que lhe reconheciam o estilo peculiar que aprimorou após a formação que recebeu na BBC: “Um homem que havia sido convidado para nos dar formação ensinou-me algo que nunca me esqueci: ‘um bom locutor não lê o que está escrito no papel. Um bom locutor apresenta o que está escrito no seu próprio estilo’. Eu comecei a melhorar o meu próprio estilo ao microfone depois deste conselho.”²⁶

A política de estimular a personalização do estilo de apresentação dos noticiários foi iniciada pela BBC exatamente no ano de 1940. O objetivo era o de permitir aos ouvintes identificar quem estavam a ouvir ao microfone e, deste modo, impedir que estações “negras” alemãs fossem confundidas com a emissora britânica (Crissell, 1994); confusão que se tornava mais simples de fomentar quando todos os locutores soavam do mesmo modo por não haver uma personalização do seu estilo de apresentação. De acordo com o historiador oficial da BBC, Asa Briggs (1970, 202), a identificação do nome dos locutores “para que os ouvintes pudessem reconhecer as suas vozes”, significou o “reconhecimento de que a fonte era mais importante do que o meio ou a mensagem”. Deste modo, a personalidade do locutor passou

presença de Cortesão na BBC viria a provocar tensão diplomática entre os dois países, a qual culminaria no despedimento do tradutor da estação britânica no final de 1941 (Ribeiro, 2014b).

26 Entrevista a Fernando Pessa, 19 Julho 2001.

a ser uma garantia de qualidade da informação que estava a ser transmitida, o que, aliás, explica que, em Portugal, muitos ouvintes atribuísem um maior nível de credibilidade aos noticiários quando estes eram apresentados por Fernando Pessa, cujo estilo apreciavam e consideravam ser merecedor de confiança.

Uma das características marcantes do principal locutor da Secção Portuguesa foi o tom positivo que sempre procurou imprimir na leitura das notícias, mesmo quando tinha de relatar reveses sofridos pelos Aliados na guerra. Como o próprio reconheceu, ao imprimir tal tom, o seu objetivo era transmitir a ideia de que melhores dias estariam a chegar (Costa, 1996, 33-34), fomentando assim a esperança na derrota do Eixo. Diversos ouvintes que escreveram para a BBC durante a guerra sublinharam esta característica de Fernando Pessa e apontaram-na como uma das razões que contribuía para que os noticiários de Londres fossem amplamente ouvidos pelos portugueses. Também a representante da BBC em Portugal, Margery Withers, que se ocupava da recolha de informação junto dos ouvintes, escreveu inúmeros relatórios nos quais reconheceu que o tom imprimido por Fernando Pessa na leitura dos noticiários era uma mais valia para o crescimento da audiência. Num relatório interno da BBC relatou o caso de um capitão de navio que havia afirmado que “mesmo quando havia más notícias, o Pessa tinha uma maneira de as tornar suportáveis.”²⁷ Nesse mesmo relatório reportou o facto de muitos ouvintes considerarem que o estilo de Fernando Pessa se havia tornado no cânone seguido por todos os que apresentavam noticiários e programas na Secção Portuguesa. De igual modo, um dos membros do Gabinete de Imprensa da Embaixada Britânica em Lisboa reconheceu que “todos os locutores portugueses parec[ia]m estar a moldar-se ao estilo do Pessa”, o que considerava um potencial problema: “Quando vários locutores usam a mesma técnica, as pessoas tendem a perder tempo a tentar perceber se estão a ouvir o próprio Pessa, o que os leva a não prestar a devida atenção ao assunto da transmissão.”²⁸

Este testemunho remete para uma questão central na informação radiofónica: a importância do estilo de locução em comparação com o conteúdo das notícias. Nos estudos de rádio são diversos os autores que alertaram para o facto de apenas se poder avaliar a mensagem quando se tem em conta a forma de apresentação que é determinante para o modo como o conteúdo é apreendido pelo ouvinte (*vide* Rodero Antón, 2013). A BBC parecia estar bem consciente deste facto no início dos anos 40, o que a levou a fomentar que os locutores desenvolvessem o seu próprio estilo de locução. No caso de Fernando Pessa, além do tom positivo que procurava imprimir aos noticiários, e da utilização de inflexões de voz que visavam captar a atenção do ouvinte, ocasionalmente incluía “risadas sarcásticas” e não resistia

27 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 9 Outubro 1944, p. 20, in BBC WAC, E2/198.

28 *Ibidem*.

“a pronunciar “senhor Hitler” de uma forma igualmente sarcástica”,²⁹ o que agradava a uma parte significativa da audiência que era pro-aliada.

O sucesso junto dos ouvintes portugueses levou a que, em inúmeras ocasiões, Fernando Pessa fosse considerado como “a voz da BBC”, sendo frequentemente elogiado na correspondência enviada para Londres pelos ouvintes portugueses. Tal apreciação manteve-se mesmo após o crescimento do número de locutores da Secção Portuguesa. Nos relatórios mensais produzidos pela estação britânica sobre o feedback recebido de Portugal, são inúmeros os relatos de como o seu estilo era apreciado e os erros relevados: “Na Covilhã não têm paciência com o locutor que está continuamente a cometer erros, mas, quando recentemente o Pessa cometeu um deslize, ficaram encantados com a forma como mais tarde corrigiu o engano e gostam dele mais do que nunca.”³⁰ De acordo com a mesma fonte, a sua apreciação era transversal de Norte a Sul: “Na Figueira da Foz as pessoas gostam muito da forma como o Pessa lê as notícias, ficando sempre desapontados quando ele não está de serviço. [...] Ele é relatado como sendo o herói dos ouvintes em S. Martinho do Porto”³¹.

Os relatórios produzidos pela BBC e pela Embaixada Britânica, mas também pela PIDE, convergem em reconhecer o elevado impacto dos noticiários da BBC e a popularidade de Fernando Pessa enquanto locutor principal da Voz de Londres, havendo inúmeros relatos de grupos de ouvintes que se juntavam regularmente, tanto em casas particulares, como em cafés e clubes recreativos, para, em conjunto, ouvirem o noticiário da BBC (Ribeiro, 2014). A escuta coletiva levava a que a descodificação das notícias fosse muitas vezes negociada entre os presentes após o final das transmissões. Nas missivas remetidas para a BBC, a par da apreciação do estilo de locução, muitos ouvintes referiam-se ao facto de a estação britânica relatar acontecimentos desconhecidos em Portugal, o que era, em grande medida, uma consequência da ação dos serviços de censura do Estado Novo. Aliás, a política de controlo da imprensa que vigorava em Portugal levou a que a BBC tivesse granjeado muito sucesso também pelo facto de ser apresentar como uma fonte de informação isenta e objetiva — “a voz da verdade” –, o que contrastava com as estações de rádio e a imprensa portuguesas obrigadas a seguir as orientações oficiais nomeadamente na cobertura da Frente de Leste (Ribeiro, 2014).

Tal como na Emissora Nacional, na BBC dos anos 40 os locutores eram responsáveis pela apresentação de todos os espaços de programação, tanto de teor informativo como de entretenimento. Tal permitiu a Fernando Pessa apresentar diferentes tipos de programas a partir de 1941, quando as transmissões para Portugal foram alargadas e passaram a incluir, a par dos noticiários, palestras, programas musicais e diversas rubricas, nomeadamente

29 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 15 Dezembro 1944, pp. 18-19, in BBC WAC, E2/198.

30 *Ibidem.*

31 *Ibidem.*

sobre questões inglesas e de política internacional. De entre as rubricas, uma das que suscitou maior entusiasmo junto dos ouvintes em Portugal foi “O Calendário dos Ditadores”, traduzido e apresentado por Fernando Pessa, e no qual eram ridicularizados os líderes do Eixo. Transmitido em 1941 e 1942, passou a ser o espaço de programação mais comentado nas cartas de ouvintes que chegavam à BBC.³² Outros conteúdos apresentados pelo locutor e que geravam feedback maioritariamente positivo eram os programas musicais, com especial destaque para o transmitido aos domingos à noite e no qual o fado tinha especial relevo.³³ Para Michael Winch, editor da secção portuguesa da BBC, que visitou Portugal nos últimos meses de 1942, não havia dúvidas de que um grande número de portugueses continuaria a sintonizar a BBC desde que Fernando Pessa fosse mantido ao microfone.³⁴

3. A Expulsão da Legião Portuguesa e o Afastamento e Readmissão na BBC

Considerado por muitos ouvintes como o responsável máximo pelo Serviço Português da BBC,³⁵ Fernando Pessa foi alvo de diversas campanhas com o intuito de o desacreditar aos olhos do público. Uma das mais notórias foi lançada pelos serviços de propaganda alemães, aproveitando o mau estar que as emissões da BBC estavam a provocar junto das elites do Estado Novo pelo facto de terem passado a descrever a União Soviética, não como um perigo para a humanidade, mas como um aliado na guerra contra o Eixo. Não será, aliás, uma coincidência que os primeiros problemas que o locutor teve de enfrentar com as instituições portuguesas tenham ocorrido no verão de 1941, após Hitler ter lançado a Operação Barbarossa e a União Soviética se ter juntado aos Aliados. A postura que o regime viria a ter em relação a Fernando Pessa contrasta com o modo como, até então, havia cultivado boas relações com o locutor. No primeiro semestre de 1940, na primeira viagem que realizou a Lisboa na qualidade de enviado da BBC, foi recebido na Emissora Nacional onde foi entrevistado sobre o quotidiano de Londres no contexto da guerra. Na entrevista agradeceu as críticas e sugestões que vinha recebendo dos ouvintes “de Portugal e do seu Império” e sublinhou o trabalho que a BBC estava a desenvolver de modo a assinalar os Centenários da Restauração e da Independência de Portugal que se assinalariam nesse ano e que viriam a ser o maior evento de propaganda do Estado Novo.³⁶

32 Relatório da Embaixada Britânica em Lisboa, “Summary of reports no. 95 & 96 — from 13 to 27 July 1941”, in TNA, FO 371/26818.

33 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 25 Maio 1943, p. 16, in BBC WAC, E2/198.

34 Michael Winch, “Report on Conditions in Portugal with Special Reference to Broadcast Propaganda”, Janeiro 1943, in TNA, FO 371/34691.

35 *Ibidem.*

36 Transcrição da entrevista concedida à Emissora Nacional, não datada, in BBC WAC E1/1163.

A preocupação em elogiar Portugal estava presente no dia-a-dia da BBC, o que deve ser entendido no contexto da estratégia que o Ministry of Information e o Foreign Office haviam desenhado para a Secção Portuguesa, a qual passava por não hostilizar o regime de Salazar. Tal como a BBC, também Fernando Pessa considerava poder conciliar o apoio aos aliados com a manutenção de boas relações com as instituições portuguesas, o que, contudo, se veio a revelar impossível. Em julho de 1941, a Legião Portuguesa decidiu expulsar o locutor das suas fileiras, acusando-o de não respeitar a posição de neutralidade que Portugal havia assumido na guerra. Tudo indica que a reação da Legião foi motivada por uma palestra na qual o locutor havia considerado o comunismo e o nazismo como “condenáveis e nocivos”. Além de equiparar os dois regimes, o que a Legião refutava pelo facto de considerar que nenhuma ideologia era tão merecedora de condenação como a comunista, noutros textos, nomeadamente em palestras da autoria de Wickham Steed lidas por Fernando Pessa, a União Soviética era apresentada como tendo “possibilidades de resistência e de triunfo na guerra”. A leitura destes textos foi considerada pela Junta Central da Legião Portuguesa como uma clara violação dos deveres do legionário.³⁷

Cabe aqui recordar que, não obstante a posição de neutralidade assumida por Portugal na guerra, a Legião Portuguesa havia manifestado o seu apoio às potências do Eixo, sendo uma das instituições mais reacionárias do regime (Rodrigues, 1996). Tal explica o modo como decidiu lidar com o “caso” de Fernando Pessa, não apenas durante a guerra, mas ao longo das décadas seguintes, impedindo-o de trabalhar em qualquer organismo oficial do Estado, nomeadamente na Emissora Nacional.

Conhecida a decisão de expulsão tomada pela Junta Central da Legião Portuguesa, a estrutura de propaganda alemã apressou-se a disseminar a ideia de que o locutor português mais conhecido da BBC havia sido seduzido pelos ideais comunistas. Ainda que tal informação não estivesse alicerçada em quaisquer factos, a Alemanha procurou associar a estação britânica à União Soviética e ao comunismo que Salazar havia definido como o maior perigo para a humanidade. A campanha de desinformação alemã serviu-se de diversos meios, tendo chegado à Grã-Bretanha através da New British Broadcasting Station (NBBS), operada pelos alemães, mas apresentada como se fosse dirigida por um grupo de dissidentes ingleses (Connor, 2002; Bergmeier e Lotz, 1997). Em Portugal, o assunto foi explorado nas transmissões da Emissora de Berlim em língua portuguesa, tendo sido igualmente abordado por Fernando Pimenta, em artigos publicados no jornal pró-germanófilo *A Voz*.

A extensão da campanha que contra si foi movida levou Fernando Pessa a ler um esclarecimento na emissão da BBC para Portugal. No texto, acusava a rádio alemã de se agarrar “a todas as tábuas de salvação que lhe surgem no mar da Mentira”, misturando falsidades com

37 Memorando da Junta Central da Legião Portuguesa, 24 janeiro 1950, in Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, caixa 166, processo 1279/97, nº 17.

“uma ou outra ocorrência verdadeira”³⁸ com o intuito de enganar os ouvintes. Já em relação à Legião Portuguesa, o tom era claramente conciliatório, ao afirmar que compreendia a atitude tomada pela necessidade do governo português manter intacta a sua neutralidade, incluindo nos “mais insignificantes pormenores”.³⁹ Ao mesmo tempo em que assumia estar em Londres a pugnar pela causa aliada, desmentia categoricamente estar a defender o comunismo, tendo, contudo, reafirmado que também o nazismo lhe causava repulsa:

Diz-se que eu tenho defendido o maior inimigo do meu país — o Comunismo — e que bem mereço por isso o castigo que me foi aplicado. É falso. Sem nunca ter andado metido nos meandros da política barata [...] fui, por nacionalismo sincero, isto é, sem ser levado pelo desejo de ocupar um ou outro lugar, dos primeiros a alistar-me na Legião Portuguesa. [...] É que nessa hora, [...] pairava então sobre a península o perigo comunista, que os alemães e italianos não conseguiram combater com o desinteresse material que os heroicos Viriatos souberam manter na luta [...] erguendo mais alto a bandeira de Portugal. [...] Esse perigo foi debelado. Mas surgiu logo um outro muito maior — o do Nazismo, que por ser em tudo idêntico ao Comunismo, o guerreia, utilizando na luta todos os processos — honestos e desonestos. Odeio o Comunismo, mas não odeio menos o Nazismo; e como eu, os portugueses em geral.⁴⁰

No seu esclarecimento, Fernando Pessa adotou uma postura em tudo semelhante àquela que havia sido definida para a linha editorial das emissões para Portugal: condenação explícita das potências do Eixo, omissão de referências à proximidade ideológica do Estado Novo com o nazismo e o fascismo e elogios a Salazar e ao seu regime. No texto que leu sobre a sua expulsão da Legião Portuguesa, refutou as acusações da propaganda alemã, enquanto afirmou compreender a atitude da Legião que se assumia como defensora da neutralidade “tomada pelo governo a que, por graça de Deus, preside a eminente figura de Salazar”.⁴¹ Não obstante esta posição cautelosa, as referências à Legião Portuguesa nas emissões da BBC mereceram um protesto informal do embaixador português em Londres junto do Foreign Office.⁴² Seguir-se-iam outras manifestações de desgosto pelos textos lidos por Fernando Pessa, nomeadamente após a emissão da palestra “Os Germanófilos” da autoria do próprio locutor, e na qual este condenou aqueles que apoiavam o regime nazi cuja derrota classificou de inevitável. Neste texto, radiodifundido a 4 de junho de 1942, Fernando Pessa referiu-se aos vários grupos que, em Portugal, se diziam pró-alemães:

38 Fernando Pessa, “Esclarecimento”, transmitido a 3 de agosto 1941, Arquivo Diplomático, M. 151, Capa 06.

39 *Ibidem.*

40 *Ibidem.*

41 *Ibidem.*

42 Carta remetida por Armindo Monteiro a William Strang, 14 Outubro 1941, in Arquivo Diplomático, M.143 CP.

O [grupo] dos despeitados, ou seja, o daqueles que não têm conseguido triunfar na vida, se revoltam com tudo e contra tudo [...] O segundo grupo [...] é o dos néscios, e foi até agora talvez o mais numeroso. Os seus componentes são daquele género “Maria vai com as outras”. [...] Passando ao terceiro grupo, a que chamamos o dos oportunistas, classificamo-lo como sendo o daqueles que, ocultando-se ainda mais do que os outros, gostaria de entrar um dia para a História como qualquer Quisling ou Miguel de Vasconcelos, podendo assim auferir um tanto por cabeça, ao venderem os seus irmãos de sangue e a pátria que infelizmente lhes serviu de berço... ao bandoleiro-mór, ao Snr... Hitler (Pessa, 1942).

O excerto transcrito acima revela que, ao invés de se limitarem à apresentação dos noticiários, aos locutores da BBC era aberta a possibilidade de, em momentos específicos, serem autores de crónicas. Ainda que o conteúdo dos textos tivesse de estar alinhado com os interesses britânicos, tal revela que a estação esperava dos seus locutores que também contribuíssem com a produção de conteúdos que pudessem ajudar os ouvintes a compreender as implicações da situação política, social e económica que se vivia durante a guerra. Tal significa que a BBC encarava os seus “noticiaristas” (ainda que este conceito não estivesse em uso) como pessoas que deveriam ser capazes de produzir diferentes géneros jornalísticos, nomeadamente a reportagem e a crónica, numa altura em que a linguagem informativa em rádio estava ainda em fase de construção.

Não obstante a grande popularidade de Fernando Pessa lhe ter possibilitado o acesso a um estatuto inigualável ao de qualquer outro locutor da Voz de Londres, na fase final da guerra esta mesma popularidade tornar-se-ia num dos seus pontos fracos. O facto de utilizar uma linguagem com recurso a expressões populares, ao humor e ao sarcasmo, levou-o a ser criticado pelas elites portuguesas que expressavam o seu desagrado em relação ao seu estilo de locução. Em maio de 1943, um ouvinte, identificado como tendo um elevado nível de instrução, criticou do seguinte modo o que considerava ser a falta de qualidade de alguns programas apresentados por Fernando Pessa: “Temos de concordar que programas como a ‘Tourada’, embora divertido e apresentado dentro de um espírito carnavalesco, não são material adequado para uma organização de radiodifusão com as responsabilidades da BBC [...]. Coloca a BBC ao mesmo nível da rádio alemã que, como as peixeiras que gostam tanto do Pessa, não se destaca pelos seus padrões de bom gosto”.⁴³

Diversos relatórios produzidos pelos serviços diplomáticos em Lisboa e por membros da BBC em Portugal coincidiam na análise de que muitas das palestras utilizavam uma linguagem demasiado coloquial e recorriam ao humor, ridicularizando Hitler e membros do

43 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 25 Maio 1943, p. 16, in BBC WAC, E2/198.

seu governo,⁴⁴ o que as tornava muito apelativas junto das camadas populares, mas menos apreciadas pelas elites que não se inibiam de expressar um claro preconceito em relação aos gostos das classes sociais mais baixas. Em 1943, num momento em que a Grã-Bretanha estava particularmente preocupada em manter boas relações com as elites do Estado Novo, a BBC acabaria por descontinuar espaços de programação que não eram bem recebidos pelas classes sociais mais altas. Consequentemente, foram significativamente reduzidos os programas de entretenimento apresentados por Fernando Pessa que, a partir de abril desse ano, e para desânimo de muitos ouvintes, passou a ter uma presença menos assídua ao microfone. De entre os inúmeros protestos que chegaram a Londres, um ouvinte de Vila Nova de Gaia apelou a que regressassem os espaços de programação de entretenimento aos domingos à noite: “Por favor, não deixem de transmitir programas apresentados pelo Pessa aos domingos à noite uma vez que são apreciados por todos. Eles são muito divertidos, especialmente aqueles em que o Pessa costuma cantar o fado.”⁴⁵

Em sequência da mudança de posicionamento da Voz de Londres, Fernando Pessa e o editor da Secção Portuguesa da BBC, B.S. Willimore (Briggs, 1970, 480), entrariam em rota de colisão (Costa, 1996, 31), levando a que o primeiro abandonasse a estação em novembro de 1943.⁴⁶ Antecipando uma reação negativa dos ouvintes, a BBC não anunciou a saída do locutor, mas antes informou que este iria de férias, o que levou a que muitos inquirissem sobre a data do seu regresso. Uma carta que chegou à Secção Portuguesa em fevereiro de 1944 afirmava que “em Lisboa todos sabem que ele deixou a BBC e porquê”, acrescentando que, “como consequência, a BBC perdeu uma larga percentagem dos seus ouvintes”.⁴⁷ Outras missivas dirigidas ao Foreign Office sugerem igualmente que, entre os ouvintes portugueses, se especulava sobre a ausência do locutor nas emissões na certeza de que existia “algum mistério relacionado com o desaparecimento do Senhor Pessa.”⁴⁸

Não obstante os relatórios internos produzidos pela Voz de Londres não serem muito explícitos sobre a natureza das especulações que circulavam em Portugal a propósito do afastamento de Fernando Pessa, houve quem considerasse que a BBC agia com base em motivações políticas, retirando do ar aquele que, para muitos ouvintes, representava a voz dos aliados na guerra. Na prática, a rescisão com a principal personalidade da Secção Portuguesa, a quem a própria estação havia incentivado que desenvolvesse um estilo próprio ao microfone, revelou-se um embaraço difícil de disfarçar tendo em conta a dimensão dos protestos dos ouvintes. Consequentemente, a Embaixada Britânica em Lisboa (Costa, 1996, 31) acabou por

44 *Ibidem.*

45 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 16 Julho 1943, p. 13, in BBC WAC, E2/198.

46 Memorando interno da BBC enviado por B.S. Willimore ao Adido de Imprensa da Embaixada de Lisboa, 5 Outubro 1943, in BBC WAC, R13/199/2.

47 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 28 February 1944, p. 10, in BBC WAC, E2/198.

48 *Ibidem.*

convidar Fernando Pessa a voltar à BBC, o que aconteceu a 6 de Março de 1944. Após o seu regresso, permaneceu na estação britânica, e na Secção Portuguesa, até junho de 1947, ainda que a sua colaboração fosse então restrita à leitura de noticiários, função na qual manteve intacto o seu estilo de apresentação.⁴⁹

4. O Regresso a Portugal

Após regressar a Portugal em 1947, Fernando Pessa considerou a possibilidade de voltar à Emissora Nacional, de onde acreditava ter partido, antes da guerra, com uma licença sem vencimento. Contudo, o facto de ter sido expulso da Legião Portuguesa tornou inviável que pudesse colaborar com a estação oficial. Tal levou-o a solicitar à Legião, em 1949, que lhe fossem dadas a conhecer as razões concretas do seu afastamento do organismo, tendo então sido informado de que, na base da decisão, estava o facto de, aos microfones da BBC, ter feito a apologia do comunismo e do bloqueio britânico às colónias portuguesas. A Junta Central da Legião Portuguesa considerou ainda de extrema gravidade que tivesse equiparado o nazismo ao comunismo: “Que o Snr. Fernando Pessa considerasse, como diz, Comunismo e Nazismo igualmente condenáveis e nocivos, era uma opinião que estava no seu direito de emitir em particular — mas não estava no seu direito de a emitir em público, como legionário”.⁵⁰ No documento que produziu em resposta à solicitação do locutor para que lhe fossem dados a conhecer os detalhes que haviam levado à sua expulsão, a Legião reconheceu que, da leitura de uma das palestras que havia motivado o processo, e que Fernando Pessa havia proferido na BBC, não constava “uma afirmação tão categórica, de apoio àquele bloqueio, como a que lhe fora atribuída”.⁵¹ Ainda assim, a Junta Central reiterou que o locutor era culpado de ter lido palestras do jornalista britânico Wickham Steed, as quais continham expressões que revelavam simpatia para com as forças soviéticas. Daqui resultou a manutenção da decisão de expulsão tomada em 1941, numa clara demonstração de que, quase cinco anos após o final da guerra, a Legião Portuguesa não havia mudado a sua orientação ideológica sendo incapaz de condenar o nazismo mesmo depois dos julgamentos de Nuremberga.

Fernando Pessa haveria de escrever a Oliveira Salazar em março de 1950, apelando para que este pudesse sanar o diferendo que o opunha à Legião Portuguesa e lembrando os elevados prejuízos pessoais que decorriam da situação em que se encontrava.⁵² O Chefe do Gover-

49 “BBC Survey of European Audiences — Portugal”, 15 Dezembro 1944, pp. 18-19, in BBC WAC, E2/198.

50 Memorando da Junta Central da Legião Portuguesa, 24 janeiro 1950, in Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, caixa 166, processo 1279/97, nº 17.

51 *Ibidem*.

52 Carta remetida por Fernando Pessa a Oliveira Salazar, 14 março 1950, in Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, caixa 166, processo 1279/97, nº 17.

no pediu então um parecer à Junta Central da Legião Portuguesa que reafirmou a sua decisão. Como consequência, o locutor permaneceu inibido de ser funcionário da Emissora Nacional, tendo Salazar apenas permitido, por despacho por si assinado,⁵³ que pudesse colaborar num programa que, embora emitido na estação oficial de radiodifusão, era produzido e financiado pela Associação Industrial Portuguesa. Daqui resultou que Fernando Pessa pôde voltar a ser ouvido na Emissora Nacional, ainda que não fosse funcionário da estação.

Vendo-se impossibilitado de voltar a assumir um lugar no quadro da estação oficial, dedicou-se à dobragem de documentários para a Doperfilmes, uma distribuidora de cinema fundada por Joaquim Brás Ribeiro Belga que, em meados dos anos 50, viria a construir o Cinema Roma, em Lisboa. Os documentários, que à época eram exibidos antes das longas metragens, provinham de diferentes países, tendo Fernando Pessa viajado com frequência para diversas capitais europeias, nomadamente Roma, Londres, Paris e Madrid, onde realizava as dobragens em português dos documentários adquiridos pela Doperfilmes (Costa, 1996, 49). Nos anos 50 trabalharia ainda no Plano Marshall, onde, entre outras atividades, esteve também ligado ao departamento de relações públicas, tendo-se deslocado a Paris e Londres para a sonorização de filmes dedicados à promoção do Plano. Em 1959 foi também convidado, pela Embaixada Britânica em Lisboa, a assumir o lugar de Relações Públicas da I Anglo-Portuguese Military Tattoo que decorreu, de 29 de maio a 14 de junho, em paralelo com a I Exposição das Indústrias Britânicas. Ambos os eventos foram fruto do interesse britânico em explorar as relações comerciais com Portugal nas vésperas de ambos os países integrarem a lista de fundadores da EFTA. Na parada militar participaram mais de 400 militares britânicos que trouxeram até Lisboa um porta-aviões, três contratorpedeiros, uma fragata e um avião da RAF (Jennings e Smith, 2019), no que também foi interpretado como uma clara demonstração do investimento britânico na relação com Salazar.

O facto de Fernando Pessa ter sido escolhido para relações públicas deste evento, bem como o seu envolvimento nas ações de promoção do Plano Marshall, comprova que, no pós-guerra, existia já uma circulação entre as profissões de locutor e relações públicas, havendo por parte das entidades oficiais a perceção de que teriam a ganhar com a contratação de profissionais que conheciam o funcionamento dos meios de comunicação e que haviam construído uma imagem de credibilidade junto do público. No caso de Fernando Pessa, tal imagem foi construída sobretudo na BBC, em especial na apresentação de noticiários que os ouvintes reconheciam como sendo isentos (ainda que nem sempre o tivessem sido). Os seus serviços como relações públicas da I Anglo-Portuguese Military Tattoo levaram a que tivesse sido agraciado com as insígnias de Membro do Império Britânico (Costa, 1996).

53 Carta remetida por António Eça d'Queiróz a Oliveira Salazar, 26 abril 1954, AOS7CO/PC-38, Pasta 7.

As diversas ocupações que manteve após o seu regresso a Portugal não evitaram que procurasse sempre manter-se ligado à rádio. Além dos programas da Associação Industrial Portuguesa, apresentou também espaços de programação da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em 1954 insistido com Salazar para que este autorizasse a sua reintegração na Emissora Nacional, o que foi recusado pelo então Presidente da estação oficial, António d'Eça Queiróz, o qual alegou, mais uma vez, a expulsão da Legião Portuguesa.⁵⁴ Ainda assim, Fernando Pessa continuaria a desenvolver o género reportagem nos vários programas que foi sendo autorizado a apresentar. Em 1956, com o estatuto de colaborador, e não funcionário, seria o primeiro locutor a aparecer nos ecrãs de televisão em Portugal quando, nas emissões experimentais da RTP, em direto do recinto da Feira Popular em Lisboa, apresentou a equipa de apresentadores da televisão portuguesa. Permaneceria ligado à RTP até ao final da sua vida profissional, ainda que apenas em 1976 tivesse passado a integrar os quadros da empresa, dado a Legião Portuguesa nunca lhe ter perdoado o facto de ter estado ao lado dos Aliados na IIª Guerra Mundial (Costa, 1996). Também na televisão ficaria sobretudo conhecido pelas inúmeras reportagens que realizou; o género que inaugurou na rádio portuguesa e com o qual mais se identificou ao longo da sua carreira profissional.

Conclusão

A diversidade e amplitude de funções desempenhadas por Fernando Pessa leva a que o mesmo não possa ser definido apenas como jornalista. Contudo, foi-o também ainda antes do conceito de jornalista de rádio sequer existir, tendo sido pioneiro na realização de reportagens e na criação de um estilo próprio de locução que empregou na leitura de noticiários, numa altura em que em Portugal pouco se havia pensado sobre a importância do estilo de apresentação para a comunicação eficiente da mensagem. Como locutor, colocou sempre uma preocupação especial na seleção das palavras, mas também na dicção e na entoação, personalizando os conteúdos que apresentava, o que o levou a granjear uma popularidade invejável junto dos ouvintes da Emissora Nacional e do Serviço Português da BBC.

Os noticiários da Voz de Londres, de que Fernando Pessa seria a principal voz ao longo de vários anos, trouxeram inovação à rádio que se ouvia em Portugal, rompendo com o tom monocórdico característico das estações portuguesas, especialmente da Emissora Nacional, e colocando os ouvintes em contacto com um novo tipo de bloco noticioso que haveria de adquirir grande popularidade no país. Embora não seja possível reconstruir as práticas de consumo de rádio existentes em Portugal no decurso da IIª Guerra Mundial,

54 *Ibidem.*

tudo indica que a BBC terá sido a estação radiofónica mais ouvida nos anos finais da guerra, superando os níveis de audiência das estações portuguesas (Ribeiro, 2014b). Tal significa que a estação britânica foi eficaz na introdução de um novo estilo de noticiário radiofónico em Portugal, que certamente terá servido de inspiração ao jornalismo radiofónico que se veio a desenvolver no pós-guerra.

O percurso de Fernando Pessa na rádio ilustra como o exercício de atividades jornalísticas — ainda antes destas serem designadas como tal —, mesmo no estrangeiro, foram condicionadas pelo Estado Novo. Além das transmissões da Voz de Londres terem sido alvo de intensa vigilância e pressão diplomática por parte do Estado Novo, o próprio Fernando Pessa estava bem consciente do impacto que as suas palavras tinham no país, tendo presente nos seus textos e nas suas locuções a importância de não criticar abertamente o Estado Novo, o que também lhe era exigido pela própria política editorial adotada pela BBC durante grande parte da guerra (Ribeiro, 2014). Paralelamente, a sua expulsão da Legião Portuguesa demonstra como o regime acompanhava de perto os noticiários e os espaços de opinião emitidos a partir de Londres. Não podendo exercer diretamente a censura, as autoridades portuguesas socorriam-se da condenação dos portugueses que trabalhavam na estação e da pressão diplomática com o objetivo de condicionar a linha editorial das emissões para Portugal.

Malgrado o facto de a história do jornalismo ser, muitas das vezes, escrita numa perspectiva nacional, o caso de Fernando Pessa ilustra como as conexões transnacionais podem ter um impacto significativo no desenvolvimento das práticas de produção jornalística e nos próprios hábitos de consumo de informação. Tal parece indiciar que há um caminho ainda por explorar rumo a uma compreensão aprofundada do modo como a produção do jornalismo em diferentes países se interinfluenciou em diversos períodos históricos e como a receção de notícias oriundas do estrangeiro moldou a perceção da realidade por parte das audiências.

Bibliografia

- Bergmeier, H. J. P. & Lotz, R. E. (1997). *Hitler's Airwaves: The Inside Story of Nazi Radio Broadcasting and Propaganda Swing*. Yale University Press.
- Briggs, A. (1970). *The History of Broadcasting in the United Kingdom: Volume III — The War of Words*. Oxford University Press.
- Cláudio, M. (2011). *Tiago Veiga — uma Biografia*. Dom Quixote.
- O'Connor, W. F. (2002). Expatriate American Radio Propagandists in the Employ of the Axis Powers, in M. Hilmes e J. Loviglio (eds.), *Radio Reader: Essays in the Cultural History of Radio*. Routledge.
- Costa, L. F. da (1996). *Peça por Pessa — Português, Repórter, "Oitenta e Catorze" Anos de Idade*. TV Guia Editora.
- Crisell, A. (1994). *Understanding Radio*. Routledge.
- Douglas, S. J. (2004). *Listening In: Radio and the American Imagination*. University of Minnesota Press.
- Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Livros Horizonte.
- Hilmes, M. (2002). *Only Connect: a Cultural History of Broadcasting in the United States*. Wadsworth/Thomson Learning
- Jennings, B. R. J. & Smith, S. H. (2019). British Participation in the Quincentenary Commemorations of the Death of Prince Henry 'the Navigator' (1960), *Práticas da História — Journal on Theory, Histoigraphy and Uses of the Past*, 8, 85-138.
- Pessa, F. (1942). *A Voz de Londres. Os Germanófilos*. s.n.
- Potter, S. J. (2012). *Broadcasting Empire: The BBC and the British World, 1922-1970*. Oxford University Press.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Quimera.
- Ribeiro, N. (2014a). Reporting an Alternative Reality to 'Conveniently Guide' Public Opinion, *Media History* 23 (3-4), 360-375.
- Ribeiro, N. (2014b). *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: Informação e Propaganda*. Almedina.
- Rodero Antón, E. (2013). Peculiar Styles when Narrating the News: the Intonation of Radio News Bulletins, *Estudios del Mensaje Periodístico* 19 (1), 519-32.
- Rodrigues, L. N. (1996). *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Editorial Estampa.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Caminho.
- Santos, R. (2014). *A Rádio em Portugal: Sempre no Ar, Sempre consigo, 1941-1968*. Colibri.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the News: A Social History Of American Newspapers*. Basic Books
- Telo, A. (1998). As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)", in F. Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Colibri.

Capítulo III

Rádios 'piratas' e jornalismo radiofónico na década 80: rupturas e continuidades

*'Pirate' radios and radio journalism in the 80's:
ruptures and continuities*

Ana Isabel Reis

Universidade do Porto/CITCEM
anaisabelreis@gmail.com
ORCID ID: 0000-0002-9335-4574
Ciência ID: A01D-8BD1-35Fo

Resumo: Os anos 80 do século XX representaram uma transformação no panorama radiofónico português com o surgimento das rádios piratas ou livres. Ao longo da década, as novas emissoras que emitiam à margem da lei encontraram o seu espaço e afirmaram-se como porta-vozes das populações. Entre as centenas de rádios que emitiram em todo o país há exemplos de rádios amadoras e voluntaristas, de projetos mais estruturados, e de rádios inteiramente profissionais que não se reviam na classificação de rádios piratas e que conquistaram o seu espaço como concorrentes das rádios nacionais. Se algumas reproduziram o que ouviam nas estações nacionais, outras romperam com os cânones estabelecidos e inovaram. O ensino do radiojornalismo acompanhou todo este processo. As piratas foram o motor do surgimento de cursos na área. Neste capítulo concluímos que a rádio e o jornalismo radiofónico mudaram com as piratas e identificamos 8 campos que correspondem ao que mudou na forma de fazer jornalismo, e de como estas rádios foram uma ‘escola’ para uma geração.

Palavras-Chave: Rádios piratas, rádios livres, jornalismo radiofónico, ensino radiojornalismo

Abstract: The 1980s of the twentieth century represented a transformation in the Portuguese radio panorama with the emergence of pirate radio or free radio. Over the decade, illegal broadcasters found their space and asserted themselves as a voice for the population. Among the hundreds of radio stations broadcasting throughout the country, there are examples of amateur and voluntary radio stations, more structured projects, and entirely professional radio stations that do not claim to be as pirate radio stations. If some reproduced what they heard on national stations, others broke with established canons and innovated. The teaching of radio journalism accompanied this entire process. Pirates were the engine for the emergence of courses in the area. In this chapter we conclude that radio and radio journalism changed with the pirates and we identify 8 points that correspond to what changed in the way of doing journalism and how these radios were a ‘school’ for a generation.

Keywords: Pirate radio, radio journalism, free radio, teaching radio journalism

Introdução

As rádios piratas ou livres foram fruto de um contexto único económico, político, mediático, social e cultural que espelham o país dos anos 80. Estas emissoras marcaram a história da rádio em Portugal e foram agentes de mudança a diferentes níveis. As mudanças não surgiram, espontaneamente, apenas na década de 80 e no palco das emissoras ilegais, mas tiveram raízes no que se fazia nas rádios nacionais nos anos 60 e 70 e numa ideia de rádio e de jornalismo radiofónico de uma geração que não se revia na rádio da época. Neste capítulo, damos conta desse percurso que culminou no movimento das rádios piratas ou livres.

Os estudos feitos até agora evidenciam um marco antes e pós piratas (Santos; Ribeiro; Cordeiro; Bonixe; Carvalho; Oliveira; Costa e Silva; Azevedo; Cerejo; Reis). Assim, partimos da ideia prévia de que as rádios piratas mudaram a rádio em Portugal para questionar como transformaram o jornalismo radiofónico. Nesse sentido, foi feita uma revisão bibliográfica do tema, consultados jornais da época, reportagens, entrevistas e documentários publicados posteriormente na imprensa, rádio, televisão e no online. No entanto, a principal fonte de informação são as entrevistas a profissionais que, na época, integraram os projetos piratas. O objetivo não foi o de recolher o maior número possível de testemunhos, mas o de ouvir exemplos que espelhassem a diversidade geográfica das rádios que tivessem maior pendor

jornalístico nas suas emissões. As entrevistas seguiram o modelo de pergunta aberta para melhor registar e compreender as particularidades de cada entrevistado ou exemplo.

Das rádios mais amadoras às mais profissionais, de alguma forma, todas contribuíram para outra conceção de fazer rádio e jornalismo, porém os grandes projetos são os que preconizam as grandes mudanças, as ensaiam e aplicam de forma estruturada, rigorosa e profissional. A TSF destaca-se como principal agente das mudanças.

Ao percorrer os estudos académicos sobre a TSF, Bonixe justifica o interesse que a emissora tem suscitado com o facto de a influência da TSF ter ido além do espectro radiofónico, modificando também “o ritmo de reação dos outros média e também de alguns setores da sociedade, em particular, no campo político” (Bonixe, 2013, p.916).

Neste estudo, as perceções recolhidas permitem-nos concluir quais as mudanças produzidas no jornalismo radiofónico e como se desenvolveram. Elencamos 8 campos em que se produziram mudanças, ou seja, 8 pontos que se intersectam e influenciam mutuamente a nível dos formatos, conteúdos, práticas jornalísticas e de comunicação, e das sonoridades. Abordamos ainda o ensino do radiojornalismo em Portugal, já que muitos dos cursos profissionais se desenvolveram nesta década, paralelamente ou em articulação com estas rádios. Mas também porque as mudanças verificadas foram sendo apreendidas na prática do dia-a-dia por uma nova geração que entra no jornalismo por via das piratas. A aprendizagem deu-se mais por tentativa-erro do que em cursos organizados e estruturados, sendo que as piratas acabaram por ser uma ‘escola’ na qual nasceu uma nova geração de profissionais dos média.

1. A génese das piratas

As primeiras rádios piratas, ainda na década de 70, surgiram à margem do meio profissional, feitas por gente que não tinha ligações às emissoras nacionais, fruto do amadorismo e voluntarismo. O panorama veio a alterar-se no decorrer da década seguinte.

As origens do que viria a tornar-se o jornalismo radiofónico nos anos 80 encontram-se três décadas antes, onde se foram delineando ideias, conceitos, experiências, e construindo caminhos até se desembocar no movimento das rádios piratas ou livres. Neste percurso, a partir dos anos 50, a Rádio Universidade desempenha um papel relevante já que foi aí que muitos dos locutores e jornalistas se iniciaram na rádio. Muitos transitaram para as emissoras nacionais e nos anos 80 e 90 estiveram na fundação quer de rádios piratas e locais quer das televisões privadas. Apesar da censura, os jornalistas e locutores que integraram as equipas da Rádio Universidade acreditaram numa nova forma de fazer rádio e jornalismo que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes, conforme se afere mais adiante neste capítulo. Nos anos 70, mesmo com a censura, quer a Emissora Nacional quer o Rádio Clube Português fizeram algumas experiências no domínio da informação que “fugiam aos

cânones habituais” e eram até inovadoras (Serejo, 2001, pp.71-72). Entre estas experiências estava, por exemplo, o novo conceito de noticiários introduzido por Luís Filipe Costa no Rádio Clube Português, que inovou na linguagem e no formato e que abria a antena para a informação de última hora, fora do tempo dos noticiários (*RDP*, 24 de julho de 2020). Assim como na Rádio Renascença com os programas de informação de produção independente (Serejo, 2001, pp.71-72), programas, frequentemente, suspensos “temporariamente” e que se “enquadram nessa tentativa de realizar trabalhos próximos do jornalismo, tratando, muitas vezes de forma metafórica, a situação social” (Andringa, 2008, p.9).

A Revolução de 74 representou uma nova era na história do jornalismo alavancada pelo fim da censura. A livre expressão incrementou nas rádios o direto, o improvisado, a linguagem informal, a reportagem na rua, e representou uma nova hierarquia nas notícias até aqui monopolizadas pelos órgãos de poder. A conquista da liberdade de expressão também se traduziu em trazer o microfone para a rua e dar voz ao cidadão anónimo e à sua ânsia de dizer aquilo que pensava. António Jorge Branco foi um dos impulsionadores do ‘dar voz’ às pessoas comuns: “o noticiário poderia abrir com uma greve, ou o operário a falar da greve”. Na emissora estatal produziu a informação como era feita em França, introduziu alterações ao alinhamento das notícias e à forma como se referiam aos protagonistas das notícias (Santos, 2021). No entanto, a livre expressão acabou condicionada pelas lutas políticas que se travaram nas redações das rádios. Os testemunhos ouvidos para este trabalho indicam que os jornalistas sentiram que as suas expectativas pós-revolução tinham sido defraudadas. Depararam-se com pressões, o peso da burocracia, o espartilho da agenda institucional e político-partidária, e com um jornalismo cada vez mais acomodado e centralizado.

Os cursos de formação que Édouard Guibert¹ do Centre de Formation des Journalistes de Paris deu no início dos anos 80 na rádio pública inspiraram e influenciaram um conjunto de profissionais em torno da ideia de começar algo ‘a partir do zero’. Neste grupo estavam também os profissionais que as rádios tinham absorvido vindos das antigas colónias e que traziam uma visão diferente sobre a forma de fazer rádio e jornalismo. As redações estavam também prestes a receber uma nova geração saída dos primeiros cursos superiores da área e dos cursos de formação profissional. O ponto de encontro entre a velha e a nova geração deu-se nas piratas: equipas de seniores que formaram os jovens jornalistas incutindo-lhes um conceito diferente de fazer jornalismo na rádio.

O combate ao centralismo e fazer da rádio um veículo de novas expressões e realidades eram frequentemente invocadas nas páginas dos jornais: “O que preside à ideia do nascimento das rádios locais é a descentralização, a frustração, por um lado, dos ouvintes da rádio e, por

1 Édouard Guibert, jornalista francês, iniciou o seu percurso profissional na ORTF, foi diretor da France 3, integrou ainda o Syndicat National des Journalistes, foi formador e diretor do Centre de Formation des Journalistes de Paris

outro, a dos profissionais que trabalham na Antena 1 e na comercial” — palavras de João Paulo Guerra da Telefonia de Lisboa ao *Jornal Ilustrado* (9 de janeiro de 1987) partilhadas por outros profissionais das rádios nacionais no rescaldo da nacionalização do setor da rádio. Adelino Gomes sintetiza: “sentimos que fomos nacionalizados”. É dessa desilusão que nasce a TSF:

“como reação de desilusão jornalística, profissional e cidadã, de um grupo de uma geração radiofónica que tinha lutado contra a censura e pela competência. Juntávamos sempre as duas coisas, para nós a rádio tinha de ser competente, não bastava ser democrática, e dentro da competência tinha de ser pluralista” (entrevista pessoal, setembro e outubro de 2019).

Henrique Garcia fez também parte desse grupo e recorda que um dia começou a congeminar:

“se os miúdos fazem [rádios piratas] porque é que a gente não faz? se os miúdos sabem e nós (que temos a mania que sabemos disto) porque é que não fazemos? E foi assim que nasceu esse núcleo de contestatários ao que estava estabelecido para nos lançarmos a um projeto novo e seguir o exemplo da miudagem que estava a fazer rádios piratas por todo o país” (entrevista pessoal, dezembro, 2019).

Esse projeto novo foi a Rádio Geste.

O descontentamento perpassa quer nos testemunhos de hoje quer nos registados na imprensa da época: “Tudo isto nasceu de um grupo de pessoas que estavam ligadas, há muito tempo, à Rádio e que acreditavam numa projecto de Rádio desnacionalizada e a nível regional” — declarações de Jorge Simões da Rádio Azul de Setúbal ao *Diário Popular* (3 de julho de 1986). O descontentamento cruza-se também com o que está na génese das rádios locais: o jornalismo de proximidade. “Queremos contestar a colonização feita pela capital sobre o resto do país, através das ondas da Rádio” — afirma um elemento da Rádio Caos do Porto ao *Expresso* (2 de julho de 1983). “O problema de fundo é o da descentralização não só do poder, mas da cultura e da vida” — palavras de António Colaço da Rádio Antena Livre de Abrantes ao *Diário de Lisboa* (21 de dezembro de 1983). Alguns projetos eram guiados por uma ideia de irreverência e contrapoder que podem ser sintetizados numa frase/*jingle* radiada pela portuense Rádio Caos: “você está a sintonizar aquilo que não devia”. Se, por um lado, as piratas mudaram o cenário radiofónico, por outro deixaram um rasto de amorismo que ainda hoje perdura na memória. Nem sempre as piratas conseguiram concretizar aquilo a que se propunham e no final de todo este processo, em jeito de balanço, já depois do encerramento das piratas no Natal de 1988, Luís Filipe Costa deixou um olhar crítico ao movimento das piratas: “Infelizmente poucas se afirmaram como contra-poder à velha rádio oficial. A maior parte, permita-se, fez uma má cópia do que o pior que a rádio oficial faz. Isto porque uma vez mais a carroça foi à frente dos bois, continua a faltar formação profissional”. (*Diário Popular*, 16 de dezembro de 1988).

A década das piratas foi o embrião das rádios locais, um cenário ambivalente onde cabe desde o muito mau ao muito bom. Entre a inovação, a concretização de velhos sonhos e a mera cópia do que já se fazia, as piratas afrontaram as emissoras nacionais, renovaram formatos e conteúdos e abriram o jornalismo aos novos valores que entravam na profissão através das pequenas emissoras.

2. Anos 80: o novo cenário radiofónico português

A revolução de 1974 trouxe profundas alterações ao setor dos media e, em particular, ao da radiodifusão. No período pós-revolucionário subsistiu um cenário que, praticamente, ficou reduzido à emissora católica e à empresa pública de radiodifusão. Este duopólio contrastava com o panorama do setor na Europa, onde o movimento das rádios livres ou piratas foi ganhando expressão desde os anos 60. Os ecos do que acontecia lá fora acabaram por se materializar ainda na década de 70, mas só nos anos 80 se viria a verificar o verdadeiro *boom* das piratas em Portugal.

A história das rádios locais tornou-se indissociável do processo de evolução democrático e num contexto de amadurecimento da jovem democracia portuguesa (Azevedo, 2001; Bonixe, 2012). Estas rádios nasceram como um veículo de expressão popular, que deu voz às populações como afirmação do país que existia para lá da capital, um facto destacado por Azevedo (2001, p.114) como a essência das precursoras das rádios locais: “uma rádio de expressão democrática, de resposta à necessidade de descentralização, livre de toda a dependência institucional e que constitua uma alternativa aos modelos de programação nacionais”. Para Bonixe, a apropriação dos meios de comunicação por parte das comunidades foi vista como um passo fundamental para o processo de exercício da democracia e da cidadania (2019, p.184). São resultado do clima político, social, económico, cultural e mediático que se viveu no país nos anos 80, em que transparecia a unanimidade, e a cumplicidade, do poder político em torno das rádios que emitiam à margem da lei. Assistiu-se a um período de verdadeira anarquia nas ondas hertzianas em que centenas de emissoras se atropelavam nas frequências em FM. Este cenário tornou premente a necessidade de regulamentar o setor e licenciar rádios locais, e culminou com a publicação da Lei da Rádio e a realização do concurso para atribuição de frequências locais.

Em Portugal, a década das piratas teve um contexto único em que se conjugaram diversos fatores: crises políticas e eleições sucessivas em que as lutas políticas se faziam também nas ondas das rádios ilegais; a crise económica e as consequentes medidas de austeridade em contraponto com a entrada na então CEE, e a consequente vaga de financiamentos do Fundo Social Europeu (Reis, 2014). O contexto mediático dos anos 80 também foi favorável à proliferação das piratas: a expansão do setor com o surgimento de novos jornais generalistas e especializados;

o início do ciclo de privatizações dos média; o surgimento de canais de rádio privados (como a Comercial) que ditaram o fim do duopólio Estado-Igreja; o financiamento da CEE aos cursos de formação profissional na área dos média e, em concreto, da rádio; uma geração empreendedora formada pelos profissionais recém-regressados das antigas colónias e os das grandes emissoras nacionais que se sentiam insatisfeitos com o jornalismo pós-revolução e, ainda, uma nova geração de recém-licenciados dos primeiros cursos do ensino superior de jornalismo e os que se formaram nos cursos profissionais da área; a descentralização das redações de jornais e rádios que, nas emissoras nacionais, se traduziu na abertura ou reforço de delegações e períodos de emissão regionais autónomos, revelando a necessidade de descentralizar a informação demasiado focada na vida política e partidária dos centros de decisão na capital; a preparação para o arranque dos canais de televisão privadas que se implementaram na década seguinte; e, finalmente, uma maior acessibilidade aos equipamentos de produção e emissão. Este novo contexto expôs também uma lacuna: a ausência de canais que dessem voz às populações, aos seus anseios, preocupações e expressões culturais. A imprensa local e regional assumia esse papel e foi um motor na criação e sucesso de muitas rádios.

A cumplicidade do poder político era pública, desde os autarcas à presidência da República. Os políticos, mais do que estarem presentes nas emissões como comentadores ou entrevistados, tiveram um papel ativo dentro das rádios e no longo e polémico processo que culminou no concurso de atribuição de frequências locais.

O jornalismo esteve, desde sempre, associado ao fenómeno das rádios piratas (Bonixe, 2019), era uma bandeira dos que lutavam por um espaço no éter e das populações que se reviam e participavam, ativamente, nas emissões. As piratas contribuíram para a democratização no acesso aos média ao serem um veículo das realidades locais. As populações apropriaram-se do microfone, as rádios eram suas porque, efetivamente, eram as populações que falavam da sua realidade e faziam ouvir a sua voz.

Não há números exatos da quantidade de emissoras que emitiram neste período. Entre 1977 e 1984 seriam 19 (Bonixe, 2019, p.190), em 1986 a imprensa refere 600, altura em que existiriam 800 pedidos de licenciamento (*Expresso*, 7 de junho de 1986), e até à data de encerramento, em dezembro de 1988, terão chegado a emitir ilegalmente perto de um milhar de rádios².

Embora se identifiquem três fases de evolução (Azevedo, 2001, p.114), algumas destas rádios não evoluíram do estado amador para o mais estruturado. Muitas mantiveram o seu carácter amador até desaparecerem enquanto outras já nasceram com projetos verdadeiramente profissionais. Assim, Bonixe identifica dois grandes períodos na história das piratas, o

2 Na véspera do encerramento das rádios *O Jornal* (23 de dezembro de 1988) calculava que seriam 700 e o *Semanário* (23 de dezembro de 1988) estimava à volta de mil

primeiro entre 1977 e 1984 “altura em que o fenómeno se caracterizou pelo aparecimento de pequenas emissoras em vãos de escada, impulsionadas pela carolice e amadorismo dos seus criadores” e o segundo, entre 1985 e 1988, “numa fase em que surgiram vários projetos com alguma dimensão e que visavam, já não apenas a afirmação de uma ideia, mas a legalização” (Bonixe, 2012b, p.318). A imprensa da época já situava esta clivagem, sobretudo a partir de 1987, ao dividir as rádios entre *Piratinhas* e *Piratões* (*Expresso*, 29 de agosto de 1987). O *Se7e*, por exemplo, escreve que 1987 é o “ano da profissionalização”:

“Se até agora “a tónica foi a ‘carolice’, parece que 1987 será, com a ‘ajuda’ da lei, o ano de todas as cooperativas radiofónicas de jornalistas. O profissionalismo e a rentabilização através da inserção de publicidade — eis os traços dominantes da ‘terceira vaga’. *Se7e* (31 de dezembro de 1986)

A terceira vaga é a das rádios que emitem em Lisboa (TSF, Geste, CMR, Telefonía de Lisboa, Rádio 4), os *Piratões*, que tinham na sua génese um forte investimento financeiro, equipamento sofisticado, instalações feitas de raiz em edifícios centrais da capital, profissionais conhecidos do meio radiofónico e empresas patrocinadoras. Projetos estruturados e com intenções claras de conseguirem uma frequência nacional e que, rapidamente, se afirmaram no novo cenário hertziano e conquistaram audiências. A TSF foi uma das que sempre assumiu que queria chegar a todo o país e que considerava um “objectivo fundamental a instalação de uma rede de cobertura nacional em FM” conforme está escrito num Memorando (s/data). Embora nascida num contexto pirata nunca se assumiu como tal, nem os seus responsáveis a viam como uma rádio pirata, antes como uma rádio profissional com vocação nacional. Sem rodeios, Emídio Rangel assume isso mesmo após a primeira emissão da TSF em 1984. Afasta a possibilidade de emissões regulares e demarca-se, assim, do exemplo das outras piratas: “há uma diferença fundamental entre a nossa cooperativa e as pequenas estações: nós temos um projecto jornalístico rigoroso, enquanto elas têm um projecto específico e lutam pela liberdade de expressão”. (*Se7e*, 20 de junho de 1984)

Esta terceira vaga identifica, ainda, uma nova realidade para as piratas: a de se tornarem emissoras comerciais e com poder na formação da opinião pública, tornando-se num território cobiçado pelos diversos poderes que fazem parte da sua fundação, administração e financiamento.

O novo universo radiofónico situava-se desde o puro amadorismo ao profissionalismo com as rádios a apresentarem diferentes graus de organização, dimensão, profissionalização, capacidade financeira e a terem, também, ambições ou objetivos distintos.

De uma forma simplificada, pode dividir-se as rádios piratas em amadoras e profissionais, embora haja exemplos que se situam num meio termo que se poderão denominar semi-profissionais:

As emissoras amadoras são fruto da carolice e do voluntarismo entusiasta, têm

estruturas rudimentares, emitem de forma irregular, sem pretensões futuras, não têm vida fiscal, funcionam à base do voluntariado não remunerado e não distinguem funções, ou seja, todos fazem tudo, até construir de raiz os seus equipamentos.

As rádios semiprofissionais agregavam, em maior ou menor escala, características das amadoras e das profissionais. Emitiam regularmente em longos períodos horários, conjugavam o voluntariado não remunerado com a contratação de profissionais, e a grande maioria tinha aspirações a tornar-se legal, embora nem todas tivessem condições para isso. Algumas tinham parcerias ou faziam permutas comerciais, outras tinham uma estrutura legal que lhes permitia ter contratos de publicidade e, até, cumprir com obrigações fiscais.

As emissoras profissionais tinham uma estrutura organizada, emitiam 24 horas por dia ou numa grande parte do dia, nas suas equipas tinham profissionais contratados e distinguíam funções por setores (jornalistas, animadores e técnicos/sonoplastas; comerciais e administrativos). Entre estas, há projetos que nunca se assumiram como locais, que se reviam e que ambicionavam emitir para todo o país, a par das emissoras nacionais legais. A grande maioria optou por se constituir como cooperativa³. Tinham suporte financeiro, contratos publicitários, e cumpriam obrigações fiscais.

A formação de cooperativas foi uma alteração no regime de propriedade das rádios que está diretamente ligada ao jornalismo radiofónico — uma forma dos jornalistas controlarem a linha editorial e os conteúdos da rádio que detinham e para a qual contribuíam em conjunto sem que tivessem por objetivo o lucro. Grande parte destas rádios dos anos 80 eram cooperativas. O regime jurídico da cooperativa nos media levado a cabo pela A Capital nos anos 60, e foi adotado na criação de algumas publicações para se afirmarem como independentes do poder político ou partidário e escaparem à propriedade privada que viam como uma ameaça. O modelo cooperativo acabou por se vulgarizar após a revolução (Santos, 2020, p.159).

Se no início dos anos 80 este modelo de gestão ganhou força com o exemplo do semanário O Jornal, com o decorrer da década foi perdendo esse vigor na imprensa e criando raízes noutras áreas, nomeadamente, na rádio. Os profissionais do setor acabaram por se associar em cooperativas para lançarem centros ou cursos de formação profissional que lhes permitia candidatarem-se às verbas do Fundo Social Europeu. Desta forma, também formalizaram a estrutura das emissoras que emitiram antes de 89 ou dos projetos radiofónicos com que se candidatariam às frequências locais. A ideia que os norteava era a mesma que tinha estado na base dos jornais: “fazer frente ao quase monopólio resultante das nacionalizações e com a intenção de criar uma rádio autónoma e livre” — palavras de Albertino Nunes à *Revista JJ* (Abr/Jun 2007), um dos fundadores da cooperativa da TSF em 1981 e que anos mais tarde, em 87, estabelece uma parceria com a Projornal do semanário O Jornal, que teve a sua última

3 Em termos práticos, os trabalhadores societários eram os proprietários e gestores da rádio

publicação em 1992. A constituição de cooperativas acabou por ser uma das condições preferenciais para o licenciamento das rádios locais.

O regime de propriedade dos média não pode ser secundarizado neste contexto. A reorganização do setor mediático nos anos 80 começou pela rádio (Sousa, 2000, p.33). Embora existisse um sector privado na imprensa, no período pós-25 de abril e até à reprivatização, os dois grandes detentores dos média eram o Estado e a Igreja. Este duopólio caracterizava o setor radiofónico e foi com a rádio que este cenário bipolar se começou a alterar a partir dos anos 80, com a abertura das frequências hertzianas à iniciativa privada e o licenciamento das locais, “ou seja, o mercado acabou por obrigar à abertura” (Lima, 2008, p.266) e à concentração dos média.

Depois das nacionalizações, nos anos 80, assistiram-se a alterações na propriedade dos média com a criação de fortes grupos económicos através da entrada em cena de grandes empresas e empresários (Correia, 1997, pp.54-55), uma tendência com raízes nas décadas de 60 e 70, embora haja uma diferença entre as duas épocas. Anteriormente, os grupos percecionavam os media como instrumento de influência política e ideológica, mas no virar da década de 80 para a de 90, a concentração faz parte de uma estratégia de expansão das empresas que comercializam os conteúdos jornalísticos (Faustino, 2004, p.3). Os media passam a ser percecionados como empresas que vendem um produto: notícias. Alguns dos grupos económicos fizeram da comunicação social o setor central da sua estratégia, embora viessem de outras áreas de negócio, outros diversificaram investimentos já nesta área congregando vários media. Na rádio, ainda no tempo das piratas, podemos tomar como modelo o grupo que detinha o Correio da Manhã e a Correio da Manhã Rádio em Lisboa, ou a PEI da Rádio Geste que detinha outros órgãos de comunicação social e não só. Esta estratégia era seguida por todo o país, a uma escala mais pequena, em que era comum a existência de jornais e rádios locais com um mesmo proprietário. Ou seja, é já no final dos anos 80 que se começam a desenhar os grandes grupos que concentram a propriedade dos média com a abertura à iniciativa privada dos jornais e canais de rádio, com as rádios piratas e as locais.

O contexto mediático é igualmente relevante. A imprensa, rádio e a televisão pós-revolução foram palco de lutas partidárias e de poder latentes nos seus conteúdos. Essa marca ideológica foi-se diluindo à medida que o país foi consolidando a democracia. A estabilidade política favoreceu o crescimento económico que, por sua vez, fez crescer o mercado publicitário, o que favoreceu o aparecimento de novos media (Sousa, 2000, p.33). Esse caminho abriu espaço a um jornalismo que procurava uma maior independência face ao poder político e aos partidos. É nos anos 80, a par das rádios piratas, que surgem na imprensa publicações que se destacaram pelas reportagens de investigação (Tal e Qual, O Jornal, a revista Grande Reportagem e mais tarde o Independente) e que contribuíram para uma outra forma de fazer jornalismo. Algumas rádios mais profissionais fizeram eco dessas investigações e adotaram essa linha, sendo que algumas tinham até nos seus quadros, ou como comentadores,

jornalistas dessas publicações.

No entanto, o cenário do jornalismo radiofónico não era tão linear quanto isso. Uma grande parte das piratas era caracterizada pelo amadorismo. A falta de recursos financeiros, técnicos e humanos refletia-se nos conteúdos. Muitas reproduziam na íntegra, ao microfone, as notícias dos jornais com dias de atraso, ou limitavam-se a noticiar a “inauguração dos fontanários”⁴.

A preparação para a televisão privada é um mercado apetecível e abre novas oportunidades para os que têm ambições que vão além das frequências hertzianas.

Em várias notícias de jornais da época, algumas cooperativas de jornalistas detentoras de emissoras manifestavam já o desejo de constituírem grupos de media com ligações a jornais locais e projetos para televisões locais e regionais.

3. Radiojornalismo: o que mudou

Partimos da premissa de que o jornalismo radiofónico mudou nos anos 80 em Portugal e de que as rádios piratas deram um contributo relevante para essas mudanças, fruto de uma conjugação de fatores. Neste ponto vamos sistematizar essas mudanças diferenciando os pontos que foram sofrendo alterações ou evoluções, embora alguns se intersectem. Estabelecemos uma linha entre o antes e o depois, e de que forma foram sendo percecionadas essas mudanças pelos protagonistas da época, ou seja, os que trabalhavam ou colaboravam nas rádios piratas. Essas mudanças não surgiram, espontaneamente, apenas na década de 80 e no palco das emissoras ilegais, tiveram raízes nos anos 60 e 70 nas rádios nacionais e com os profissionais que nelas trabalhavam na metrópole e nas antigas colónias, e foram fruto de um contexto único económico, político, mediático, social e cultural que espelham o país no virar de uma era.

O conceito de jornalismo radiofónico que aqui é adotado não se restringe ao processo de produção da notícia sonora, abarca também os recursos expressivos sonoros da mensagem radiofónica, ou seja, aquilo a que Armand Balsebre chama de sistema semiótico radiofónico: um conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos elementos que compõem a linguagem radiofónica, na qual se inclui o jornalismo radiofónico: palavra, ruído, efeitos e música (Balsebre, 2000). Nesta conceção, a voz e a sonoplastia adquirem um espaço relevante na recolha, elaboração, difusão e apreensão da mensagem auditiva. A voz não é apenas o elemento condutor da notícia, tem um significado que dá personalidade à sua difusão (Meditich, 1997), faz parte integrante da notícia. Por sua vez, a sonoplastia também adquire

4 A expressão é de Jorge Alves da Direção da Rádio Azul de Setúbal numa reportagem do *Expresso* publicada em 7 de junho de 1986

um papel significativo na narrativa jornalística radiofónica, até porque mais do que um produtor de sentido é o fio condutor da história, a sua espinha dorsal que congrega os restantes elementos da linguagem radiofónica. Daqui resulta um jornalismo para o ouvido que seduz o ouvinte, o mantém atento e permanece na sua memória.

Como referimos anteriormente, partimos da premissa de que o jornalismo radiofónico mudou nos anos 80 em Portugal e de que as rádios piratas foram agentes dessa mudança funcionando como ‘escolas’ não apenas do jornalismo radiofónico, mas para as várias profissões da rádio. ‘Escolas’, entre aspas, enquanto locais onde uma geração aprendeu com a prática e os erros do dia-a-dia o exercício do jornalismo radiofónico.

O que mudou? — É a primeira pergunta à qual pretendemos responder. Com base nas leituras e nas entrevistas efetuadas foram-se encontrando algumas linhas condutoras que se intersectam em vários momentos cronológicos, mas que podemos agrupar em 8 pontos que correspondem a 8 alterações produzidas no jornalismo radiofónico nos anos 80. É importante voltar a ressaltar que estas mudanças não surgiram apenas nessa década. Têm raízes nos anos 50, 60 e 70, e amadureceram, sobretudo, no período pós-revolucionário quando a classe jornalística desenvolveu expectativas que não viu concretizadas para a valorização da profissão e do seu exercício. A classe aspirava a outro jornalismo, feito de outra forma numa década, também ela, de mudança para o país. Paralelamente a este processo está o tardio ensino do jornalismo e do radiojornalismo, e as rádios piratas que acabaram por ser um espécie de ‘escolas’ de uma geração de profissionais.

Os processos que originaram as mudanças geraram também excessos, resultados menos conseguidos ou diferentes dos inicialmente pensados, expuseram erros, dilemas e, sobretudo, as fragilidades de uma aprendizagem feita à custa da prática e de um processo mais ou menos consciente de ‘tentativa-erro’. Esse lado negativo também será assinalado em cada um dos pontos.

Em todo o país existiram centenas de rádios a emitirem ilegalmente, desde exemplos amadores e rudimentares a projetos verdadeiramente profissionais. Quando, genericamente, se fala do contributo das piratas para o jornalismo radiofónico não se pode abarcar todas essas rádios colocando-as num mesmo plano. O contributo de cada uma será, seguramente, muito diferente e terá oscilado entre o quase nada e o tudo. Não é pretensão deste estudo atribuir ao fenómeno pirata um papel empolado como se tudo o que existisse até aí não tivesse sido relevante, aquilo que se pretende é encontrar as raízes e uma linha de evolução que fundamente o contributo das rádios piratas para o jornalismo radiofónico.

3.1. Formato Rádio notícias/Rádio jornal

As piratas inovaram e experimentaram novos formatos que vieram a ganhar novas ideias e um novo dinamismo (Cordeiro, 2004, p.4). A década de 80 inaugurou um novo formato de rádio implementado pela TSF em Portugal: o formato *all news*, a rádio notícias ou rádio jornal como se autointitulava a TSF. O novo formato privilegia, sobretudo, a informação jornalística que detém a primazia na grelha de programação e o direto: “é uma rádio em directo que não obedece a esquemas rígidos” (*O Jornal*, 12 de fevereiro de 1988) e com “uma emissão sem programas, com uma grelha musical científica” em que quem está ao microfone “estabelece o diálogo entre a música e a informação, 24 horas por dia” (*Se7e*, 3 de fevereiro de 1988).

A TSF aplicou o conceito de rádio temática, com a aposta na informação, nomeadamente sobre a política (Santos, 2005): noticiários sem limite de tempo, antena permanentemente aberta à notícia de última hora ou relevante, noticiários de meia em meia hora. A TSF é a principal estação temática de informação que assume a sua vocação puramente jornalística (Cordeiro, 2005). Na emissão de arranque da TSF a 29 de fevereiro de 1988⁵, pouco antes do sinal horário das 7 da manhã, Emídio Rangel anunciou que após uma “batalha contra aqueles que preferiam a quietude podre das ondas” a TSF representava “a materialização de um projeto profissional credível, bem dimensionado, tecnicamente evoluído, e portador de uma nova postura radiofónica”. A informação ocupou o primeiro lugar na grelha de programação das rádios que se assumiam como projetos marcadamente jornalísticos. A isto não terá sido alheio o formato empresarial da época, as cooperativas de jornalistas, ou seja, eram os próprios jornalistas que detinham as rédeas das rádios (as cooperativas) e as suas opções eram, claramente, jornalísticas. A programação de entretenimento ou musical ocupou um lugar secundário e cedia, permanentemente, espaço à informação.

Acontecimentos marcantes em termos informativos facilmente arrancavam para uma emissão *non stop* sem espaço para os painéis de publicidade, para as rubricas ou para os tempos de programação previamente agendados. As emissões especiais contínuas não foram absolutamente inovadoras, mas representam um modelo característico do denominado ‘estilo TSF’ e que outras emissoras adotaram em menor escala. A antena encheu-se de diretos e reportagens que se sucediam sem pausas dando lugar ao excesso, à repetição e à saturação. Depois de uma emissão contínua começar, tinha de ser alimentada, e o desafio era como colocar-lhe um fim: quando é que este acontecimento deixa de ter relevância? Qual o critério jornalístico que coloca o ponto final e decide o regresso à grelha de emissão? Como é que essa avaliação se faz no decorrer do próprio acontecimento?

Estas opções tinham consequências ao nível publicitário já que as rádios dependem

5 A TSF foi fundada em 1981, fez a primeira emissão a 17 de junho de 1984, mas só em 1988 inicia as emissões regulares

financeiramente da publicidade, patrocínios e permutas comerciais. Se as emissões especiais podem trazer outro tipo de retorno financeiro, também é verdade que os anunciantes pagaram pelo que não tiveram ao comprarem espaço em antena que foi preenchido pelas notícias.

3.2. O direto e antena aberta

O fator tempo é essencial no jornalismo e sobretudo no radiofónico. Se a rádio é imediata, ubíqua e decorre em tempo real, logo o direto é a sua essência. O direto representa o estado puro do imediatismo (Traquina, 2004, p.77), são indissociáveis: se está a acontecer a rádio está a dar. Esse é o fator que, segundo Meditsch, distingue “a radiodifusão da imprensa por sua condição ao vivo” e é isso que provoca um “um forte efeito de realidade e, através dele, a empatia com o público” (1999, p.202).

O direto, escreve Herreros (2001), “é o grande espectáculo da rádio”, é com o direto que “a rádio alcança o seu máximo esplendor”, é a sua grande força, a sua melhor arma, porque permite também estabelecer uma comunicação viva e intensa com a audiência.

Nas redações das rádios a urgência é um valor dominante (Schlesinger, 1999) e as piratas, de certa forma, adotaram uma nova postura informativa que se revê num meio que flui 24 sobre 24 horas — como a vida — sem interrupções, sem voltar atrás. O fluxo contínuo associado à emissão contínua alargou-se à informação que deixou de estar confinada ao rígido sinal horário. O conceito de Antena Aberta obedece ao princípio de que a notícia não tem hora marcada, não pode esperar, é dada no momento em que acontece e em direto. Usa-se (e abusa-se) das expressões que identificam a premência do tempo e a notícia perecível com o recurso à “notícia de última hora”, “acabada de chegar à redação” que acentuam o imediatismo do meio e chamam a atenção do ouvinte (Reis, 2011, p.21).

A primazia da informação sobre a programação tinha sido já ensaiada no RCP com Luís Filipe Costa, em que a notícia de última hora interrompia a emissão musical sem esperar pelo noticiário:

“quem estava a fazer o noticiário tinha autoridade para interromper o programa (...) quando acabar o disco entro eu, e era bem aceite, havia esse espírito também de aceitar que isto se fizesse.

— A informação tinha prioridade sobre a programação?

Sim.” (RDP, excerto de uma entrevista a Luís Filipe Costa incluída no programa Provedor do Ouvinte de 24 de julho de 2020)

Se a notícia é importante interrompe-se a música e dá-se a notícia. Isso exige uma

emissão flexível, só possível numa rádio de notícias em que a programação musical é relegada para segundo plano e a publicidade é gerida de forma flexível.

Na década de 80, os diretos ganham uma dimensão e frequência maiores. Já se faziam anteriormente e no período revolucionário eram frequentes. João Paulo Guerra recorda, particularmente, um — e “único” — feito no 1º de maio de 1974 que durou cerca de 12 horas. Uma emissão contínua que assinalou o primeiro Dia do Trabalhador em liberdade. Envolveu muitos meios e muita gente, mas não se repetiu, e é na década seguinte nas antenas das piratas que o direto ganha outra dimensão.

O direto foi, para Francisco Sena Santos, uma reação ao modelo instituído: “estava instalada uma certa cultura em que o editor das 13h chegava às 8h e tinha de ir ver o livro das reportagens onde estavam marcadas umas 10 para aquele dia, e não é o editor quem escolhe é o núcleo de reportagens” (entrevista pessoal, junho, 2019).

O direto tornou-se a imagem de marca da era das piratas. Francisco Sena Santos, então na TSF, destaca dois momentos, dois diretos, que demonstram a mudança na cobertura jornalística da atualidade: a greve geral e o incêndio do Chiado, ambos em 1988. A equipa da estação era constituída pelos jovens que tinham frequentado o curso de formação da TSF liderados por uma equipa de jornalistas seniores. Os dois acontecimentos acabaram por ser uma oportunidade para colocarem em prática o que tinham aprendido. “No incêndio no Chiado estavam 5 pessoas no estúdio e 30 no exterior (...) a TSF esteve em *non stop* desde as 6 da manhã até à tarde do dia seguinte” (entrevista pessoal, junho, 2019). A quantidade de repórteres em direto é um dos exemplos destacados também por Elisabete Caramelo, uma das repórteres da equipa: “tinha muita gente em direto que era uma coisa que a rádio não tinha na altura, ou seja, nós preferíamos ter sempre as pessoas em direto do que ter as pessoas gravadas, fazíamos gravações quando não podia deixar de ser” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Nas outras rádios espalhadas pelo país, o direto era também recorrente, embora condicionado pelos meios que cada emissora tinha, já que nem todas dispunham de recursos técnicos, humanos e financeiros para apostar numa cobertura informativa alargada, intensiva e que permitisse acompanhar os acontecimentos no local e a par e passo. Para a proliferação dos diretos não terão sido alheias as questões técnicas que os tornavam possíveis. Algumas rádios construíam os seus próprios equipamentos outras, mais profissionais, compravam-nos e cada uma chama a si a inovação técnica em algum dos recursos utilizados que permitiram fazer diretos. A Rádio Terra Nova integrava um engenheiro da área das telecomunicações que sempre colocou a rádio de Ílhavo como uma das mais avançadas em termos técnicos. Vasco Lagarto, engenheiro e fundador da emissora, recorda que foi criada uma “rede privada” de comunicação. Isso possibilitava estar em todos os lugares do concelho e “fazer a comunicação em direto, como nos táxis, uma rede privada, com uma banda fixa e 3 ou 4 equipamentos móveis, uma antena recetora na rádio, e isso permitia estar na região a fazer comunicações em direto” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Tinham recetores portáteis, o que dava alguma flexibilidade

para estarem em diferentes locais sem estarem “agarrados a uma linha telefónica fixa ou com os gravadores que só quando chegassem aos estúdios” podiam ser usados os registos gravados. Com este sistema conseguiam fazer relatos desportivos, por exemplo.

A vulgarização do ‘híbrido’ contribuiu para a generalização dos diretos. A utilização de uma ou mais linha telefónica reforçava a ubiquidade e o imediatismo da rádio, ou seja, permitia a entrada em emissão de vários repórteres de diferentes locais. Vasco Lagarto explica que era retirado “o sinal do próprio telefone”. Os equipamentos profissionais eram caros, “não se justificava o preço e era simples de fazer: o híbrido ligava a uma única linha telefónica e não impedia que puséssemos em simultâneo” vários repórteres (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Como a programação não era gravada facilitava-se a interrupção da emissão para dar alguma informação de última hora. E esse hábito enraizou-se também na audiência, como recorda Luís Mendonça, da Rádio Universidade do Marão de Vila Real: “se havia alguma coisa a destacar ia logo para o ar, não esperava. As pessoas ouviam por isso, por estar relacionado com elas próprias. Quando a informação chegava era dada, não se guardava para o noticiário” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Mas se para algumas emissoras o direto era simples, para outras as condições técnicas não o permitiam. Bernardino Guimarães da Rádio Caos do Porto confessa que no início não havia essa preocupação porque não havia meios: “não havia tecnologia ou nós não a tínhamos. Fazer uma reportagem... fazíamos por telefone e gravações, não diretos... havia por exemplo programas em direto no estúdio com comentário, debate, mas as pessoas não procuravam Rádio Caos para ouvir notícias” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Só mais tarde houve um maior investimento quer em equipamentos quer na constituição de um departamento de informação formado por alunos da Escola Superior de Jornalismo.

Se a rádio redescobriu o direto, houve também um reverso, aquilo a que Francisco Sena Santos chama a “febre excessiva do direto”. Tudo era transmitido em direto com ou sem pertinência jornalística. Perdeu-se, por vezes, a noção do critério jornalístico de intervir apenas quando há algo novo e derrapou-se para aquilo que, na gíria das redações, se apelida de ‘encher chouriços’, dizer nada para encher o tempo. A perda da mediação jornalística e do foco noticioso foram outras das questões colocadas em face do excesso de diretos. “Era tudo era um direto, os diretos tornavam-se longos, o *slogan* era a rádio em direto”, reconhece Francisco Sena Santos “demorou algum tempo (a perceber) que era preciso introduzir um filtro e selecionar aquilo que passava”. O jornalista como mediador e não apenas como mero transmissor do que se passa à sua volta, o acontecimento de intermediação com todos os problemas que se colocam quando isso acontece. Mas Francisco Sena Santos faz outro questionamento, o de “forçar a notícia”, e dá como exemplo a cobertura da greve geral de 27 de março de 1988:

“a ideia era entre as 6 e as 7 horas fazer um espetáculo de diretos, lembro-me que tinha uma folha à frente com mais de 25 entradas, a ideia era entre as 7 e as 8 mostrar que tudo estava parado. Tenho ideia que às 7 da manhã a abertura do noticiário foi logo: não há autocarros, elétricos, comboios, não há barcos, o país está todo parado em greve geral — e os repórteres atestavam — é o momento em que muitos ouvintes perceberam que a rádio tinha mudado...tenho enormes questões sobre algum forçar de notícias (...) a greve foi um sucesso e um sucesso marcado pela força da rádio, muita gente sentiu ‘não vou porque não há transportes’ e, tenho dúvidas...” (entrevista pessoal, junho, 2019).

3.3. Valor-notícia, alinhamentos, jornalismo de proximidade

O conceito de valor notícia aplica-se aos processos de produção da notícia. Se os processos de recolha, seleção, elaboração e apresentação da informação se alteram, altera-se também o que é considerado notícia, ou seja, os critérios de noticiabilidade. Ambos evoluem no tempo, não são imutáveis, o que hoje é notícia pode amanhã não o ser (Correia, 1997, p.166). Essa evolução assenta numa reavaliação constante do que pode interessar à audiência e, no caso da era das piratas, num afunilamento do critério noticioso de proximidade geográfica e afetiva. É igualmente relevante, nesta época, a personalização da notícia enquanto critério de noticiabilidade para evitar a “aridez no tratamento de certos temas” (Correia, 1997, pp.182-183), isto é, a exploração da notícia com rosto para captar a audiência e criar empatia, no caso da rádio não apenas com as palavras, mas também com a voz e os sons que estabelecem uma relação íntima com o ouvinte.

A ideia de proximidade está intimamente relacionada com o próprio conceito de rádio local. Esse foi um dos principais argumentos que os impulsionadores das rádios locais em Portugal utilizaram para ver aprovada uma lei que liberalizasse o setor (Bonixe, 2019, p.17).

A proximidade enquanto valor notícia está profundamente ligada à função social da rádio. Bonixe destaca isso mesmo, ao lembrar que em todo este processo há uma afirmação do individual e do coletivo fundidos numa identidade local, e que as rádios são “facilitadoras da integração do homem na sua comunidade, no seu bairro ou na sua região” (2019, p.15). O local não está limitado à fronteira geográfica, mas à identidade de quem faz, ouve e participa na rádio que sente como sua.

As rádios piratas colocaram na primeira linha a informação de proximidade, uma tendência que foi, depois, seguida pelas rádios nacionais, pelos jornais e até pelas televisões. O valor notícia modificou-se e com ele o alinhamento dos noticiários. O local ganhou uma nova relevância correspondendo à necessidade de as pessoas quererem também saber o que acontecia no lugar em que viviam. As grandes rádios não falavam do que se passava para lá da capital, centradas na vida política e partidária.

“Eles não percebiam o país”, recorda José Faustino da Rádio Diana de Évora — ‘Eles’ são o poder político e as rádios nacionais. A verdade é que, praticamente, não havia informação local nas grandes rádios, como recorda Bernardino Guimarães da Rádio Caos do Porto: “o ênfase local ou regional não existia na altura (...) a nossa coisa era o de criar outro espaço o da rádio livre ou local, a local emite para comunidade local (...) a rádio livre já tem a ver com substância tem a ver com uma certa ideia romântica”, noticiavam as “coisas que se passavam no Porto” sobretudo da área da cultura e “programas de intervenção cultural (...) experiências sonoras” (entrevista pessoal, novembro de 2019). Para Vasco Lagarto, fundador da Rádio Terra Nova de Ílhavo, a grande diferença era estar em contacto direto com a comunidade envolvente “que era uma coisa complexa para as nacionais (...) se queríamos fazer alguma coisa era com as forças vivas, com as pessoas que estavam ali à volta.” O próprio nome da rádio “teve origem naquilo que caracteriza a região” e acrescenta que “a única coisa que faria a diferença para a rádio justificar a sua existência era estar em contacto com a comunidade e, portanto, procurou-se investir na informação”. Para Luís Costa, na época na Rádio Atividade de Coimbra, o fator proximidade era fundamental: “se temos uma notícia [local] era essa a nossa notícia (...) a proximidade era determinante na definição alinhamento”. (entrevista pessoal, outubro de 2019).

As piratas queriam fazer um jornalismo de proximidade mesmo que nem sempre dispusessem dos meios para melhor o concretizarem. Essa é, também, a realidade reportada pelo semanário *Se7e* em 1986 quando fez a ronda por várias emissoras do país. A reportagem reconhece que a parte informativa das rádios locais é a que apresenta maiores falhas e que, num panorama em que “predomina a inépcia e os excessos de amadorismo”, há também rádios que têm como objetivo descentralizar a informação e que “muitas estações que procuram ‘profissionalizar’ o seu departamento noticioso ou, pelo menos, corresponder, de forma sistemática, às expectativas dos ouvintes da região que servem”. Alguns dos casos relatados são de rádios que só têm noticiário local e regional e que só incluem notícias nacionais e internacionais quando são “muito importantes” (*Se7e*, 31 de dezembro de 1986). A ambição era limitada pela falta de recursos técnicos e humanos e pelo carácter voluntarioso de muitos projetos. A Telefonía de Lisboa apresentou-se como sendo uma rádio local de Lisboa e que priorizava as notícias da capital. Mas, na prática, deparou-se com problemas que eram comuns a tantas outras rádios espalhadas pelo país: problemas técnicos, falta de meios, uma redação de voluntários que mantinha os seus empregos, emissão nem sempre contínua que não contribuía para a fidelização da audiência e reduzia a possibilidade de contratos publicitários. O retrato que João Paulo Guerra traça da Telefonía de Lisboa era o de muitas piratas:

“todas as rádios queriam ser a TSF lá do sítio, com notícias do mundo, mas a TSF é para o mundo, vocês são para freixo de espingarda às costas, são coisas diferentes. A rádio local tem o seu papel importantíssimo. Esta rádio local queria ser de Lisboa, mas tinha um problema técnico, Lisboa é

difícil de cobrir, as sete colinas são uma dificuldade, e quando se trata de uma rádio amadora feita por carolas... [vamos pôr] a antena onde? (...) Tínhamos voluntários para tudo, não havia uma redação, (...) não era muita gente, mas boa gente e com muita vontade de fazer aquilo, diferente, novas, giras (...) nós queríamos fazer daquilo uma coisa mais profissional, mas percebemos as limitações que havia, não podíamos ter um serviço de notícias pomposo a competir com ninguém, porque tinha muito pouca gente e poucos meios” (João Paulo Guerra, entrevista pessoal, fevereiro, 2021)

A proximidade informativa era também a proximidade com as vozes que se ouviam no rádio e que eram as vozes das pessoas comuns com quem se cruzavam todos os dias. Vozes com rostos conhecidos. Uma aluna da escola secundária nº2 de Vila Nova de Famalicão escreveu no jornal escolar *O Tal Jornal* a 16 de fevereiro de 1984: “Chama-se rádio Frigorífico⁶ (...) todos os famalicenses podem dizer que ela é a nossa rádio!” (Oliveira, 1989, p.7). ‘Nossa’ porque é feita na comunidade, feita por ela e para ela, com os rostos e as vozes que todos conhecem desde sempre. Luís Mendonça, Rádio Universidade do Marão destaca essa familiaridade:

“havia uma identificação com as pessoas que conheciam e viam na rua, havia ali uma ligação muito forte, deixou de ser aquela pessoa longínqua lá em Lisboa a falar e passou a ser as pessoas que víamos na rua todos os dias e que também têm coisas interessantes a dizer” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

O desporto teve aqui um papel relevante com os relatos das modalidades ou dos clubes ‘da terra’ e das atividades desportivas locais. Mesmo com condições técnicas rudimentares, com habilidosas soluções para a transmissão e cobertura de custos, o desporto ganhou um espaço próprio e foi, também, um dos fatores determinantes para esse sentimento de proximidade e para o sucesso das rádios ilegais.

Se numa primeira fase as piratas deram importância ao local, numa segunda fase, enquanto piratas e depois já como rádios locais legalizadas, as emissoras tentaram conjugar a informação local e a geral. O slogan que lançou a TSF era a bandeira de muitas emissoras no período pós-legalização, sobretudo as que aspiravam emitir para lá das limitações das frequências locais: ir ao fim da rua, mas também ir ao fim do mundo. José Faustino da Rádio Diana de Évora foi um dos que defendeu esse modelo integrado de informação local e geral:

“A filosofia que existia era esta: a Rádio Diana está em Évora, dava as notícias de Évora e quem queria saber do país ouvia a Antena 1 e isso era um erro (...) iam depois voltar para mim? Tem de

6 A RF fundada em 1984 que devido ao *slogan* “divulgar música e notícias frescas” era conhecida por Rádio Frigorífico, em 1985 passa a denominar-se Rádio Famalicão

ter o noticiário completo (...) acham que radio local deve preocupar-se só com o local, é um erro tremendo porque ninguém se preocupa só com o local” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Até aqui as rádios nacionais noticiavam o mundo e o denominado ‘país sentado’ nas cadeiras do poder, as piratas aproximaram-se das pessoas e das suas realidades, o passo seguinte foi a conjugação da informação local e geral. O exemplo da TSF em Lisboa e, pós legalização, da Rádio Nova no Porto simbolizaram esse espírito. Ambas rádios locais com informação local e que tinham, simultaneamente, correspondentes e enviados especiais por todo o mundo. O objetivo era o de que o ouvinte não tivesse de sintonizar duas estações para se informar e ter acesso a toda a informação numa única rádio.

Esta conjugação do local com o noticiário nacional e internacional teve aspetos positivos e negativos e, a longo prazo, acabou por desvirtuar o carácter das pequenas emissoras sobretudo no período que sucedeu à atribuição das frequências. Olhando para trás, João Paulo Guerra acredita que “as rádios perceberam o que podiam ser, ao quererem ir mais longe passaram a ser meras caricaturas dos exemplos que queriam seguir, desligavam-se do seu carácter de rádio local (...) todas as rádios queriam ser a TSF lá do sítio com notícias do mundo, mas a TSF é para o mundo, vocês são para freixo de espingarda às costas, são coisas diferentes, a rádio local tem o seu papel importantíssimo” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

Se o valor notícia muda, o alinhamento das notícias também muda. Alguns dos profissionais que estavam agora nas piratas já tinham ensaiado nas rádios nacionais uma hierarquização mais flexível das notícias. Mas o modelo era rígido. “Nesse tempo as notícias eram do país, do estrangeiro e depois do desporto e depois a meteorologia”, recorda Henrique Garcia, fundador da Rádio Geste, “nós começamos antes ainda na EN/RDP, mas era muito difícil ultrapassar esses padrões”. Quando entrou na Emissora Nacional, em 1974, era o “chefe de estado, chefe de governo, havia uma hierarquia no alinhamento das notícias, a partir de 78 começamos a quebrar isso, mas era difícil” (entrevista pessoal, dezembro, 2019). Essa é, também, a visão partilhada por Francisco Sena Santos: “não era de todo possível abrir um noticiário com uma notícia de cultura ou de sociedade”, e acredita que neste ponto a TSF marcou a diferença porque se podia “abrir com qualquer coisa”, cultura, educação, sociedade, desporto, “até com *fait-divers*” (entrevista pessoal, junho, 2019). Às vezes era apenas abrir “com um sonzinho”, diz Luís Costa da Rádio Actividade de Coimbra, mesmo que se fosse “um bocadinho mais tradicional no alinhamento” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

A editoria de Sociedade pela proximidade com os ouvintes ganha outro lugar nos alinhamentos, uma tendência a que também se assistia nos jornais. É a ascendência das denominadas ‘notícias com rosto’.

As piratas vieram alterar o valor notícia e o alinhamento introduzindo a informação local e outros temas na hierarquia noticiosa. A independência face ao poder político e partidário era uma bandeira, mas rapidamente se assistiu a uma inversão em muitas das rádios. O

país real era também o país dos pequenos poderes que detinham a propriedade ou tinham influência nas pequenas emissoras. Eram públicas as ligações ao poder político local, à igreja, aos empresários, associações culturais e recreativas e aos clubes de futebol locais.

3.4. A agenda noticiosa e a aceleração da atualidade

A relação entre o fator tempo e o jornalista, já de si fundamental nas rotinas de produção noticiosa, atinge um patamar de exigência sem precedentes. O jornalista de rádio ‘tem de fazer depressa e bem’ dando cumprimento àquilo que Traquina (2004, p.79) descreve como um fator central da competência profissional, o de possuir uma capacidade performativa avaliada pela aptidão de dominar o tempo e, simultaneamente, a de saber compilar todas as informações relevantes numa narrativa noticiosa sonora.

O direto, a antena aberta, a reportagem ‘minuto a minuto’ fizeram com que as piratas acelerassem o tempo da notícia. O tempo do jornalismo radiofónico é do ‘aqui e agora’ e, nesta fase, encontrou terreno para se expandir quase sem limites.

As piratas alteraram a agenda mediática com a introdução de novas temáticas, menos institucionais e com outras abordagens noticiosas. Essa nova agenda, como diz Henrique Garcia acabou por chegar às emissoras legais depois de um período marcado por aquilo a que chama um “assalto partidário” às rádios depois do 25 de abril:

“Estes piratas entraram sem essas preocupações, sem esses travões (...) o capital queria que os projetos fossem rentáveis e aceitou que alguns cânones fossem rompidos, que o atrevimento fosse assumido porque disso resultaram dividendos e, portanto, o resultado foi que estas estações acabaram por influenciar as outras que não puderam continuar tão certinhas como eram antes. (...) as rádios oficiais por tradição, por influência política, doutrinária, não abordavam determinados temas ou abordavam de determinada maneira, fechada. As rádios piratas tinham uma abordagem completamente diferente que os outros passaram a não poder desconhecer” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Francisco Sena Santos recorda que nas rádios nacionais “o grande problema era a impossibilidade de alterar as coisas”. Um acontecimento de última hora “perdia” sempre para uma reportagem previamente agendada. A falta de flexibilidade era acentuada pela dificuldade em alterar, no dia-a-dia, a marcação da agenda.

“Não havia qualquer possibilidade de agilidade. Nos momentos de crise não era possível interromper emissão normal e fazer um ‘fora de ordem’ para uma notícia. O tempo dos noticiários era reduzidíssimo, os editores tinham liberdade para escolher as coisas, mas era liberdade condicionada

(...) funcionava numa lógica de jornais (manhã, tarde, noite). Tudo era muito limitado, sobretudo na gestão dos meios não havia nada a fazer, não era possível, o editor não tinha autonomia para por um repórter no sítio que era preciso, essa era uma dificuldade, havia uma norma interna que proibia o repórter de ir sem o operador, mas havia uma virtude nisso que era a exigência com o som”. (entrevista pessoal, junho, 2019)

Carlos Andrade, no Livro de Estilo da TSF, escreve que a TSF acelerou o tempo da informação e descreve o processo noticioso do antes e do depois:

“o partido ‘A’ dava uma conferência de imprensa às 10 da manhã de que tínhamos notícia ilustrada com som nos ‘jornais’ radiofónicos da hora de almoço, acrescida de imagem nos ‘telejornais’, ao jantar, e citações com aspas nos matutinos do pequeno almoço. (...). Com o aparecimento da TSF, se o partido ‘A’ anunciava uma conferência de Imprensa para as 10 horas, dirigentes do partido eram contactados de véspera ou manhã bem cedo, para anteciparem a mensagem, não faltando casos em que eram esperados à saída de casa. O arranque da iniciativa era assinalado em directo, por um repórter que, em seguida, garantia a notícia em tempo real.

Divulgada a posição, de imediato se abria a emissão a reacções que, frequentemente, geravam respostas novas, ultrapassando os factos que tinham sido novidade.

Em consequência, a vida da concorrência tornou-se mais difícil e o exemplo não tardou a ser imitado. As estações de televisão e os jornais foram, naturalmente, obrigados a reformular os hábitos de trabalho” (Andrade, 2003, p.5-6)

Quem trabalhou na TSF partilha desta perspetiva. Pedro Brinca recorda que quando a TSF nasceu o primeiro choque foi com as fontes por “acharem que eles é que mandavam no tempo” e exemplifica: “Eu quero fazer uma pergunta. Então passe amanhã pelo meu gabinete” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Para Luís Costa, a aceleração do tempo da notícia é o reflexo da época que se vivia em que “as coisas estavam a acelerar e a pedir que nós também acelerássemos com a realidade, foi claramente uma coisa que percebemos e embarcámos” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Nuno Roby resume o sentimento que se vivia na época: “Na TSF, tudo era diferente. Tudo era novo e acelerado. (...) Havia um sentimento de liberdade em todos nós que se manifestava no trabalho produzido na antena. (...) Havia tanto para fazer, para dizer...” (2008, p.15).

Havia o hábito enraizado de que a agenda noticiosa era definida em função da agenda das instituições e das figuras públicas mais mediáticas. Este carácter institucional sentia-se, ainda mais, fora dos grandes centros de Lisboa e Porto. Os correspondentes ou delegações trabalhavam num ritmo cadenciado e definiam o tempo da divulgação da notícia. Havia uma espécie de ‘cartelização das notícias’ em agenda, expressão de Luís Costa (entrevista pessoal, outubro, 2019), que integrou as delegações do Expresso e da ANOP em Coimbra e,

simultaneamente, a redação da Rádio Actividade. Os correspondentes agiam em ‘cartel’ definindo entre si, semanalmente, o calendário da difusão das notícias, sempre institucionais. Quando um dava a notícia, todos davam.

Nas palavras de Luís Costa, a informação local “era cinzenta, mortiça, não havia dinâmica, não havia esse empenho em fazer coisas diferentes” era dominada pela agenda das instituições locais. “Era extraordinariamente fácil ter uma notícia ao domingo ou segunda-feira e guardá-la para o sábado”. O panorama alterou-se com as piratas porque “isso não tinha sentido (...) até podia não ser uma grande notícia, mas tinha de ser dada agora, não daqui a 3 dias. (entrevista pessoal, outubro, 2019).

O reverso da medalha inflige danos na credibilidade jornalística. Informações não confirmadas ou incorretas, a banalização da notícia de última hora, falta de discernimento ou distanciamento em relação ao acontecimento, são alguns dos problemas apontados.

3.5. A valorização do género reportagem

A reportagem é o género nobre do jornalismo radiofónico, o elemento mais “rico entre os utilizados no rádio desde a perspectiva informativa” Emilio Prado (1989, p.85). João Paulo Meneses diz que “a reportagem é tudo aquilo que não pode ser feito em estúdio!” (2016, p.114) e Pedro Coelho escreve que “o repórter é aquele que abandona a secretária e vai para o local do acontecimento” (2021, p.161). Ou seja, o lugar do repórter é na rua para tudo absorver e relatar como escreve Francisco Sena Santos:

“para que o ofício de observar, entender e contar possa ser cumprido com a mais fina precisão é preciso respirar o ar do lugar, absorver o que vem dos sentidos, escutar cara a cara a voz das pessoas. É preciso estar lá, com apurada atenção a tudo.” (Santos, 2021, p.247)

Observar, sentir, ver, escutar, mas também saber contar para enfatizar a importância de saber comunicar: “saber ver e saber fazer ver; entender e dar a entender” (Gomes, 2021, p.20).

No pós-25 de abril a reportagem é o género nobre, a rádio ouve tudo e todos. Para João Paulo Guerra o jornalismo “libertou-se” e houve que “aprender a escrever notícias livremente e responsabilmente”, a rádio foi para a rua e “até a rua entrou na rádio”. O que aconteceu depois? “Esse espírito não se perdeu, perderam-no, foi domesticado” e também houve algum “assentar pés no chão” (entrevista pessoal, fevereiro de 2021). Até aqui, conta Francisco Sena Santos “quem fazia a reportagem tinha um modelo: três minutos, e o repórter faz uma cabeça, a seguir despeja o som de quem fala e depois faz um fecho e mais nada. Isto, eram repórteres ‘pé de microfone’ (...) na prática o editor não tinha poder para mexer, por mais vontade e equidade que tivesse era muito difícil” (entrevista pessoal, junho, 2019).

A reportagem tão valorizada na rádio em plena revolução tinha-se, entretanto, esbatido. Com as piratas a reportagem reafirmou-se como género nobre do jornalismo e a rádio voltou a sair para rua. José Manuel Mestre, então na TSF, fala do regresso da reportagem que “estava esquecida, o direto quase não existia ou era para o futebol ou coisas pontuais, não no sentido de narrar ou contar com rigor o que se está a ver”. Mas destaca, sobretudo, a reportagem com som, com os sons ambiente do que está a acontecer e que dão outra dimensão sensorial e auditiva a quem a escuta: “a reportagem passou a ser denominador comum, e contar com sons e com sons ambiente. O som voltou à rádio. O som quase não existia só na grande reportagem (...) não existia na reportagem do dia a dia, e essa é grande mais-valia” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021)

Para Adelino Gomes, a diferença passou por uma nova atitude, “gente que se atirou para o microfone, gente que estava ali para contar e as palavras tinham de vir — este é o acontecimento e a gente não se cala enquanto o acontecimento não estiver relatado — a reportagem é isso.” E lembra a frase de Fernando Pessa sobre a reportagem radiofónica: “é dizer repentinamente e de viva voz o que se ouve e vê — esses jovens foram mandados dizer repentinamente e de viva voz o que viam e ouviam — acho isso um exercício extraordinário de rádio a sério” (entrevista pessoal, setembro, 2019).

Para a vulgarização da reportagem em direto ou gravada contribuíram as facilidades técnicas que puseram em evidência a agilidade e ubiquidade da rádio, características inatas do meio. Era possível fazer vários diretos ao mesmo tempo, de sítios diferentes, coordenados a partir do estúdio. A generalização do híbrido foi um contributo importante porque tornava possível ter várias chamadas telefónicas em linha ou em espera para entrarem na emissão.

A reportagem, o direto, o acompanhamento em antena aberta minuto a minuto encontraram um espaço de afirmação e desenvolvimento. Mas se os projetos profissionais tinham na sua génese a reportagem, muitas das pequenas rádios até podiam aspirar a ter reportagem na informação, mas não dispunham de recursos humanos, técnicos e financeiros para a concretizar. Luís Mendonça da então Rádio Universidade do Marão (atual Rádio Universidade FM de Vila Real) lembra que “a Associação Académica tinha serviço da Lusa e um de nós fazia triagem das notícias, eram sempre as meninas que liam as notícias e dependia se havia alguém para ler, às vezes não havia, (...) dávamos algumas notícias da região, mas era tudo muito embrionário, sem reportagem e sem diretos na informação” (entrevista pessoal, novembro, 2019) Um cenário não muito diferente do que João Paulo Guerra descreve na *Telefonia de Lisboa*: “eram voluntários que estavam ali por seu gosto mas com limitações e trabalhavam noutro sítio em que ganhavam o seu ordenado e não podiam fazer parte de uma rádio com compromissos e horários...era impossível fazer informação regular a todas as horas e um noticiário ilustrado com reportagens ou *rm's* de acontecimentos no exterior” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). Apesar das ambições, muitas rádios deparavam-se com as limitações próprias de quem não tinha uma estrutura montada que as suportasse. Apenas algumas, efetivamente, a tinham, as que já tinham sido criadas com um horizonte nacional,

profissionais, que não se reviam na aceção de piratas e se assumiam como concorrentes das antenas nacionais.

3.5.1. O Pivô-Repórter

À semelhança do já se via e ouvia lá fora, é nesta década, e na TSF, que o Editor dos noticiários se revela também uma espécie de repórter pela forma como conduz a emissão e articula a entrada dos repórteres em antena. É o nascimento e a afirmação daquilo a que Adelino Gomes classifica como a figura do pivô-repórter e que é protagonizada por Francisco Sena Santos na TSF:

“do estúdio actuavas como o repórter dos repórteres: sublinhando ou reforçando ou completando o que se dizia; indicando ângulos ou frinças por onde quem se encontrava no terreno poderia aproximar-se mais do que importava ver para relatar; substituindo-o, momentaneamente, quando ele, por razões técnicas ou outras, deixava de ver, ouvir, ou se mostrava em dificuldades para o dizer. Daí que o teu trabalho atingisse a plenitude quando no ar, em directo, distribuías o jogo entre vários repórteres em diferentes cenários de um mesmo ou mais acontecimentos. Ubíquo, para não dizer omnipresente e de alguma forma omnipotente, qual big brother benigno, instalado num estúdio especialmente pensado para a tua “actuação” (tinhas, como bem recordas, uma bateria de ecrãs sintonizados nas CNN’s todas daquele tempo), tu eras aquele que a nós, ouvintes no rádio ou em casa, nos fazia chegar o terreno e tudo à volta, numa mistura de testemunhos directos e de múltiplas outras interacções e reacções que se iam sucedendo. Repórter dos repórteres”. (Gomes, 2021, p.27)

Sena Santos assume essa figura e a sua aparente contradição “falta ao pivô-editor fechado no estúdio a experiência essencial: sentir diretamente a realidade tratada”, aparente porque esta nova função abre as portas do estúdio e coloca o “pivô no lugar da notícia” onde estão os repórteres. O objetivo é o de absorver a realidade em todas as suas dimensões:

“O pivô, sem essa essencial experiência continuada a encontrar as pessoas, a escutar-lhes a voz, a observar-lhes os gestos, a dar-lhes a atenção que é devida, a entender a realidade delas, a senti-las nas mágoas e ambições, a explorar os lugares, é penalizado pela falta de vida vivida para melhor poder captar e contar a realidade.

A perceção desse defeito levou a procurar modos para tentar suprir a falha. Boa opção para ocasiões especiais: o pivô-editor acumula a tarefa de repórter.” (Santos, 2021, pp.244)

No lugar da notícia está quem edita e conduz a equipa de repórteres.

A organização planeada ou em cima do acontecimento de emissões especiais e *non-stop* a partir dos locais dos acontecimentos ou em estúdio favoreceram a construção e apuramento da figura do Pivô-Repórter.

3.5.2. A Reportagem do incêndio no Chiado

Na madrugada do dia 25 de agosto de 1988 deflagrou o incêndio no Chiado, em Lisboa. Os jornalistas da TSF foram os primeiros a chegar ao local e a iniciar, desde logo, um direto ininterrupto que só terminou à meia-noite.

Nuno Roby vivia ao lado do Chiado, estava acordado, deu conta do incêndio e foi o primeiro a dar a notícia na rádio e também aos jornalistas de outros órgãos de comunicação social. O então jornalista da RTP Manolo Bello foi um deles: “naquela altura ligava-se logo a TSF, era a nova rádio (...) eu consegui ver, ouvindo o que estava a acontecer” até chegar à RTP para partir em reportagem para o Chiado, recorda num debate do Jornal das 9 da SIC sobre a cobertura jornalística ao incêndio do Chiado. E Mário Crespo lembra que na televisão pública havia duas escolas que se opunham, a do direto e a da peça editada *à posteriori*, uma “atitude radicalmente diferente” da TSF. Ainda no mesmo debate Nuno Roby destaca o facto de Portugal ainda não estar, na época, “habitado a uma certa liberdade de informação e esta postura da TSF de horas seguidas com 50 repórteres nas ruas de Lisboa em direto de cabines telefónicas, de cafés, de pastelarias, de lojas, de facto, veio mudar muito (...) esta reportagem foi um marco na TSF e no panorama da informação em Portugal.” A celeridade da reportagem da TSF acabou por influenciar o *timing* dos outros repórteres. É o próprio Manolo Bello que o reconhece ao afirmar que a rádio “empurrava, marcava uma dinâmica, ia à frente, obrigava-nos a todos...”. A RTP acabou por fazer diretos, embora, na época, fossem “relativamente mal vistos, consideravam [os directos] dispendiosos, despesistas e excêntricos” (*Lusa*, 23 de agosto de 2013). Noutra reportagem Nuno Roby conta que algumas chefias de redações não “percebiam quando pedíamos para fazer uma chamada para “entrar em directo”. Em directo? Para quê?” (*TVI24*, de 25 de agosto de 2008).

Para José Manuel Mestre, “o Chiado serviu para dizer ao país o que era uma rádio em direto” (*SIC*, 25 de agosto de 2013). Francisco Sena Santos afirma que, naquele dia, a rádio entrou numa nova era porque “puseram o ouvinte em todos os lugares da notícia” (2008, p.25).

João Paulo Guerra acredita que “mais do que mudarem por si [as rádios] mudaram face à realidade. O incêndio Chiado mudou muitas rádios pelo exemplo da TSF (...) esse estilo e atitude de estarmos aqui e estamos a levar o acontecimento a toda a gente — isso foi um grande exemplo que mudou a atitude das rádios” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

O incêndio no Chiado foi a oportunidade para a equipa da TSF pôr à prova e aplicar tudo o que tinha aprendido no curso inicial de formação de 1987. Para os profissionais da época, o incêndio no Chiado representou uma viragem na cobertura noticiosa. A forma como foi feita a cobertura do incêndio teve impacto imediato nos outros órgãos de comunicação, ainda no decorrer do acontecimento. A TSF afirmou-se no panorama radiofónico nacional e no plano político marcou uma posição no ainda conturbado período que antecedeu o lançamento do concurso para atribuição das frequências locais.

Pelo trabalho na cobertura do incêndio no Chiado, a TSF recebeu o primeiro prémio coletivo Gazeta do Clube de Jornalistas ainda enquanto rádio pirata num contexto de pré-legalização das emissoras, com polémicas, pressões, guerras abertas entre os que lideravam o movimento das rádios livres ou piratas e o governo de então liderado por Cavaco Silva.

3.6. Fontes: outras e mais vozes, outra postura

A rádio sempre foi um meio interativo, a participação dos ouvintes nos programas remonta aos primórdios da sua história. Nos anos 70, os programas independentes que iam para o ar de madrugada tinham já um espaço idêntico ao dos fóruns com participação da audiência por telefone, em que os ouvintes telefonavam para comentar assuntos da atualidade. João Paulo Guerra conta que na Renascença eram emitidas reportagens feitas nos bairros e que depois colocavam “pessoas ao telefone a comentar, como se faz agora, à uma da manhã (...) não era regular, de vez em quando as pessoas davam a sua opinião” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021), mas esse modelo acabou passados uns meses por intervenção da censura.

As piratas trouxeram não só uma maior diversidade de vozes às notícias como modificaram o relacionamento entre jornalistas e fontes e o tempo em que se moviam. A ampliação das fontes de informação no jornalismo radiofónico reflete, também, a facilidade em aceder aos media e à rádio. As rádios locais contribuíram para alargar o campo da representatividade social através dos meios de comunicação social e conferem à rádio uma ‘aura de democracia’ (Bonixe, 2019, p.24). Os movimentos alternativos, sobretudo de âmbito cultural, conquistam, igualmente, o espaço mediático. As vozes nas notícias são agora, também, as dos cidadãos anónimos e de vozes não oficiais, como refere Henrique Garcia: “vínhamos de um sítio onde não nos sentíamos bem e quando lá chegamos [às piratas] não quisemos repetir os modelos, [queríamos] constantemente inovar e trazer abordagens novas, dar opinião de gente que normalmente não dava opinião” (entrevista pessoal, dezembro, 2019). O acesso aos média, e no caso concreto à rádio, democratiza-se. Esse era também o sonho de quem fazia estas novas rádios: “uma rádio aberta, pluralista, com múltiplas vozes, e uma rádio a dar voz àqueles que não tinham voz.” (Adelino Gomes, entrevista pessoal, setembro, 2019)

Há um apelo constante à participação ativa dos ouvintes, não apenas nos programas de formato participativo, mas também na realização das reportagens e dos diretos. Pedro Brinca, na primeira pirata por onde passou, lembra que organizaram ciclos de debates em cada município com políticos e forças sociais de cada um, “havia esta presença com políticos e ouvintes. As rádios locais deviam ter esta missão, a rádio ir ter com as pessoas. Ir às compras e cruzar-se com a rádio é das coisas mais bonitas, não é estar fechada no estúdio” (entrevista pessoal, novembro, 2019)

Há como que uma necessidade de levar o microfone para a rua e uma apropriação por parte dos ouvintes que assim, tornam — e sentem — a rádio mais sua. A interatividade ou a participação direta dos ouvintes nas emissões radiofónicas ganhou, neste período, uma nova dimensão. As piratas eram feitas por aqueles que antes eram apenas ouvintes. Uma rádio de e para a comunidade, feita por todos e para todos. A Rádio Terra Nova de Ílhavo era um desses exemplos:

“Foi uma aprendizagem feita pela comunidade envolvente, foi um elemento catalisador no processo de comunicação entre o munícipe e os órgãos de gestão. Funcionámos nos dois sentidos, não é só a Câmara que pretende comunicar é o próprio munícipe que utiliza o órgão de comunicação local para dar azo às suas inquietações, e a Câmara acabou por estar mais atenta ao que acontecia, era uma fonte de informação para motivar ações de correção, no bom sentido, estas coisas funcionavam bidireccionalmente” (Vaco Lagarto, entrevista pessoal, outubro, 2019).

Vasco Lagarto realça, também, que há aspetos negativos, “uma certa pressão para condicionar as coisas e nem sempre foi fácil resistir a essa pressão, talvez tenha sido por isso que a rádio se manteve” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Paralelamente, a rádio dá também voz a figuras alternativas, do contrapoder ou que até aí não tinham espaço nos órgãos de comunicação social e que passam a integrar painéis de debate, comentário ou a ter protagonismo noutros formatos jornalísticos.

Entram no cenário mediático novas vozes e outras fontes a par da consagração dos velhos protagonistas, que continuam a ser procurados pelos microfones das piratas até para se afirmarem junto do poder político. Exemplo disso são as entrevistas de membros do governo, deputados, organismos estatais, presidentes de camara e juntas e até do Presidente da República. Já em 84, a primeira emissão da TSF tinha fechado com uma “declaração da Presidência apoiando as ondas livres” (Seze 20 de junho de 1984). Mas para a história deste período fica a entrevista do então Presidente Ramalho Eanes a António Colaço da Rádio Antena Livre de Abrantes em 1985. Foram “quatro horas em Vila de Rei, atrás do Eanes que me tinha prometido que falava...pela primeira vez pôr o Presidente da República a falar numa rádio pirata (...) eu ia atrás dele e ele dizia ‘já lhe disse que falarei’ (...) deu todo o apoio à legalização das rádios. ‘Senhor Presidente o que acha das

rádios livres e tem a noção de que está a falar para uma?” (entrevista pessoal, janeiro, 2021).

António Colaço foi um dos precursores do movimento das rádios livres e o organizador dos primeiros encontros do setor. Conseguir esta entrevista foi uma vitória para as rádios: “deu que falar, terá sido mais um contributo”, mais um a par de outros e de outras entrevistas como a que António Colaço fez a Coimbra Martins, Ministro da Cultura de então. A “dado passo da entrevista, ali nos estúdios, eu disse: *senhor Ministro estamos aqui numa emissão clandestina, se aparecesse agora aqui a polícia, o que é que faria?*”, o Ministro, diz, respondeu: “*Eu limitava-me a cumprir o que eles mandassem*’...nunca mais me esqueci” (entrevista pessoal, janeiro, 2021).

Ambas as histórias denotam a facilidade de contacto entre as emissoras e as mais altas figuras do Estado e do governo, um contacto direto, não mediado e que, simultaneamente, confirmam a cumplicidade e a conivência entre o poder político e as rádios ilegais.

O relacionamento entre jornalistas e fontes também se altera. Agora é o jornalista que define o tempo da emissão da notícia. A declaração ou as reações são para emitir ‘já’ e não no tempo definido pelas fontes/entrevistados como acontecia até aqui. A relação temporal com a fonte foi acelerada em face do imediatismo da informação, com os diretos e o acompanhamento minuto-a-minuto dos acontecimentos. Este imediatismo torna tudo o que se diz irreversível, como reconhece Vasco Lagarto: “quando se trata de imprensa escrita há um atraso e pode-se corrigir, na rádio saiu, saiu”, não se pode corrigir. Esta nova realidade condiciona não só o jornalista como as suas fontes e entrevistados, sobretudo no caso dos diretos.

A confrontação, as perguntas contrapoder (qualquer poder) são patentes não apenas na reportagem, mas também nos programas de grande entrevista sobretudo nos projetos mais profissionais, caso da TSF, CMR ou Rádio Geste.

Da programação da Rádio Geste destacaram-se os programas de grande entrevista, conduzidos por nomes conhecidos do jornalismo e cujas perguntas eram, além de acutilantes, “atrevidas” como as descreve Henrique Garcia, eram perguntas “pouco vulgares na altura, era um atrevimento educado, mas não ultrapassámos os limites” (entrevista pessoal, dezembro, 2019).

É neste período que se assiste à construção de um reposicionamento do jornalista em relação à fonte: define o prazo da resposta e pergunta até conseguir a resposta. É a perda do lugar cativo das fontes oficiais e institucionais e o reforço do papel do jornalista enquanto ‘perguntador’.

Elisabete Caramelo, então na TSF, recorda que faziam “perguntas que se impunham e na hora (...) uma pessoa não respondia a uma pergunta e deixávamos o silêncio, normalmente não se fazia, a pessoa não respondia e cortava-se, nós deixávamos o silêncio. O silêncio é uma resposta — uma provocação? — às vezes sabíamos que a pergunta era incómoda, mas a pessoa podia responder que não ia responder a essa pergunta, podíamos perguntar porquê e respeitávamos” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

David Borges destaca também a atitude dos repórteres da TSF na construção de um novo posicionamento perante as fontes, mas também perante o poder: “os repórteres da TSF entraram em locais onde os jornalistas, normalmente, não entravam e abordavam as coisas com um desassombro com que, habitualmente, não se abordavam e essa foi a marca dominante da TSF e aquela que fez reagir quer o poder quer os outros companheiros de percurso” (Actual Reportagem, RTP, 1995). A influência do estilo TSF alastrou não só às rádios mais pequenas que procuravam ser pequenas TSF, mas também às maiores e às nacionais.

De novo, o excesso conduziu a emissões anárquicas e ininteligíveis que refletiam uma ‘rádio sem filtro’. A ampliação das fontes era, muitas vezes, acrítica, a reprodução de uma lista extensa de quem se apropriava do microfone sem regras e sem limites. A rádio foi, ainda, instrumento de pressão, de manipulação política, e de instrumentalização de vozes aparentemente anónimas e populares.

Se muitas rádios inovaram e diversificaram no que toca às fontes e às vozes das notícias, outras limitaram-se a replicar, em antena, os jornais locais e nacionais, os comunicados de imprensa e as informações publicadas ou emanadas por outros. A leitura literal da notícia do jornal, do comunicado da Câmara Municipal, da agenda de espetáculos publicada na imprensa ou da lista das farmácias de serviço com morada e telefone era comum e em muitas rádios que não dispunham de recursos para terem uma redação ou um serviço informativo autónomo com produção própria. No fundo, era a estrutura organizativa e os meios financeiros que proporcionavam uma maior profissionalização, que distinguiam os produtos jornalísticos das rádios.

3.7. Linguagem, voz e comunicação

Escreve Iñaki Gabilondo que a comunicação se materializa na voz e que importa “o que se diz, mas também o como se diz” (Esteban e Lastra-Núñez, 2019).

A linguagem da rádio, a escrita da notícia, resume-se à denominada regra dos 3 Cês: Claro, Correto, Conciso. Escrever para ser dito e escrever para o ouvido. O facto de a rádio ser um meio puramente auditivo determina não apenas a linguagem, mas também a estrutura da notícia radiofónica.

Nos anos 60, Luís Filipe Costa tinha inovado com uma nova conceção de noticiários no Rádio Clube Português. Não foi apenas o lançamento de serviços noticiosos de hora a hora, mas foi toda uma outra forma de pensar a escrita jornalística para a rádio, de estruturar o noticiário, de tirar partido do som e da reportagem. A aprendizagem no RCP e nos programas independentes na RR foram essenciais para aquilo que se viria a assistir na década de 80 nas piratas e, sobretudo, na TSF e no curso de preparação da nova equipa.

A voz confere identidade ao texto radiofónico, funciona como um “signo indexical” (Meditch, 1999, p.180) que situa o ouvinte naquela emissora e naquele registo, sinalizando diferentes momentos. No que diz respeito ao texto jornalístico, Meditsch identifica uma base híbrida de produção da fala: “a fala instantânea a partir de um esquema, que define as linhas básicas do texto, mas exige a complementação das frases de forma improvisada”, uma mistura entre planeamento e espontaneidade que terá raízes nos modos de falar ao microfone nas rádios piratas.

Nos anos 80, Rogério Santos fala de uma mudança de paradigma a diversos níveis e destaca a linguagem, que é informal e irónica, em que os seus protagonistas sabiam que estavam a “fazer uma cultura desafiante” e a adotar uma postura de “contracultura” (2020, p.158). Para Sena Santos, foi importante mudar a linguagem, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam” (entrevista pessoal, junho, 2019). O eixo explorado, sobretudo pela TSF, foi o de aliar a mudança de linguagem a outra forma de comunicar as notícias. Deixar de ler e passar a dizer.

Adelino Gomes, que organizou o curso da TSF, tinha uma conceção: “na nossa conceção do jornalismo a apresentação é um ato jornalístico”. Ou seja, a voz adquire um papel tão ou mais importante que palavra:

“a voz está ao serviço da palavra, não é a palavra que está ao serviço da voz, mas a palavra ao serviço da voz — o discurso ao serviço da forma — faz com que coisas importantes não sejam ditas, mas também coisas importantes sem percetibilidade não são apreendidas e entendidas”. (entrevista pessoal, setembro, 2019)

Por isso, o curso valorizava a voz não no sentido da voz solene ou bonita que estava na tradição das emissoras nacionais, mas da “voz como instrumento de comunicação”, em que o editor do noticiário tivesse uma identidade. “Era uma rádio de mangas arregaçadas, informal era uma forma de comunicar não era a rádio ‘das três pancadas’ e da ‘meia bola e força’ era a rádio pensada, planeada, culta” explica Adelino Gomes. Mas o conceito gerou críticas:

“diziam que aquilo era uma linha em mangas de camisa em que até um gago podia ir ao micro, dizíamos que não, é um misto da solenidade rigorosa e artisticamente sedutora da BBC, do rigor e sedução com o estilo mangas de camisa (...) juntar rigor e solenidade, voz bem colocada e as frases saírem bem, mas isso não sacrifica a comunicação, a comunicação precede a forma, a comunicação é em si uma forma, com as duas componentes, a formal e de conteúdo” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

A linguagem e a postura ao microfone menos formais vieram, sobretudo, pela voz dos profissionais das rádios das antigas colónias, que tinham sido integrados na emissora pública

e que fizeram parte das equipas fundadoras de vários projetos de rádios piratas ou de rádios locais já legalizadas. Francisco Sena Santos resume essa nova postura: “era uma festa” (entrevista pessoal, junho, 2019). Uma postura na informação e na programação influenciada pelos relatos de futebol e pela linguagem desportiva radiofónica de pendor marcadamente oral, informal e mais afetivo. *Voices com ‘cores’*.

A linguagem, as vozes e a forma como se falava ao microfone tornam-se menos formais e mais próximas do registo do ouvinte. Mas as piratas trouxeram ainda outra ‘cor’: a rádio com sotaque. O modo como fala a audiência é o modo como se fala na rádio, o que contribui para a construção de uma identidade local e um reforço dos laços sociais e culturais daquela comunidade. “Os locutores que falam do mesmo modo que os habitantes, o seu povo ou da sua cidade, destroem-lhes a sensação de que a rádio é uma espécie de voz oficial” — as palavras são de Umberto Eco citadas por Bonixe (2019, p.20) para exemplificar a nova linguagem radiofónica inaugurada pelas rádios locais.

O reverso é audível nos exageros de linguagem e de vocabulário, uma locução em que a dicção estava ausente, com o conseqüente atropelo de letras e palavras que tornava a mensagem, por vezes, impercetível. A linguagem popular aliada ao excesso de informalidade acabavam por criar ruído na comunicação, criando problemas de perceção e de compreensão. A locução expressiva, não balizada em regras de colocação de voz e respiração ou cuidados técnicos de postura corporal, conduziu a uma atitude demasiado amadora, caseira, excessivamente informal, soluçada, rápida ou o inverso. As gaffes ao microfone sucediam-se, sem que muitas das rádios se obrigassem a revê-las e a aprender com elas.

Terá havido, por certo, uma transição demasiado brusca da voz e dicção formais e perfeitas para um registo informal e uma rádio em que cabiam todas as vozes e sotaques.

Na década das piratas levou-se ao extremo a ideia de que, ao microfone, era preciso “falar como as pessoas falam”. A meio da década, o *Expresso* traçou uma imagem negativa sobre o panorama da radiofónico português e, em concreto, sobre a locução em todas as rádios fossem as oficiais ou as ilegais:

“Mas ainda há alguém que ouça rádio? A rádio oficial bem entendido, aquelas vozes arredondadas, quentes, de erros presunçosos e erros que o não são menos? (...) Por esse país fora, com raríssimas exceções, os emissores domésticos das rádios piratas repetem, normalmente em pior, dada a falta de traquejo dos improvisados locutores, aquilo que ouvem nas grandes emissoras (...) o que a maioria dos piratas faz é imitar” (*Expresso*, 7 de junho de 1986)

3.8. A estética sonora noticiosa

Os anos 80 foram anos de escuta de novas sonoridades no contexto de uma mudança cultural que passava pelos festivais de música, o acesso a discografia estrangeira, a afirmação do rock português e que tiveram eco em programas de rádio marcantes e com uma audiência jovem que procurava novas modas, estilos, sensações e experiências (Guerra, 2019, p.289). Tudo isto, aliado a outros fatores, gerou novas sonoridades veiculadas pela rádio.

A comunicação em rádio assenta em códigos sonoros e a sua narrativa é concebida para ser apenas percebida pela audição. Por isso, “o meio foi adquirindo e assimilando no seu discurso os códigos sonoros, os elementos expressivos e a lógica contínua e temporal da narrativa radiofónica. Com essa apropriação, a rádio passou a adquirir, igualmente, uma estética que a diferencia dos outros meios de comunicação social” (Bonixe, 2012, p.45). Falamos aqui da estética sonora que caracteriza cada emissora e, em concreto, da acústica construída para os espaços jornalísticos conferindo-lhes uma identidade facilmente reconhecível ao ouvido. Cada conteúdo é identificado por uma sonoridade que serve de guião ao ouvinte. Pode ser apenas música ou uma construção de sons, palavras, música e silêncio. Nos anos 60 e 70, alguns programas de produção independente já tinham trazido uma sonoridade diferente. João Paulo Guerra relembra aquilo que classifica como ‘montagem quase cinematográfica’ do som: “corta aqui liga com isto, exatamente como no cinema, percebemos que aquilo era um instrumento da linguagem radiofónica” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). Essas experiências tiveram continuidade na década de 80, sobretudo nos projetos mais profissionais que trabalhavam o som e a estética sonora da estação como uma marca de identidade. Mas as rádios mais experimentalistas, ou que veiculavam movimento de expressão cultural, também construíram sonoridades inovadoras e criativas.

As rádios piratas produziram uma nova estética (Santos, 2005) sobretudo nos elementos que conferem identidade sonora aos espaços da programação radiofónica: jingles, genéricos, cortinas ou separadores, spots, malhas⁷, entre outros.

O imediatismo e relevância da informação criam novas sonoridades que se identificam com a urgência da notícia. Os recursos sonoros que assinalam os conteúdos jornalísticos, como os noticiários e os programas de informação, ganham mais ritmo e dinâmica. Chamam a atenção do ouvido para a notícia, identificam-na com a premência da informação. Cria-se um ‘ritmo informativo’, que muito fica a dever às trilhas sonoras que, juntamente com uma leitura rápida e cadenciada, criam um clima auditivo para ouvir a notícia. Criou-se uma

7 Jingle curto, cantado com um refrão fácil de memorizar; genérico: a música com ou sem voz que abre ou fecha um programa; cortinas ou separadores: pontos sonoros que indicam mudança de tema, ou o início e o fim de um painel publicitário; spots de anúncios publicitários; malhas ou trilha sonora: música ritmada que indica que vão ser dadas informações específicas (trânsito, meteorologia, títulos do noticiário, minutos finais de um relato de futebol, informação de última hora)

estética sonora associada ao jornalismo. A arte de sonorizar, o “brilho” como invoca Emídio Rangel: “sons únicos que falavam de coisas coincidentes com as palavras” (2008, p. 9).

Os profissionais vindos das antigas colónias influenciaram a forma de falar ao microfone, mais viva e interpretativa, que usava uma linguagem mais informal e que tirava partido das sonoridades. Muitos desses profissionais das rádios de África vinham da área da realização e da animação e acabaram por introduzir outras sonoridades e revolucionar a estética informativa. Um deles foi João Canedo, responsável pela imagem sonora da TSF, e que assume isso mesmo: “a ideia era trazer um bocadinho da rádio que fazíamos em Angola” (*Público*, 2 de março de 2003).

A marca da TSF tinha uma dinâmica forte e rápida que entrava pelo ouvido e, facilmente, se memorizava. Um ritmo informativo, se assim lhe quisermos chamar, uma urgência sonora que refletia a urgência da notícia. Era o som da rádio jornal: “do jornal radiofónico, era tudo subordinado à ditadura da notícia, do que é informação, notícia e reportagem, os jingles são nesse sentido” A TSF tinha como slogan *Vamos ao fim da rua, vamos ao fim do mundo* — “são quase palavras de ordem” diz Adelino Gomes, “mesmo o indicativo era uma espécie de *tan-tan* tribal no sentido do McLuhan, chama, anuncia, *urbi et orbi*, à cidade e ao mundo” (entrevista pessoal, setembro e outubro de 2019).

A estética sonora não se confinou à informação, a criação de uma identidade sonora era um cuidado de algumas emissoras. A Rádio Geste é apontada como a emissora que mais cuidava dessa vertente. “Uma rádio bonita” como vários profissionais a descrevem ainda hoje. Henrique Garcia diz que o modelo da Geste era a da “rádio para fazer a boa companhia, todas as novas rádios preocupavam-se muito com a estética o embelezamento e houve fórmulas que encontramos (...) acho que foi um projeto fora do tempo” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Também neste ponto há um reverso. O abuso de malhas, trilhas, cortinas, jingles que geravam uma cacofonia. A utilização excessiva e sem critério de recursos sonoros que conduzia a uma agressividade auditiva e ao cansaço por parte do ouvinte. A banalização sonora da relevância da notícia, como se todas fossem igualmente importantes e merecedoras de um destaque auditivo.

4. As rádios piratas como ‘escolas’ de jornalismo⁸

Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor (*Projeto de Lei nº252/III(a)* de 26 de

8 Parte deste subcapítulo foi publicado no ebook “Para uma história do jornalismo em Portugal — II” (2021) coordenado por Carla Baptista, Jorge Pedro Sousa e Celiana Azevedo, que inclui parcialmente os trabalhos apresentados na II Conferência Internacional organizada pelo ICNOVA em outubro de 2020, em Lisboa.

novembro de 1983). Nas Jornadas de Comunicação Social, em 1986, foi destacado “o papel de utilidade pública e de centros de estágio e formação de jornalistas que as rádios locais podem desempenhar” (*Diário Popular*, 10 de abril de 1986). Havia, pois, a ideia de que, numa época em que os cursos superiores ou de formação profissional estavam ainda a começar, as rádios podiam ser, simultaneamente, um agente de formação, de empreendedorismo e um potencial empregador.

Para uma geração de jornalistas, as piratas foram uma ‘escola’. Foi, literalmente, ao microfone que descobriram ou consolidaram vocações. A experiência que tiveram acabou por pesar na definição do seu futuro profissional. A ‘escola’ pirata insere-se na convicção da época de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Mas, ao mesmo tempo, as piratas abrem portas aos primeiros licenciados dos cursos de comunicação social, aos estudantes de jornalismo e absorvem os que saem dos cursos profissionais da área. Algumas emissoras estimulam os seus colaboradores a frequentar cursos profissionais ou tomam a iniciativa de fazer, de forma mais ou menos organizada, as suas próprias formações. Assistimos aqui, novamente, a um novo escalonamento. Em rádios mais amadoras e rudimentares não havia este tipo de preocupações, nos projetos mais profissionais, e que tinham por objetivo a legalização, organizavam-se formações que iam desde as sessões informais com os jornalistas seniores à realização de ações mais estruturadas ou mesmo à organização de cursos. Exemplo deste último, é o curso promovido pela TSF para animadores, técnicos e jornalistas com vista a uma redação formada de raiz com o denominado ‘espírito TSF’.

As piratas foram a rampa de acesso ao jornalismo, embora alguns já tivessem experiências nos jornais locais e regionais, e foram a ‘escola’ de uma geração que nasceu do movimento pirata.

A questão que aqui se pode colocar é o que surgiu primeiro: se o ensino que gera uma nova prática ou a prática que exige outro tipo de ensino. Acreditamos que ambos se interligam e estimulam mutuamente, dando lugar à transformação que se assistiu nos anos 80. Mas o que mudou, nas práticas e no ensino do radiojornalismo, não surge apenas nesta década, é o culminar de um percurso.

4.1. O Ensino do Jornalismo Radiofónico nos anos 80

A história do ensino do jornalismo em Portugal espelha o afastamento entre a universidade e o mercado de trabalho, entre os académicos e os jornalistas. Um fosso que atravessou gerações e que se centra no tipo de formação que cada parte entende como a necessária para o exercício da profissão de jornalista.

Em Portugal não existiu uma tradição de ‘escolas de jornalismo’ que conjugasse a formação humanística e as aprendizagens profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1997). Prevaleceu

a ideia de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Só nos anos 60 se começou a assistir a uma transformação. A discussão do ensino do jornalismo ligado à profissionalização da classe intensificou-se nesta década (Sobreira, 2003) e viria a dar frutos na década seguinte.

Durante muito tempo a formação esteve confinada às próprias emissoras. É relevante o papel da Rádio Universidade⁹, em Lisboa, que começou a sua atividade em 1950 em colaboração com a Emissora Nacional e que se assumiu, ainda que informalmente, como uma escola de rádio:

O curso era dividido em três partes: no primeiro ano os alunos eram estagiários, não tinham acesso à cabine de locução e assistiam às aulas dos profissionais que já faziam rádio. No segundo ano, passavam a locutores provisórios e, uma vez por semana, tinham acesso ao microfone para ler textos, acompanhados de um “profissional” que lhes dava algumas aulas de dicção e sobre o funcionamento da mesa. No final do segundo ano, faziam provas de locução e passavam a locutores efetivos. Depois tinham direito a um programa semanal e ficavam à espera que as rádios profissionais os chamassem para trabalhar (Cordeiro, 2004, p.7).

A Rádio Universidade foi uma espécie de academia e, simultaneamente, uma montra para os jovens onde as estações iam buscar colaboradores (Santos, 2017), sendo que muitos transitaram para as emissoras nacionais e, mais tarde, fundaram rádios nos anos 80. Os estudantes universitários ou liceais do 6º e 7º anos podiam candidatar-se a colaborador da estação (Santos, 2017) e eram sujeitos a provas, conforme recorda Adelino Gomes:

“Deram-me uns papéis com textos em prosa e em verso, muito difíceis de ler, coisas escritas pelo Aquilino Ribeiro — com regionalismos — tudo o que fosse complicado e exigisse que mostrássemos que tínhamos articulação, um bom timbre e a capacidade de ler palavras difíceis. Penso que havia uma entrevista, mas a terceira prova (aquela que me agradou mais) foi uma *soi-disant* reportagem. Isto é, davam-nos um tema e diziam: “Imagine que está no local e fale”. (...). Davam-nos dois ou três minutos para pensar, falávamos e depois mandavam-nos calar” (REC, 2 de janeiro de 2019).

Depois de admitidos não havia uma formação formal, como revela Joaquim Furtado, mas um processo de aprendizagem baseado na experiência dos mais velhos e na experimentação:

“Os que chegavam de novo tinham uma espécie de estágio com os que já estavam, era uma passagem de testemunho, mas era, sobretudo, uma transmissão de informações básicas sobre o que

9 A RU nasceu de uma associação entre a Mocidade Portuguesa e o Centro Universitário de Lisboa

é chegar ao microfone, pôr um disco no prato e pô-lo a rodar, apresentá-lo, montar programas, editar...e as pessoas saíam também diferentes” (REC, 6 de janeiro de 2019).

Diferentes porque, como explica Adelino Gomes, tudo se discutia: “era uma discussão continuada entre nós, os programas faziam-se, mas não se limitavam ir para o ar, era discutido em grupo, passávamos horas a experimentar. Mais importante do que os programas, eram as experiências que fazíamos procurando outra linguagem” (REC, 6 de janeiro de 2019). Para Joaquim Furtado foi uma “geração que transformou formalmente a rádio” (REC, 6 de janeiro de 2019).

A Rádio Universidade foi uma escola para muitos profissionais que, apesar da censura, vislumbraram uma nova forma de fazer rádio e jornalismo, e que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes ao nível da formação e da montagem dos novos projetos radiofónicos, antes e pós a legalização das rádios locais.

Até ao final dos anos 70 foram elaborados esboços de cursos superiores que não saíram do papel. Na ausência de um ensino académico ou profissionalizante, as emissoras nacionais formaram internamente jornalistas, técnicos, animadores e locutores saídos dos concursos de seleção. A Emissora Nacional organizava cursos enquanto no RCP se aprendia, sobretudo, com a primeira geração de radialistas:

“a formação era aprender fazendo com os mais velhos, o Luís Filipe Costa era o mais velho no noticiário, não era nada paternalista, ensinava pela prática, corrigindo os nossos erros e seguindo o exemplo dele, estava sempre com ideias novas, criou um noticiário que era um noticiário com uma linguagem telegráfica muito mais avançada do que o comum dos noticiários do RCP. E os noticiários do RCP [mudaram] a linguagem da rádio. Há coisas que ouço hoje, 40 ou 50 anos depois, e ‘Olha, isto é, do tempo do Luís Filipe Costa’! É verídico, toda a gente da rádio aprendeu com o Luís Filipe Costa mesmo os que não sabem quem é. [Os noticiários] eram coisas longuíssimas, [depois] aquilo eram três minutos e naqueles três minutos tínhamos de dizer tudo, era uma grande economia de linguagem e foi isso que fez aquela escola, foi a economia do tempo e aqueles conceitos que são ensinados nas escolas de jornalismo: a frase concisa, palavras objetivas, claras, etc, e dizer o máximo com o mínimo tempo (...) eliminar palavras desnecessárias, como *excelentíssimo senhor Ministro* ou *sua Excelência o Presidente*...era objetivo não estávamos cá com flores, vénias ou gravatas. O Luís Filipe Costa costumava falar em ‘desengratar as palavras’, é comunicação” (João Paulo Guerra, entrevista pessoal, janeiro, 2021)

Na emissora estatal, a formação interna foi ministrada por profissionais da própria estação ou convidados estrangeiros, como por exemplo do Centro de Formação de Jornalistas de Paris (Bonix, 2016) que inspirou os futuros cursos especializados na área da rádio. Um dos cursos para a formação de formadores foi dado em 1981 por Édouard Guibert e que Adelino

Gomes classifica como “muito importante” (entrevista pessoal, outubro, 2019) e uma inspiração. António Jorge Branco fez parte dessa equipa e organizou vários cursos de formação, quer nos centros de formação do Porto e de Lisboa quer em algumas rádios locais, antes e depois da legalização.

Os cursos superiores estavam ainda em esboço e só seriam concretizados a partir do final da década de 70. Nessa altura, em 1979, foi integrada nos cursos complementares do Ensino Secundário, uma disciplina de Iniciação ao Jornalismo (Canavilhas, 2009, p.59), que se manteve nos currículos de Humanísticas até ao final dos anos 80. O programa abordou questões relativas ao contexto mediático e noções básicas da escrita na imprensa, rádio, televisão e cinema. Sobre a Rádio, o manual não circunscreve o som à rádio, tem uma abordagem mais multidisciplinar que denomina “Território do áudio”: história da rádio e pioneiros, audiosfera, disco, computador na música, ‘fabrico’ de mensagens sonoras, rotinas de produção noticiosa, regras de escrita da notícia em rádio, o panorama radiofónico português e as audiências, lei da rádio e ainda “Rádio e TV e as forças políticas e económicas” (Lopes, 1988). No prefácio de *Iniciação ao Jornalismo AudioVisual*, assume-se que não se trata de um manual didático. O objetivo é dar pistas que permitam um entendimento do jornalismo radiofónico e televisivo (Lopes, 1988). Curiosamente, este manual aborda já o fenómeno das rádios piratas. São publicados dois gráficos com a distribuição das “rádios locais por regiões do país no primeiro trimestre de 1988” e a percentagem de ouvintes por grupos etários das estações de Rádio Local (incluindo-se as não legalizadas)”. O enquadramento histórico da rádio termina, precisamente, em 1988 com o relato dos diversos encontros de radialistas e políticos com vista à legalização das piratas que o autor chama de ‘rádios paralelas’: “conforme me parece mais correto chamar-lhes” (Lopes, 1988, p.207)¹⁰. Mais tarde, em 1989, no Ensino Profissional (equivalente aos 10º, 11º e 12º anos) é criado o curso Técnico de Comunicação/Técnicas de Audiovisuais/ Técnicas Jornalísticas (Canavilhas, 2009). Ou seja, a partir do 9º ano os estudantes tinham noções básicas sobre jornalismo e sobre os diferentes meios de comunicação, nomeadamente, a rádio e as piratas o que terá contribuído, certamente, para o número crescente de jovens que ‘bateram à porta’ das emissoras locais, que também aí viram uma oportunidade para recrutarem voluntários para o quadro de colaboradores.

A disciplina de Iniciação ao Jornalismo estava integrada na vertente de Humanísticas, área vocacional dos candidatos ao primeiro curso universitário da área. Depois de anos a esboçar projetos, e do fracasso do Curso de Reciclagem em Comunicação Social na Nova (Mendes, 2011, pp.56-63), surge, em 1979, o primeiro curso de Comunicação Social. O curso na Universidade Nova de Lisboa foi o primeiro, oficialmente, reconhecido. Aliar a teoria à

10 O conceito de rádios paralelas “é utilizado para justificar as rádios que existem em simultâneo com as rádios oficiais, pertencentes ao Estado. (Bonixe, 2019:14)

prática foi o grande desafio, mas a componente prática acabou por não concretizar as expectativas dos profissionais, já que o curso foi criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação (Mendes, 2011). As Unidades Curriculares eram, predominantemente, teóricas, apenas 9% eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística (Mendes, 2011). Dois pontos comuns aos cursos surgidos nesta época é o facto de nem sempre integrarem, no seu corpo docente, profissionais da área e de não possuírem recursos/equipamentos para as disciplinas práticas, como por exemplo, estúdios.

O curso da Nova apontava para uma competência generalista em comunicação, que permitiria enquadrar um leque diversificado de saídas profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1996-97), mas acabou por espelhar o afastamento entre a academia e as redações; (Mesquita e Ponte, 1996-97; Pinto, 2004). Os jornalistas não se reviam neste curso (Mendes, 2011) e aspiravam a uma formação de cariz mais prático que apostava não apenas na formação de base, mas também na formação contínua. Por iniciativa de jornalistas, e de organismos que os representavam, foram criados dois centros de formação: o CFJ e o CENJOR. Inspirados no modelo francês, ambos tinham uma vertente fortemente prática e visavam não só a formação de novos profissionais como a atualização ou aperfeiçoamento dos que já estavam a trabalhar nos órgãos de comunicação social, nomeadamente nas rádios, sobretudo nas piratas/locais. Um dos formadores foi António Jorge Branco, um nome de referência da área, e, como anteriormente se referiu, ministrou vários cursos de curta duração, um deles, em 1985, no CERCOS-Centro Experimental de Rádio e Comunicação Social/Secção Sonora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. Esta pequena rádio amadora emitia umas horas para um pequeno espaço, era feita por estudantes, mas organizou um curso de formação e alguns dos seus colaboradores voluntários acabaram por integrar, mais tarde, outros projetos piratas ou já legais. O caso CERCOS é um caso paradigmático no panorama das piratas e, por isso, o tomamos como exemplo. Três alunos da FLL, entre eles José Manuel Mestre, tiveram a ideia e propuseram à Associação de Estudantes que comprou o equipamento. A intenção era criar uma rádio com informação direcionada para os estudantes e a organização do curso de formação foi feita com esse objetivo.

A CERCOS era uma rádio “de brincar”, como lhe chamou José Manuel Mestre, muito rudimentar, que emitia para uma sala e para os corredores no horário diurno das aulas. Apesar disso, tinha a ambição de se tornar uma rádio universitária com informação académica e, por essa razão, a direção decidiu organizar um curso para formar a equipa constituída por alunos. O curso, denominado “Sensibilização à Linguagem Radiofónica e ao Jornalismo de Rádio”, durou 6 semanas e tinha duas fases distintas, uma mais teórica e outra prática. Este curso é exemplo de outros realizados por António Jorge Branco e que já destacava um ponto basilar na formação da época: “Conferência de Redação: prévias e críticas”. A análise crítica do planeamento e do trabalho efetuado em antena vinha da Rádio Universidade, perpassou pelos cursos de Guibert e foi um dos pilares dos cursos da TSF.

Do programa constavam ainda pontos tão específicos como ética e deontologia, como se faz uma grelha de informação tendo em conta “a realidade social, hábitos de escuta e de vida”, técnicas de entrevista e de titulação, e “técnicas de arranjo e sistematização das componentes sonoras de um Jornal”. O curso terminava com uma parte prática com o “estabelecimento de projectos de Rádio-Simulador”.

A CERCOS é o espelho do voluntarismo que caracterizava estes projetos e, simultaneamente, da esperança que neles depositava a geração que dava os primeiros passos no meio. A ideia inicial, conta José Manuel Mestre, era a de “ajudar a criar estrutura de aprendizagem de rádio na universidade (...) a coisa foi evoluindo, mas aquilo era brincar à rádio e o António Jorge Branco era um primeiro passo para criar algo mais profundo para criar uma rádio universitária de referência” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). No entanto, depois do curso não houve propostas na área da informação e, com a mudança de direção da associação de estudantes, a CERCOS acabou por não desenvolver essa vertente e alguns dos elementos fundadores acabaram por sair. Uns seguiram outras opções profissionais, outros voltaram a encontrar-se no curso da TSF. Também este desfecho foi comum a muitos dos projetos voluntários da época.

O CFJ — Centro de Formação de Jornalistas no Porto foi criado em 1983 e foi o primeiro a lançar um curso de formação de animadores de rádio, cujos diplomas foram entregues a 7 de março de 1988 durante um debate público sobre a situação das futuras rádios locais que reuniu deputados e radialistas das piratas (Cadernos de Jornalismo, 1988, p.5). Em julho do mesmo ano organizou um curso de Operadores de Rádio. Dados do CFJ indicam que entre julho e dezembro efetuou-se um curso de 700 horas sobre “Radiojornalismo” e, em novembro, o curso de “Jornalismo de Rádio”. Ou seja, o CFJ direcionou a sua formação no sentido de apoiar as rádios na reta final da ‘era piratas’ e com vista à formação de profissionais para as locais que seriam legalizadas em 89. Foi do CFJ que nasceu, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo cujo bacharelato foi oficialmente reconhecido no ano seguinte, quando saíram os primeiros bacharéis. Com o crescimento da ESJ, centrada na formação académica dos estudantes vindos do 12º ano, o CFJ redefine o seu papel e aposta na formação dos jornalistas profissionais (Pinto e Sousa, 2003).

Em 1986 é criado em Lisboa o CENJOR — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Só mais tarde faria cursos por áreas de especialização direcionados, por exemplo, para a rádio.

Quer o CFJ quer o CENJOR beneficiaram das verbas do Fundo Social Europeu a que Portugal passou a ter acesso depois da adesão à CEE — Comunidade Económica Europeia. A estes fundos candidatou-se também a TSF que viu aqui uma oportunidade de formar uma equipa e de se afirmar como um projeto profissional com vista à legalização. Adelino Gomes recorda que já havia cursos, “mas este foi o primeiro grande curso para formar homens e mulheres da rádio” (RTP, *Actual Reportagem*, 1995). A TSF organizou um primeiro curso em maio

de 1987 com a duração de seis meses e um estágio final de três meses na redação. Adelino Gomes começa por dizer que “a TSF era o que não conseguíamos fazer na RDP”. E tinha um objetivo claro:

“formar a primeira geração a seguir a nós (...) a rádio que se estava a fazer era a pior rádio e queríamos uma nova geração, feita à nossa imagem. Tínhamos condições para fazer o curso seis meses (...) com conforto económico porque havia dinheiro para comprar equipamentos, para fazer formação técnica e teórica, havia dinheiro para contratar pessoas, para formadores, para pagar convidados”. (entrevista pessoal, outubro, 2019)

O responsável do curso destaca as três grandes qualidades para se ser jornalista e que foram os pilares do curso: ser competente, ético e independente. “Competentes tecnicamente e do ponto de vista criativo; e tínhamos outra ideia, a do homem e da mulher da rádio que iam ao microfone e podiam fazer um programa, um noticiário, uma reportagem, uma entrevista, um programa da manhã, tudo subordinado à informação”, ou seja, “o tipo completo com essas valências todas” e “técnicos com sensibilidade jornalística”. Pedro Brinca, formando da área técnica, diz que a mensagem transmitida era de que a TSF “não queria ter jornalistas, animadores e técnicos, mas profissionais de rádio, qualquer pessoa podia fazer qualquer coisa”, embora os técnicos não tivessem tido formação jornalística e houvesse uma efetiva separação de funções (entrevista pessoal, novembro, 2019). Essa noção de saber fazer um pouco de tudo estava subjacente ao curso e ao conceito do jornalista/jornalismo que os fundadores da TSF queriam desenvolver como recorda uma das formandas, Elisabete Caramelo: “Os animadores tinham formação diferente da nossa, mas também tínhamos a noção do que era animar, colocar discos, fazer programas para perceber a estrutura da rádio (...) era no fundo perceber como é (...) era bastante abrangente” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Ao curso candidataram-se 600 pessoas que enviaram um currículo e uma carta de motivação. Procuravam-se novos valores com um perfil específico: “a primeira seleção era a carta, não só a forma como a escrevíamos, mas era manuscrita e uma psicóloga e grafologista analisou as cartas e viu quem é que verdadeiramente tinha a ver com a rádio” explica Elisabete Caramelo (entrevista pessoal, outubro, 2019). A primeira seleção foi feita por “dois catedráticos de Psicologia” porque o “jornalismo tem de ser exercido por pessoas que tenham, do ponto de vista físico e mental, capacidade para estar em situações de grande stress” — as palavras são de Emídio Rangel numa entrevista publicada no livro *Jornalismo em Liberdade*: “rapazes ou raparigas que podiam estar aqui ou na Guerra do Golfo” com “força mental, força física e ter capacidades e qualidades. Os testes de psicologia davam-nos isso” (Figueira, 2009, p.112). Foram também feitos testes de cultura geral, língua portuguesa, testes psicotécnicos e provas de voz. Foram escolhidos 60 candidatos para um curso com duas formações distintas, uma para animadores e jornalistas, e outra mais técnica para operadores, sonorizadores e

radiotécnicos. O curso teve uma vertente teórica em que constavam disciplinas como a Língua Portuguesa, Relações Internacionais, Instituições Europeias, Deontologia, Economia, História do Jornalismo, e Teorias da Comunicação. A vertente prática destacava a notícia e a reportagem, o direto, voz e dicção. Neste último ponto, Adelino Gomes faz uma ressalva, “tivemos a preocupação de dar aulas de voz e dicção, queríamos melhores vozes, educadas, não era o culto da voz, era um contributo para melhorar qualidade da informação, a voz como instrumento de comunicação” (entrevista pessoal, setembro, 2019). A forma de comunicar as notícias estava, intimamente, ligada à linguagem, uma das espinhas dorsais do curso. Para Francisco Sena Santos, um dos formadores e fundador da TSF, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam foi uma batalha difícil porque muitos dos formandos vinham de cursos superiores das letras, era complicado... vamos simplificar isso” (entrevista pessoal, junho, 2019).

Os formadores vinham de áreas distintas, desde “gente com provas dadas na rádio portuguesa” a “profissionais dos diferentes ramos da Comunicação Social” (*Expresso*, 29 de agosto de 1987) e especialistas do meio académico.

No final, cada formando fez um programa de rádio que foi avaliado por um júri de profissionais e elementos da sociedade civil. Pedro Brinca lembra-se “de haver reportagens muito elaboradas e a cumprir preceitos, e houve quem fizesse ensaios usando a mais pura criatividade. A atitude dos formadores não foi uma atitude crítica, foi mais: olha aqui está um caminho estético ou foi explorado um novo caminho. Saímos do curso, por um lado conhecendo as regras e, por outro, sentindo que podíamos fazer tudo o que quiséssemos, foi essa mensagem de liberdade criativa” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Transversal à teoria e à prática era o debate de ideias, uma metodologia praticada na Rádio Universidade e nos cursos de Guibert na rádio estatal. “Era obrigatório”, como descreve Francisco Sena Santos: “o funcionamento da redação assentava nisso, perdeu-se anos depois, mas no arranque (do turno) era obrigatória a conferência de redação, a conferência crítica no final com a escuta dos jornais da hora certa (...) com discussões muito vivas” (entrevista pessoal, junho, 2019). Essa permanente discussão é um dos fatores mais destacados pelos formandos. José Manuel Mestre tinha frequentado o curso da CERCOS com António Jorge Branco que já incluía este debate de ideias, mas foi na TSF que ganhou outra dimensão: “era tudo descascado, aprendemos a trabalhar em equipa, discutindo tudo e criando a partir do trabalho de equipa e da reunião”. E acrescenta uma outra aprendizagem e que ainda hoje aplica: “Aprendemos como fazer e, uma coisa que normalmente não se ensina — como não fazer — e isso ficou para sempre” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

Elisabete Caramelo foi da Rádio Comercial para a TSF, reconhece a diferença nas metodologias de trabalho e na forma como o jornalismo era encarado: “havia uma coisa muito diferente da rádio onde eu tinha estado, havia um trabalho de equipa, a discussão, o pôr em causa, pormos em causa uns aos outros. A TSF era muito isso porque isso vinha do curso,

estávamos sempre a pôr em causa (...) não era um julgamento era uma discussão aberta, isso era muito enriquecedor” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca descreve os alunos como uma “amálgama heterogénea de formandos que conseguiram criar um grande entrosamento entre si e a ter ideias muito loucas, e os formadores deram liberdade a que estas ideias fossem fluindo (...) já se começou a inovar durante o curso e essa inovação não me parece que tenha vindo dos formadores porque eles vinham do modelo clássico. Acho é que os formadores tiveram a capacidade de dar liberdade aos jovens para encontrar o seu caminho” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Deste curso saíram os jornalistas, animadores e técnicos que formaram a equipa inicial da TSF juntamente com os profissionais seniores. Uma iniciativa inédita, escrevia o jornal *Expresso*, que invocando a Rádio Universidade questionava: “há quanto tempo o meio radiofónico não assiste a uma renovação dos seus quadros”? e perspetivava um futuro de pleno emprego para os recém-formados no pós-legalização das rádios locais (*Expresso*, 29 de agosto de 1987).

Os projetos profissionais que visavam ter uma frequência legal deram relevância a uma formação mais sustentada da sua equipa. Na ausência de um ensino profissional estruturado, e em face de um ensino académico mais teórico, as rádios recorriam a quem já ministrava cursos, mesmo que fossem da concorrência. Foi o caso da Rádio Geste que quando se apresentou dizia “preocupar-se, desde já com a formação de novos quadros que em breve terão acesso à antena”¹¹ e que iria recrutar os novos radialistas nos cursos de formação da RTP e da TSF. Alguns destes formandos estavam já em rádios piratas ou queriam integrar projetos mais profissionais. A Rádio Geste aproveitou essa oportunidade “para ir ‘pescar’ os que estavam disponíveis”, afirma Henrique Garcia que liderou o projeto, “recrutámos de acordo com um perfil que tínhamos para o modelo de rádio que pretendíamos pôr em prática e, no caso dos que ainda não tinham grande ou nenhuma experiência profissional, sempre com uma prova de seleção. Houve caso de candidaturas espontâneas tanto para a Informação, como para a Programação. Pediam-se currículos, avaliavam-se e faziam-se provas” (depoimento escrito, outubro, 2020).

Outras rádios piratas revelaram a preocupação em formar as suas equipas. Numa notícia publicada no jornal *Repórter de Setúbal* em julho de 1985, o responsável pela Rádio Azul de Setúbal dizia isso mesmo: “Quanto aos meios humanos consideramos que se trata de um autêntico investimento de capital humano, em termos de esta rádio se tornar uma escola de formação de futuros profissionais”.

Numa reportagem publicada pelo *Se7e* em 1986, citavam-se outros casos:

11 Texto no prospeto de apresentação da RGT-Rádio Geste “A sua rádio privada” em 1987

“Ponto assente para a maioria dos departamentos informativos das locais é, como se disse, a falta de pessoal especializado, sendo, normalmente, estudantes a grande fonte de recrutamento, e habitualmente, a prática a única mestra.

Há, no entanto, estações que promovem os seus próprios cursos de formação como a Nova Antena (de Odivelas), que levou a cabo uma selecção e tem agora uma ‘escola’ orientada por profissionais e professores de comunicação social. (...) Mas, por enquanto, o ponto da situação é este: formação é excepção, ‘confusão’ é a regra...” (Se7e, 31 de dezembro de 1986)

De uma forma mais ou menos informal ou organizada algumas emissoras, sobretudo as que aspiravam à legalização, apostaram em formações internas com formadores da área ou em sessões com jornalistas da casa mais experientes. Era uma formação não sistematizada, ancorada na prática do dia-a-dia e na discussão das práticas e rotinas jornalísticas diárias. Aliás, essa necessidade de discutir e colocar tudo em causa, e que era apanágio do curso da TSF, tinha raízes na experiência na Rádio Universidade onde alguns dos formadores se tinham estreado. Uma metodologia de ensino em que o trabalho era analisado, questionado e desconstruído para se aprender e evitar repetir erros. Em todos os testemunhos é notória a preocupação com o aprender a fazer, mas só em alguns casos se denota a necessidade de refletir sobre aquilo que se faz. A formação está num patamar entre a prática e a teoria, não se limita ao saber fazer, mas também não aspira à teorização, antes procura refletir sobre as práticas jornalísticas, a ética, as rotinas produtivas, o jornalismo e o papel do jornalista. Questiona-se a si própria, reflete, mas nem sempre é claro que aplique de forma estruturada o resultado deste método. Havia rádios em que este processo era consciente e assumido, o que, no universo das centenas de piratas, se resumia aos projetos mais profissionais que procuravam responder ao que a nova Lei da Rádio viria a estipular, assim como as regras do concurso de atribuição de frequências locais. A esmagadora maioria das piratas não teve estas preocupações, representaram aquilo a que se denomina ‘a escola da prática’, não estruturada nem consciente do seu papel na formação de novos profissionais da rádio, nomeadamente jornalistas.

A informação era, reconhecidamente, o “calcanhar de Aquiles” como titulava o semanário *Se7e* numa reportagem em 1986 que fez uma ‘ronda’ por várias piratas:

“É a parte informativa das rádios locais que apresenta maiores falhas e recebe mais críticas. Mas, ao mesmo tempo, é sobretudo na informação que pode tornar-se mais sensível o objectivo da descentralização. Conscientes deste facto, há já muitas estações que procuram ‘profissionalizar’ o seu departamento noticioso ou, pelo menos, corresponder de forma sistemática às expectativas dos ouvintes da região que servem.” (Se7e, 31 de dezembro de 1986)

4.2. Os jornalistas na Rádio dos anos 80: rejuvenescimento e reconfiguração

Na década de 80 a classe jornalística está em transformação. Assiste-se àquilo a que Paqueta de Oliveira classifica como uma “alteração significativa na composição social dos produtores da informação” (Oliveira, 2017, p. 92) e Garcia (2009) chama de “recomposição do grupo profissional”. É a década da feminização e rejuvenescimento da classe, este último, muito em parte devido às rádios piratas responsáveis pela entrada de um grande número de jovens que, com o tempo, foram tomando lugar nas redações. A juntar a estes dois fatores há ainda o aumento da escolaridade dos jornalistas e da sua formação específica na área. Os primeiros alunos dos cursos de jornalismo chegaram aos órgãos de comunicação social em meados da década de 80, em pleno ciclo das privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos media (Mesquita e Ponte, 1996-97).

Podemos distinguir três níveis de formação no acesso à profissão: a tarimba (sem formação profissional ou superior); a frequência inacabada ou concluída do ensino superior; e a frequência de cursos de formação profissional.

Numa época em que o mundo passou por profundas transformações e foi marcado pela revitalização no setor dos media com o aparecimento de novos jornais e rádios, o mercado tinha necessidade, e capacidade, para absorver gente nova a uma velocidade que não se comparava com a duração entre 3 a 5 anos dos cursos superiores. Outro fator a ter em conta é o enquadramento legal de acesso à atividade jornalística, que não exigia habilitações específicas para obter o título profissional.¹² Esta conjugação de fatores fez com que muitos interrompessem os estudos e iniciassem a carreira de jornalista, em particular nas rádios piratas.

Como já foi referido, o jornalismo sempre esteve associado ao movimento da radiodifusão local portuguesa (Bonixe, 2019), foi um dos motores do surgimento, desenvolvimento e sucesso das rádios piratas. Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor. No Projeto de 1983 apresentado por Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) sobre serviços locais de radiodifusão podia ler-se nos pontos 8 e 9 do Preâmbulo:

“(Ponto 8) os serviços locais de radiodifusão sonora serão na prática as escolas de jornalismo que o nosso país carece. A existência de apenas um estabelecimento de ensino dedicado à formação de jornalistas obriga ao recrutamento de muitos radialistas sem a mínima preparação, insuficiência que se poderia remediar através de um primeiro estágio dos candidatos a profissionais

¹² A Lei 62/79 de 20 de setembro do Estatuto do Jornalista apenas define como condição para a emissão do título profissional que se exerça jornalismo em regime de ocupação principal, permanente e remunerada. O atual Estatuto de Jornalista, no artigo 5º sobre o Acesso à Profissão, já refere a necessidade de uma licenciatura na área ou equivalente.

da comunicação social a fazer serviços locais de radiodifusão sonora.

Ponto 9 — O actual quadro de emissoras existentes reduz drasticamente a oferta de postos de trabalho à camada etária mais jovem e impede a renovação dos quadros actualmente em funções”. (Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983)

A Lei da Rádio n.º 87/88, de 30 de julho não toca nestes pontos, mas conduz à profissionalização da classe, ao exigir que a coordenação dos serviços noticiosos nas estações de cobertura regional e local sejam assegurados por jornalistas profissionais ou detentores do “cartão de jornalista da imprensa regional”, ou seja, com carteira profissional. A profissionalização era, de resto, um dos pontos valorizados na apreciação das candidaturas à atribuição das frequências locais e regionais. No Regulamento do Concurso Público para a atribuição de alvarás, o Artigo 10º é claro ao considerar condição preferencial as candidaturas de sociedades “constituídas maioritariamente por profissionais de comunicação social e que “apresentem projetos com “maior grau de profissionalismo”. Por via legislativa punha-se termo ao ‘exercício pirata’ da profissão de jornalista radiofónico.

Em 1990, o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas portugueses e os dados do Sindicato de Jornalistas permitem concluir que há uma ‘nova tarimba’ caracterizada por uma entrada precoce na profissão de ‘aspirantes ao jornalismo’, com baixos rendimentos, entrados na profissão através dos meios regionais, com menos de 25 anos, 2 anos de profissão ou estagiários (Garcia e Castro, 1993). São 15,48% do total de jornalistas que entraram pelas rádios locais e imprensa regional. É o reconhecimento das rádios piratas como um dos vetores do rejuvenescimento da profissão. E também como veículos da precariedade e da desprofissionalização (Garcia, 2009). Mesquita já o tinha reconhecido quando anos antes escreveu que, a partir de 1985 e mais acentuadamente a partir de 1987, fenómenos como o das rádios locais, privatizações na imprensa escrita e a abertura da televisão a operadores privados desempenharam um papel decisivo na revalorização da profissão de jornalista (Mesquita, 1994) e que o panorama profissional a nível regional — em especial nas rádios locais — “constitui uma área privilegiada para a intervenção dos centros de formação profissional.” (Mesquita, 1994, p.83).

O retrato dos meios locais é resumido por Pissarra Esteves em poucas palavras: um sector muito marcado pela improvisação, autodidatismo, amadorismo. O autor chama a atenção para o facto de “o entusiasmo que sobra não poder colmatar a falta de qualificação” e clama por uma nova qualidade e um novo rigor profissional só possíveis com uma “formação qualificada” (Esteves, 1988, pp.63-64). Esta fragilidade é, por diversas vezes, referida em reportagens nos jornais da época pelos responsáveis das piratas que reconhecem ser esse o ponto fraco dos seus projetos.

Só no final dos anos 90 começaram a ser valorizadas as habilitações académicas de nível superior (Graça, 2009, p.139) para ingressar no jornalismo.

As piratas abrem as portas às profissões da rádio de forma anárquica e desregulada, sem que haja critérios, habilitações requeridas ou formação de base. Mas se as piratas contribuem, de certa forma, para a desprofissionalização do jornalista radiofónico, a legalização contribui para a reprofissionalização, legitimada quer pela Lei da Rádio de 88 quer pelo regulamento da atribuição de frequências locais, ao exigir que os projetos concorrentes integrem obrigatoriamente jornalistas com carteira. A longo prazo, este processo de regularização acabou também, a par dos contextos económico e publicitário, por contribuir para voltar a fechar o acesso à rádio e às profissões da rádio. Uma tendência que se viria a consolidar já no século XXI em que o acesso às redações se faz, sobretudo, com uma licenciatura em Ciências da Comunicação e depois de realizados estágios, nomeadamente nas emissoras, embora isso não signifique o posterior ingresso na profissão.

O que aconteceu na década de 80 traduz a ampliação do espaço radiofónico com a explosão das rádios piratas ou livres em todo o país, e a afirmação da tendência de rejuvenescimento da classe. Os profissionais de rádio, e em particular os jornalistas radiofónicos, são uma classe em franco crescimento que entra pelo período da legalização das rádios locais, registando a primeira quebra quando os projetos sofrem também os primeiros reveses. A criação de novas estações de rádio abriu oportunidades para os jovens se afirmarem nas redações (Mesquita, 1994) que antes dificilmente lhes abririam portas. As piratas foram ainda a porta de acesso às profissões dos media, em particular da rádio, em que as provas de acesso às emissoras nacionais eram extremamente seletivas.

Dados da CCPJ indicam que entre 1982 e 1986 existiam 53 jornalistas de rádio, no período de 1987-91 eram 268. Em 1987, iniciaram a profissão na rádio 30 jornalistas, em 1988 foram 43 e no ano seguinte foram 88 (Rebelo, 2011). Ainda em 1987, num estudo do semanário Expresso, das 126 rádios locais referenciadas, 20 não possuíam redação, 59 tinham, mas sem jornalistas profissionais e só 47 eram coordenadas por jornalistas. No total, estas 47 rádios empregavam 77 jornalistas. A média de idades de quem trabalhava ou colaborava nas piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade. (*Expresso*, 9 de maio de 1987). Numa das reportagens que complementa o estudo destaca-se o facto da esmagadora maioria das emissoras privilegiarem a informação local em detrimento das notícias nacionais e internacionais, as mais pequenas limitam-se a ler *press-releases*, outras ‘pirateiam’ telexes da Lusa chegados aos jornais locais, mas também há as que têm mini departamentos redatoriais. Desta forma, é possível traçar o perfil do jornalista da rádio pirata: jovem; ouvinte de rádio e das rádios piratas; sem experiência anterior na rádio; sem formação superior na área, ou com formação superior não concluída ou estudante de jornalismo; é motivado pelo gosto, paixão, curiosidade; transita ou acumula com o jornal local; o jornalismo não é a ocupação ou profissão principal. O acesso à rádio faz-se por sua própria iniciativa — o ‘bater à porta’ — ou por ter ligações a conhecidos que já colaboravam ou trabalhavam na rádio e que facilitavam o contacto inicial.

A anarquia nas ondas hertzianas espelha também a anarquia no acesso à profissão e na composição das redações. Todos podiam ser jornalistas. O acesso e exercício da profissão acabou por encontrar o caminho da regulamentação e da profissionalização impostos pela via legislativa, que culmina com a atribuição de frequências às rádios locais. O grau de profissionalização diferencia também as ‘rádio escolas’ espalhadas pelo país. Assim, podemos concluir que há dois níveis de caracterização da formação dos jornalistas de rádio tendo as piratas como ‘escola’:

Projetos menos profissionais ou amadores: Tipo de Formação — ‘Tarimba’

1. Auto candidaturas de jovens estudantes
2. Aprendizagem autodidata feita num contexto de amadorismo sem um objetivo preciso ou a longo prazo
3. Formação com base na experimentação
4. Formação sem orientações e sem seguir regras
5. Aprender com o erro
6. Prática com incidência no improviso, na reportagem, no direto (com ou sem mediação), e na entrevista
7. Formação ‘*multitasking*’ sem separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas, administrativos, comerciais...

Projetos mais profissionais: Tipo de Formação — Teórico-prática e em tempo real

1. Auto candidaturas ou recrutamento e seleção de jovens dos cursos de jornalismo ou estudantes, que frequentaram ou não a disciplina de Iniciação ao Jornalismo no secundário
2. Organização de cursos de formação internos ministrados por profissionais das emissoras oficiais que também integravam os projetos piratas ou com eles colaboravam
3. Inspiração no modelo francês para os cursos de formação: teórico-prático
4. Aprendizagem programada e planeada com um objetivo: montar um projeto profissional com vista à legalização
5. Equipas que conjugavam seniores e jovens com pouca experiência: aprender com os mais velhos, inovar com os mais novos
6. Formação com incidência na reportagem, no direto, no improviso e na entrevista
7. Ensino de regras e conceitos, orientada e discutida
8. Formação ‘*multitasking*’ com separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas

Cada uma à sua maneira, as piratas contribuíram para a formação de uma ‘Geração Pirata’ do jornalismo português, em particular, do jornalismo radiofónico. E foram a porta de acesso à rádio e ao jornalismo. Já na época havia essa percepção: “Souberam ser parceiras das comunidades. São o som da tribo, reunindo ferramentas para milhares de jovens, seu único

projecto-vida”, Fernando Alves ao *Diário Popular* (23 dezembro de 1988). Em retrospectiva, mais do que uma percepção, quem começou nas piratas ou por elas passou, olha para trás e transforma essa percepção em certeza:

Henrique Garcia: “foram escolas no sentido de receberem impulsos, assim como nós recebemos impulsos dos mais novos, que não nos deixam ficar muito tempo quietos na cadeira, os mais velhos transmitiram algum ‘calo’ que os mais novos não têm, e nesse sentido foram escola, hoje estão espalhados por todo o lado, hoje são os seniores” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Adelino Gomes: “estamos a dar as armas com que nos hão de matar, a nova geração, foi uma coisa muito entusiasmante, a rádio precisa destes tipos e hoje são diretores não por nomeação divina, ganham prémios” (entrevista pessoal, setembro, 2019)

Considerações finais

Na década de 80 terão chegado a emitir perto de mil rádios em todo o país que espelhavam também o próprio país, desigual. Entre estas emissoras há as que são criadas entre um grupo de amigos para emitirem para a sua rua, ou as que nascem do meio profissional e são financiadas por empresas de grande dimensão e publicidade; as completamente amadoras e rudimentares, sustentadas por aficionados, ou as mais estruturadas e profissionais; as que funcionam à base da “carolice” e as que se organizam como uma empresa com contratações e vida fiscal; as que emitem meia dúzia de horas e as que cobrem as 24 horas do dia; as que emitem a partir de estúdios novos e inovadores ou as que construíram os seus próprios equipamentos e emitem a partir de um armário na sala de casa — ou seja, estamos perante rádios muito diferentes e, conseqüentemente, com contributos também desiguais para o jornalismo radiofónico.

Em todo este processo não pode ser esquecido o percurso feito até esta altura de rádios, profissionais e formadores, que três décadas antes começaram a lançar as sementes para uma outra forma de fazer jornalismo. Com o 25 de abril tiveram terreno para experimentar, inovar e concretizar os seus projetos e sonhos, mas a rádio do pós-revolução acabou por defraudar as suas expectativas. Foi essa geração, vinda da Rádio Universidade e que passou pelas rádios nacionais ou das antigas colónias, que viu nas piratas uma oportunidade para concretizar o jornalismo em que acreditava. Profissionais que juntaram a sua experiência, sonhos e aspirações ao voluntarismo de uma nova geração que estava a sair dos cursos de comunicação e que queria fazer rádio. As piratas foram o ponto de encontro destas duas gerações. Foram elas que trouxeram uma outra forma de fazer jornalismo radiofónico a partir do que se foi experimentando e inovando nos anos 50, 60 e 70. Resgataram o jornalismo do direto, do improvisado, da reportagem e da voz popular da

época revolucionária. De certa forma, as piratas recuperaram o espírito da rádio pós-25 de abril.

A rádio foi a pioneira na transição mediática dos anos 80 para os anos 90, o mundo estava em transformação e os media também. Pode afirmar-se que, em Portugal, a Rádio foi o sector precursor de uma revolução transversal à imprensa e à televisão. Depois das piratas, o foco na informação local estendeu-se às rádios nacionais que abriram delegações com emissões regionais autónomas. Nos jornais, o exemplo do Público é diferenciador porque se afirma dando prioridade à informação geral e, simultaneamente, ao local com as duas edições diferenciadas em Lisboa e no Porto e, mais tarde, noutras capitais de distrito. As televisões viriam a seguir dando voz ao cidadão anónimo em formatos de programas-fórum, que percorriam o país à procura das notícias do ‘fim da rua’ e de quem queria fazer ouvir a sua voz fora da capital.

O que mudou no jornalismo radiofónico, foi o nosso ponto de partida.

Foram elencados 8 campos em que se produziram mudanças. Muitas delas, como foi referido, não surgiram apenas nesta década e com as piratas, o contexto dos anos 80 apenas potenciou e amplificou essas mudanças. Neste processo, a rádio revalorizou algumas das suas características inatas como o imediatismo, a mobilidade, a ubiquidade, a companhia, e realçou a sua função social de conexão entre as pessoas, entre comunidades e aquilo que as une.

Do ponto de vista dos formatos, a introdução de uma rádio de notícias, cujo objetivo era a informação, sobretudo a informação de última hora transmitida a um ritmo constante e flexível, sem horários rígidos, quebrando o modelo radiofónico assente em grelhas formatadas e a prevalência da música, da programação e da publicidade. Um modelo cujo pilar era o direto e a antena permanentemente aberta à informação, e que contribuiu para uma aceleração noticiosa e para a valorização o género reportagem. Ainda do ponto de vista do jornalismo, as rádios piratas trouxeram o local para primeira linha da informação alterando o valor notícia e os alinhamentos. Trouxeram para antena mais e diversas vozes, trouxeram a público e amplificaram a ‘voz do povo’, do cidadão anónimo agora protagonista de programas, fóruns e notícias. Mas também modificaram a forma como os jornalistas se relacionavam com as fontes, quebrando a hierarquia instituída em que as fontes marcavam o tempo noticioso. O recurso frequente ao direto e à antena aberta contribuíram para uma aceleração do ritmo noticioso reforçando o imediatismo, característica inata da rádio.

Assiste-se a uma inovação ao nível da linguagem, da forma de comunicar, do uso da voz e das sonoridades que, apesar dos exageros ou dos exemplos caricaturais, acabaram por encontrar um caminho que se consolidou nos anos seguintes. A rádio dos anos 80 abre caminhos estéticos que acompanham o ritmo da informação e a urgência de informar.

Como todos os processos de auto crescimento, também este teve os seus pontos fracos, exageros e fragilidades próprios de um sector que atravessou uma fase de profundas mudanças.

Entre o nada e o tudo há que destacar o papel da TSF, o principal agente das mudanças que foram elencadas, porque reuniu condições e profissionais que a esmagadora maioria das rádios piratas não tinha nem sonhava. A TSF não se revia nos conceitos de rádio livre

ou pirata, assumia-se como uma emissora profissional e, desde o início que se posicionou como tal, ou seja, para emitir para todo o país e não numa frequência local. A emitir a partir de Lisboa, a informação sobre a capital não era o seu objetivo, a linha editorial apostava, sobretudo, numa cobertura exaustiva na atualidade nacional e internacional com uma rede de profissionais e correspondentes muito longe da capacidade de qualquer outra rádio pirata, e que concorria diretamente com as emissoras nacionais.

Na década de 80 a rádio mudou. As rádios piratas contribuíram para um novo cenário radiofónico que seria posto à prova nas décadas seguintes.

Bibliografia

- Andringa, D. (2008) Jornalismo: uma profissão em mudança. [Online]. Consultado em fevereiro de 2021. Disponível em <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf>
- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. Para uma história da rádio em Portugal, *Revista Observatório*, novembro nº4, pp.113-122
- Balsebre, A. (2000). *El Lenguaje Radiofónico*. Madrid. Ediciones Cátedra
- Bonixe, L. (2012). *A informação radiofónica, rotinas, valores-notícia da reprodução da realidade da rádio portuguesa*. Coleção Media e Jornalismo. Livros horizonte.
- Bonixe, L. (2012b). As rádios locais em Portugal — da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia* — Vol. 9 Nº 2 — Julho a Dezembro de 2012. pp.313-325
- Bonixe, L. (2013). Temáticas e linhas de investigação do jornalismo radiofónico português. Livro de Atas do 8º Congresso Sopcom. [Online]. Consultado a 4 de julho de 2021. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/10571661/livro_de_Latas_8_SOPCOM_913_919.pdf
- Bonixe, L. (2015). *Jornalismo e jornalistas das rádios locais portuguesas*. [Online]. Consultado a 15 de novembro de 2020. Disponível em: <http://www.c3i.ippportalegre.pt/uploads/Jornalismo.pdf>
- Bonixe, L. (2016). Percursos da formação superior do jornalismo radiofónico em Portugal. *Media & Jornalismo*, nº 16 (28), pp. 38-53.
- Bonixe, L (2019). As primeiras experiências de radiodifusão local em Portugal (1977-1984). Os Média no Portugal contemporâneo: da ditadura à democracia. *Revista Media e Jornalismo*. Vol. 19 N.º 35 (2019), pp.183-195
- Bonixe, L (2019). *As rádios locais em Portugal — da génese ao online. Contexto e prática do jornalismo de proximidade*. Livros ICNOVA
- Canavilhas, J. (2009). O ensino do jornalismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 6: 55-67,
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, pp. 85-93.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. *Media e Jornalismo*, 8 (13).
- Cebrián Herreros, M. (2001). *La radio en la convergencia multimedia*. Editioal Gedisa. pp. 178, 184-185, 223.
- Coelho, P. (2021). Introdução, in *Manual de Reportagem* de Coelho, P. & Reis, A.I. & Bonixe, L. Livros Labcom.
- Cordeiro, P. (2004). *A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução*. (Online). Consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Cordeiro, P. (2005). *Rádios temáticas: perfil da informação radiofónica em Portugal. O caso da TSF*. (Online) consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-o-caso-tsf.html>
- Correia, F. (1997). *Os Jornalistas e as Notícias*. Editorial Caminho
- Esteban, L.M.P & Lastra-Núñez, J. (2019). *La transformación digital de la radio. Diez claves para su comprensión profesional y académica*. Valencia: Tirant Humanidades
- Esteves, J. P. (1988). Comunicação regional e local, a situação da Imprensa e os grandes desafios do áudio-visual. *Comunicação e Linguagens*, 8, pp. 55-69.
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Media XXI
- Figueira, J. (2009). *Jornalismo em Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Garcia, L. & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses, Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, pp. 93-114.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências da profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática, in J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, pp. 63-91. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Graça, S. M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo, in J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. pp. 133-168. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Guerra, P. (2019). Rádio Caos: resistência e experimentação cultural nos anos 1980. *Análise Social*. liv (2.º), n.º 231, pp. 284-309
- Lima, H. (2008). *Os Diários Portuenses e os Desafios da Atualidade na Imprensa: Tradição e rupturas*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Lopes, V. S. (1988). *Iniciação ao Jornalismo audiovisual. Imagem impressa, rádio, televisão, cinema*. Lisboa: Dinalivro.
- Marcos, L. H. (1988). Rádios locais: a lei e a realidade. *Cadernos de Jornalismo*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Meditsch, E. (1997). *A Nova Era Do Rádio: O Discurso Do Radiojornalismo Enquanto Produto Intelectual Eletrónico*. (Online). Consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditscheduardo-discursoradiojornalismo.html>
- Meditsch, E. (1999). *A Rádio na Era da Informação*. Minerva
- Mendes, R. R. (2011). *A primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) — contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação: Estudo dos Media e Jornalismo. FCSH-UNL. [Online]. Consultado a 22 de novembro de 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7240/1/renato.pdf>
- Meneses, J. P. (2003). Tudo o que se passa na TSF...para um 'Livro de Estilo'. Editorial Jornal de Notícias
- Meneses, J. P. (2016). *Jornalismo radiofónico*. CECS. Universidade do Minho
- Mesquita, M. (1994). A educação para o jornalismo — Uma perspectiva sobre Portugal. *Intercom-Revista Brasileira de Comunicação*, XVII (2), pp. 75-97.
- Mesquita, M. & Ponte, C. (1996-97). *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. Consultado a 2 de novembro de 2020. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>
- Oliveira, F. (1989) Rádios Livres no Minho. Monografia. Escola Superior de Jornalismo do Porto

- Paquete de Oliveira, J. M. (2017). Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário, in Gustavo Cardoso (Org.), *Comunicação e quotidiano*. José Manuel Paquete de Oliveira. Textos e intervenções (1983-2016) (pp.260-285). [Online]. Consultado em 25 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329027208_Comunicacao_e_Quotidiano_-_Jose_Manuel_Paquete_de_Oliveira
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 5, 59-62.
- Pinto, M. & Sousa, H. (2003). *Journalism education at universities and journalism schools in Portugal*. [Online]. Consultado a 16 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinto-manuel-sousa-helena-ensino-jornalismo1.pdf>
- Prado, E. (1989). *Estrutura da informação radiofônica*. Summus
- Rangel, E. (2008) TSF Um sonho difícil. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.9-11
- Rebello, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Gradiva
- Reis, I. (2011). A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Comunicação e Sociedade*. 20, pp.13-28. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.20\(2011\).879](https://doi.org/10.17231/comsoc.20(2011).879)
- Reis, A.I. (2014). As rádios piratas em Portugal — contributos para um percurso. Org. Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro, Pedro Portela “*Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*”. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp.9-28. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel_9-28.pdf
- Reis, A.I. & Ribeiro F. & Portela, P. (2014). *Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel_9-28.pdf
- Reis, A.I. (2021). A formação e ensino de rádio na década de 80: o contributo das rádios piratas. Org Baptista, C., Sousa, J.P., Azevedo, C. “*Para uma história do jornalismo em Portugal. II*”. ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. pp.365-382. (Online) Consultado em novembro de 2021. Disponível em: <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal-ii/>
- Roby, N. (2008). “A Room with a View”. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.13-17
- Santos, F.S. (2008). O dia de fogo. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.18-25
- Santos R. (2005). Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade. *Comunicação e Sociedade*, vol. 7, (pp. 137-152)
- Santos, R. (2017). *Estudos de rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora
- Santos, R. (2020). *Os microfones da rádio: do Portuense à Delírio*. Minerva Editora
- Serejo, F. (2001). Rádio — do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). Para uma história da rádio em Portugal. *Revista Observatório*, novembro nº4, pp.65-95
- Sobreira, R. M. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media e Jornalismo*, 3, pp. 67-87.
- Sousa, H. (2000). Políticas da comunicação: reformas e continuidades. (Org) Pinto, M. “*A comunicação e os media em Portugal 1995-1999, cronologias e leituras de tendências*” Departamento de Ciências da Comunicação (pp 31-52)
- Schlesinger, Philip (1977). Os Jornalistas e a sua máquina do Tempo. (Org) Nelson (1999). Traquina “*Jornalismo: Questões, teorias e ‘estórias’*”. Vega, (pp. 178-181)
- Traquina, N. (2004). *A tribo Jornalística, uma comunidade transnacional*. Coleção Media e Sociedade. Editorial Notícias

Jornais, documentos audiovisuais e multimédia

- 1983
 “Caos”: o desejo de comunicar (2 de julho de 1983). *Expresso*
 Os rostos da Rádio Caos (7 de outubro de 1983). *Se7e*
 Rádios Livres a um passo da legalização (21 de dezembro de 1983). *Diário de Lisboa*
- 1984
 Emídio Rangel: “Não foi um ar que nos deu...” (20 de junho de 1984) *Se7e*
 O “Se7e” no “navio-pirata”: TSF gritou “à abordagem!” (20 de junho de 1984) *Se7e*
- 1985
 Rádio Azul começou na segunda, muita variedade nas emissões de estação local (26 de junho de 1985). *Se7e*
 Setúbal já ouviu Rádio Azul, Som no Ar sem Lei nem Medo (3 de julho de 1985). *A Capital*
 Rádio Azul ou o azul da rádio (5 de julho de 1985). *Repórter de Setúbal*
 Luta pelas frequências adiou legalização das rádios locais (9 de novembro de 1985). *Expresso*
- 1986
 Contra as duas faces do monopólio multiplicam-se as rádios locais (10 de abril de 1986). *Diário Popular*
 Os Piratas do Éter (7 de junho de 1986). *Expresso*
 Parabéns a Vocês (3 de julho de 1986). *Diário Popular*
 Vem aí a ‘terceira vaga — a ‘hora’ dos profissionais (31 de dezembro de 1986). *Se7e*
 Informação: o “calcanhar de Aquiles” (31 de dezembro de 1986). *Se7e*
- 1987
 Livres ou locais: ‘Piratas’ há muitas (9 de janeiro de 1987). *Jornal Ilustrado*
 Viagem ao mundo das rádios livres (9 de maio de 1987). *Expresso*
 Piratarías requintadas (9 de maio de 1987). *Expresso*
 Os sons do dinheiro (29 de agosto de 1987). *Expresso*
 Formar uma nova geração (29 de agosto de 1987). *Expresso*
- 1988
 Um projecto sério pela mão de gente nova (19 de janeiro de 1988). *Correio da Manhã*
 TSF — Rádio Jornal aposta na música e na informação (12 de fevereiro de 1988). *O Jornal*

TSF — Rádio Jornal no ar muito em breve (3 de fevereiro de 1988). *Se7e*

‘Operação silenciamento’ cala cerca de 700 rádios privadas. (23 de dezembro de 1988) *O Jornal*

‘Morremos todos se o encerramento durar’. (23 de dezembro de 1988). *Semanário*

1995

A Magia da Rádio, Actual Reportagem. *RTP*. Consultado agosto de 2021. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-magia-da-radio/>

2003-2019

TSF, a história da primeira emissão pirata (2 de março de 2003). *Público*

COOPERAR pelo futuro do jornalismo (Abr/Jun 2007). *Revista JJ*, nº30, p.6-9

Notícia de última hora: o Chiado está a arder (25 de agosto de 2008). *TVI24*. Consultado julho de 2019. Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/incendio-no-chiado/noticia-de-ultima-hora-o-chiado-esta-a-arder>

20 anos do incêndio Chiado — entrevista a Nuno Roby Amorim e Manolo Bello (8 de fevereiro de 2011). *Jornal das 9. SIC*

Rádios Piratas (2013). Perdidos e Achados. *SIC*

25 anos do incêndio no Chiado: Fogo marcou carreira dos jornalistas que acompanharam a tragédia (23 de agosto de 2013). *Lusa*

Os primeiros jornalistas a chegar ao Chiado no dia 25 de agosto de 1988 (25 de agosto de 2013). *SIC*. Consultado em junho de 2020. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2013-08-25-Os-primeiros-jornalistas-a-chegar-ao-Chiado-no-dia-25-de-agosto-de-1988>

Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios (2 de junho de 2014). *JPN_JornalismoPortoNet*, [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/02/radios-piratas-dos-vaos-de-escada-aos-estudios/>

RUP: A liberdade de uma rádio pirata (10 de junho de 2014). *JPN_JornalismoPortoNet*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-a-liberdade-de-uma-radio-pirata/>

RUP: Dos amadores saiu uma rádio profissional (10 de junho de 2014). *JPN_JornalismoPortoNet* [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-dos-amadores-saiu-uma-radio-profissional/>

Adelino Gomes. Um estágio quase perfeito na Rádio Universidade (2 de janeiro de 2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/02/adelino-gomes-radio-universidade/>

Rádios Universitárias. (6 de janeiro de 2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/06/episodio-1-radios-universitarias/>

Provedor do Ouvinte (24 de julho de 2020). Consultado em janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3388/e479078/em-nome-do-ouvinte-o-programa-do-provedor-do-ouvinte-v-serie>

Entrevistas

Adelino Gomes (setembro e outubro de 2019)

António Colaço (janeiro de 2021)

Bernardino Guimarães (novembro de 2019)

Elisabete Caramelo (outubro de 2019)

Francisco Sena Santos (junho de 2019)

Henrique Garcia (dezembro de 2019)

João Paulo Guerra (fevereiro de 2021)

José Faustino (outubro de 2019)

José Manuel Mestre (janeiro de 2021)

José Martins (junho de 2019)

Lúis Costa (outubro de 2019)

Lúis Mendonça (novembro de 2019)

Pedro Brinca (novembro de 2019)

Vasco Lagarto (outubro de 2019)

Capítulo IV

A segunda fase da liberalização da rádio em Portugal — os projetos jornalísticos das rádios regionais

*The second phase of radio liberalisation in Portugal
— the journalistic projects of regional rádios*

Luís Bonixe

Instituto Politécnico de Portalegre/ICNova
luisbonixe@ippportalegre.pt
ORCID ID: 0000-0003-1288-7529

Resumo: Depois de atribuídas as frequências de âmbito local, o que representou a primeira fase da liberalização do setor da rádio em Portugal, em 1990 é aberto um concurso para a atribuição de duas frequências regionais; uma a Norte, e outra a Sul. Nesta segunda fase da abertura do setor, concorreram seis projetos: dois no Porto e quatro em Lisboa. No presente capítulo, analisamos as rádios concorrentes quanto aos seus objetivos, propriedade, modelos de programação e de informação. Concluimos que as rádios regionais apresentaram projetos diferenciadores do ponto de vista jornalístico, inovando quanto aos formatos e constituindo-se como território importante para a formação de profissionais da informação da rádio em Portugal.

Palavras-chave: liberalização; rádio; rádios regionais; jornalismo; Portugal

Abstract: After local frequencies had been assigned, which represents the first phase of the liberalization of the radio sector in Portugal, in 1990 a tender was launched for the assignment of two regional frequencies; one in the North and the other in the South. In this second phase of the opening of the sector, six projects competed, two in Porto and four in Lisbon. In this chapter, we analyze the competing projects in terms of their objectives, ownership, and programming and information models. We conclude that the regional radios presented differentiating projects from the journalistic point of view, innovating about the formats and constituting themselves as an important territory for the training of radio information professionals in Portugal.

Keywords: liberalization; radio; regional radios; journalism; Portugal

Introdução

O setor da rádio em Portugal foi liberalizado com a lei 87/88 de 30 de julho, publicada em 1988, permitindo que no ano seguinte comesçassem a emitir centenas de emissoras locais um pouco por todo o país. Esta alteração legislativa colocou um ponto final num movimento iniciado em 1977 pela legalização das emissoras piratas.

No entanto, a luta por uma maior abertura do setor não acabava com a concessão das frequências locais, já que em 1990 foi aberta a possibilidade de atribuição de duas frequências regionais: uma a Norte e outra a Sul, com mais potência e, por isso, muito disputadas.

A esse concurso, concorreram seis projetos, dois no Porto e quatro em Lisboa. As rádios concorrentes disputavam uma frequência que lhes permitiria colocar em prática projetos de outra dimensão, alcançando novos públicos e mercados publicitários. Nesta luta posicionaram-se, sobretudo, rádios pertencentes a grupos de comunicação sólidos no mercado dos *media* em Portugal, naquilo que representou uma clara oportunidade de expansão dos seus negócios.

No campo do jornalismo, as rádios concorrentes apresentaram projetos de inovação no que diz respeito à informação radiofónica, num país que continuava a ter as rádios do Estado e da Igreja Católica como as principais organizações radiofónicas.

No presente capítulo procuramos caracterizar o contexto em que surgiu o concurso para a atribuição das frequências regionais, em 1990, bem como explorar os argumentos dos seis projetos concorrentes: Rádio Nova e Rádio Press (a Norte) e TSF, Correio da Manhã Rádio,

Rádio Cidade e Rádio Colina (a Sul) procurando perceber qual o contributo que tiveram para o jornalismo radiofónico em Portugal.

O contexto

O concurso público para a atribuição de frequências regionais em 1990 surge no seguimento de um outro concurso público lançado em 1988 e que consistiu na disponibilização de 402 frequências locais, tendo sido atribuídas apenas 314 licenças, representando o início da liberalização do setor da rádio em Portugal.

O concurso para as frequências locais foi lançado após um longo debate público e político que teve início em 1983 quando foi apresentado o primeiro projeto-lei de iniciativa de Jaime Ramos (PSD) e Dinis Alves (PS). No entanto, a lei que viria a liberalizar o setor da rádio em Portugal foi aprovada em 1988, sendo regulamentada pelo decreto-lei 338/88 que define os trâmites do concurso público para a atribuição das frequências locais.

O resultado do concurso revelou um país dividido. Se no litoral, as frequências disponíveis foram poucas para o número de candidatos, já no interior, verificou-se justamente o inverso, uma vez que vários concelhos ficaram sem concorrentes ao concurso.

O cenário era, efetivamente, de uma assimetria muito evidente entre o litoral e o interior, como nota Arons de Carvalho: “No conjunto dos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, cerca de 2/3 dos concelhos não teriam qualquer rádio” (2014, p. 32). O mesmo autor sublinha um cenário oposto verificado no litoral do país: “Pelo contrário, em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal, Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Porto e Santarém, o número de concelhos sem rádio era inferior a 20%” (Carvalho, 2014, p.32). Após a divulgação dos resultados do concurso, as primeiras rádios locais portuguesas começaram a emitir no primeiro trimestre de 1989.

Mas, esta foi a primeira fase do processo de liberalização do setor da rádio em Portugal, pois logo de seguida, em 1990, foi lançado o concurso público para a atribuição de duas frequências regionais, uma a Sul e outra a Norte.

Este concurso resultou da redefinição das frequências de rádio em Portugal como consequência do Plano de Genebra que permitiu o alargamento da faixa de FM para os 108Mhz, tendo reservado para o país três novas frequências. Uma dessas frequências foi atribuída à RDP, a outra à Rádio Renascença e a terceira seria dividida em duas: uma a Norte e a outra a Sul.

A existência de rádios regionais em Portugal estava prevista na Lei da Rádio 88/89 de 30 de julho, nomeadamente no seu artigo 6º, ao definir que os fins da atividade de radiodifusão privada e cooperativa passam também pela cobertura regional, tendo esta a finalidade de:

- a) Alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local;
- b) Preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais e locais;
- c) Difundir informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência;
- d) Incentivar as relações de solidariedade, convívio e boa vizinhança entre as populações abrangidas pela emissão (Artigo 6º. Ponto 2. Lei da Rádio 87/88 de 30 de julho).

Tal como acontecera em relação ao concurso para as frequências locais, também neste caso as especificidades da abertura do concurso estavam contidas no decreto-lei — 338/88 e nele se considera que:

A cobertura radiofónica será considerada de âmbito geral, regional ou local, consoante abrangia, com o mesmo programa e sinal recomendado, respectivamente:

- a) Todo o território nacional ou, no mínimo, o território continental português;
- b) Um distrito ou conjunto de distritos no continente ou uma ilha ou grupo de ilhas nas regiões autónomas (artigo 5º. Decreto-lei 338/88).

Perante um cenário no qual eram evidentes as dificuldades económicas e financeiras de muitas emissoras locais que procuram sobreviver retirando das suas comunidades o que o escasso mercado publicitário tinha para oferecer, não é de estranhar que os concorrentes ao concurso público para as regionais se localizassem nas duas principais cidades do país: Lisboa e Porto. De facto, na capital surgiram a TSF, Rádio Colina e Correio da Manhã Rádio e no Porto, a Rádio Nova e Rádio Press. A única exceção foi a Rádio Cidade, emissora local da Amadora, ainda assim uma localidade situada na Grande Lisboa. Por outro lado, como adiante se mostrará, muitos destes projetos nascem ou são consolidados no seio de grupos económicos fortes e com tradições no mercado dos *media* em Portugal.

Um concurso polémico

Aprovada a lei e a sua regulamentação em termos operacionais, através do decreto 338/88, é lançado o concurso público para a atribuição das duas frequências regionais. No entanto, uma nova controvérsia emerge e relacionada com a decisão do governo português, liderado por Cavaco Silva do PSD, de nomear uma Comissão Consultiva que iria analisar as propostas e emitir um parecer que serviria de base para o governo decidir sobre a atribuição das duas frequências regionais.

A Comissão Consultiva da Rádio foi constituída por 17 membros, sendo dois deles cooptados pelos restantes quinze. A Comissão era presidida por um juiz, José dos Santos Monteiro

e integrava dois membros eleitos pelo PSD na Assembleia da República e um membro do PS. Integravam ainda a comissão, representantes das secretarias de Estado da Cultura e das Comunicações, da Direção-Geral da Comunicação Social, o diretor dos CTT dos Açores e o diretor da RDP-Madeira. Na Comissão estavam ainda o representante da Associação de Imprensa Não Diária, um representante da Associação Nacional de Municípios, o diretor técnico da RDP, dos Serviços Radioelétricos dos CTT, do Gabinete de Audiências da RTP e representantes da RDP e da Rádio Renascença, para além de um representante da Associação Nacional de Imprensa Diária, o empresário Carlos Barbosa, que liderava o Correio da Manhã Rádio, um dos candidatos à frequência regional Sul.

Esta composição da Comissão Consultiva viria a ser contestada pelo Partido Socialista (PS), à época na oposição ao governo, e pela TSF, um dos candidatos à frequência regional Sul.

Os que contestaram esta Comissão Consultiva da Rádio argumentavam que havia uma forte tendência política, dada a presença de membros do PSD, o partido que apoiava o governo, e o facto de estarem presentes elementos de duas rádios nacionais (RDP e Renascença) que iriam ser concorrentes diretos das rádios regionais. Por outro lado, muito contestada foi também a presença de Carlos Barbosa, líder do projeto Correio da Manhã Rádio e por isso um dos principais interessados no concurso.

Foram apresentadas seis candidaturas. Duas a Norte, Rádio Press e Rádio Nova, e quatro a Sul, TSF, Rádio Colina, Rádio Cidade e Correio da Manhã Rádio (Quadro I).

Quadro I

Rádios concorrentes à frequência regional

Rádio	Criação	Propriedade e alguns membros das equipas iniciais das rádios concorrentes
Rádio Nova (Porto)	1989	Equipa: Francisco José Oliveira, João Paulo Meneses, José Alberto Carvalho, Júlio Magalhães, Aurélio Gomes, Francisco José. Propriedade: Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora (SIRS).
Rádio Press (Porto)	1989	Equipa: Manuel Teixeira, Joaquim Sousa Martins, Fernanda Freitas, Teresa Marques, Tiago Alves. Propriedade: Lusomundo, através da Gesgráfica.
CMR (Lisboa)	1987	Equipa: Rui Pêgo, Miguel Cruz, Mário Fernando, João Vaz, Paulo Alves Guerra, Teresa Fernandes, João Bogalho, João Govern, João Adelino Faria, Margarida Pinto Correia, Pedro Coelho, Fernanda Oliveira Ribeiro, Henrique Mateus e Joaquim Franco. Propriedade: Correio da Manhã.
TSF (Lisboa)	1981	Equipa: Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emidio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, Joao Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho. Propriedade: Cooperativa de profissionais.

Rádio Colina (Lisboa)	1990	Equipa: Teresa Moutinho, Sena Santos, João Duarte Soares, Albertino Antunes.
Rádio Cidade (Lisboa)	1986	Equipa: Rui Duarte, Rui Duarte Júnior e Edson Yazejy Jr.

Fonte: Elaboração Própria

A Comissão Consultiva da Rádio tinha o propósito de sugerir ao governo os vencedores para a atribuição das frequências regionais, e isso foi feito de forma muito clara, já que 15 dos 17 membros votaram a favor dessa atribuição ser concedida à Rádio Press, no caso do Norte, e ao Correio da Manhã Rádio, no Sul. Só o representante do PS votou contra, sendo que um dos membros faltou à reunião (Público, 1990, junho 21).

Os resultados do concurso público foram conhecidos em junho de 1990, depois de alguma controvérsia motivada por alegados favorecimentos por parte da Comissão Consultiva. A frequência regional Sul foi atribuída ao Correio da Manhã Rádio, seguindo-se a Rádio Colina, TSF e e Rádio Cidade. A Norte, a frequência regional foi para a Rádio Press seguida da Rádio Nova (Quadro II).

Quadro II

Ordenação da atribuição de frequências regionais no concurso público (1990)

Frequência Regional Norte	Frequência Regional Sul
Rádio Press	Correio da Manhã Rádio
Rádio Nova	Rádio Colina
	TSF
	Rádio Cidade

Fonte: Elaboração Própria

As críticas ao processo concursal não pararam com o parecer da Comissão Consultiva e a posterior decisão do governo. Pelo contrário, os principais contestatários voltaram a sublinhar o que consideravam ser um concurso parcial e motivado por questões políticas.

O deputado do PS, Alberto Arons de Carvalho, foi um dos que mais questionou a decisão de atribuição das frequências regionais à Rádio Press e ao CMR. E fê-lo nestes termos:

A comissão consultiva prevista na Lei da Rádio tinha 17 membros, dois dos quais cooptados pelos restantes 15. Destes, uma larga maioria era designada pelos governos da República e das Regiões Autónomas ou por entidades tuteladas pelo Governo. Rapidamente se percebeu que o que faltava à comissão em independência sobrava em capacidade para ser uma espécie de almofada apta para salvaguardar

a imagem do Governo. Da comissão consultiva faziam parte representantes da RDP e da Rádio Renascença, ou seja, das rádios directamente concorrentes das rádios regionais a seleccionar. Através das entidades representadas, surgiram igualmente na composição da comissão dois importantes responsáveis de duas das rádios candidatas às coberturas regionais, que aliás viriam a conseguir obter os alvarás. Diversos relatos e depoimentos de membros da comissão deram conta de gritantes insuficiências na fundamentação das decisões e na seriedade e profundidade dos debates (Alberto Arons de Carvalho, Apreciação da petição nº 47/V(4º). Reunião Plenária de 9 de Janeiro de 1992).

Para os críticos da decisão da Comissão, o facto de terem sido atribuídas frequências regionais a rádios que não eram líderes de audiência foi um sinal de parcialidade. Com efeito, tanto o CMR como a Rádio Press já possuíam frequências de cobertura local e, segundo a imprensa da altura, os seus níveis de audiência eram inferiores aos de outros candidatos. A Sul, o vencedor CMR (com 6,7%) registava valores inferiores à TSF (16,2%) e à Rádio Cidade (22,1%). A Norte, a Rádio Press (com 3%) estava abaixo da Rádio Nova (20,7%) (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21).

Os números das audiências serviram de base para a Rádio Cidade, através de um dos seus promotores, Rui Duarte, contestar o processo. Referindo-se em concreto à frequência regional Sul e ao CMR, considerou que foi atribuída “a frequência regional à rádio com menor capacidade. É uma rádio para o Governo” (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21).

José Manuel Fernandes, na altura diretor adjunto do jornal Público, assinava em 1990, um editorial intitulado “A hipocrisia de um concurso”, no qual critica a decisão da comissão consultiva em atribuir ao Correio da Manhã Rádio (CMR) a frequência regional para o Sul e, à Rádio Press a frequência do Norte. O jornalista apontou que a constituição do júri inquinou o processo desde a sua origem e que o facto de estarem representados membros das rádios nacionais, Renascença e RDP, levou a que a decisão recaísse sobre “concorrentes fracos” (Fernandes, Público, 1990, junho 21) já que seria do interesse daquelas rádios não terem concorrência forte.

Outro argumento utilizado pelos contestatários desta decisão da Comissão foi o facto de a Norte, a Rádio Press que era encabeçada por Manuel Teixeira, ter vencido o concurso. Manuel Teixeira era alguém muito ligado ao PSD de Cavaco Silva, à época primeiro ministro, e isso levantou suspeitas quanto à imparcialidade da decisão. “Eu era considerado um cavquista ilimitado e o grupo da comissão era também considerado próximo do governo” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23). Nesta linha de pensamento vários intervenientes no processo consideram que o resultado do concurso se deveu a “uma decisão política” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19)

Perspetiva diferente tem Rui Pêgo, que liderou o Correio da Manhã Rádio, um dos projetos vencedores, para quem a atribuição das frequências regionais, quer a Norte, quer a Sul, resultou de uma avaliação que teve em conta as melhores propostas e que a polémica gerada foi motivada por questões políticas.

O CMR era encarado de direita, o que não era verdade. Do outro lado, o Jornal e a TSF tiveram um propósito de combate político. Foi escrita por mim, a candidatura. Aquela equipa que trabalhava comigo não tinha nenhuma responsabilidade em relação a eventuais manobras políticas que se tivessem feito. A nossa atitude foi de desagrado por estramos a ser acusados de um desígnio político que não tinha. A rádio não tinha nenhum alinhamento político. Era um espaço de liberdade total. Do ponto de vista profissional, a candidatura quer à local, quer regional foi escrita por mim e não estava ao serviço de um projeto político, mas profissional. (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)

Metodologia

O objetivo do presente artigo é o de caracterizar as seis rádios concorrentes ao concurso de frequência regional em 1990 na sequência do processo de liberalização do setor da radiodifusão em Portugal, iniciado com a lei de 1988, e contribuir para entender o papel que desempenharam no jornalismo radiofónico português. Com esse propósito, os dados que apresentamos pretendem caracterizar cada uma das seis emissoras: Rádio Press, Rádio Nova, Correio da Manhã da Rádio, TSF, Rádio Colina e Rádio Cidade quanto às razões para a sua fundação, o percurso feito até 1990, os modelos de programação e de informação, destacando-se o contributo para o jornalismo radiofónico destas emissoras. Assim, recolhemos dados na bibliografia disponível sobre as rádios locais em Portugal e em concreto sobre estes seis projetos. Para além disso, a recolha de dados da história destas rádios foi feita com recurso à imprensa da época e foram realizadas entrevistas a alguns dos protagonistas destas emissoras, nomeadamente, Rui Pêgo que liderou o processo de candidatura do CMR ao concurso de frequências Regionais, Francisco Sena Santos, jornalista da TSF e mais tarde um dos elementos da equipa promotora da rádio Colina, Manuel Teixeira, líder do projeto da Rádio Press, Teresa Marques, jornalista da Rádio Press, e João Paulo Meneses, o primeiro chefe de redação da Rádio Nova. As entrevistas tiveram por objetivo a recolha de informação sobre a génese dos projetos radiofónicos em análise.

A aposta na informação a Norte

O concurso para a atribuição de frequências locais, em 1988, concedeu licenças a cinco rádios no concelho do Porto: Rádio Nova, que obteve a frequência de maior potência, a Rádio Press, a Placard, a Activa e a Rádio Festival. Destas cinco, duas, a Rádio Nova e a Press, apresentavam claramente as melhores estruturas e, desde sempre, se afirmaram com outros propósitos que iam para além de emissoras locais, apenas dedicadas ao Porto. Por esse motivo, não se estranha o facto de terem sido as duas únicas que se candidataram ao concurso para frequências regionais, em 1990. Ou seja,

a Norte, o concurso foi disputado apenas por emissoras sediadas no concelho do Porto.

A Rádio Press é fruto da intenção da Lusomundo, um grupo de comunicação que detinha o Jornal de Notícias, Diário de Notícias e o Comércio do Porto, de entrar no setor da rádio. Tal como outros projetos que viriam a concorrer às frequências regionais, também a Rádio Press surgiu com o propósito de se afirmar no meio enquanto emissora que não se limitasse a ser uma rádio local. O facto de ter surgido no seio de um grupo com experiência nos *media* e com estrutura “onde o dinheiro não faltava” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23) permitiu à Press construir estúdios de “grande qualidade tecnológica” e de ter contratado vários jornalistas, criando uma “redação com 50 profissionais, 10 dos quais nos estúdios de Lisboa” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press iniciou as emissões em outubro de 1989, ou seja já depois de lhe ter sido atribuído o alvará de emissão de uma das cinco frequências locais do concelho do Porto. Enquanto rádio local, a Press procurou difundir informação de cariz localista, mas lançando também um olhar para a atualidade nacional e internacional. Do ponto de vista jornalístico, afirmou-se por uma vontade “de fazer diferente. De ir atrás das estórias, de estar presente em direto. A Rádio Press era já uma estrutura profissional e que tinha uma rede de correspondentes, incluindo no estrangeiro” (Teresa Marques, comunicação pessoal, 2021, março 1).

O principal objetivo da rádio passava por se afirmar no contexto da radiodifusão portuguesa e, isso implicava concorrer à frequência regional Norte, para a qual estavam reservados “dois emissores poderosíssimos, o do Porto e o da Lousã. Quando lançámos como rádio local, ela foi logo lançada com as infraestruturas adequadas a uma rádio regional. A ideia era sempre crescer” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23).

Nesse sentido, Manuel Teixeira, um homem com experiência nos meios de comunicação do Porto, em particular no Comércio do Porto, liderou o processo dentro do grupo de comunicação através da empresa então criada, a Gesgráfica. A aposta no concurso para uma frequência regional foi tida como uma forte prioridade, tendo o projeto de desenvolvimento da rede sido adjudicado à Faculdade de Engenharia do Porto.

O grupo apostou muito forte no concurso regional. Recorremos a um grupo de consultores muito bom. E foi constituído um grupo de jornalistas para os conteúdos da rádio que era liderado por mim (...) Os outros projetos eram todos muito bons, mas nós tínhamos a melhor retaguarda sob o ponto de vista financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23).

A Rádio Press, ainda enquanto emissora local, nunca se conseguiu impor no Porto, uma vez que a Rádio Nova apresentou sempre níveis de audiência superiores. De acordo com a imprensa da época, a Nova atingia os 20,7% e a Press apenas 3% (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21). A popularidade da Nova era de facto muito superior à da Press e reconhecida pelos responsáveis.

Nos primeiros anos, a Nova tinha muita força e a TSF já chegava ao Porto através de uma cadeia de rádios. Já eram nossos concorrentes. A nossa luta era com a Nova e com a TSF. A Rádio Press tendo um equipamento extraordinário, mas em bom rigor não conseguiu impor-se às outras duas rádios que eram adversárias (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

O que distinguia a Press da concorrência era, segundo o seu principal responsável, o suporte financeiro ancorado num grande grupo económico:

O que havia de diferente entre os concorrentes era que, em termos de músculo financeiro, o que apresentava melhor, mais visível, era o deste grupo porque estava ancorado na imprensa escrita. Foi isso que serviu para que a Comissão [Consultiva] considerasse que a Press no Porto e o CMR em Lisboa fossem os projetos melhores ao nível da sustentabilidade das empresas. A TSF tinha um projeto muito bom sob o ponto de vista dos conteúdos e já dominava no campo da informação, mas era uma cooperativa e tinha imensas fragilidades sob o ponto de vista financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press viria a ser a vencedora do concurso no Norte, no entanto a sua vida acabou por não ser muito longa, como descreveremos adiante no presente capítulo.

A Rádio Nova no Porto foi a outra concorrente à frequência regional Norte. Apesar de se tratar de uma rádio portuense, a ambição passava por se tornar numa emissora nacional com interesse na cobertura jornalística de eventos, não apenas do Porto ou da região Norte, mas um pouco pelo país e até internacionais. Um dos exemplos foi a cobertura que a rádio fez da queda do Muro de Berlim.

Toda a gente cobria todos os acontecimentos. Ali não havia bons e maus. Havia uma escala alfabética, dos 22, que lhes permitia saber quem ia cobrir a próxima grande ocorrência, desde a queda do Muro de Berlim a outro qualquer grande acontecimento em Portugal (JPN, 2014, setembro 4).

A Rádio Nova nasceu da vontade do grupo Sonae em marcar posição nos meios de comunicação social em Portugal. Nesse contexto, o grupo criou a Sociedade Independente de Radio-difusão Sonora (SIRS) que suportou a Rádio Nova no concurso para a atribuição de frequências locais em 1989, tendo obtido a maior potência local no Porto. “Vamos explicar o Porto, o Norte e o País. Fazer um intercâmbio Norte/Sul que permita uma maior implementação nacional” (Francisco José Oliveira citado em Soares, D. Diário de Lisboa, 1989, março, 18).

Tratava-se de uma rádio que, ao contrário de muitas outras surgidas na mesma altura em Portugal, nunca emitiu enquanto pirata. O arranque das emissões acontece já com a rádio legalizada, no dia 4 de setembro de 1989, e coincidindo com as eleições autárquicas que acabariam com a vitória de Fernando Gomes, do PS, à Câmara Municipal do Porto. Logo nessa

ocasião, a Rádio Nova procurou sublinhar a sua vertente informativa: “A Rádio Nova agitou com debates e entrevistas. Não se fazia nada disto, mas olhávamos também para o nacional e o regional” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19).

A ideia de uma rádio que, a partir do Porto, contasse a região, o país e o mundo ganha outra dimensão ainda em 1989 quando a Rádio Nova e a TSF celebram um protocolo que viria a permitir a troca de sinergias, mas sobretudo possibilitava que parte da programação da Nova fosse escutada também em Lisboa. Na época, o jornal Primeiro de Janeiro escrevia que se tratava de um protocolo que visava a “troca de serviços mútuos, concretização de entendimentos publicitários, tendo a preocupação de servir de igual modo e com objetivos comuns os dois principais auditórios do país” (Carvalho, 2015, p.43).

Este protocolo durou ano e meio até ter terminado em 1991 e a Rádio Nova ter encontrado um novo parceiro na capital, desta vez o Correio da Manhã Rádio, em 1992.

A estrutura da Rádio Nova mostra que não poderia ser confundida com outras emissoras locais. Possuía uma redação com cerca de 20 jornalistas e uma aposta muito clara na informação, procurando, como referimos, fazer a cobertura dos principais acontecimentos a nível regional, nacional e internacional, como foram os casos da assinatura do acordo Reagan/Gorbachov ou o acompanhamento das principais equipas de futebol nas competições europeias. Do ponto de vista da informação, a Rádio Nova apresentava um projeto que passava por uma filosofia de “antena aberta” e com uma “rede de correspondentes nacionais e internacionais, a Rádio Nova terá permanentemente equipas de reportagem na rua para assegurarem uma informação sempre atual”, anunciava Francisco José Oliveira à imprensa da época (Diário de Lisboa, 1989, março 18).

A Rádio Nova apostava no chamado *drive-time*, com noticiários de meia em meia hora, mantendo-se de hora a hora fora desse período.

A RN tinha, entre os seus colaboradores, nos painéis de crónicas e programas de debate, vozes fortes do Norte no meio político, económico e cultural. A Rádio Nova era uma marca forte e reconhecida na cidade. Mas tendo a cidade um peso importante e relevante a nível nacional, tornou-se mais fácil expandir e desenvolver a rádio (Carvalho, 2015, p.49).

Esta aposta na informação ficou clara na intervenção do diretor da Rádio Nova na nota lida ao microfone no primeiro dia de emissões.

A informação detém importante fatia das nossas emissões. Entendemo-la, não como um mero repositório de notícias avulsas, mas com um conjunto de dados suscetíveis de conferir a quem os escuta o máximo de atualidade e de rigor no contexto da sociedade que o rodeia (Francisco José Oliveira, Rádio Nova, 1989, setembro 4).

A imprensa da época falava de uma rádio com um “projeto a nível europeu a justificar plenamente o primeiro lugar na escala hierárquica para atribuição de frequências (Diário de Lisboa, 1989, março 18). O líder do projeto foi Francisco José Oliveira, alguém com experiência na área da comunicação social, incluindo na rádio em Angola.

João Paulo Meneses foi o primeiro chefe de redação da Rádio Nova, que contava com outros jornalistas como são os casos de José Alberto Carvalho, Júlio Magalhães, João Fernando Ramos e Carlos Rico. “Fomos buscar os melhores jornalistas. Pagávamos ordenados muito acima da média. Nunca mais se junta uma redação como aquelas. Tínhamos uma dimensão local, mas púnhamos uma dimensão local ao serviço de uma dimensão nacional e internacional” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2019).

A redação era composta por jornalistas que acabariam por fazer carreira nos *media* nacionais, mas apesar disso, João Paulo Meneses, que chefiou a redação durante um ano, não vê aquele como um projeto que se possa considerar como uma escola de jornalismo radiofónico, apesar de destacar a vertente inovadora da emissora.

Não foi verdadeiramente uma escola. Foi a possibilidade que tivemos de fazer coisas, algumas delas até disparatadas. Havia uma loucura de fazer coisas. O nosso limite era a criatividade. Nunca mais voltámos a fazer coisas assim. Não foi uma escola no sentido de haver uma liderança. Se aprendemos, foi com os nossos erros (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2019).

Seguindo a estratégia da Sonae, a Rádio Nova foi uma das concorrentes às frequências regionais em 1990, tendo ficado em segundo lugar, atrás da Rádio Press.

A Sul, uma luta a quatro

A Rádio Cidade foi a única concorrente às frequências regionais sediada fora das duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. A emissora emitia a partir dos estúdios no concelho da Amadora, ainda assim na Grande Lisboa. Tinha a particularidade de os seus locutores falarem em português com sotaque brasileiro e apresentava uma programação baseada no entretenimento e numa forte interação com os ouvintes mais jovens através, sobretudo, dos concursos e passatempos que colocava no ar. No contexto das rádios concorrentes à frequência regional Sul, teve também a particularidade de ser a única cuja aposta não passava pela informação, focando-se sobretudo nos grandes êxitos musicais. A sua estrutura era constituída por cerca de 20 profissionais na altura do concurso (RTP, 1990, maio 17).

A Rádio Cidade foi criada no período das rádios-piratas, tendo começado a emitir no dia 1 de abril de 1986. Surgiu da iniciativa de Rui Duarte e Rui Duarte Júnior, respetivamente

pai e filho, e ainda de Edson Yazejy Jr., emigrantes brasileiros que naquele ano chegavam a Portugal. O projeto adotava um modelo de sucesso no Brasil, já que no Rio de Janeiro existia também uma rádio com o mesmo nome e que em termos de programação se baseava na *dance music*. Tal como viria a suceder em Portugal, a Rádio Cidade FM do Brasil teve um forte impacto na estética radiofónica do país, como descreve Paulo Lepetri:

Com o sucesso estrondoso da Rádio Cidade FM, o Brasil conheceu e se encantou por uma linguagem nova, assumidamente pop e, naquele momento, sem maiores pretensões. Uma forma de se fazer rádio que, em pouco tempo, se tornou um padrão para as rádios voltadas ao público jovem em todo o país (Lepetri, 2015, p.160).

O modelo trazido para Portugal teve de imediato uma forte aceitação, em particular junto dos ouvintes mais jovens.

De características urbanas, esse público encontrava no Rap (tipo de música popular, urbana, de origem negra, com ritmo muito marcado e melodia simples, pouco elaborada), ou no movimento mais underground do Rock, como no próprio Rock português, o conjunto certo de elementos que, propagados pelo disc-jockeys, davam um novo padrão estético-musical às suas preferências (Lepetri, 2015, p.163).

A fórmula da Rádio Cidade assentava num estilo comunicacional diferente daquilo a que os ouvintes portugueses estavam habituados: “A locução era rápida e contagiante” (Lepetri, 2015, p.164). A programação baseava-se na emissão de muita música, poucas palavras, concursos e passatempos inovadores e desafiantes para os ouvintes e, acima de tudo, com uma grande boa disposição da parte dos locutores. Os noticiários eram muito rápidos, com poucas notícias e quase sempre limitados aos principais temas da atualidade. A Rádio Cidade chegou a emitir relatos de futebol.

Apesar de ser uma rádio local da Amadora, não se pode dizer que se tratava de uma emissora de proximidade, no sentido em que não procurava a razão para a sua existência na comunidade, quer do ponto de vista da informação, quer da programação, que era constituída pelos *hits* musicais. A forma de fazer rádio de forte influência norte-americana e dos *disc-jockeys*, e o sotaque brasileiro dos seus locutores representou uma novidade na altura em Portugal e foi a chave para o seu sucesso, particularmente na área da Grande Lisboa.

Muito diferente da Rádio Cidade, o Correio da Manhã Rádio (CMR) apareceu no contexto de um grupo consolidado nos *media* em Portugal, a PressLivre, que detinha o jornal Correio da Manhã. O CMR começou a emitir em maio de 1987 e apresentou um projeto estruturado e com objetivos que ultrapassavam a simples obtenção de uma frequência local, apesar de a ter conseguido no concurso de 1988. A imprensa da época caracterizava o CMR como um projeto

com “equipamento ultra-sofisticado e excelentes vozes” (Correio da Manhã, 1987, junho 24) e com um investimento acima da média do que era praticado pelas outras rádios locais portuguesas, situando-se na ordem dos 100 mil contos [500 mil euros] (Pinto, F. Tal & Qual, 1988, outubro 7). O CMR foi uma das poucas emissoras que, mesmo ainda pirata, conseguia emitir 24 horas por dia, uma situação que acontecia com poucas rádios naquela altura.

Com uma programação baseada em música e informação, as suas emissões cobriam, na fase inicial, um raio de trinta quilómetros. Quanto aos conteúdos, o CMR fez uma aposta forte na música e “numa linha editorial que assenta na emissão de notícias que procurava mostrar que as notícias não são apenas os acontecimentos políticos” e “por uma linha aberta, livre de coluninhas e rubriquinhas” (Diário de Lisboa, 1989, março 18).

O projeto do CMR, liderado por Rui Pêgo, um profissional já com percurso na rádio, passava por complementar os públicos-alvo do jornal Correio da Manhã, o principal negócio do grupo. O projeto da rádio era, assim, visto como uma forma para chegar aos públicos que o jornal não conseguia alcançar. Numa primeira fase, ofereceu programação sobretudo musical, com produção jornalística assente na área cultural e musical, conforme explica Rui Pêgo:

Era uma rádio predominantemente musical. Tinha um investimento sério na música e nos movimentos *pop* urbanos, com um investimento considerável na música portuguesa e é uma rádio preocupada em ter uma informação muito bem lida, dita e bem escrita. Noticiários muito curtos e incisivos. Era o essencial da informação (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Uma rádio musical com um foco particular na informação jornalística, mas relacionada com a área musical, foi, assim, a primeira identidade do CMR que emitiu durante ano e meio enquanto rádio pirata na frequência de 104.8 FM, até ter interrompido as emissões em dezembro de 1988, por imposição da lei que previa que todas as rádios piratas suspendessem a emissão enquanto estivesse a decorrer o concurso para a atribuição das frequências locais. Esta medida teve um impacto na rádio dado o grande investimento que tinha sido feito e que, por via da suspensão das emissões, era posto em causa.

O CMR tinha já uma estrutura profissional. Não havia amadorismo. Havia um entusiasmo borbulhante, mas era um projeto profissional porque integrava uma estrutura de uma empresa de comunicação social que era a PressLivre. (...) Há um momento dramático quando tivemos de parar porque sentimos que era uma grande injustiça porque aquilo era um projeto profissional e a decisão do legislador de parar toda a gente foi muito mal recebido. De qualquer forma, havia sempre a certeza de que os salários estavam garantidos neste período (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Rui Pêgo começou por liderar uma equipa com apenas oito pessoas que fundaram a emissora, às quais se juntaram mais tarde vários outros profissionais, como foram os casos de Miguel

Cruz, Mário Fernando, João Vaz, Paulo Alves Guerra, Teresa Fernandes, João Bogalho, João Govern, João Adelino Faria, Margarida Pinto Correia, Pedro Coelho, Fernanda Oliveira Ribeiro, Henrique Mateus e Joaquim Franco. Tratou-se de um grupo que combinava profissionais em início de carreira com outros que “abandonaram o conforto e estabilidade para virem para o CMR que não sabiam sequer se viria a ser legal” (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)). Quando concorreu à frequência regional, em 1990, o CMR tinha já “cerca de 30 profissionais” (RTP, 1990, maio 17). A redação do CMR era, como outros projetos surgidos na mesma altura, composta por jovens profissionais, quase todos em início de carreira, como descrito por Pedro Coelho, jornalista do CMR entre 1989 e 1992. “Passei de estagiário a chefe de redação, uma progressão para a qual nem sequer estava preparado. De repente eu, muito verde, chefiava uma redacção toda ela muito verde também” (in Calado, 2011, p. 728). Pedro Coelho recorda o CMR como um projeto com qualidade, mas também lembra “o lirismo e a inexperiência da redacção. (...) No Correio da Manhã Rádio estávamos todos no início de carreira” (in Calado, 2011, p. 728). Apesar de reconhecer que o principal objetivo no CMR não era a informação, o jornalista admitiu que aquele projeto era vivido por todos com muita intensidade. “Não voltei a sentir outra paixão assim por um projecto profissional, nem na SIC; era da idade e do projeto. Entrava às cinco da manhã e saía à meia-noite. Estava lá o dia todo. Aquilo era a minha casa. Fazia de tudo sem me custar nada” (in Calado, 2011, p.729).

Enquanto rádio musical, o CMR procurava disputar o mesmo mercado da RFM, que tinha acabado de ser criada no seio do grupo da Rádio Renascença. O facto de os responsáveis pelo CMR considerarem apenas uma rádio como concorrente direto, levou-os a pensar que na segmentação de rádio musical havia um terreno por explorar:

A Rádio Cidade estava noutra campeonato, para um público mais jovem. A única que havia mais organizada era a RFM. Portanto, havia um terreno para explorar de uma rádio musical estruturada, pré-programada em termos musicais e que sabia a que publico se dirigia. Mas, já na altura concluímos que uma rádio só musical era redutora num mercado onde não era possível segmentar um público tão pequeno, sobretudo como rádio local (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Com a obtenção da frequência local, o Correio da Manhã Rádio procurou evoluir para uma programação mais generalista abdicando, em certa medida, do seu posicionamento musical. Com vista a esse objetivo, a emissora começou a acompanhar o campeonato de futebol português, uma decisão editorial que acabaria por se revelar bastante importante nos anos seguintes.

A etapa seguinte do projeto era desenvolvê-lo para uma rádio de *full-service*, com mais informação e também desporto por isso o contexto, nomeadamente a [Rádio] Cidade, não nos afetou porque já estávamos a concorrer para atuar num outro território digamos, mais adulto. Uma das decisões mais

difíceis da minha vida enquanto diretor de rádio foi a decisão de começar a fazer relatos de futebol. Porque era importante para a rádio, para o jornal pois poderíamos começar a estabelecer ali algumas sinergias interessantes, mas era uma decisão difícil porque era romper com a matriz inicial do projeto. Poderia projetar para o exterior uma imagem que poderia colidir com a imagem percebida que as pessoas tinham da rádio e isso era um risco. Mas, foi um risco entendido e assumido desde o início e poderia correr mal, como correu (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Ou seja, o CMR acabou por descaracterizar a sua programação antes, mais musical, e agora virada para um público que tinha outras opções no espaço hertziano lisboeta, como era o caso da TSF e, sobretudo, da Rádio Renascença que liderava as audiências. É neste contexto que o CMR vê a obtenção de uma frequência regional como uma solução para a rádio, uma vez que se entendia que o projeto não poderia ficar com uma dimensão local, ainda que fosse para a capital do país.

Por outro lado, imperou a lógica do grupo no qual o CMR estava inserido, já que o jornal Correio da Manhã tinha uma forte implementação na região sul do país, abaixo do rio Mondego e a obtenção de uma frequência regional que cobrisse toda a zona sul de Portugal ajudaria a consolidar a principal marca do grupo Presslivre.

Na corrida a uma frequência regional, a rádio TSF (Telefonia Sem Fios) apresentou-se ao concurso como um dos mais fortes concorrentes. Nasce da iniciativa de um conjunto de profissionais descontentes com o cenário da radiodifusão portuguesa no início dos anos 80 do século XX. Vários desses profissionais saíram da RDP por considerarem que deveria ser criado um modelo de rádio diferente daquele que era praticado na emissora pública. Teresa Moutinho, uma das fundadoras da emissora, explicava assim os motivos para a criação da TSF: “Queremos ser uma alternativa à informação que se faz atualmente em Portugal. Não nos dão condições de trabalho na rádio, pelo que só nos resta criar essas condições com os nossos próprios meios” (Gonçalves, 1999, p.31).

Foi neste contexto que em 1981 nasce a TSF, por iniciativa de uma cooperativa constituída por 17 profissionais, alguns deles já na altura com carreira nos meios de comunicação portugueses: Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emidio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, Joao Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho.

O projeto da TSF passou desde muito cedo pela criação de uma rádio de cariz jornalístico com uma forte aposta no jornalismo e no direto informativo, como é referido por Francisco Sena Santos, jornalista da emissora nos primeiros anos da TSF. “De repente aparece uma rádio que desata a fazer noticiários de meia em meia hora, a acordar ministros às 6 ou 7 da manhã, a ir aos restaurantes esperar os políticos” (Lourenço, Público, 1998, março 1).

Do ponto de vista editorial, o futebol e a política eram dois dos principais temas noticiosos da TSF. Uma das principais novidades do projeto residia também nos noticiários que,

sempre que se justificava, eram prolongados para além dos 10 ou 15 minutos, num modelo que tinha como objetivo manter a antena da rádio sempre aberta para o acompanhamento da atualidade noticiosa.

Este modelo de programação teve um primeiro momento de afirmação ainda antes da obtenção da frequência de rádio local, quando no dia 25 de agosto de 1988 deflagrou no centro de Lisboa um grande incêndio que destruiu os Armazéns do Chiado. A TSF tinha iniciado as suas emissões no dia 29 de fevereiro daquele ano, ou seja, quando acontece o incêndio, a emissora tinha ainda pouco tempo de existência e emitia enquanto rádio-pirata. Mesmo assim, a TSF colocou em prática todo o seu dispositivo de rádio em direto. A primeira informação foi dada pelo jornalista Nuno Roby a partir da sua própria residência de onde conseguia avistar toda a zona em chamas: “Peguei imediatamente no telefone e perguntei aos meus colegas se sabiam o que se estava a passar na Baixa. Ninguém sabia de nada! Entrei logo em directo, a relatar o que se via daquele balcão privilegiado que era a minha casa” (Roby, 2008 p.16).

Esta lógica de acompanhamento em direto da atualidade e de emissão em contínuo sempre que as notícias o exigiam, foi um dos pilares do curso de formação de jornalistas da TSF que em 1987 foi desenvolvido por Adelino Gomes e Emídio Rangel e que é considerado uma das chaves para o projeto inovador que a TSF representou. “(...) é a semente que deu a geração TSF — a começar pela fina escolha dos formandos: gente com estudo, vigor, curiosidade e talento para aprender as técnicas e artes da rádio” (Santos, 2008, p.18). O curso teve a duração de seis meses e formou cerca de 40 profissionais que acabariam por integrar a primeira equipa de jornalistas da TSF.

Para nós o jornalista de rádio é um tipo que domina completamente a linguagem radiofónica e tem uma cultura vasta e abrangente. A naturalidade sobre a artificialidade significa que os noticiários não hão de ser bem lidos, mas sim bem-ditos (Adelino Gomes, comunicação pessoal, 2008, julho 11).

Mas, a importância da TSF não se resume ao seu projeto editorial. A emissora de Emídio Rangel destacou-se também pela sua ação no movimento de liberalização da radiodifusão local em Portugal. Uma dessas ações ocorreu em 1984 quando a TSF, ainda sem emissões regulares, liderou uma emissão de apoio ao movimento das rádios-piratas em Portugal, contestando a autorização que tinha sido concedida para que uma rádio pertencente às Forças Armadas pudesse emitir a partir de Oeiras, numa altura em que as rádios locais não era permitidas.

Foi também a partir dos seus estúdios, instalados nas Amoreiras, em Lisboa, que foi emitida uma emissão em cadeia no dia 17 de novembro de 1988, em sinal de protesto contra a obrigatoriedade de suspender as emissões durante o período de avaliação das candidaturas para a atribuição dos alvarás. O governo pretendia que as rádios que funcionavam na ilegalidade encerrassem as suas emissões no dia 24 de dezembro de 1988 acreditando que

desta forma as emissoras não pressionariam o processo de decisão. A medida acabou por ser cumprida, não sem antes que as rádios protestassem contra ela, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio. Na emissão participaram mais de duas centenas de rádios locais espalhadas por todo o país naquela que é considerada a maior emissão de rádio em cadeia realizada em Portugal. Entre as 7 e as 20 horas tentou-se recriar o ambiente de debate parlamentar convidando para a antena deputados da Assembleia da República. Houve ainda depoimentos de várias figuras públicas de diversos quadrantes.

Do ponto de vista organizativo, a TSF passou por várias alterações em relação à propriedade. Em 1987, a Fnac e a Prodiário entram no capital da empresa, mantendo-se a cooperativa com 34% (Meneses, 2003, p.22). A TSF foi, à semelhança de outros projetos surgidos na altura, uma das emissoras cujo objetivo passava por obter uma licença de cobertura que não se limitasse a Lisboa. Nesse sentido, concorreu a frequências no Porto, Coimbra e Faro, embora sem sucesso. Contornando este obstáculo formou uma cadeia de rádios que integrava 21 emissores em todo o país e desta forma conseguia que parte da sua programação fosse escutada para além de Lisboa.

Foi neste contexto que a TSF se apresentou como uma das mais fortes concorrentes à frequência regional em 1990, no entanto, uma vez mais, não conseguiu obter a desejada licença que lhe permitisse cobrir o território português para além de Lisboa. A TSF ficaria na terceira posição no concurso de frequência regional, atrás do Correio da Manhã Rádio e da Rádio Colina.

Entre as concorrentes à frequência regional a Sul, surgiu um projeto pouco conhecido, desde logo porque, ao contrário das outras rádios com quem disputava o concurso, nunca chegou a emitir. Na verdade, a Rádio Colina foi um projeto que acabou por nunca sair do papel, apesar de terem sido feitas algumas emissões piloto.

A Rádio Colina foi o resultado da dissidência no seio da TSF ocorrida pouco tempo depois de esta começar a emitir com uma frequência local. Na base desta dissidência estava a filosofia da própria TSF que, para uns deveria seguir uma lógica de informação, mas com uma forte aposta no futebol e, para outros, a TSF seria uma rádio informativa, mas olhando para as artes, para a cultura, para a música clássica e para o jazz. Emídio Rangel, fundador da TSF, estava do lado de uma rádio informativa mais espetacular na qual os relatos de futebol tinham um papel importante. Do outro, Teresa Moutinho, Albertino Antunes e João Duarte Soares aos quais se juntou depois Francisco Sena Santos, defendiam o regresso a uma “TSF original”. É já com a TSF no ar, legalizada e a emitir para Lisboa, que este grupo abandona a rádio e resolve fundar um projeto radiofónico que prometia criar uma emissora que fosse ao encontro daquilo que consideravam ser a filosofia inicial da TSF e que estava a ser abandonada. O objetivo era criar uma rádio com grande aposta na informação, mas com uma programação musical mais erudita e, acima de tudo, sem grande destaque para o futebol. “Vamos regressar ao espírito inicial da TSF. Continuava a ser uma rádio de

notícias, que não tinha futebol e com atenção redobrada às artes” (Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro, 26).

Nesse sentido, aos quatro dissidentes da TSF juntou-se mais tarde Joaquim Letria que formaram o grupo que preparou durante seis meses uma candidatura à frequência regional. A grelha de programação da Colina integrava, para além das notícias, vários espaços destinados a programas propostos pela sociedade civil e parcerias com várias rádios locais. “A Rádio Colina ia buscar muito àquilo que é [hoje] a Antena 2, com música clássica, jaz, economia. Era muito uma rádio de nicho” (Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro 26). A aposta na informação era grande e, nesse sentido, inspirada na própria TSF com dois grandes momentos de informação no dia: o primeiro entre as 6h e 11h da manhã e o segundo a partir das 17h até às 21h30.

Foi uma candidatura muito bem fundamentada e consistente. Foi um projeto alternativo ao que existia no momento. A grelha de programas foi feita em conjunto com elementos do Centro de Formação de aperfeiçoamento de jornalistas de Paris, com quem estava prevista uma formação de jornalistas (Sena Santos, comunicação pessoal, 26 de setembro de 2019).

A Rádio Colina, apesar de nunca ter emitido, acabaria por ficar em segundo lugar no concurso para a frequência regional Sul, atrás do CMR, mas à frente da própria TSF.

O cenário pós-concurso

A fase seguinte à atribuição das frequências regionais sublinhou os objetivos ambiciosos dos projetos, sobretudo do ponto de vista dos investimentos realizados. De facto, a realidade viria a mostrar que a dimensão desses projetos só era compatível com a atribuição da frequência regional e por isso, como se descreverá, as rádios que não a obtiveram tiveram muito dificuldade em se manter.

Isso foi evidente no caso da Rádio Colina que acabou por nunca passar de um projeto, tendo em conta que não lhe foi atribuída a desejada frequência regional Sul. Para os responsáveis pela iniciativa, transformar a rádio numa emissora local estava fora de questão, apesar do segundo lugar no concurso. A hipótese de, mesmo sem uma frequência regional, a Rádio Colina poder vir a emitir, foi descartada de imediato: “Não havia viabilidade. O grupo dividiu-se quanto a essa possibilidade e eu fui um dos que não concordava. E acabou” (Francisco Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro 26).

Diferentes caminhos foram seguidos pelas três outras rádios concorrentes à frequência regional Sul. A Rádio Cidade continuou a capitalizar as audiências que tinha junto do público mais jovem prosseguindo enquanto rádio local do concelho da Amadora, embora a bem da

verdade, nunca tenha verdadeiramente assumido esse papel de proximidade com a comunidade. Pelo contrário, a aposta da Rádio Cidade foi, antes e depois do concurso, de uma emissora musical com um projeto de programação esteticamente agradável e em termos sonoros próximos das audiências jovens. A sua popularidade, em particular na Grande Lisboa, ameaçava outras rádios com maior estrutura, como eram os casos da RFM (o outro canal da Renascença) e do Correio da Manhã Rádio. E assim continuou após o concurso para as frequências regionais.

A TSF foi outra das emissoras vencidas no concurso de frequências regionais. Embora tenha sido um aspeto que teve influência na estrutura e objetivos da rádio, a TSF continuou o seu projeto e objetivo de se tornar numa emissora passível de ser escutada fora de Lisboa. Assim, em 1991 a TSF inicia emissões com o Rádio Jornal Centro, em Coimbra, e em julho do mesmo ano adquire a Rádio Activa chegando, finalmente, ao Porto (Meneses, 2003, p.24). Os anos seguintes representaram para a TSF um misto de progresso e crise. Em 1992 Emídio Rangel, que tinha sido o principal mentor de todo o projeto, sai da rádio para dirigir a televisão SIC, acabada de surgir.

Neste momento, a história da TSF junta-se à história da Rádio Press. Em 1993, em virtude dos vários problemas financeiros que a TSF atravessava, a Lusomundo (que detinha a Rádio Press) adquire a emissora e passa a gerir em partes iguais com a cooperativa fundadora da TSF.

Fizemos um acordo de 50%/50% e constituímos um conselho de administração paritário. Durou pouco tempo porque a situação era muito má e era necessário fazer sucessivas injeções de capital e a cooperativa não conseguia acompanhar. Ao não conseguir acompanhar, foi entregando a sua participação. E, nesse contexto, acabámos por adquirir a TSF. A TSF é hoje o resultado do produto original da TSF e a estrutura da Press. (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press, apesar de ter vencido o concurso a Norte, nunca se impôs do ponto de vista das audiências, não obstante o forte investimento realizado e a rede de emissores que obteve e que lhe permitia chegar a toda a região Norte e Centro. O próprio responsável pelo projeto admitia que a concorrência, Nova e TSF, tinham conteúdos muito melhores. Confrontados com essa realidade, os responsáveis pela Rádio Press tomaram a decisão de adquirir a TSF.

A Rádio Press, mesmo como rádio regional, não conseguiu impor-se ao nível dos conteúdos e, como tal, mais tarde, fui encarregado de dentro do grupo dar uma volta à rádio e a volta foi adquirir a TSF que passava por um período muito complicado a nível financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

Significa que a TSF passou a emitir no Norte sob a designação de Rádio Jornal e assim aproveitando a estrutura técnica e a rede de emissores da Press. “Aquilo que o grupo pensou

foi: como nós não conseguimos fazer um produto, porque outros fazem melhor, então vamos comprá-lo. Eles não tinham era uma rede de emissores como nós” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 23 de setembro de 2019). A TSF conseguia, desta forma, chegar a uma audiência muito importante situada na zona litoral entre o Porto e Lisboa, algo que não teria a possibilidade de fazer com a cadeia de rádios locais que possuía anteriormente. Na sequência deste processo, a Rádio Press é extinta enquanto projeto radiofónico.

A Norte, a Rádio Nova sentiu de modo bastante claro a não atribuição da frequência regional. “A Sonae perdeu o interesse porque percebeu que nunca seria uma rádio nacional. Naquele instante, a Rádio Nova morreu. Este concurso foi uma espécie de sentença de morte da Rádio Nova” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19)

Após o concurso, começa a haver despedimentos e a Sonae percebe que o investimento era muito elevado para um projeto de dimensão apenas local. Por outro lado, os profissionais da emissora saem da rádio porque começa a haver mercado para eles, sobretudo nas televisões privadas que começavam a emitir em Portugal. A Rádio Nova continuou a emitir enquanto emissora local do Porto, mas com uma estrutura incomparavelmente inferior àquela que tinha e com a qual se candidatara a uma frequência regional.

Um dos vencedores do concurso, o Correio da Manhã Rádio, continuou a emitir uma programação generalista ao mesmo tempo que estabeleceu parcerias com outras emissoras, nomeadamente com a Rádio Nova do Porto. Essa parceria passava pela produção de alguns segmentos horários em Lisboa pelo CMR, enquanto outros eram produzidos no Porto, pela Rádio Nova. Em 1993, Carlos Barbosa, da Presslivre, adquiriu a Rádio Comercial e com isso opera-se uma profunda remodelação nos projetos radiofónicos do grupo. Na prática, o que aconteceu foi que a programação do CMR passou para a Rádio Comercial que tinha uma frequência Nacional. Na frequência regional antes ocupada pelo CMR passou a ser emitida a Rádio Nostalgia, uma emissora que também pertencia ao mesmo grupo da CMR e que se dedicava à programação musical de antigos êxitos musicais.

Foi uma decisão empresarial. A Presslivre decidiu comprar a Rádio Comercial. A partir do momento em que uma rádio como a CMR compra uma rádio como a Comercial que tem rede nacional, o que fazer? Invisto na Comercial que tem uma marca mais forte no mercado e transformo o CMR na Nostalgia que passa a ter a cobertura regional que era da CMR. Do ponto de vista da organização da oferta faz sentido porque ter o CMR e a Comercial não fazia sentido. A opção foi matar o CMR. (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)

Com a Rádio Comercial a absorver a programação da CMR e com a criação da Rádio Nostalgia, que passa a emitir na frequência regional Sul, a opção do grupo empresarial foi a extinção do Correio da Manhã Rádio.

Considerações finais

O objetivo do presente capítulo foi caracterizar os seis projetos de rádio concorrentes às duas frequências regionais postas a concurso em 1990, olhando em particular para os impactos que este processo teve no jornalismo radiofónico português.

A liberalização do setor da rádio em Portugal permitiu o aparecimento de centenas de rádios locais por todo o país e, numa segunda fase dessa liberalização, o surgimento de projetos mais consolidados do ponto de vista organizativo, como são os casos que analisámos neste capítulo. Isso teve repercussões no panorama radiofónico nacional e, naturalmente, consequências para o jornalismo. Tal como nota José Rebelo, com o aparecimento das rádios locais o número de jornalistas de rádio “duplicou de 1988 a 1989 [...] recorde-se que o período de 1987 a 1991 corresponde à fase de legalização das anteriormente denominadas rádios-pirata” (Rebelo, 2011, p. 69-70). Para este cenário muito contribuíram as rádios concorrentes às frequências regionais uma vez que, como vimos, apresentaram projetos com grandes estruturas, alicerçados em grupos de comunicação consolidados no mercado dos *media* o que permitiu fazer apostas em redações com dezenas de jornalistas, como foram os casos da TSF, Press, Nova e CMR.

Por outro lado, a sua dimensão experimental ao nível dos modelos de informação (noticiários de meia em meia hora ou a permanência do direto, por exemplo) de que estas rádios são uma expressão, permitiu inovar e representar-se como verdadeiras escolas de jornalismo gerando profissionais que acabariam por fazer carreira no jornalismo português.

Uma outra consideração que podemos fazer, relaciona-se com a importância que o jornalismo assumiu para a maior parte das rádios concorrentes. Com efeito, percebemos que a informação foi um argumento de peso para cinco dos seis projetos, excetuando a Rádio Cidade. Isso foi particularmente evidente a Norte, onde as Rádio Press e Nova fizeram claras apostas na criação de redações capazes de inovar no estilo e no modelo de informação radiofónica em Portugal. Mas, esse cenário pode ser também verificado no caso da TSF, que cedo se assumiu como uma emissora voltada para informação, sendo disso o exemplo o curso de formação que promoveu e que pretendia criar um novo modelo de informação radiofónica em Portugal, inspirado no direto. A cobertura que a rádio fez do incêndio do Chiado, em 1988, é disso um bom exemplo. Apesar de terem surgido no contexto da radiodifusão local/regional, a verdade é que estes projetos afirmaram sempre a sua aposta informativa através de uma lógica editorial voltada também para os temas nacionais e internacionais. Percebemos isso através da presença de jornalistas destas rádios em grandes acontecimentos como o incêndio do Chiado, a Queda do Muro de Berlim ou grandes competições desportivas. Deste ponto vista, estas rádios, particularmente as que maior aposta fizeram no jornalismo, concorriam sobretudo com as emissoras nacionais e menos com as locais.

Embora com uma vertente mais voltada para a programação musical, o Correio da Manhã Rádio nunca colocou de parte o jornalismo, tendo também apostado numa redação com vários jornalistas e na cobertura de vários acontecimentos nacionais e estrangeiros. O projeto da Rádio Colina, por nunca ter emitido, é mais difícil de avaliar a sua dimensão em relação à aposta no jornalismo, de qualquer forma foi evidente, como vimos, a preocupação dos seus promotores em propor a concurso um projeto que tivesse na sua génese uma forte componente informativa.

Um dado que também nos parece relevante, é o facto de à época a rádio representar no contexto dos *media* um foco importante dos grupos de comunicação, uma realidade bem diferente daquela a que assistimos no século XXI. Como vimos, os principais projetos tiveram origem em grupos de comunicação que já tinham tradição nos *media* e em particular no jornalismo, que assim viam o mercado radiofónico como uma excelente forma para amplificarem a sua posição no setor da comunicação social. São evidentes os casos da TSF (Projornal, que detinha o Jornal), o CMR (surgido no grupo do Correio da Manhã), a Rádio Press (do grupo que detinha entre outros o Jornal de Notícias) e a Rádio Nova (cujo projeto nasceu no seio da Sonae que entrava na comunicação social também com o jornal Público). Significa dizer que as rádios regionais foram parte de uma estratégia de grupo que pretendia alargar a rede do negócio no campo dos *media* e que passava pela expansão geográfica, implementação junto de determinados públicos e consolidação dos projetos jornalísticos.

Bibliografia

- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4, 113-122.
- Agência Lusa (1990, dezembro 26). Rádios regionais: emissões da Press e Correio da Manhã são legais.
- Carvalho, A. (2014) Uma visão da evolução da radiodifusão local pelo prisma das políticas públicas. In, Reis, A.I, Ribeiro, F. & Portela, P. (org.) *Das Piratas à Internet — 25 Anos de Rádios Locais*, pp. 29-42. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- Carvalho, M. (2015). *Rádio Nova: uma nova rádio para o Porto — contributos para a história do lançamento*. Relatório de Estágio. Universidade do Porto.
- Correio da Manhã. (1987, junho 24). Correio da Manhã entra na festa da rádio.
- Diário de Lisboa (1989, março 18). O Regresso das Locais.
- Lourenço, E. (Público, 1998 março 1). A Escola da Rádio.
- Fernandes, J.M. (Público, 1990, junho 21) A hipocrisia de um concurso.
- Ferreira, V. (2011). Pedro Coelho — Uma missão na vida: ser jornalista. In Rebelo, J. (Coord.) *Ser Jornalista em Portugal — perfis sociológicos*. Gradiva. pp.724-739
- Ferreira, V.R. (1986, Novembro/Dezembro). Profissionais Fundam Cooperativas para Obterem Licenças de Radiodifusão. *Revista Comunicações*.
- Fragoso, J. (Público, 1990, dezembro 3). Rádios locais pedem revisão da lei.
- Fragoso, J. (Público, 1990, outubro 30). Sindicato ouve rádios locais.
- Fragoso, J. (Público, 1990, outubro 20). Rádios locais pedem ajuda ao governo.
- Gomes, K. (Público, 1998, dezembro 24). Rádios calaram-se há dez anos.
- Gonçalves, R. (1999). *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*. Edinova.
- Guerra, J.P.& Antunes, R. (Público, 1990, junho 21). Uma comissão sob suspeita.
- Guerra, J.P. (Público, 1990, junho 20). Barbosa e Cruz vencem regionais.
- JPN (2014, setembro 4). Rádio Nova: Há 25 anos que em 98.9 se formam jornalistas. <https://www.jpn.up.pt/2014/09/04/radio-nova-ha-25-anos-que-em-989-se-formam-jornalistas/>
- L.C. (Expresso, 1990, setembro 22). Rádios Cidade e Festival lideram em Lisboa e Porto.
- Lepetri, P. (2015). Rádio Cidade: o tempo e o som. In, Oliveira, M. & Ribeiro, F. (eds). *Radio, sound and Internet. Proceedings of Net Station International Conference*. Pp. 157-166. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2174
- Martins, L.P. (Primeiro de Janeiro, 1986, agosto 3). Dez vezes mais ouvintes desde o princípio do ano.
- Martins, L.P. (Jornal Sete, 1986, junho 16). Rádio Cidade — o charme concreto da estereofonia.
- Maia, M. (1995). *A Telefonia*. Círculo dos Leitores.
- Marcos, L. H. (1989). *Rádios Locais — A lei e a realidade*. Centro de Formação de Jornalistas.
- Marinho, S. (2000). “Um percurso da rádio em Portugal”. In Pinto, M. (coord.). *A Comunicação e os Media em Portugal*, pp.99-109. Universidade do Minho.
- Massada, J. (Expresso, 1991, outubro 30). Rádios locais dominam audiências de Lisboa e Porto.
- Meneses, J.P. (2003). *Tudo o Que se Passa na TSF*. Jornal de Notícias.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In Reis, A. (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*. Pp.360-405. Círculo dos Leitores.
- Neto, M. (Diário de Lisboa, 1989, março 18). No Porto: Rádio Nova (Grupo Sonae) na onda europeia.
- O Diário. (1984, 16 de fevereiro). Rádio dos EUA em Lisboa destina-se a 200 pessoas, mas apanha dois milhões.
- Pinto, F. (Tal&Qual, 1988, outubro 7). Homens da rádio contestam governo — Fomos Enganados.
- Rangel, E. (2008), “TSF — Um sonho difícil”. In *Tão Perto do Mundo — 20 Acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.9-11. Prime Book.
- Rebelo, J. (Coord.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal — perfis sociológicos*. Gradiva.
- Reis, I. (2014). “As rádios piratas em Portugal — contributos para um percurso”. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Pp.9-28. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- RTP (1990, maio 17) Candidaturas para rádios regionais. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/candidaturas-para-radio-regionais/>
- Soares, D. (Diário de Lisboa, 1989, março 18) Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata.
- Roby, N. (2008). “A room with a view”. In *Tão Perto do Mundo — 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.13-17. Prime Books.
- Sena, S. (2008). “O dia do fogo”. In *Tão Perto do Mundo — 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.18-25. Prime Books.

Entrevistas

- Marques, T. (Comunicação pessoal, 2021, março 1)
- Meneses, J.P. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 19)
- Pêgo, R. (Comunicação pessoal, 2021, março 11)
- Teixeira, M. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 23)
- Santos, F.S. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 26)

Legislação

- Apreciação da Petição nº 247/V(4º). Reunião Plenária de 9 de Janeiro de 1992.
- Lei 87/88 de 30 de julho. Exercício da Actividade de Radiodifusão.
- Decreto-lei 338/88 de 28 de setembro. Atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão sonora.

Rogério Santos

Informação radiofónica
(décadas de 1930 a 1970)

Radio information (1930s to 1970s)

Nelson Ribeiro

Fernando Pessa e o Jornalismo
Radiofónico: do Pioneirismo
na Emissora Nacional à BBC

*Fernando Pessa and Radio Journalism:
from the Portuguese State Broadcaster
to the BBC*

Ana Isabel Reis

Rádios 'piratas' e jornalismo
radiofónico na década 80:
rupturas e continuidades

*'Pirate' radios and radio journalism in
the 80's: ruptures and continuities*

Luís Bonixe

A segunda fase da liberalização
da rádio em Portugal —
os projetos jornalísticos das
rádios regionais

*The second phase of radio liberalisation
in Portugal — the journalistic projects
of regional radios*